

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GÊNESE DO ENSINO SUPERIOR DE GEOGRAFIA EM SANTA CATARINA: DA  
FACULDADE DE FILOSOFIA À UNIVERSIDADE FEDERAL (1951-1962)

Ensino e pesquisa na dinâmica de modernização estadual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Linha de Pesquisa: Educação, História e Política), do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA

Orientadora: Professora Doutora Marli Auras

Co-orientadora: Professora Doutora Raquel M<sup>a</sup> Fontes do Amaral Pereira

FLORIANÓPOLIS (SC) - 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

“GÊNESE DO ENSINO SUPERIOR DE GEOGRAFIA EM SANTA CATARINA: DA  
FACULDADE DE FILOSOFIA À UNIVERSIDADE FEDERAL (1951-1962) –  
ENSINO E PESQUISA NA DINÂMICA DE MODERNIZAÇÃO ESTADUAL”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso  
de Mestrado em Educação do Centro de  
Ciências da Educação em cumprimento parcial  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 05/05/2004

Dra. Marli Auras (CED/UFSC – Orientadora)  
Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (UNIVALI/SC – Co-orientadora)  
Dr. Armen Mamigonian (USP/SP – Examinador)  
Dra. Ivete Simionatto (CSE/UFSC – Examinadora)  
Dra. Leda Scheibe (CED/UFSC – Suplente)

JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/MAIO/2004

*À doce memória do Seu Chico e da Dona Nila,  
pais queridos, homem e mulher de tão poucas  
letras, mas de incomum sabedoria, que me  
estimularam a paixão pelo saber.*

*À Kristine, ao Henrique e à Beatriz, meus amores.*

## AGRADECIMENTOS

Ao andar solitário, a caminhada se fez pela cooperação de muitos. Expresso minha gratidão:

- à professora Marli, presença ativa na orientação desta pesquisa, que com companheirismo e humildade intelectual ajudou-me a superar as dificuldades e a avançar, na tarefa do ser pesquisador;

- à professora Raquel, presença amiga de outros tempos, agora na posição de co-orientadora, com a agilidade intelectual que lhe é peculiar trouxe-me desafios teóricos que muito enriqueceram o trabalho;

- ao professor Armen, grande estudioso da realidade brasileira, pelas relevantes sinalizações apontadas na qualificação que imprimiram novos rumos à pesquisa;

- à professora Leda, que, com especial interesse pela Geografia, oportunizou-me, na qualificação, momentos de reflexão para a continuidade da pesquisa;

- aos que se dispuseram nas entrevistas a relatar um pouco de suas histórias: Arlene Maria Maykot Prates, Armen Mamigonian, Aurora Goulart, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Maria Cecília França, Margarida Ingeborg Heer, Marly Anna Fortes Bustamante Mira, Neide de Oliveira Almeida e Odair Gercino da Silva;

- aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente Dores, Nadir, Munarim, Tumolo, Carlos e Marli, dos quais tive a feliz oportunidade de ser aluno, pelos debates e sugestões ao projeto de pesquisa. À professora Maria de Fátima pelo incentivo aos estudos;

- aos colegas Marcelo, Gisely, Flávia, Vera Cristina, Vera Bacha, Nailze, Edinéia, Adriana, Heloísa e, Paulo Nóbrega (Doutorado), pela alegria do bem conviver;

- aos funcionários das instituições/setores que fizemos contatos, em especial: Soninha (PPGE-UFSC), Esmir e Max (ACUFSC), Thereza Cristina (BCCJ), Machado (BPESC) e à Laura Machado pelo trabalho de revisão do texto.

- à Theresinha de Jesus da Luz Fontes, pelas preciosas informações prestadas e por possibilitar o acesso à biblioteca do acervo de seu pai, o professor Henrique da Silva Fontes;

- à Kristine, companheira de caminhada, e aos nossos amados filhos, Henrique e Beatriz, pelo esforço, compreensão e ajuda diárias;

- à Cila pelo alto astral que embalou , meus estudos, aos domingos;

- aos irmãos Dete, Cléia, Claudete, Carlinhos, Luiz e especialmente à Sandra pela presença amiga nas horas mais complicadas;

- ao Oscar, ao Eduardo e ao Márcio, pelo apoio técnico e sugestões na hora de formatação do texto, o que foi imprescindível;

- aos colegas e alunos do Colégio de Aplicação, sempre com uma palavra de ânimo que fortaleceu meu caminhar, especialmente, aos professores Danuza, Liana, Romeu, Sandra, Santiago, Tachini, Sílvia Lima, Marise Veríssimo, Ana Maria e Eliane Jorge.

- aos professores César, Maria Rutilândia e Maria José, que administrativamente oportunizaram as condições para a realização da pesquisa.

*Sentimo-nos solidários com os homens que hoje são velhíssimos e que para nós representam o “passado” que ainda vive entre nós, que deve ser conhecido e examinado, pois é ele um dos elementos do presente e das premissas do futuro; e com as crianças, com as gerações que estão nascendo e crescendo, pelas quais somos responsáveis.*

*Gramsci*

## RESUMO

SILVEIRA, José Carlos da. Gênese do Ensino Superior de Geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal (1951-1962). Ensino e pesquisa na dinâmica de modernização estadual. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

A proposta central deste estudo é a investigação do processo de constituição do ensino superior de Geografia no Estado de Santa Catarina na década de 1950. Criado no interior da Faculdade Catarinense de Filosofia, teve o curso de Geografia especial papel na dinâmica de modernização promovida pelo aparelho governamental que, em consonância com o avanço das forças capitalistas, em meio às disputas oligárquicas, pretendia imprimir uma nova feição socioeconômica ao Estado. A política nacionalista, em vigência no Brasil desde a década de 1930, além de outras ações, delegava às unidades federadas a missão de criação de serviços geográficos para um maior conhecimento em torno do território nacional. Em Santa Catarina, o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC), era a expressão desta determinação. A aproximação com o curso de Geografia garantiu condições para a ampliação das pesquisas sobre o Estado numa perspectiva que ultrapassava os interesses nacionalistas. A ação dos intelectuais ligados à direção da Faculdade, ao curso de Geografia e ao DEGC, promoveu um período de efervescência cultural, marcado pela campanha de criação da Universidade, grande objetivo da Faculdade de Filosofia, bem como pela organização de diversas instituições culturais, entre as quais o Núcleo municipal da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Palavras-Chave: Geografia, Educação, Faculdade Catarinense de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Gênese.

## RESUMEN

SILVEIRA, José Carlos da. Génesis de la Enseñanza Superior de Geografía en Santa Catarina: de la Facultad de Filosofía a la Universidad Federal (1951-1962). Enseñanza e investigación en la dinámica de modernización estatal. 2004. 192 h. Disertación (Maestría en Educación) – Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

La propuesta central de este estudio es la investigación del proceso de constitución de la enseñanza superior de Geografía en el Estado de Santa Catarina en la década de 1950. Criado en el interior de la Facultad Catarinense de Filosofía, tuvo el curso de Geografía especial papel en la dinámica de la modernización promovida por el aparato gubernamental que, en consonancia con el avance de las fuerzas capitalistas, en medio a las disputas oligárquicas, pretendía imprimir un nuevo rasgo socioeconómico al Estado. La política nacionalista en vigencia en el Brasil desde la década de 1930, además de otras acciones, delegaba a las unidades federadas la misión de crear servicios geográficos para un mayor conocimiento en torno del territorio nacional. En Santa Catarina, el Departamento Estatal de Geografía y Cartografía (DEGC), era la expresión de esta determinación. El acercamiento al curso de Geografía garantizó condiciones para la ampliación de las pesquisas sobre el Estado en una perspectiva que ultrapasaba los intereses nacionalistas. La acción de los intelectuales vinculados a la dirección de la Facultad, al curso de Geografía y al DEGC, promovió un período de efervescencia cultural, marcado por la campaña de creación de la Universidad, gran objetivo de la Facultad de Filosofía, así como por la organización de diversas instituciones culturales, entre las cuales el Núcleo municipal de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB).

Clave: Geografía, Educación, Facultad Catarinense de Filosofía, Universidad Federal de Santa Catarina, Génesis;



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das Instituições de Ensino Superior – 1951 a 1960.....	37
Figura 2: Prédio da Faculdade Catarinense de Filosofia, à rua Esteves Júnior, nº 179, 1960.....	81
Figura 3: Localização Geográfica da Cidade Universitária .....	90
Figura 4: Projeto do Conjunto da Faculdade de Filosofia na Cidade Universitária .....	94
Figura 5: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Cidade Universitária - 1961.....	95
Figura 6: Primeira Turma de Licenciatura da Faculdade Catarinense de Filosofia - 1961.....	131
Figura 7: Atlas Geográfico de Santa Catarina - 1955 .....	146
Figura 8: Atlas Geográfico de Santa Catarina - 1958 .....	149

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ciclos Longos de Kondratieff .....	18
Quadro 2: Governadores Catarinenses e a Divisão Oligárquica – 1935 a 1960.....	25
Quadro 3: População dos Principais Municípios Catarinenses e Grau de Urbanização em 1950 .....	77
Quadro 4: Evolução da População Urbana e Rural do Estado de Santa Catarina .....	77
Quadro 5: Movimento de Embarcações no Porto de Florianópolis – 1949 a 1957 .....	79
Quadro 6: Professores do Meio Local com Currículo Vitae Aprovado para Ministrar Aulas na Faculdade Catarinense de Filosofia – 1954.....	98
Quadro 7: Professores Contratados Fora do Meio Local – 1955.....	99
Quadro 8: Cadeiras do Curso de Geografia e História – 1955 a 1957.....	100
Quadro 9: Alunos do Curso de Geografia e História e Respectivas Opções no Curso de Especialização – 1958. ....	102
Quadro 10: Cadeiras do Curso de Geografia - 1956 a 1961.....	105
Quadro 11: Quadro Docente em 1955.....	108
Quadro 12: Ampliação do Quadro Docente – 1956 a 1962 .....	111
Quadro 13: Naturalidade dos Candidatos Aprovados para o Curso de Geografia – 1955 a 1962 .....	118
Quadro 14: Local de Realização do Ensino Secundário ou Superior dos aprovados para o Curso de Geografia por município e por ano.....	119
Quadro 15: Matriculados nos Cursos da Faculdade Catarinense de Filosofia, por Gênero – 1955 a 1962 .....	123
Quadro 16: Evolução das Matrículas e Conclusão do Curso por Turma e Habilitação – 1955 a 1962 .....	126
Quadro 17: Alunos Matriculados no Curso de Especialização – 1958.....	129
Quadro 18: Inscrições no Curso de Didática Geral e Especial – 1960 a 1965. ....	130
Quadro 19: Cadeiras do Curso de Didática e Respective Professores. ....	132
Quadro 20: Bacharéis do Curso de Geografia e Geografia e História que Compunham as Turmas de Didática – 1960 a 1965. ....	133
Quadro 21: Participação dos Professores de Geografia na Construção do Atlas de Santa Catarina – 1958 .....	154

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Local da Realização do Ensino Secundário ou Superior dos aprovados para o Curso de Geografia por município em números absolutos no período 1955 - 1962.....	119
Gráfico 2: Composição do Quadro Docente das Faculdades Catarinenses por Gênero – 1948 a 1955 .....	122

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACUFSC	Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina
APESC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
BAHSF	Biblioteca do Acervo Henrique da Silva Fontes
BCCJ	Biblioteca do Colégio Coração de Jesus
BCUFSC	Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina
BIHGSC	Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
BFIESC	Biblioteca da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
BPESC	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
BSCEDUFSC	Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação - UFSC
BSCFCHUFSC	Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC
CMALESC	Centro de Memória da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS FACULDADES DE FILOSOFIA NO BRASIL: NA PISTA DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DE GEOGRAFIA EM SANTA CATARINA .....	36
1.1 Por uma Faculdade de Filosofia em Santa Catarina.....	52
1.1.1 Bornhausen, Lacerda e Hülse: a UDN na Condução do Governo do Estado na década de 1950 .....	56
2 PARA UM ESTADO QUE SE MODERNIZA: UMA FACULDADE DE FILOSOFIA ....	63
2.1 Planejamento e modernização do Estado.....	65
2.1.1 O Planejamento na Capital do Estado.....	74
2.2 Nasce a Faculdade Catarinense de Filosofia: a ante-sala da universidade? .....	79
2.2.1 Fundação Universidade de Santa Catarina: Primeira Forma de um Projeto Universitário .....	85
3 O LUGAR DA GEOGRAFIA NA FACULDADE DE FILOSOFIA .....	96
3.1 Bacharelado ou Licenciatura: Os cursos da Faculdade Catarinense de Filosofia.....	97
3.1.1 O Começo: o Efêmero Curso de Geografia e História.....	100
3.2 A Organização do Curso de Geografia Sob Direção dos “Professores de Fora” .....	106
3.1.2 A Constituição do Corpo Docente .....	111
3.3 Os alunos da Faculdade: A primeira geração de Geógrafos e Professores.....	117
3.1.3 A tão Esperada Formação Pedagógica: o Curso de Didática .....	127
4 UM “DIVISOR DE ÁGUAS” PARA A PESQUISA GEOGRÁFICA EM SANTA CATARINA .....	135
4.1 A articulação com o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia: conhecendo as potencialidades do território catarinense.....	137
4.1.1 O Atlas Geográfico de Santa Catarina .....	145
4.2 Tertúlias geográficas na Faculdade de Filosofia: a criação do Núcleo de Florianópolis da Associação dos Geógrafos Brasileiros .....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
REFERÊNCIAS.....	170
ANEXOS .....	183

## INTRODUÇÃO

*Se investigo a gênese, determino a origem, supero-as,  
vou além delas, passo ao universal.*

*Hegel*

O interesse temático em torno da historicidade da Geografia, sobretudo enquanto saber escolar, levou-nos a proposição desta pesquisa que se propõe a investigar o processo de institucionalização desta ciência, no âmbito do ensino superior, em Santa Catarina no contexto socioeconômico da década de 1950.

A fase inicial dos estudos permitiu um exercício de memória em que localizamos na nossa própria formação acadêmica, ocorrida no período de 1982-1986, na Universidade Federal de Santa Catarina, a evidência de que ao longo da licenciatura tínhamos convivido com pessoas que haviam participado efetivamente na criação e consolidação deste curso. Na posição de docentes, discentes ou como técnico-administrativo, estes homens e mulheres representavam, de certa forma, uma vanguarda, que tinha muito a dizer sobre a trajetória do curso de Geografia e, até mesmo, da implantação da própria Universidade. O tempo passava e não dávamos o devido tratamento a questões tão importantes, que diziam respeito inclusive ao próprio fato de estarmos ali, a estudar Geografia.

Ao propormos uma pesquisa nesta direção acerca de uma instituição de ensino superior – a Faculdade Catarinense de Filosofia – e, nela, de um determinado curso, no caso, o de Geografia e seus sujeitos, procuramos contribuir para o trabalho de desvelar não só aspectos conjunturais de uma época, mas também auxiliar na análise e compreensão da atualidade, pois se entende que a dinâmica social expressa um conjunto de relações humanas desenvolvidas ao longo do tempo, e que este universo de relações não se esgota, ao contrário,

expande-se e produz variadas sínteses pelas novas questões que aparecem. Em outras palavras, queremos dizer que o tempo presente é profundamente marcado pelos processos passados, ou seja, o presente é trabalho pretérito.

A reconstituição de dimensões de um momento histórico, na verdade, constitui uma necessidade para se entender como se processa o movimento do real<sup>1</sup>, quais seus desafios e tendências com vistas à compreensão da própria forma de organização do homem em seu(s) espaço(s), como sujeito que reproduz/transforma este real num movimento incessante. Trazer à tona discussões de cunho socioeconômico, expressas num recorte do real, ao nosso ver, desvela grandes questões de um período, bem como possibilita a apreensão de como essas instituições e seus sujeitos se colocaram como agentes sociais para um espaço e sua população.

A Faculdade Catarinense de Filosofia enquanto instituição e o seu curso de Geografia são reveladores dessas dinâmicas, já que percorreram uma trajetória que constituiu testemunho de seu tempo. Compreender o grau de intervenção destes espaços na dinâmica socioeconômica de Santa Catarina e vice-versa, auxilia-nos a pensar este tempo histórico possuidor de um diferencial em relação a um tempo passado, pois representou um novo elemento no conjunto social; também em relação ao tempo futuro, já que seus planos, ações e interferências no real produziram determinadas conseqüências e contribuíram para a formação de uma nova realidade. Tal situação nos impele a indagar sobre quem eram os novos atores sociais? O que representavam? Quais seus projetos e qual direção cultural pretendiam imprimir para o Estado?

O tempo presente não se constitui, desta forma, num fato isolado por si só, é antes resultado de relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas entre homens e mulheres

---

<sup>1</sup> Estamos aqui utilizando o conceito expresso por Kosik (1995, p. 51), quando afirma que “no pensamento dialético o real é entendido e representado como um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese”.

em constante interação com seu ambiente que, em diferentes momentos, estruturam a sociedade a qual, por sua vez, através da dinâmica social sofrerá mudanças e/ou permanências produzidas por outros sujeitos sociais. Num movimento dialeticamente construído, as sociedades humanas vão se estruturando, criando formas e compromissos diferenciados, mostrando suas contradições, continuidades e rupturas.

Ao se buscar a historicidade de um determinado corpo social como uma instituição, por exemplo, pretende-se compreender sua constituição como resultado das necessidades de seu tempo que expressam conflitos, tendências e a premência da organização de uma determinada esfera no campo social. Neste sentido, como hipótese norteadora deste trabalho, indicamos que na gênese do curso superior de Geografia, o envolvimento do corpo docente e discente foi significativo para o processo de conhecimento da realidade catarinense, através de pesquisas em parceria com órgãos estaduais, responsáveis pela elaboração de sínteses de ordem física e humana do espaço geográfico catarinense, com vistas ao seu desenvolvimento econômico.

Para tanto, elegemos duas questões de pesquisa, assim definidas:

1. Como se processou a institucionalização do ensino superior de Geografia na Faculdade Catarinense de Filosofia?
2. Por que se fez necessária tal institucionalização e o que ela tem a ver com a problemática do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina, na década de 1950?

Na tentativa de responder às questões propostas, estabelecemos alguns objetivos que possibilitam uma incursão na problemática em questão. Desta forma, temos:



## Objetivo Geral

Compreender, na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico catarinense, as necessidades, dificuldades e perspectivas, historicamente colocadas, para a criação na Faculdade Catarinense de Filosofia de um curso superior de Geografia.

## Objetivos Específicos:

1. identificar no contexto socioeconômico nacional e catarinense em particular, na década de 1950, as condições que evidenciavam a necessidade da criação da Faculdade Catarinense de Filosofia e, nela, o curso de Geografia;
2. reconhecer as correntes político-partidárias e ideológicas dominantes no país e em Santa Catarina, situando nelas as figuras mais representativas desse período no Estado e seus respectivos projetos relativos principalmente à educação;
3. compreender o campo de atuação dos docentes do curso de Geografia, em atividades também na administração pública estadual, levantando aspectos relativos à sua formação;
4. analisar as ações empreendidas pela Faculdade e pelo curso de Geografia na estruturação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Frente a estes objetivos situamos a emergência da Faculdade Catarinense de Filosofia na década de 1950 no contexto de afirmação do capitalismo que, por sua vez, através das necessidades modernizantes, articulava no país novos arranjos políticos, econômicos e sociais para o seu próprio desenvolvimento.

Para nos auxiliar na compreensão de como o Brasil e, em especial, o Estado de Santa Catarina reagia frente a estas demandas da conjuntura internacional, recorreremos ao trabalho

analítico de Ignácio Rangel<sup>2</sup>, em torno das conseqüências da ação dos ciclos longos ou de Kondratieff, nos referidos espaços. Através dos estudos de estatística econômica, publicados em 1926, o economista russo, Nicolai Kondratieff, constatou na economia mundial, a existência dos chamados “ciclos longos” ou “onda longa”, ou seja, períodos com cerca de 50 anos nos quais alternam-se duas fases com 25 anos de duração cada uma (RANGEL,1981). Na chamada fase “a”, verificou, o autor, a existência de expansão econômica, seguida de outra, a fase “b”, com característica depressiva.

Ciclo	Fase “a”	Fase “b”
1º ciclo longo de Kondratieff	1790-1815	1815-1848
2º ciclo longo de Kondratieff	1848-1873	1873-1896
3º ciclo longo de Kondratieff	1896-1920	1920-1948
4º ciclo longo de Kondratieff	1948-1973	1973-1996(?)

Quadro 1: Ciclos Longos de Kondratieff

Fonte: Mamigonian, (2000).

<sup>2</sup> O economista Ignácio de Mourão Rangel nasceu no Maranhão em 1914. A militância política começou cedo, entre 16 e 17 anos de idade, com o advento da revolução de 1930. Neste período, passa a ter contato com a literatura marxista, participa do movimento estudantil e operário, mostrando forte engajamento nas lutas políticas de seu tempo. Embora conhecido como economista, sua formação se deu na área jurídica iniciada no Maranhão. Em 1935, quando cursava o segundo ano do curso de Direito, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que propunha o combate ao fascismo e ao imperialismo, tendo Prestes, como presidente de honra do movimento. Sintonizado com os propósitos da ANL, Rangel envolve-se na guerrilha no interior do sertão maranhense e piauiense, liderando considerável força de resistência composta em grande parte por camponeses. Tendo o movimento da ANL sofrido derrota em Natal e no Rio de Janeiro, com forte repressão pelas forças no poder, aquela luta ficou sem sentido. Ao afastar-se da região foi preso por dois anos, depois ficou recluso por 8 anos no Maranhão, deslocando-se então, após este período, para o Rio de Janeiro (1946). Seu reconhecimento como economista se deu com a produção do livro “Dualidade Básica da Economia Brasileira”, em 1957, cujas idéias estão sendo, sob determinados aspectos, por nós trabalhadas nesta dissertação. Antes, em 1954, tinha realizado estudos de pós-graduação na CEPAL, em Santiago do Chile, tendo escrito a tese “El desarrollo Económico en Brasil”. Foi chamado a participar na assessoria econômica de vários governos (Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e Jânio Quadros) e atuou por 23 anos, através de concurso público no BNDE. Cabe aqui o registro que Ignácio Rangel teve grande proximidade com o Departamento de Geociências da UFSC – cuja origem é o objetivo deste trabalho –, principalmente em função de sua amizade com o professor Armen Mamigonian, que por sua vez nos lembra sobre a colaboração do economista no período de 1983 a 1993 com o Curso de Geografia da UFSC, proferindo palestras nas Semanas de Geografia e participando de mesas redondas na UFSC e na Eletrosul. No Mestrado em Geografia ministrou Curso de extensão (1984) e participou de banca examinadora de dissertação”. (MAMIGONIAN,1997). Sobre a biografia de Ignácio Rangel recomendamos a leitura de entrevista concedida pelo autor na Revista Geosul, nº 5, ano III, 1º sem. 1988.

Desta forma, conforme o momento do “centro” se vivendo um período de expansão econômica, as periferias são chamadas a participar mais intensamente da divisão internacional do trabalho, porém se este mesmo “centro” vive uma fase econômica depressiva, a periferia é repelida, sendo obrigada a buscar por si própria a auto-suficiência perante suas necessidades. (RANGEL, 1981).

Atendendo aos objetivos desta pesquisa, resgatamos a arguta reflexão do professor Rangel em torno das fases expansivas e depressivas verificadas nos países capitalistas centrais e suas conseqüências, sobre a economia periférica brasileira e, por conseguinte, catarinense. Tal procedimento, ofereceu-nos elementos para que pudessemos compreender algumas das ações projetadas na esfera nacional e estadual, sobretudo no campo do ensino superior e especificamente sobre a constituição do curso de Geografia, no interior da Faculdade Catarinense de Filosofia, assinalada como primeira experiência, neste particular, em nível superior, no Estado de Santa Catarina.

A situação anteriormente exposta foi sentida, na década de 1950, como uma grande questão cultural que tomava forma e sentido pela mediação de determinados professores. A necessidade de explicar este envolvimento, bem como as ações realizadas com vistas à maturação e concretude da idéia da Faculdade de Filosofia, do curso de Geografia e da Universidade, remeteu-nos aos estudos de Gramsci<sup>3</sup> acerca do papel e função que os

---

<sup>3</sup> Antônio Gramsci, italiano de Sardenha, nasceu em 1891. Grande parte de sua vida, voltou-se para a luta política comprometida pela construção de uma outra sociedade, em oposição àquela marcada pela opressão capitalista às massas operárias, sobretudo na Itália. Ao necessitar interromper seus estudos, por volta dos 12 anos de idade para trabalhar, começou a sentir mais intensamente a injustiça social de seu tempo. Tal situação não o impediu de estudar e conhecer fundamente a realidade na qual seu país estava inserido. Com as dificuldades inerentes àquele momento histórico, retomou os estudos, e interessou-se pela imprensa socialista, passando, entre os 17 aos 20 anos, a vivenciar ativamente o movimento socialista, onde ocorreu sua primeira aproximação com as leituras de Marx. Chegou a freqüentar o ensino superior na Faculdade de Letras em Turim (1911-1915), fase esta de muito estudo e militância política, em meio às dificuldades econômicas e os problemas de saúde. O interesse pelo jornalismo tornou-se intenso, marcado pela luta socialista, principalmente de 1916 a meados da década de 1920. Não tardaria o momento em que seria alvo do governo fascista de Mussolini, que o encarcerou em 8/11/1926. A ação fascista, não impediu que sua mente trabalhasse e produzisse um corpo teórico capaz de pensar e explicar a sociedade no seu movimento dialético. Gramsci morreu em 1937. Sobre a biografia-histórica de Gramsci sugerimos ver: Simionatto (1985) e Gramsci (2001).

intelectuais exercem na sociedade.

A análise de Gramsci em torno dos intelectuais está relacionada a uma discussão mais ampla, sustentada pelo autor, centrada na necessidade da transformação social a partir dos “de baixo” em que, num processo de lutas estaria em jogo a construção de novas relações sociais que organizariam uma “hóvissima sociedade”. Sem desconsiderarmos estas dimensões que dizem respeito ao lugar de Gramsci, em sua trajetória de vida, procuramos, com o devido cuidado que a questão exige, situar nossos sujeitos de pesquisa na direção do conceito proposto pelo autor.

O intelectual, no sentido empregado por Gramsci, não está relacionado a erudição e ao academicismo que o termo tradicionalmente suscita. É, deste modo, apresentado sob duas formas: o tipo orgânico e o tipo tradicional. Para o primeiro deles nosso autor esclarece que todo

grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Já o segundo tipo, caracterizado como tradicional, é diferenciado do anterior, pois,

todo o grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Desta forma, os intelectuais orgânicos estão referidos a uma determinada classe no seu desenvolvimento, com vistas a dar sustentação ao grupo social fundamental. O intelectual tradicional, por sua vez, não estando ligado especificamente a uma classe social fundamental,

possui “maior autonomia em face desses grupos básicos da sociedade”. (COUTINHO, 1990, p. 37).

No intento de perceber mais claramente as diferenças, bem como, caracterizar um e outro tipo intelectual, temos em Coutinho, a explicação de que

há uma tendência em se conceber o intelectual orgânico como igual a intelectual proletário revolucionário e o intelectual tradicional como igual a intelectual conservador. Evidentemente, não se trata disso em Gramsci. Para ele, o intelectual orgânico é elaborado pela classe no seu desenvolvimento e pode tanto ser burguês quanto proletário. Um administrador de empresas, por exemplo, é um intelectual orgânico da burguesia, na medida em que a burguesia precisa de administradores para desempenhar bem o seu papel na sociedade; já o dirigente sindical é um intelectual orgânico da classe operária, podendo até ter uma ideologia burguesa, porque é necessário para o desenvolvimento da classe operária. Intelectual tradicional é, por exemplo, o professor universitário, vinculado a um aparelho de hegemonia que não é ligado necessariamente a uma classe social. A universidade é uma instituição que vem de antes do capitalismo e continuará depois dele. Os intelectuais ligados a organizações desse tipo – que não são classistas *stricto sensu*, como a Igreja, a Universidade etc. – são intelectuais tradicionais no sentido gramsciano. Então, pode haver o intelectual tradicional conservador e o intelectual tradicional revolucionário. (COUTINHO, 1990, p.37)<sup>4</sup>.

Neste estudo investigativo estaremos situando os professores - promotores e organizadores da Faculdade de Filosofia e do curso de Geografia -, bem como o grupo discente, os representantes do aparelho de governo e determinadas instituições, como intelectuais, pelas funções exercidas, de direção e organização, no momento histórico em questão. No entanto, em virtude das dificuldades que encontramos em precisar, com o rigor científico necessário, a que tipo intelectual estariam associados os muitos sujeitos, optamos por não fazer a distinção se “orgânico” ou se “tradicional” para os assim designados no texto. Porém, esclarecemos que aqueles intimamente relacionados com a criação da Faculdade de Filosofia e com o curso de Geografia, damos o entendimento mais “revolucionário” que os termos em discussão expressam.

---

<sup>4</sup> Esta citação corresponde a nota de rodapé nº 19 do texto referenciado.

Para o contexto socioeconômico da década de 1950, este momento de modificações na esfera educacional configurava-se como a construção do “novo”, pois, nas palavras do professor Henrique da Silva Fontes, diretor daquela instituição de ensino,

uma Faculdade de Filosofia está sendo, de há muito, almejada em Florianópolis, mormente pelos que, tendo concluído o curso normal, se dedicam ao magistério. É mesmo imperiosa necessidade para o meio [...] preparando-lhe professores para o ensino secundário e superior, além de dar oportunidade de estudos cientificamente orientados para os que até aqui, só como autodidatas atingem as esferas da alta cultura (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1952).

Associado a este problema também estava a criação da Faculdade, atrelada, de acordo com o exposto no requerimento de autorização para o seu funcionamento, a um projeto maior neste movimento de ampliação cultural, ou seja,

a necessidade de uma Faculdade de Filosofia é também reconhecida pelo Poder Público Estadual, não só pelo auxílio que lhe concedeu, como também porque a constituição do Estado determina que se promovam estudos para a criação da Universidade de Santa Catarina (art. 24 das Disposições Constitucionais Transitórias), sendo para essa criação imprescindível uma Faculdade de Filosofia [...] (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1952).

Este conjunto de questões nos remete ao entendimento da função da instituição escolar (nos seus diversos segmentos), pois é aí, mas não exclusivamente, segundo Gramsci, que são produzidos os intelectuais de diversos níveis. Desta forma, tem-se que “a escola - em todos os seus níveis - e a Igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam” (GRAMSCI, 2001, p. 112). A criação do curso superior de Geografia na Faculdade Catarinense de Filosofia esteve diretamente relacionada a esta questão. A sociedade catarinense necessitava de profissionais que atuassem no magistério secundário em função do crescimento da demanda pela escola, uma vez que no segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954) foram tomadas medidas, pelo Estado, “no sentido de produzir a equivalência dos cursos profissionais ao secundário, para efeito de progressão no

sistema escolar” (CUNHA, 1983, p. 170)<sup>5</sup>. Esta expansão do ensino secundário promoveu uma maior demanda para o ensino superior e neste sentido o governo tomou medidas, tais como o aumento da oferta de Faculdades, visto que foram criadas ‘novas Faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior’ (LOPES, 2000, p. 170). Além disto, para a referida autora, foi promovido também o processo de federalização das faculdades, que foi ‘responsável pelo aumento da oferta pública de ensino superior gratuito, assim como pela criação da maior parte das universidades federais hoje existentes’ (LOPES, 2000, p. 172). Desta forma, Gramsci (2000, p. 19) elucida que

a complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado.

A política desenvolvimentista da década de 1950<sup>6</sup>, no Brasil, estava em sintonia com a necessidade de ampliação do mundo cultural, com a preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho e com as exigências estruturais decorrentes do desenvolvimento do capitalismo. No Parecer nº 135/54, da Comissão de Ensino Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo<sup>7</sup> de autorização para funcionamento da Faculdade

---

<sup>5</sup> “A política educacional do Estado Novo estava marcada por uma estrutura dual para o ensino médio, com um ramo secundário conduzindo direta e irrestritamente ao ensino superior e a ramos profissionais que não permitiam aos seus diplomados ingressarem no grau posterior, a não ser que fossem cumpridas exigências adicionais, mesmo assim, restringindo a candidatura a cursos previamente fixados” (LOPES, 2000, p. 171).

<sup>6</sup> “O desenvolvimentismo pode ser definido como um modelo de desenvolvimento voltado centralmente para a realização de um crescimento econômico acelerado, acima dos padrões históricos tradicionais, com o objetivo de encurtar a distância em relação aos países considerados desenvolvidos, lançando mão, para tanto, em grau elevado, de recursos adicionais, extraídos compulsoriamente da sociedade ou buscados no exterior, e tendo o Estado como principal agente indutor e impulsionador do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos através do planejamento, quer investindo diretamente em setores fundamentais como infra-estrutura e indústria básica.” (BRUM, 1993, p. 95).

<sup>7</sup> Processo nº 77.872/52.

Catarinense de Filosofia, chamou-nos atenção um condicionante para a efetivação daquela empreitada que diz respeito às “condições culturais” de Florianópolis:

[...] *Condições culturais da localidade* – A Faculdade será instalada em Florianópolis, capital de Santa Catarina, onde funcionam já escolas superiores e de outros graus. Seria interessante e conveniente que ao processo viessem dados relativos às entidades que constituem a expressão do meio cultural de Florianópolis, a relação de suas escolas e outros estabelecimentos de ensino e as estatísticas relativas às matrículas nesses estabelecimentos. Enfim, todos os elementos que possam revelar as condições do ambiente da cultura da capital catarinense (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1954, p. 215)<sup>8</sup>.

Coube, então, aos professores organizadores do novo momento o cumprimento das exigências daquele órgão e concomitantemente promover outras ações que visavam à “ampliação do mundo cultural” como a contratação de professores “de fora”. Estariam criando condições objetivas para a referida ampliação e, deste modo obtendo a autorização necessária para o devido funcionamento da instituição. Para a organização do Departamento de Geografia,

[...] conseguiu a Faculdade, por intermédio do Govêrno de Santa Catarina, que o Govêrno de São Paulo comissionasse, pelo prazo de um ano, o Sr. Professor Dr. João Dias da Silveira, catedrático de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo [...].(OFÍCIO, 1955)<sup>9</sup>.

A vinda do referido professor e dos demais, que seriam posteriormente contratados, inseria-se neste novo momento, pois seriam eles que estariam pensando e articulando ações para a formação dos futuros professores. Exerciam, então, “função que é diretiva e organizativa, isto é educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2000, p. 25). Como os “novos”

<sup>8</sup> Anais do Conselho Nacional de Educação – MEC (1954, p. 215).

<sup>9</sup> Ofício nº 13, de 28 de abril de 1955, no qual o Diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia, Professor Henrique da Silva Fontes, comunica ao Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, sobre as atividades do professor João Dias da Silveira.



intelectuais passariam a agir sobre o ambiente socioeconômico e cultural do Estado? Como se relacionariam com os intelectuais “da terra” catarinense? Qual seria o significado coletivo de construção de um “novo clima cultural”? Os estudantes que se formavam neste contexto, teriam quais compromissos? Para refletirmos sobre estas questões, destacamos como de fundamental importância a compreensão dos projetos dos intelectuais desta época, não apenas dos novos professores, mas também daqueles ligados ao aparelho de governo, pois são eles que aparecem como os precursores das novas idéias para a sociedade catarinense.

Os partidos políticos, União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), neste período, dominavam o contexto político e representavam o poder oligárquico catarinense<sup>10</sup>. Tais partidos constituíam-se como forças conservadoras que se revezavam na sucessão ao governo do Estado, como pode ser observado no quadro que segue:

Ligados aos Ramos (PSD)	Ligados aos Konder-Bornhausen (UDN)
Nereu Ramos: 1935-1945	Irineu Bornhausen: 1951-1955
Udo Deeck: 1946-1947	Jorge Lacerda/Heriberto Hülse: 1956-1960
Aderbal Ramos da Silva: 1947-1950	

Quadro 2: Governadores Catarinenses e a Divisão Oligárquica – 1935 a 1960

Fonte: GOULARTI FILHO, 2001.

A Faculdade de Direito de Santa Catarina, desde sua fundação em 1932, exercia hegemonia sobre o ensino superior e no seu quadro docente vamos encontrar profissionais representantes dos partidos mais expressivos no cenário político-cultural estadual e nacional<sup>11</sup>.

A idéia de criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, no ano de 1951, na gestão do

<sup>10</sup> Estamos trabalhando o termo oligarquia tal qual expresso por Bobbio, onde “o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar” (BOBBIO, 1986, p. 835).

<sup>11</sup> Por exemplo, Nereu Ramos (PSD), que foi Interventor federal em Santa Catarina, exerceu mandatos como deputado federal e senador, chegando a assumir o cargo de Presidente da República e foi professor da Faculdade

governador udenista Irineu Bornhausen, constituiu projeto de intelectuais interessados na expansão deste nível de ensino, visando à criação de uma Universidade para o Estado catarinense.

Diante destas questões explicitamos que o presente trabalho está fundamentado com a concepção de educação proposta por Dermeval Saviani<sup>12</sup>, articulada no âmbito da concepção dialética da história e entendida como “atividade mediadora no seio da prática social global”<sup>13</sup>. Nesta concepção, a escola situa-se como elemento de mediação no desenvolvimento de uma determinada sociedade, evidenciando a forte relação existente entre educação e transformação/reprodução social. Saviani (1996b, p. 132) afirma, desta forma, que

[...] a educação está sempre referida a uma sociedade concreta, historicamente situada [...]. Como atividade mediadora, a educação se situa em face das demais manifestações sociais em termos de ação recíproca. A fim de determinar o tipo de ação exercida pela educação sobre diferentes setores da sociedade, bem como o tipo de ação que sofre das demais forças sociais é preciso, para cada sociedade, examinar as manifestações fundamentais e derivadas, as contradições principais e secundárias.

É a partir de tal concepção que buscamos compreender a criação do curso superior de

---

de Direito. O professor Henrique da Silva Fontes (UDN), fundador da Faculdade Catarinense de Filosofia, foi docente da Faculdade de Direito.

<sup>12</sup> Nasceu em 1943 em Santo Antônio de Posse, comarca de Mogi Mirim (interior de São Paulo), desde tenra idade sentiu as dificuldades de uma família de imigrantes que da lavoura do café, transferiram-se para o meio urbano, como operários, na perspectiva de encontrar novas oportunidades de vida. Neste contexto Saviani, aos 11 anos de idade, deixa São Paulo rumo a Cuiabá em companhia do vigário da paróquia para estudar no Seminário. Em 1962, retorna para São Paulo e inicia no Seminário Central de Aparecida do Norte os estudos de Filosofia. Em 1963, presta vestibular na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Lorena, sendo aprovado em primeiro lugar. Ao final de 1963 decide deixar o Seminário, retornando para São Paulo; em 1964, transferido para a PUC-SP, inicia a militância estudantil, enquanto sua família participava das greves nas fábricas e nas ruas. Em 1966, foi convidado para ser monitor da cadeira de Filosofia da Educação e em 1967 inicia oficialmente a trajetória docente, no curso de Pedagogia da PUC-SP e no Colégio Estadual de São João Clímaco, no ensino médio. Atuou na Pós-Graduação a partir de 1972, com uma produção tal que passou, ao longo dos anos, a ser “leitura obrigatória” no cam po educacional. Sobre a biografia do professor Saviani ver a página eletrônica: <http://www.fae.unicamp.br/dermeval/index2.html> .

<sup>13</sup> Nos escritos realizados pelo prof. Saviani, tal concepção orienta suas reflexões. Destacamos especialmente: Escola e democracia. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1985 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo); Educação Brasileira: estruturas e sistemas. Campinas-SP: Autores Associados, 1996. p. 132). Na obra Dermeval Saviani e a educação brasileira: o simpósio de Marília. São Paulo: Cortez, 1994, vários autores escrevem sobre o pensamento e a ação institucional do professor Dermeval Saviani. Sugerimos conferir, sobretudo, os capítulos “Fundamentação marxista do pensamento de Dermeval Saviani”, por Betty A. de Oliveira, p. 116 -119 e “A compreensão histórico-crítica da educação”, por Leda Scheibe, p. 167 -178.

Geografia e a própria Faculdade que o abriga. A expansão do ensino superior em Santa Catarina, com a criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, insere-se num contexto socioeconômico em que a educação estava sendo chamada para atuar no processo de modernização, mormente, de ordem econômica.

Afirmar a educação como mediadora, no dizer de Saviani (1996b, p. 132),

indica, justamente, o caráter instrumental da educação, e, por conseqüência, afirmar que a educação é mediação significa admitir que o que se passa em seu interior não se explica por si mesmo mas ganha este ou aquele sentido, produz este ou aquele efeito social dependendo das forças sociais que nela atuam e com as quais ela se vincula.

Pensando no seu caráter mediato, é possível compreender a educação não apenas como reprodutora das condições vigentes, mas também como atividade transformadora desta mesma ordem, porque

a educação não transforma imediatamente a sociedade. Ela transforma de forma mediatizada. Isto é, o processo de transformação que se dá pela educação refere-se não ao processo de transformação ao nível das condições materiais da estrutura social em que vivemos, mas ao nível das transformações das consciências. E as consciências são os sujeitos da prática social que gerará a transformação da sociedade.(OLIVEIRA, 1994, p. 118).

Assim exposto, indagamos, de forma mais insistente: quais as condições e os interesses para a formação de um curso superior de Geografia? Quais eram as forças atuantes no interior da Faculdade e de seu curso que imprimiam uma dada direção cultural, política e/ou pedagógica? Como era entendida a transformação social? A análise destas questões a partir da concepção da educação como “atividade mediadora no seio da prática social global” nos dá elementos para entendermos nossos sujeitos de pesquisa no movimento da dinâmica socioeconômica do período.

Colocado o debate sobre a concepção de educação, explicitamos a de Geografia na qual a presente pesquisa está considerando, ou seja, aquela afirmada por Milton Santos<sup>14</sup> (1996, p. 51), em que caberia a Geografia “estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço”. Compreendida desta forma, a Geografia é situada como ciência do espaço que, por sua vez, é entendido como base material da existência humana, na qual o homem – agente do sistema de ações – produz o sistema de objetos do seu tempo. E o que seriam os objetos? De acordo com o referido autor, para o geógrafo, “os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou” (SANTOS, 1996, p. 59). E como compreendê-los como sistema? Trata-se “de um todo cujos elementos apenas são viáveis no conjunto” (SANTOS, 1996, p. 58).

Segundo esta concepção, sistemas de objetos e sistemas de ações não podem ser considerados “isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 51), para possibilitarem, desta forma, a compreensão da totalidade.

---

<sup>14</sup> Nascido em Brotas de Macaúbas, interior baiano, em 1926, Milton Santos tornou-se respeitável geógrafo tanto no Brasil como em âmbito mundial. Sua formação inicial, porém, não foi na Geografia, mas no Direito, concluído em 1948. A ligação com a Geografia se deu quando ao finalizar o ginásio, com 15 anos de idade, passou a dedicar-se mais a esta disciplina visando a realização do vestibular para Direito, chegando, inclusive, a dar aulas. Esta ligação tornou-se mais intensa ao cursar o complementar, através da disciplina Geografia Humana e durante o curso de Direito, que conferia o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Uma vez formado, prestou concurso para professor catedrático do colégio municipal de Ilhéus, tendo que produzir uma tese que resultou, em 1948, no livro “O povoamento da Bahia”. A partir daí atuou como jornalista do Jornal “A Tarde”, envolvendo este colocado por ele como “capítulo especial de sua militância política”. Em 1958 concluiu seu doutoramento em Strasburgo. De retorno da França atua no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, criado especialmente para ele pelo reitor da Faculdade Federal da Bahia, na qual lecionava, bem como exerceu função de diretor da Imprensa Oficial (1959). Esta última atividade foi aceita com a condição de poder, Milton Santos, passar períodos de estudos na França. Diante de seu engajamento intelectual, comprometido com os grandes problemas sociais, principalmente os relacionados aos excluídos, foi alvo da ditadura militar, em 1964, sendo preso e solto depois de seis meses, porém submetido a prisão domiciliar. Em dezembro do mesmo ano foi para o exílio, permanecendo por 13 anos. Ao longo destes anos teve intensa atividade intelectual em vários países europeus, nos Estados Unidos, no Canadá, na Venezuela, na Tanzânia, etc. Em 1977 retorna ao Brasil, atuando em órgãos de planejamento, e em 1983 inicia atividade docente na USP. Ao falecer em 2001, aos 75 anos, deixa farto legado no campo da Geografia (mais de 40 livros), dos quais destacamos: “Por uma Geografia Nova”, 1978; “Espaço e sociedade”, 1982; “A urbanização desigual”, 1982; “Pensando o espaço do homem”, 1991; “Espaço e método”, 1992; “A urbanização brasileira”, 1996; “Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio-técnico informacional”, 1996; “A natureza do espaço”, 1996. Sobre a trajetória intelectual do professor Milton Santos ver entrevista concedida à revista Geosul, nº 7, ano III – 1º sem. 1988.

É no aspecto relacional entre objetos e ações que o “espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 1996, p. 52). As ações, desta maneira, seriam o resultado dos objetivos e finalidades propostos pelos homens organizados numa determinada sociedade.

Escreve ainda este autor que

as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma, ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (SANTOS, 1996, p. 67).

Evidencia-se, desta forma, uma dialética entre os dois sistemas – de objetos e de ações –, nos quais a existência de um está diretamente relacionada a do outro e que, determinando-se mutuamente, produzem a dinâmica do espaço geográfico. Esta dinamicidade relacional pode ser compreendida no caráter indissociável existente entre sociedade e natureza, objetos centrais da Geografia, que nos permitem compreender como homem e natureza se relacionam na produção de uma dada materialidade.

Através desta concepção de Geografia, identificamos nosso “objeto” de estudo, inserido em um “sistema de objetos”, num dado momento do desenvolvimento do capital e relacionado a um “sistema de ações” produzido pelos homens e suas instituições, designados por Masini (1988), como “decidores”, ou seja, “[...] aquele que pode escolher o que e vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar”<sup>15</sup>. Compreender a ação destes “decidores”, no espaço geográfico e no contexto socioeconômico em questão, é tarefa fundamental para entendermos a gênese do curso superior de Geografia em Santa Catarina.

---

<sup>15</sup> Esta idéia desenvolvida por J. Massini (1988, p. 112-113) inclui, entre os grandes decidores, os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos, etc. (MASSINI, 1988 apud SANTOS, 1996, p. 65).

Ainda quanto aos aspectos teórico-metodológicos, esta pesquisa que se pretende qualitativa, teve nas fontes primárias uma massa documental que possibilitou desvelar aspectos da criação da Faculdade de Filosofia e do curso de Geografia num determinado tempo e espaço. Não dispensou, todavia, as fontes secundárias, já que constituem materiais de análise importantes para o trabalho aqui proposto. Como afirmam Bontempi Jr e Toledo (1993, p. 19), a fonte secundária é “a literatura que versa sobre o tema e por isso subsidia o autor a construir o seu objeto”. O caráter qualitativo da proposta não deverá negar elementos quantitativos, pois eles também se caracterizam como dados que dão sentido à pesquisa.

Na realidade, qualquer fato social e educativo possui aspectos que podemos descrever em termos quantitativos (tamanho da população, repartição por categorias, frequência ou intensidade dos acontecimentos observados, etc.) e em termos qualitativos (significação, compreensão, “rotulagem” etc.). (THIOLLENT, 1984, p.46).

O referido autor ainda nos chama atenção para que se evitem os radicalismos quantitativos e qualitativos na pesquisa e que, sem perder as especificidades inerentes a cada trabalho, o ideal seria uma aproximação entre as duas formas.

Em função do propósito investigativo, em questão, consideramos a opção pela análise qualitativa a mais adequada, sem no entanto, deixarmos de considerar as preocupações de Thiollent (1984). Desta forma, utilizamo-nos de entrevistas que, além do esclarecimento das inquirições, viabilizaram o contato direto com os sujeitos envolvidos na problemática. A escolha dos entrevistados se deu conforme o envolvimento nos assuntos-eixo apontados neste trabalho, ou seja, aqueles (as) que efetivamente participaram do momento histórico de criação e consolidação da Faculdade Catarinense de Filosofia e do curso de Geografia, que no processo de entrevista, são considerados pessoas-chave (ZAGO, 2003). A população entrevistada constituiu-se de docentes, discentes e os que exerciam atividade técnico-administrativa. No grupo correspondente à categoria docente reunimos aqueles que

lecionaram no curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia. Quanto ao pessoal técnico-administrativo, numericamente menos expressivo, localizamos uma funcionária que exerceu atividade na secretaria da instituição. No tocante ao pessoal discente, priorizamos aqueles que, depois de formados no curso de Geografia e História ou no de Geografia, atuaram na qualidade de docentes, tanto na Faculdade de Filosofia como na Universidade Federal de Santa Catarina.

O roteiro das entrevistas tornou possível trazer à tona informações acerca das relações acadêmicas, profissionais e institucionais. Neste sentido,

a escolha pelo tipo de entrevista, como é o caso de outros instrumentos de coleta de dados, não é neutra. Ela se justifica pela necessidade decorrente da problemática do estudo, pois é esta que nos leva a fazer determinadas interrogações sobre o social e buscar estratégias apropriadas para respondê-las (ZAGO, 2003, p. 294).

A entrevista, denominada de compreensiva ou semi-estruturada, permite certa flexibilidade na criação do roteiro frente aos novos elementos suscitados no decorrer do próprio processo da entrevista. É preciso manter uma direção para que os objetivos não se percam, mas a ausência de rigidez dos itens possibilita o aprofundamento das questões centrais e de outras que se apresentem no diálogo com o entrevistado. Assim é que optamos por realizar as entrevistas ao longo do período de que dispúnhamos para a pesquisa e não concentradas a um só tempo. Desta forma, suprimimos algumas questões que foram se confirmando, e acrescentamos outras, surgidas muitas vezes, pela interlocução com os entrevistados, bem como pelo próprio trabalho investigativo com as fontes primárias e secundárias.

Associado à pesquisa, conforme sugestão de Zago (2003), desenvolvemos um questionário que permitiu uma caracterização da população entrevistada, com informações acerca da origem de sua graduação, cidade natal, trajetória acadêmica/profissional e

atividades atuais, entre outras. As questões previamente aplicadas garantiram um “aquecimento” para a sessão de entrevista propriamente dita.

Ainda sobre as fontes primárias, destacamos a análise de documentos escritos, produzidos pela direção administrativa e pedagógica, pelos docentes e discentes e pelo poder estatal, através de sua correspondente burocracia, que, como “forma de domínio moderno, aparentemente impessoal, desvela/revela” (SILVA, 2000). Outros documentos se mostraram extremamente importantes: atas, estatutos, ofícios expedidos e recebidos pelas instituições investigadas, mensagens governamentais, boletins, imagens e tantos outros, cada um a seu modo apresentando-se como reveladores de um tempo. O acesso ao acervo em questão foi possível através do Arquivo Público de Santa Catarina, do Arquivo Central e da Coordenação do curso de Pedagogia, estes dois últimos da UFSC; da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado. Em relação a este conjunto documental, importa compreender que o

documento não é inócuo. É antes de tudo o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 1988, p. 76).

O referido autor chama atenção para o “documento-monumento”<sup>16</sup>, que necessita ser “desmontado”, para que possamos analisar as suas condições de produção.

Destacamos também a leitura dos jornais do período em análise, disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, que guardam informações do cotidiano de Florianópolis e do Estado, que nos possibilitaram perceber aspectos da dinâmica histórica do

---

<sup>16</sup> “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1996, p. 548).



período. Essencialmente trabalhamos com os jornais de maior circulação em Florianópolis, que mantinham, pela própria dinâmica do momento, íntima ligação com os partidos políticos de maior expressão. Representando interesses e desvelando conflitos e projetos, destacamos “O Estado”, ligado ao PSD, o “Diário da Tarde”, à UDN e “A Gazeta”, que, embora estampando na primeira página de suas edições a expressão “sem ligações partidárias”, é apontado, por Laus (1985), como sendo ligado ao PSD .

Procuramos trabalhar com recurso cartográfico, como os mapas, encontrados na já referida biblioteca estadual, bem como, na Biblioteca Central da UFSC. Os mapas revelaram elementos importantes com vistas à compreensão da organização espacial, como por exemplo, a dispersão das faculdades, o projeto da cidade universitária, etc. O documento iconográfico<sup>17</sup>, foi uma outra possibilidade com o qual contamos em nosso estudo, mais especificamente as fotografias. A fotografia para Le Goff “revolucionou a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (1996, p. 466). Embora Le Goff estivesse se referindo, em sua assertiva, ao final do século XIX e início do século XX, pensamos que a fotografia - e todos os modernos recursos técnicos que a envolvem - é um recurso atual de extraordinária possibilidade para trabalhar o fato histórico. As fotografias apresentadas ao longo deste trabalho foram acessadas na biblioteca do Acervo Henrique da Silva Fontes, atualmente sob os cuidados de Theresinha de Jesus da Luz Fontes, sua filha.

Ainda sobre a fotografia temos que a

[...] imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos materiais. Isto é verdade tanto sendo uma fotografia produzida quimicamente ou eletronicamente, uma fotografia única, ou imagens em movimento.[...] embora a pesquisa social esteja tipicamente a serviço de complexas questões teóricas e abstratas, ela pode empregar, como dados

---

<sup>17</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o documento iconográfico “inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz entre outros” (ABNT, NBR 6023, de agosto de 2002).

primários, informação visual que não necessita ser nem em forma de palavras escritas, nem em forma de números: a análise do impacto do [tráfego] no planejamento urbano, tipos de parques de diversão perigosos ou campanhas eleitorais [e para nossa pesquisa, a localização dos prédios das Faculdades e dos cursos; os professores, estudantes e técnicos em suas atividades, imagens do cotidiano da época em estudo] podem, todos eles, beneficiar-se com o uso de dados visuais. [...]. Eles não podem ser ignorados (BUER; GASKELL, 2002, p. 137-138).

Por fim, após as considerações feitas quanto aos objetivos e dimensões teórico-metodológicas da pesquisa, partimos para a orientação quanto à organização das unidades deste trabalho, antes, porém, consideramos oportuna uma explicação a respeito da presença das notas biográficas ao longo do texto. Inicialmente pensamos na possibilidade do uso de tal recurso com o intuito de situar apenas os professores envolvidos no processo de gênese do curso de Geografia, bem como algumas lideranças políticas. A partir dos estudos em torno do conceito de “intelectual”, na perspectiva de Gramsci, sentimos a necessidade de ampliá-las, também, para os autores que compõem o quadro teórico desta dissertação na tentativa de situá-los no cenário das lutas em que exerceram papel intelectual e produziram suas teorias.

Assim, estruturada em quatro capítulos, analisamos no primeiro deles o processo de institucionalização das Faculdades de Filosofia no Brasil, na década de 1930, no esforço de buscar elementos para a compreensão deste fenômeno no Estado de Santa Catarina. Considerando o contexto socioeconômico, evidenciamos as condições existentes para a criação, tanto da referida instituição educacional como a campanha pelo desenvolvimento da Universidade, em meio às questões político-partidárias, de ordem oligárquica, do período.

No segundo capítulo, destacamos o desenvolvimento das primeiras experiências em torno do planejamento, com vistas à modernização, num processo dirigido pelo aparelho de governo. Analisamos, sob este entendimento, a criação da Faculdade Catarinense de Filosofia e sua relação com a criação da Universidade de Santa Catarina.

Ao longo do terceiro capítulo, situamos o curso de Geografia na dinâmica da Faculdade Catarinense de Filosofia, trabalhando as especificidades pedagógicas inerentes ao

curso, bem como, caracterizando a composição do quadro docente e discente no contexto geral da instituição.

No quarto e último capítulo, em função do suporte dado pelos anteriores, trouxemos a discussão sobre a ação dos docentes e discentes no desenvolvimento de pesquisas em torno da realidade catarinense, seja nas atividades acadêmicas inerentes ao curso, seja na aproximação com Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC), ou no Núcleo municipal da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Nas considerações finais, encerrando as reflexões propostas por este trabalho, reunimos aspectos que consideramos mais significativos na tentativa de estabelecer nexos pontuais em relação aos objetivos e também às questões e hipótese da pesquisa. A produção desta síntese procurou também destacar a indicação de novos eixos de estudos.

## 1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS FACULDADES DE FILOSOFIA NO BRASIL: NA PISTA DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DE GEOGRAFIA EM SANTA CATARINA

*Pois entre estrangeiros e nacionais não há distinção quando uns e outros são educadores unidos por ideais comuns e empenhados por igual na obra de formação do homem, de todas a mais bela e fecunda, mas também a mais áspera e difícil, tremenda pela irreparabilidade de suas conseqüências, mas sedutora pela imensidade das perspectivas, nacionais e humanas, que abre à civilização.*

*Fernando de Azevedo*

O ensino superior em Santa Catarina teve como marco, a criação, em 1917, do Instituto Politécnico de Florianópolis<sup>18</sup>, que até 1932 se manteve como única instituição de formação superior. Quando da sua extinção em 1935, já se verificava a existência da Faculdade de Direito (1932), que a partir de então, manteve-se hegemônica até 1948, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia<sup>19</sup>. A partir de então, a oferta de novos centros de ensino tornou-se mais intensa: a Faculdade de Filosofia, em 1951<sup>20</sup>, a de Ciências Econômicas, em 1955, a de Serviço Social, em 1959 e a de Medicina, em 1960.

Evidencia-se, deste modo, que de 1932 até 1960 foram seis o número de faculdades existentes, numa crescente ampliação do quadro do ensino superior em Santa Catarina, situação esta em sintonia com o fato de que já havia – e se fortalecia – um pensamento voltado para a modernização do Estado. Este quadro de expansão das faculdades catarinenses,

---

<sup>18</sup> Sobre a fundação, estrutura e organização pedagógica do Instituto Politécnico, ver VIEIRA (1979).

<sup>19</sup> “O desaparecimento do ‘Instituto Polithécnico’ deixou um grande vazio na área da saúde, principalmente na Odontologia. Assim, novas tentativas foram sendo feitas, no sentido de dar a Santa Catarina uma Faculdade de Farmácia e Odontologia, aspiração somente atingida em 1948.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1986, p. 16).

<sup>20</sup> “Na década de 50 o Estado de Santa Catarina crescia, exigindo novas áreas de formação universitária. Objetivando dotar o sistema de ensino de novos e qualificados professores, principalmente voltados para a alfabetização, nasceu a idéia, em 1951, da criação de uma Faculdade de Filosofia.”(UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1986, p. 16).

estaria expressando alguma tendência na organização do ensino superior no Brasil, relacionada as novas determinações socioeconômicas vigentes, a partir de 1930?

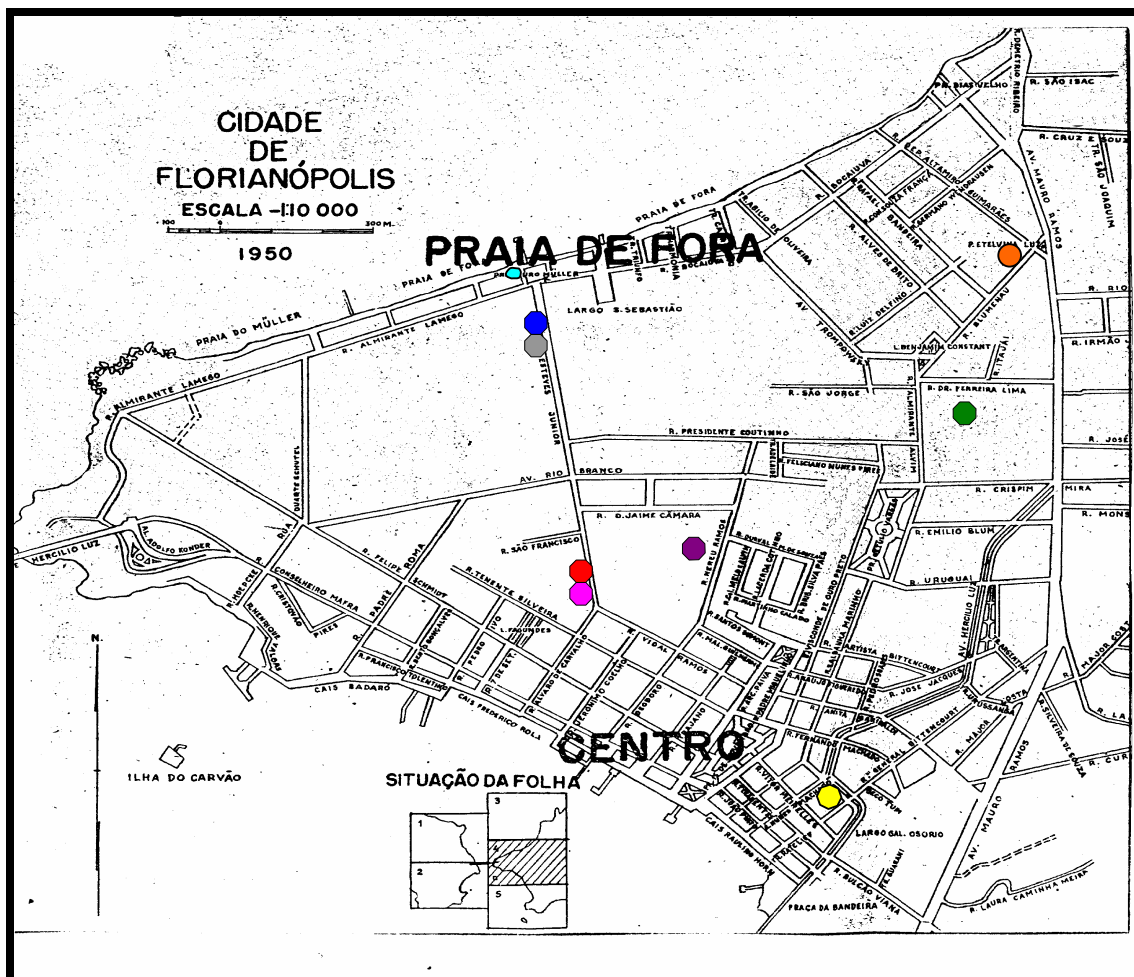


Figura 1: Localização das Instituições de Ensino Superior – 1951 a 1960

Fonte: Mapa de Florianópolis (Modificado). Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1950.

Legenda:

- Faculdade de Odontologia e Farmácia de Santa Catarina - Rua Esteves Júnior
- Faculdade de Direito de Santa Catarina – Rua Esteves Júnior
- Faculdade Catarinense de Filosofia (Colégio Catarinense) – Rua Esteves Júnior
- Faculdade Catarinense de Filosofia (Sede) – Rua Esteves Júnior
- Faculdade Catarinense de Filosofia (Curso de Geografia) – Praça Lauro Müller (atual Esteves Júnior)
- Faculdade Catarinense de Filosofia (Curso de Didática) - Rua Nereu Ramos
- Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina – Rua Hercílio Luz
- Faculdade de Medicina de Santa Catarina – Rua Dr. Ferreira Lima
- Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina – Rua Blumenau (atual Victor Konder)

Este questionamento nos leva à busca de elementos para compreender o processo de desenvolvimento das universidades brasileiras, ou seja, nos remete à criação da Universidade do Rio de Janeiro<sup>21</sup>, o que “foi paradigmático para as que vieram depois dela” (LOPES, 2000, p. 163), ou seja, o processo de constituição desta Universidade, a partir da junção de faculdades pré-existentes, constituiu-se como modelo para as que surgiram depois de sua fundação. Ressaltemos, no entanto, que o ensino superior no Brasil não teve início com a Universidade do Rio de Janeiro. No período colonial, as escolas jesuítas, e os seminários se colocavam como equivalentes às universidades existentes na América espanhola (LOPES, 2000)<sup>22</sup>, não se constituindo, porém como universidades. A este respeito Mendonça (2000, p. 132) pontua que

não há dúvida de que, se consideramos a universidade como uma instituição específica da civilização ocidental, na forma em que se constitui historicamente no contexto europeu, essa instituição não foi, ao longo do período colonial, implantada em nossas terras. Algumas tentativas sistematicamente frustradas de estender aos colégios jesuítas as prerrogativas universitárias nos dão conta da intencionalidade da coroa portuguesa de manter a dependência com relação à Universidade de Coimbra, a rigor, a única universidade existente em Portugal (já que a outra universidade existente no Reino, a de Évora, nunca teve as mesmas prerrogativas que Coimbra).

A inexistência de universidades em nosso território colonial, constituía-se em projeto

---

<sup>21</sup> “Da Colônia à República, houve grande resistência à idéia de criação de instituições universitárias [...]. Sob os princípios liberais de descentralização no início da República é que surgiram as duas primeiras instituições denominadas universidades: a universidade de Manaus, em 1909, e a do Paraná, em 1912. Ambas apareceram como instituições livres e tiveram duração efêmera. Embora tenham elas existido de fato, os autores, em geral, são levados a considerar a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, como a primeira universidade brasileira, por ter sido instituída por força de um decreto do Governo Central”. (FÁVERO, 1989, pp. 35-36).

<sup>22</sup> “O afã de fazer das novas terras mais do que simples feitorias comerciais levou os castelhanos, algumas vezes, a começar pela cúpula a construção do edifício colonial. Já em 1538, cria-se a Universidade de São Domingos. A de São Marcos, em Lima, com os privilégios, isenções e limitações da de Salamanca, é fundada por cédula real de 1551, vinte anos apenas depois de iniciada a conquista do Peru por Francisco Pizarro. Também de 1551 é a da Cidade do México, que em 1553 inaugura seus cursos. Outros institutos de ensino superior nascem ainda no século XVI e nos dois seguintes, de modo que, ao encerrar-se o período colonial, tinham sido instaladas nas diversas possessões de Castela nada menos de 23 universidades, seis das quais de primeira categoria (sem incluir as do México e Lima). Por esses estabelecimentos passaram, ainda durante a dominação espanhola, dezenas de milhares de filhos da América que puderam, assim, completar seus estudos sem precisar transpor o oceano” (HOLANDA, 1995, p. 98).

da elite dominante e do pensamento positivista em não permitir a criação de um ambiente coletivo de estudantes universitários, onde idéias revolucionárias pudessem vir a ter guarida. Tal postura refletia a preocupação da administração colonial em impedir a “circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio” (HOLANDA, 1995, p.121).

Com a transferência da família real para o Brasil, em 1808, “as instituições criadas por D. João VI, no âmbito do que se pode chamar ensino superior, estavam na sua grande maioria diretamente articuladas à preocupação com a defesa militar da colônia, tornada a sede do governo português” (MENDONÇA, 2000, p. 134). Ao longo do tempo, estes cursos vão se reorganizando e constituindo-se em escolas e faculdades que, por sua vez, vão compor o quadro do ensino superior no Brasil.

Somente a partir de 1920, surge então a legislação organizadora do processo de criação de universidades, com destaque para o Decreto 5.616, de 28 de novembro de 1928, do governo federal. Este documento oficial tornou obrigatório, para a formação destas instituições, a existência, por parte das pretendentes, de patrimônio considerável, bem como a condição de serem constituídas a partir da reunião de, no mínimo, três faculdades, “funcionando ininterruptamente há pelo menos 15 anos” (LOPES, 2000, p. 163). Através do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 (o chamado Estatuto das Universidades Brasileiras), as universidades passaram a ser criadas a partir da reunião de pelo menos três Faculdades, a escolher, dentre as de Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras.

A criação de centros universitários no Brasil passou a ter um capítulo especial quando

da criação da Universidade de São Paulo (USP)<sup>23</sup>, em 1934. Constituída também a partir de faculdades pré-existentes, caracterizou-se, no entanto, pela presença de um elemento novo em sua estrutura: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que, a partir de então, em termos de ensino superior, “inaugurava a oportunidade de institucionalização das Ciências Humanas, um dos grandes ideais de Azevedo” (LIMA, 1999, p. 207).

A criação da USP, tendo sua origem nos debates promovidos pelo “O Estado de São Paulo”<sup>24</sup>, por meio dos quais os intelectuais das décadas de 1920 e 1930 propunham um sentido original para a educação, passava a ser entendida como grande possibilidade para a construção de uma nova mentalidade política para o país.

Além dos integrantes de “O Estado de São Paulo”, destaca -se a presença de muitos outros intelectuais, principalmente partícipes do Movimento dos Renovadores, dentre os quais Fernando de Azevedo<sup>25</sup>, que estariam indicando outras possibilidades para um Brasil que se

---

<sup>23</sup> Lima (1999, p. 213), em nota de rodapé nº 112, explica que a “fundação da Universidade de São Paulo deu-se quando o então diretor do jornal, *O Estado de São Paulo*, Armando de Salles Oliveira, foi convidado por Getúlio Vargas para ser o interventor de São Paulo. Segundo Fernando de Azevedo, ‘o ilustre paulista oferecia, por suas altas qualidades intelectuais e morais e por sua larga experiência na direção de grandes empresas, as melhores perspectivas de um governo empreendedor [...]’. Ainda, segundo o próprio Azevedo, com Armando de Salles no poder e com Mesquita Filho novamente na direção do jornal, ‘pareceu-nos ter chegado, afinal, a oportunidade de criar a Universidade de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que seria integrada no sistema. Júlio de Mesquita e eu lutávamos por isso desde 1923’”.

<sup>24</sup> “Para o mundo cultural paulista das primeiras décadas deste século [XX], *O Estado de São Paulo* era um importante ponto de referência profissional e intelectual, local de rodas em que se discutiam os problemas e projetos culturais. [...] Júlio Mesquita, como depois Júlio Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira, animavam as idéias de progresso cultural. [...] Aí [no, O Estado], se reuniam à tarde e à noite, como num clube de cultura, professores de escolas superiores, profissionais liberais, em geral colaboradores do jornal e mesmo redatores de outros periódicos.” (LIMONGI, 1989, p.112).

<sup>25</sup> “Fernando de Azevedo nasceu em Minas Gerais (São Gonçalo do Sapucaí), a 2 de abril de 1894, e faleceu em São Paulo a 18 de setembro de 1974. Foi educado pelos jesuítas, primeiro no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, onde cursou o Ginásio, e depois em Campanha, Minas Gerais, onde cursou durante cinco anos o Seminário da mesma Ordem. Com os Jesuítas, aprendeu a desenvolver uma rigorosa disciplina que o acompanhou durante toda a vida. Durante o período que estudou nesses colégios, aprofundou-se nas línguas grega e latina, literatura antiga, filosofia e história. Desde cedo, deu grande importância ao saber científico percebendo-o como a formação mais adequada à mentalidade moderna. A renúncia em relação à vida religiosa levou Azevedo a matricular-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, transferindo-se depois para Belo Horizonte (1914-1917) e São Paulo (1917), onde diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1918. Jamais, porém exerceu a profissão. Quando ainda cursava Direito, foi professor de Latim e Psicologia no Ginásio do Estado, em Belo Horizonte e, em São Paulo, lecionou Latim e literatura na Escola Normal da Praça (1921-1927). Foi também em São Paulo que iniciou sua atividade como jornalista, primeiro no jornal *Correio Paulista* e depois em *O Estado de São Paulo* (a partir de 1923), publicando artigos da crítica literária. Este jornal, dirigido por Júlio de Mesquita, foi o porta voz dos dissidentes do Partido Republicano Paulista, abrindo espaço para o debate político que se instaurava no país. Nele, Azevedo publicou o *Inquérito sobre a instrução pública no Estado de São Paulo* no ano de 1926, o que ficou conhecido como o ‘*Inquérito de 1926*’. A partir do *Inquérito* a atuação de



industrializava e necessitava de uma elite dirigente com um preparo universitário “desinteressado”, ou seja,

[...] um ensino superior não voltado para a formação em uma determinada profissão (engenheiro, médico, advogado, etc.), mas de uma carreira científica, na qual os estudantes se dedicariam exclusivamente a elaborar, produzir e transmitir a cultura. Significaria também uma preparação a estudos ulteriores, se tais estudos fossem transmitidos no secundário. Segundo Azevedo (AZEVEDO apud PENNA, 1997), os estudos desinteressados serviam para a "pesquisa e o culto da verdade em si, o espírito crítico e experimental, o gosto da descoberta, a aventura da criação; é a erudição dos estudos fortes, a limpidez e a exatidão do pensamento, a ciência da antiguidade apanhada em toda a sua graça; é o espírito geométrico, e o espírito da finura, a curiosidade filosófica, a repulsa a todos os dogmatismos e a dúvida metódica; é o sentido do que há de mistério no real e de que a ciência coabita com o inexplicável, e, portanto, além da paixão pela ciência, é a reverência pelo incognoscível a inquietação do mistério que envolve a vida e o destino” [...]. (LIMA, 1999, p. 163).

A concretização da nascente Faculdade contou com forte influência dos intelectuais franceses que já na década de 1920 estimulavam o seu estabelecimento no Brasil. Estava a nova instituição, intimamente ligada à formação do professorado em nível secundário dentro da proposta do desenvolvimento da cultura dos “estudos desinteressados”, que seria o grande responsável pela criação das novas elites dirigentes. Em palestra à Sociedade de Educação, publicada no “O Estado de São Paulo”, de 12 de outubro de 1927, Paul Fauconnet<sup>26</sup> argumentava que:

---

Azevedo na educação se intensificou. No período de 1926 a 1930, ocupou a direção da Instrução Pública do Distrito Federal, onde projetou, defendeu e realizou uma reforma de ensino, definida por ele como a mais importante para a época. De volta a São Paulo, reuniu livros relacionados à educação na coleção intitulada Biblioteca Pedagógica Brasileira (B.P.B), em 1931 e, nesse mesmo ano, organizou a coleção de estudos brasileiros – Brasiliana – da qual foi diretor durante mais de quinze anos” (LIMA, 1999, pp. 126-127). Fernando de Azevedo foi fundador e Diretor do Instituto de Educação e um dos fundadores da Universidade de São Paulo, em 1934.

<sup>26</sup> “Os anos 20 merecem particular destaque quando falamos em relações culturais franco-brasileiras, pois em 1925 um importante passo é dado no sentido de intensificação destas relações. Trata-se da criação, por iniciativa do grupo do jornal O Estado de S. Paulo, do Liceu Franco-Brasileiro, considerado um embrião da futura Universidade de São Paulo. Segundo Cruz Costa, aqui estiveram o psicólogo Henri Pierón (1925); George Dumas, no ano seguinte; em 27, Fauconnet [Professor] e o padre Yves de la Brière, diretor da revista *Études*; Paul Rivet, em 28, e o também psicólogo Pierre Janet (1929)”. (MASSI, 1989, pp. 413-414).

verifiquei que há em São Paulo uma magnífica Faculdade de Medicina, uma notável Faculdade de Direito e uma Escola Politécnica de renome universal. Não vi, entretanto, ensino superior de filosofia, de literatura ou de línguas. [...] sem órgãos capazes de fornecer esse ensino, não se pode pensar em universidade [...]. E como vi que no campo das letras é que há muitas deficiências, volto a dizer que será preciso cuidar de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, ou algo semelhante (LIMONGI, 1989, p. 147).

Paralelamente a USP, no Rio de Janeiro, então capital federal, vê-se, em 1935, a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), que também destacava a importância de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e seguia o modelo preconizado pela universidade paulista, com grande influência, sobretudo, de intelectuais dos Estados Unidos. Colocada em prática por Anísio Teixeira<sup>27</sup>, também, um dos membros do já citado Movimento Renovador, a UDF propunha a preparação da intelectualidade do país.

Esta atenção para a preparação de novas lideranças na condução dos destinos da nação, inseria-se na dinâmica conjuntural pós-1930, em que de um lado havia o projeto populista do período no qual Getúlio Vargas<sup>28</sup> esteve na condução política do Brasil e de outro, a conjuntura internacional, com acentuado crescimento político-econômico dos Estados Unidos e sua estreita aproximação com a América Latina e , em particular do Brasil.

---

<sup>27</sup> Anísio Teixeira teve intensa vida intelectual. Nasceu em Caetité, na Bahia, em 1900, acompanhou e atuou intensamente no desenrolar de grande parte do século XX. O autor graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922. Daí em diante, foi Inspetor Geral do Ensino da Bahia, em 1924, em 1927, estudou nos Estados Unidos, onde realizou, comissionado, por lei, ‘estudos de organização escolar’. Em 1928, voltou por mais dez meses para realizar o *Master of Arts* no Teachers College da Columbia University. Em 1931, ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Educação da Capital da República. Em nível nacional, foi presidente e relator, em 1933, da ‘Comissão dos Dez’, constituída pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Esta comissão, tendo por base o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborou sugestões para o capítulo da Educação da nova Constituição Brasileira, de 1934, bem como para o Plano Geral da Educação Nacional. Com o advento do Estado Novo, Anísio Teixeira exilou-se com sua família no interior da Bahia por dez anos. Em 1946, portanto, com o fim do Estado Novo, foi Secretário da Educação do Estado da Bahia. Ainda assumiu as funções de Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), na Capital da República, foi Conselheiro Federal de Educação, no período de 1962-1968, e em 1963, vice-reitor da Universidade de Brasília (UNB), onde Darci Ribeiro era o reitor. Em 1964, viajou para os Estados Unidos para dar cursos como o *Visiting Scholar*, na Colúmbia University, e da Universidade da Califórnia. Faleceu em 11 de março de 1970, um ano após ter sido eleito para a Academia Brasileira de Letras (SANTOS, 2000, p. 105-124).

<sup>28</sup> Getúlio Vargas foi chefe do Governo Provisório, garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército (1930-1934), depois presidente eleito pelo Congresso Nacional (1934-1937) e, por último, ditador sustentado pelo Exército após o golpe de Estado que instituiu o Estado Novo (1937-1945). Em 1950, foi eleito Presidente. Seu mandato foi interrompido por sua morte em 24 de agosto de 1954. Em seu lugar, assumiu Café Filho, que governou até 1955, quando aconteceu a eleição que colocou, na presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O populismo, como regime político, é fenômeno característico “da passagem da sociedade tradicional, arcaica ou rural, para a sociedade moderna, urbana ou industrial” (IANNI, 1989, p. 8). Este processo aconteceu na América Latina, em geral, por consequência dos grandes acontecimentos mundiais como a Primeira Guerra, a crise de 1929 – que gerou um processo de depressão econômica nos primeiros anos da década de 1930 – e a Segunda Guerra. Tais acontecimentos provocaram “rupturas estruturais internas nas nações de economia dependente” (IANNI, 1989, p. 55), fato que facilitou a liberação de forças políticas e econômicas que estavam colocadas em segundo plano na época dos governos oligárquicos.

O quadro conjuntural, em crise desde 1920, correspondente a fase “b” do terceiro ciclo longo, marcado pela recessão internacional, provoca no Brasil, a partir de 1930, novos arranjos de ordem política, econômica e jurídica que buscavam saídas para a superação da crise instalada. É o que Rangel (1957, p. 14) elucida ao afirmar que, nas economias periféricas, “uma forma qualquer de substituição de importações torna-se necessária e possível, mas, para isso, faz-se mister certa medida de mudanças das instituições preexistentes”. O desenvolvimento do capitalismo industrial sob bases nacionalistas trazia no seu bojo rupturas que indicavam um novo momento na história do país.

Na verdade, a “revolução de 30” tendo apeado do poder as oligarquias agro-exportadoras, possibilitou condições para um novo pacto de poder, que por meio do processo de substituição industrial de importação<sup>29</sup> garantiu, do ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, um crescimento sem precedentes.

---

<sup>29</sup> Além do processo de substituição industrial de importação, Rangel, em seus estudos, identifica outros dois momentos, todos originados em virtude da situação econômica desfavorável no centro capitalista mundial (fases “b”). Assim no período 1815 -1848 (fase “b” do primeiro ciclo longo), diante da crise econômica mundial, diversificou-se a produção no interior das fazendas com vistas a atender as necessidades de consumo, como por exemplo, a produção de tecidos, etc. A segunda substituição de importação, denominada de artesanal-mercantil, ocorreu entre 1873-1896 (fase “b” do segundo ciclo longo), onde novamente em meio a crise econômica mundial ocorre a substituição de produtos antes importados, só que agora no meio urbano, procurando atender as necessidades da população que teve expressivo crescimento na fase “a” do ciclo em estudo.

Uma vez constituído, o Estado populista procurou tomar medidas internas e externas de reorganização política e econômica, atendendo sobremaneira as exigências conjunturais. Assim, esquadrinhou no nacional desenvolvimentismo a alternativa para superar a situação de dependência verificada no período oligárquico, baseado no modelo agro-exportador. O preconizado nacionalismo, alerta Ianni (1996), não foi acompanhado por medidas que visassem o rompimento com o sistema de relações internacionais, não promovendo, portanto, a necessária emancipação econômica. Desta forma,

[...] as reações das economias dos países da América Latina foram acompanhadas de rupturas e reformulações nas relações econômicas externas. A Inglaterra, a Alemanha e a França além do Japão, tiveram que reduzir bastante a sua presença na região. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se ou intensificaram-se, conforme o caso, as relações econômicas regulares com os Estados Unidos. As crises do capitalismo mundial, em combinação com os seus efeitos internos nas nações latino-americanas, fizeram com que o eixo econômico desta oscilasse da Europa para os Estados Unidos (IANNI, 1996, 56).

No caso brasileiro, a intensificação de relações regulares com os Estados Unidos verificada no período em que Vargas esteve na Presidência da República, coincide com o de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos (1933-1945)<sup>30</sup>. Este período foi fortemente marcado pelo interesse estadunidense no processo de “americanização” do Brasil,

ora interpretado como um grande perigo destruidor de nossa cultura, influenciando-a negativamente; ora, de forma, oposta, é visto como uma força paradigmática e mítica, capaz de tirar-nos de uma possível letargia cultural e econômica, trazendo um ar modernizante para a sociedade brasileira. (TOTA, 2000, p. 10).

---

<sup>30</sup> A gestão do Presidente Roosevelt esteve envolvida inicialmente com a recuperação econômica dos Estados Unidos em função da crise de 1929. Sua reeleição (1937-1941) se deu pelos efeitos positivos conquistados no campo da economia. O segundo momento de sua trajetória, representado pela sua terceira reeleição (1941-1945), estaria marcado pela eminência da participação dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Vê-se, então, no período em análise, uma conjuntura internacional fortemente marcada por problemas de ordem econômica, decorrentes, por um lado, da quebra da bolsa de New York, em 1929, que afetou a economia mundial e particularmente a brasileira, por outro, esta conjuntura fortemente marcada pela possibilidade de realização da Segunda Guerra Mundial trazia, novamente, em grande medida, problemas de ordem econômica em escala mundial.

Até a década de 1930, o Brasil importava produtos industriais da Inglaterra, situação que não era correspondida pelo país europeu para com os produtos brasileiros. Os Estados Unidos, ao contrário, exportava pouco para o Brasil e se mostrava forte importador da nossa produção. Com a crise de 1929 e a “revolução de 30”, ocorre um rompimento com o capital inglês, agora, enfraquecido e sem nenhuma disposição em investir na industrialização do Brasil e com uma forte vinculação ao capital financeiro norte-americano (PEREIRA, 2001).

A ação imperialista de cunho econômico, político e cultural, por parte dos Estados Unidos, denunciava a importância do Brasil no conjunto geopolítico latino-americano, principalmente, pela sua extensão territorial e riquezas naturais. Uma possível dominação alemã<sup>31</sup>, no Brasil, poderia representar uma ameaça ao projeto de hegemonia norte-americana sobre a América Latina, daí, então, os “esforços” no sentido de vigiar mais de perto este país de dimensões continentais.

Propondo a “defesa” da América, os Estados Unidos desenvolveu políticas que o fortaleceram no conjunto geopolítico do continente americano. Assim, na década de 1930, Roosevelt, através do New Deal, desenvolveria ações para a reconstrução de seu país e garantiria sua reeleição. Na década seguinte, a terceira reeleição do democrata estaria, então, fortemente articulada com a idéia de “defesa e cooperação continental que reforçou o apoio de certos republicanos. Isso reforçou os setores que advogavam um estreitamento das relações com a América Latina” (TOTA, 2000, p. 43). Roosevelt obteve apoio também de grupos não

---

<sup>31</sup>“As intenções dos alemães de colonizar o Brasil não eram novas. Colonizar não com a vinda de colonos – como, aliás, já havia acontecido com a política imigratória do império –, colonizar no sentido imperialista. A *realpolitik* bismarckiana induziu o historiador Von Tritzschek a elaborar, na década de 1870, a seguinte proposta: para uma nação que sofre de contínua superprodução [populacional] e envia, anualmente, 200 mil de seus filhos ao estrangeiro, a questão da colonização é vital. A emigração alemã será, por muito tempo, uma necessidade inevitável e é dever da mãe-pátria cuidar para que seus filhos errantes continuem fiéis à sua nacionalidade e abram novos canais para seu comércio. Isso é mais importante do que nosso controle político sobre as terras colonizadas. Portanto, é justificável dirigir as correntes de emigrantes alemães para as terras onde eles não correm perigo de perder a sua nacionalidade. Tal território já foi encontrado no Sul do Brasil. Ali, a nacionalidade alemã permanece intacta, e nosso crescente comércio exportador com essa região mostra lucros proporcionais para a velha pátria, devido à lealdade de seus filhos emigrados” (TOTA, 2000, p. 201, nota de rodapé nº 105).

oficiais “que propunham uma urgente aproximação com a América Latina [como foi o caso do] liderado pelo multimilionário e republicano Nelson Rockefeller [...]” (TOTA, 2000, p. 10).

Todas as ações propostas por Rockefeller refletiam sua necessidade de ver garantido o mercado latino-americano e, desta forma, inibir uma possível expansão dos produtos alemães. Com isso, foi criado em 16 de agosto de 1940 o “Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Américas”<sup>32</sup> sob direção desse multimilionário. Esta agência, desenvolvendo ações principalmente no campo cultural – e agindo de forma ideológica –, reforçaria a Política de Boa Vizinhança<sup>33</sup>, que Roosevelt estava revisitando. Dentre as estratégias do OCIAA,

[...] Rockefeller buscou o auxílio de George Gallup, o conhecido pesquisador de opinião pública. Dos Estados Unidos, Gallup comandou uma grande pesquisa em toda a América Latina, no Brasil em especial, a fim de conhecer os gostos, as opiniões e os hábitos de latino-americanos. Com isso, esperava-se, em parte, que os enviados americanos não cometessem equívocos de interpretação da cultura dos diferentes países. O objetivo mais amplo era saber qual o melhor veículo de comunicação a ser usado para difundir uma imagem positiva dos Estados Unidos. Simultaneamente uma outra pesquisa – atada diretamente a anterior – foi feita em território norte-americano, com o objetivo de avaliar a atitude dos americanos em relação à América Latina. Interessava conhecer a opinião do público em geral e a do empresariado em particular (TOTA, 2000, pp. 60-61).

E ainda, segundo o referido autor,

com a cooperação secreta do FBI, a pesquisa visava também obter informações sobre o grau de simpatia dos brasileiros para com os países do eixo e os Estados Unidos. Diretamente ligado a essa questão, o alcance dos nossos meios de comunicação foi igualmente analisado. Espalhados pelo Brasil, os “observadores” – as espas usadas do documento oficial, tentavam amenizar o caráter de serviço de espionagem – avaliaram minuciosamente os editoriais dos grandes jornais e o número de ouvintes das rádios e, compraram espaço nos jornais e nas estações de rádio (TOTA, 2000, p. 60).

<sup>32</sup> Conforme Tota (2000), em 1941, o nome da agência muda para “The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs” (OCIAA). Observamos que de escritório de coordenação mudou para escritório do coordenador. Em 1946, trocou novamente, desta vez, para “Office of Inter-American Affairs”. Em 1946, é extinta por ato de Harry Truman, vice-presidente, que, com a morte de Roosevelt (1945), assumiu a Presidência dos Estados Unidos.

<sup>33</sup> Política pensada na gestão de Herbert Hoover (eleito em 1928), que incluía a “cultura na agenda internacional”, enquanto preparava “as bases de sua política externa para a América Latina” (TOTA, 2000, p.28).

Desta forma, o cinema e o rádio, encarados como formadores de opiniões, passaram a divulgar o pensamento norte-americano. O multimilionário contou com o apoio de Walt Disney, Carmen Miranda<sup>34</sup>, das poderosas Nacional Broadcasting Company (NBC) e Colúmbia Broadcasting System (CBS), para a divulgação da Política de Boa Vizinhança. Além destas ações, destacaram-se outras de cunho científico como programas de intercâmbios de estudantes e professores, tais como o “[...] programa de bolsa -viagem interamericana [...] para jovens latino-americanos nos Estados Unidos, nas áreas de engenharia, ciências, economia, comércio, indústria ou agricultura [...]” (TOTA, 2000, p. 90).

Diante do processo de “estadunização”, estava o governo, contraditoriamente, no período 1930-1945, voltado para a construção de um capitalismo nacional marcado pelas idéias de desenvolvimento, industrialização e independência. Desta forma, através do nacionalismo, Vargas procurou dar encaminhamento aos diversos problemas socioeconômicos do Brasil criando, por exemplo, uma série de órgãos<sup>35</sup>. Destacamos entre estes a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1932), do Conselho Brasileiro de

---

<sup>34</sup> “Comparada à produção alemã, mesmo levando em conta a tradição do cinema do tempo da República de Weimar, a cinematografia americana estava em situação privilegiada. Com a guerra, os filmes alemães já não alcançavam, depois do bloqueio britânico, nosso continente. O cinema americano ficou livre da concorrência e com isso se impôs absoluto. O OCIAA tratou de consolidar o papel do cinema enquanto veículo propagandístico da causa ‘dos aliados.’” (TOTA, 2000, p. 62).

<sup>35</sup> 1930: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; 1931: Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia; 1932: Ministério da Educação e Saúde Pública; 1933: Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool; 1934: Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código das Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal; 1937: Conselho Brasileiro de Geografia, Conselho Técnico de Economia e Finanças; 1938: Conselho Nacional do Petróleo, Departamento Administrativo do Serviço Público, Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); 1939: Plano de Obras Públicas e Aparentamento de Defesa; 1940: Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica de Motores; 1941: Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Nacional do Pinho; 1942: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); 1943: Companhia Nacional de Alcalis, Fundação Brasil Central, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Consolidação das Leis do Trabalho, Serviço Social da Indústria (SESI), Plano de Obras e Equipamentos, I Congresso Brasileiro de Economia; 1944: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo; 1945: Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), Decreto-Lei nº 7.666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica. Segundo Ianni (1996, p. 35-36): “essa lista não é completa, nem inclui os órgãos criados pelos governos estaduais.”

Geografia (1937) e do IBGE (1938), que, juntamente com outros órgãos, denotavam a necessidade de conhecer este País, suas potencialidades e deficiências, com vistas à industrialização - inaugurando o “novo” em contraposição ao “velho” representado pelo Estado oligárquico agro-exportador. Uma consequência, no âmbito do Estado de Santa Catarina, decorrente destes instrumentos de assessoria estatal, foi a criação do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC), em 1940, que, de forma articulada com os professores e alunos do curso de Geografia, da Faculdade Catarinense de Filosofia, a partir de 1955, como veremos no quarto capítulo, realizava pesquisas acerca da realidade catarinense.

Retomando então a questão das universidades, verificamos que na conjuntura marcada pelo Estado Novo, em 1939, a Universidade do Distrito Federal foi transformada em Universidade do Brasil e suas unidades receberam o complemento de “Nacional”, reforçando o caráter nacionalista proposto pelo governo central. Decorre daí a denominação de “Faculdade Nacional de Filosofia” e também o seu papel de modelo para as futuras faculdades. Assim como na USP, a influência francesa também foi sentida na criação da UDF, porém, com um outro perfil de intelectuais, pois a “contratação de professores franceses [...] foi realizado por vias oficiais, com autorização direta de Vargas. Além disso, um requisito básico é exigido dos novos professores: que sejam ligados à Igreja” (SCHWARTZMAN, 1984 apud MASSI, 1989, p. 416).

Além de constituírem o “elemento novo” na dinâmica universitária, as faculdades de filosofia de fato foram fundamentais para o estabelecimento de um outro formato no processo de constituição das universidades. A partir do Decreto 8.457, de 26 de dezembro de 1945, a organização dos centros universitários foi facilitada em função de que as exigências legais ficaram mais flexíveis que as determinadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (CUNHA, 1983). Agora, com a nova legislação, as universidades continuariam sendo criadas



a partir da reunião de três institutos de ensino superior, com o diferencial de que dois desses institutos deveriam estar dentre os de Filosofia (e não mais Ciências e Letras), Direito, Medicina, Engenharia, e o terceiro ficaria a critério da Instituição. Desta forma,

passava a ser possível instalar-se uma Universidade a partir de uma Faculdade de Filosofia (até mesmo com uma seção), uma Faculdade de Direito e a terceira de Economia ou Serviço Social, por exemplo, sem as custosas Faculdades de Engenharia ou Medicina. (CUNHA, 1983, p. 94).

Estas “novas” condições fariam crescer o número de universidades e estimulariam dentre outras, a ampliação das referidas faculdades.

Perante estas condições legais, é possível pensarmos o surgimento da Faculdade de Direito de Santa Catarina<sup>36</sup>, no ano de 1932, articulada com a idéia de criação de uma universidade para o Estado. Ao nos reportarmos ao já citado Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, a existência de uma Faculdade de Direito estava apontada como uma das opções para que, num conjunto de três, se constituísse uma universidade.

Diante destas condições, surgiu a Faculdade “assumindo a condição de pessoa jurídica

---

<sup>36</sup> “Na quinta-feira, 11 de fevereiro de 1932, na sala de reuniões da Congregação do Instituto Politécnico, reuniram-se os pioneiros do ensino jurídico no Estado de Santa Catarina e lá estavam Américo da Silveira Nunes, José Arthur Boiteux, Heráclito Carneiro Ribeiro, Henrique da Silva Fontes, Sálvio de Sá Gonzaga, Urbano Müller Sales, Euclides de Queiroz Mesquita, Othon da Gama Lobo D’Eça, Zulmiro Soncini, Heitor Salomé Pereira, Edmundo Acácio Soares Moreira, Afonso Guilhermino Wanderley Júnior, Adalberto Belisário Ramos, Alfredo Von Trompowsky e Nery Kurtz. Ainda aderiram à idéia: Érico Ennes Torres, Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho, Gil Costa, Cid Campos, Fúlvio Coroliano Aducci e Pedro de Moura Ferro” (SOBIERAJSKI, 1997, p. 2). Ainda segundo este autor, a diretoria empossada, em 22 de março de 1932, era composta de: Presidente - Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho; Vice-Diretor - Henrique da Silva Fontes; Secretário - José Arthur Boiteux e Tesoureiro - Cid Campos. Em função da renúncia do Diretor em 1933, assume Henrique da Silva Fontes, que se afasta em 1937 por força da Constituição Federal, que não permitia a acumulação de cargos, assumindo, então, João Bayer Filho até 1938, sendo substituído por Érico Ennes Torres (1939-1955). João David Ferreira Lima dirige a Faculdade no período 1956-1962, que coincide com a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina (18/12/1960), quando o mesmo é eleito seu reitor (16/09/61) pelo Egrégio Conselho Universitário.

de direito privado (sociedade civil), na conformidade da legislação então vigente”<sup>37</sup>. Para o pensamento daqueles profissionais a fundação da Faculdade de Direito representava uma necessidade premente, pois,

em razão da inexistência de um curso de Direito no Sul do País, a grande maioria dos magistrados do Tribunal de Justiça em Santa Catarina era proveniente de outros estados. Os primeiros bacharéis catarinenses, formados em São Paulo, estabeleciam carreira naquele estado. Os catarinenses começaram a abraçar a magistratura alguns anos depois da instalação do Tribunal [de Justiça de Santa Catarina em, 1891]. Havia apenas dois cursos jurídicos no país, um em Olinda e outro em São Paulo, o que dificultava o processo de formação dos magistrados. (SANTA CATARINA, 2001, p. 116).

Retomando a questão das Faculdades de Filosofia, afinal, o que movia os dirigentes da época a criarem um decreto estimulando sua criação no Brasil? O interesse pela expansão de Faculdades de Filosofia se relacionava ao fato de que eram estas as responsáveis pela formação de profissionais que iriam atuar no magistério secundário. O ensino era um dos seus objetivos e, além dele deveriam, também, formar pesquisadores com vistas à realização de

---

<sup>37</sup> Os “es tatutos foram inscritos no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Florianópolis no livro n. 5, a fls. 8 e 9, em data de 15 de abril de 1932. O Decreto Lei (Estadual) n. 452, de 3 de janeiro de 1934 declarava a Instituição de Utilidade Pública. A lei n. 19, de 30 de novembro de 1935, assinada pelo Governador e Professor Nereu Ramos, incluiu a Faculdade entre os estabelecimentos pertencentes ao Estado de Santa Catarina, passando a pessoa jurídica de direito público. A faculdade é equiparada aos estabelecimentos federais de ensino pelo decreto (federal) n. 2.098, de 1º de novembro de 1937. A constituição do Estado Novo (10 de novembro de 1937) proibiu a acumulação de cargos públicos (art. 159) atingindo a Escola Catarinense, pois a maioria dos professores exercia outro cargo público, o que provocaria a possível paralisação da Faculdade” (SOBIERAJSKI, 1997, p. 2). A este respeito, os desembargadores do Tribunal de Apelação e professores catedráticos da Faculdade de Direito Érico Ennes Torres, Urbano Müller Salles, Henrique da Silva Fontes e Alfredo von Trompowski em carta ao Interventor Federal no Estado de Santa Catarina (Professor Nereu Ramos) optaram ‘pelo cargo de desembargador, afirmando também que, desde 11 do mesmo mês [novembro de 1937], inclusive, suspenderam seus exercícios naquela Faculdade” (BARBOSA, 1982, p. 256). E continua: ‘O afastamento dos referidos e competentes mestres representava, sem sombra de dúvida, grande desfalque para a Faculdade, atingida, em 1934, com a morte do desembargador José Arthur Boiteux e com a licença, por tempo indeterminado, do professor Nereu Ramos, que a requereu, ao ser eleito representante de Santa Catarina na Assembléia Nacional Constituinte; e, posteriormente, por tempo indeterminado, do desembargador Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho” (BARBOSA, 1982, p. 257). Este problema foi resolvido quando o Decreto Estadual nº 120, de 9 de junho de 1938, transformou a Faculdade em pessoa jurídica de direito privado (SOBIERAJSKI, 1997), o que em Barbosa (1982, p. 255), é tratado como “desoficialização e reorganização como instituto livre.” Assim, “[...] o governo Federal pelo decreto n. 509, de 22 de junho de 1938 concedeu à Faculdade o benefício de inspeção prévia, o que tacitamente correspondia ao reconhecimento da Instituição. Em 7 de janeiro de 1946, pelo Decreto 20.334, foi estabelecida a fiscalização permanente pelo Governo Federal, era o reconhecimento definitivo. A Lei Federal n. 3.038, de 19 de dezembro de 1956, concedia a federalização à Faculdade, o que atribuía ao Tesouro Nacional o encargo de arcar com a sua folha de pagamento de pessoal. Desonerando assim o Estado de Santa Catarina de participar de soluções financeiras necessárias à sobrevivência da Instituição” (SOBIERAJSKI, 1997, p. 9).

trabalhos científicos o que, na verdade, não veio acontecer a contento (CUNHA, 1983). O ensino, mesmo com certa precariedade, era a principal atividade. As Faculdades de Filosofia da Universidade do Brasil e da Universidade de São Paulo, criadas na década de 1930, eram as que “tinham condições de formar pesquisadores e realizar pesquisa” (CUNHA, 1983, p. 161).

O ensino superior brasileiro, desde o século XIX, atendia a quem pudesse pagar por ele, caracterizando-se pelo elitismo. Entretanto, com a determinação de Vargas sobre a gratuidade deste, os Estados não se acharam em condições de fazê-lo, fato este que provocou o Governo Federal a trazer para si esta responsabilidade. As federalizações, “continuam depois de 1950, mas o Conselho Federal de Educação, criado em 1962, com as novas atribuições conferidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, opôs forte resistência a esse expediente” (CUNHA, 1983, p. 91), justificando impossibilidade financeira.

Em função da já citada Lei nº 1.254, de 24 de dezembro de 1950, “foram 39 as universidades e as faculdades estaduais ou privadas contempladas com recursos do governo federal, para cuja esfera de poder foram transferidas” (CUNHA, 1983, p. 95). No período de “1954 a 1961, mais nove instituições de ensino superior, estaduais e privadas, foram ‘federalizadas’” (CUNHA, 1983, p. 90).

Neste clima de incentivos e federalizações de faculdades, em sintonia com as novas determinações engendradas pelo avanço das forças capitalistas, observa-se o desenrolar de uma nova etapa do desenvolvimento do ensino superior no Brasil e particularmente em Santa Catarina, que estava na década de 1950 vendo crescer o movimento de sua intelectualidade em direção à construção de uma universidade. Em função do acento dado, pelo já citado Decreto 8.457/45, às Faculdades de Filosofia, sua criação constituiu-se em tarefa basilar para, somada a então existente Faculdade de Direito, colocar o Estado em condições de atuar mais decisivamente acerca da criação da universidade em solo catarinense. Já era realidade, desde

1948, a Faculdade de Odontologia, como já vimos, que poderia representar, no caso de Santa Catarina, a instituição optativa determinada pelo decreto federal. O projeto de uma universidade, tendo por via obrigatória a Faculdade de Filosofia, estava muito próximo de acontecer.

### 1.1 POR UMA FACULDADE DE FILOSOFIA EM SANTA CATARINA.

Está presente, até o momento, o quanto as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, no Brasil, estiveram identificadas na sua origem com a formação de professores para atuação no magistério secundário e superior, bem como para possibilitar os “altos estudos desinteressados”, voltados para o incremento da atividade de pesquisa. A proposta de uma instituição desta natureza em Santa Catarina procurava seguir esta linha, sintonizada com a Faculdade Nacional de Filosofia que, como já vimos, representava o padrão federal das instituições deste gênero no território nacional. Destaca-se também, o interesse dos dirigentes culturais, no âmbito local, em qualificar e ampliar o número de docentes que, atuando nos diversos níveis de ensino, estariam contribuindo para o crescimento intelectual dos catarinenses, formando, assim, mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho em resposta às exigências dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas.

O interesse e as ações realizadas com vistas à constituição de uma Faculdade de Filosofia, em Santa Catarina, se deu sob duplo aspecto, ou seja, a formação do magistério e a criação da Universidade de Santa Catarina. Quanto ao primeiro aspecto, constatamos ser uma

preocupação intensa na história de vida de Henrique da Silva Fontes<sup>38</sup>. Este educador possuía larga experiência profissional tanto no ensino primário<sup>39</sup> como no secundário e superior, fato este que lhe credenciava a desenvolver ações neste âmbito para Santa Catarina. Na década de 1920, colocava-se como defensor da formação do professor com vistas ao desenvolvimento nacional, porquanto, em suas palavras,

sem a instrução real e eficiente dos mestres, isto é, dos formadores de novéis cidadãos, a independência nacional ainda está por completar, porque ignorância e semi-analfabetismo são incompatíveis com a democracia. (FONTES, 1922 apud SANTOS, 1997, p.103).

Vê-se que a “instrução real e eficiente dos mestres” estaria, na década de 1950, conquistando condições objetivas para sua viabilização através da Faculdade de Filosofia e, de forma mais ampla e completa, com a pretendida Universidade. Para, além de suprir necessidades educacionais imediatas, como é o caso da formação de professores para o

---

<sup>38</sup> Henrique da Silva Fontes nasceu em 15 de março de 1885 na cidade de Itajaí. Em sua cidade natal realiza o curso primário e até os 18 anos trabalha como caixeiro e guarda-livros na casa comercial de seu pai. Em 1903, desloca-se para São Leopoldo, Rio Grande do Sul, para estudar no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, onde adquire o grau de bacharel em Ciências e Letras em 13 de dezembro de 1906. Em 1907, viaja para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como professor particular e cursou o Instituto Politécnico, sem contudo ter concluído os estudos. Em 1910, em Florianópolis, lecionou no Ginásio Catarinense (1910-1917) disciplinas como Português, História do Brasil; para um curso comercial lá existente, Escrituração Mercantil e na Escola Normal Catarinense (1911-1918), Pedagogia e Psicologia. Ainda, em 1910, fundou o Semanário, “A Época”, de cunho religioso. Em 1913, com 28 anos de idade, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 1915 já se tornava seu primeiro Vice-Presidente e no período entre 1934 e 1966 foi presidente desta instituição. Possuiu intensa vida, política e intelectual, sendo, no período de 1919 a 1929, diretor de Instrução Pública (cargo equivalente ao de Secretário da Educação); entre 1926 e 1930 foi secretário da Viação e Obras Públicas, ainda, entre 1929 e 1934 exerceu o cargo de Juiz Federal Substituto. Na continuidade de sua formação acadêmica, em 1927, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Paraná. Participou da fundação da Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 1932, lecionando Economia Política e exercendo inclusive o cargo de diretor. Em 1937, toma posse como desembargador no Tribunal de Apelação (atual Tribunal de Justiça). Em 1951, funda a Faculdade Catarinense de Filosofia e, a partir daí, torna-se um ardente batalhador em prol da construção de uma universidade no território catarinense. Destacamos, também, o fato de ter sido fundador da Academia Catarinense de Letras, onde ocupou a cadeira número 18. Dentre sua produção literária, chamamos atenção para, em 1920, a série de livros de ensino elementar, conhecidas como “As cartilhas de leitura da série Fontes”; em 1931, “A Nova Ortografia”; em 1938, “Biografia do Conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello”; em 1943, “Biografia de Lacerda Coutinho”; em 1951, “Digressões Antroponímicas”; em 1954, “Biografia de Joana Gomes de Gusmão”; em 1958, “Biografia de Joaquim Francisco do Livramento” (Irmão Joaquim, o Vicente de Paula Brasileiro); em 1961, “Biografia de Cruz e Sousa”; em 1962, “Pensamentos, Palavras e Obras” (dois cadernos). Sobre a vida e obra de Henrique Fontes, ver SANTA CATARINA (1985), GOMES (1990), CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS [20--].

<sup>39</sup> Autor da “Série Fontes”, que constitui um conjunto de livros escolares que circulou ao longo do período 1920 - 1950, representando “uma das medidas encaminhadas pelo governo de Santa Catarina, para administrar a instrução elementar nas escolas públicas do Estado” (SANTOS, 1997, p.8) .

magistério secundário, este projeto, através de seus idealizadores, procurava situar Santa Catarina no centro das discussões científicas e culturais que ocorriam em âmbito nacional.

Sem dúvida, as ações do Professor Henrique da Silva Fontes foram decisivas para tanto. Seus ideais e projetos com vistas à criação de um centro universitário não datavam daquele momento. Em sua alocação ao ser pela quarta vez empossado no cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia<sup>40</sup>, destacava que o projeto de uma Universidade era aspiração antiga<sup>41</sup> e que a Faculdade colocava-se, naquele momento, como possibilidade de concretização de suas idéias:

[...] quando a Faculdade de Direito de Santa Catarina estava no seu décimo primeiro ano de atividade [1943], coube-me distinção igual à de hoje, pois fui pela segunda vez, empossado no cargo de Diretor. Nas palavras que então proferi, fiz considerações sobre o concurso daquela instituição para o desenvolvimento de Florianópolis. E disse, entre outras, estas palavras 'É de assinalar que a nossa cidade e a nossa Escola à maravilha se completam, porque a nossa Cidade, pequena e modesta mas com as prerrogativas de Capital do Estado, é meio excelente para estudantes; aqui são eles bem recebidos nas famílias e nas associações, que deles não exigem fausto nem opulência, mas apenas honestidade e bom procedimento, sob a pena de lhes fechar as portas; aqui podem, pois, ter vida de verdadeiros estudantes, de moços que se queiram aparelhar para as responsabilidades sociais e também para os encantamentos da sociedade, afastados dos perigos das incontínuas em que, nos grandes meios, não raro, sossobram talentos promissores, mocidades vigorosas e educações aprimoradas. Sempre pensei, por isso, e ainda penso, em termos aqui, junto à Faculdade, a Casa do Estudante, e imagino também o nosso quarteirão universitário e a universidade de Santa Catarina, da qual esta Faculdade é a primeira pedra'. E afirmei, 'não estou a devanear, meus Senhores. Estou tão somente a raciocinar, ousadamente talvez, mas dentro das premissas que são os resultados até aqui conseguidos'. Passaram-se dezesseis anos e os eventos mostram que eu não estava a devanear, mas efetivamente estava a raciocinar,

<sup>40</sup> A eleição ocorreu em 12 de dezembro de 1957, conforme 24ª ata da reunião da Congregação, e o discurso de posse se deu de acordo com a 25ª ata da reunião da Congregação da Faculdade Catarinense de Filosofia no dia 8 de fevereiro de 1958.

<sup>41</sup> A idéia da criação de uma Universidade em Santa Catarina era um anseio antigo do professor Fontes, mas a encontramos também fora de Santa Catarina. Uma referência a esta intenção, encontrada em uma reunião do Congresso de Ensino Superior, organizado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1927, com vistas às comemorações do centenário dos cursos jurídicos no Brasil, assim, expressa por Abelardo Lobo, quando tratava de relatar trabalho sobre a localização das futuras universidades brasileiras: "A cidade de Florianópolis também oferece numerosas vantagens à instalação de uma universidade. Clima excelente e provida de todos os recursos de uma cidade moderna, a capital do Estado de Santa Catharina, [...] mais ou menos, corresponde às necessidades de uma cidade universitária e, pela, sua situação geográfica, entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, tornar-se-á, naturalmente, um ponto de atracção para os estudantes de um e de outro destes Estados." (ANAIS DO CONGRESSO DE ENSINO SUPERIOR, v. I, p. 864, citado por DIAS, 1952).

e não ousadamente, mas com timidez. De fato, temos já escolas superiores em número suficiente para a Universidade, faltando só o reconhecimento da nossa Faculdade de Filosofia, já auspiciosamente encaminhado; e temos em início não apenas um quarteirão universitário, mas ampla e completa Cidade Universitária, com alojamento para 4.500 estudantes, e onde estes e os professores terão tranqüilidade e recursos para estudos e pesquisas, para boa convivência social e para honesta e variada recreação (CONGREGAÇÃO, 1958).<sup>42</sup>

O desejo de criação da tão almejada Universidade, que começa ao menos teoricamente a tomar corpo, é sentido em manifestações na imprensa florianopolitana no início da década de 1950, embora, timidamente, como uma necessidade antiga e premente:

Há anos se vem falando na fundação de uma Faculdade de Medicina em nosso Estado, bem assim, da nossa Universidade [...]. Nos dias que corre, mais uma plantinha tenra busca os haustos do ar vivificante, ao calor do trabalho e à luz da ciência de um Henrique da Silva Fontes, é a nossa Faculdade de Filosofia, que, despindo-se dos seus envólucros embrionários, já se apruma para enfrentar os embates de uma existência incipiente e frágil, carecido de estímulo fertilizante de todos quantos lho possam dispensar [...]. Estudantes! Unamo-nos ardorosamente em torno dessa bandeira! Lutemos, para que a aurora pubra e pulcra de um dia muito próximo nos traga, corporificando o sonho formoso da nossa juventude – a Universidade de Santa Catarina (KLAPPOTH, 1951, p. 8).<sup>43</sup>

Percebe-se que a criação da Faculdade de Filosofia estava sendo vista, no conjunto do ensino superior, como uma ação concreta com vistas ao desenvolvimento de uma Universidade para o Estado. Identificamos interesses político associados a este pensamento, nos quais

a Faculdade de Filosofia era [algo] que tanto o PSD como a UDN gostariam de fazer [...] quem saísse na frente, quem aproveitasse o governo, como Henrique Fontes tratou de aproveitar o governo da UDN [colocaria em prática o projeto]. [...] poderia ter sido o PSD, poderia ter sido a UDN, dependia de quem saísse na frente, porque havia obrigatoriedade de

<sup>42</sup> De acordo com a ata da 25ª sessão da Congregação da Faculdade Catarinense de Filosofia de 8 de fevereiro de 1958.

<sup>43</sup> No Jornal O ESTADO de 23/08/1951, p. 8.

Faculdade de Filosofia (Informação verbal).<sup>44</sup>

### 1.1.1 Bornhausen, Lacerda e Hülse: a UDN na Condução do Governo do Estado na década de 1950

Com o fim do governo ditatorial de Vargas e a conseqüente redemocratização, abriu-se espaço para a ampliação político-partidária no Brasil, o que possibilitou a criação da União Democrática Nacional – UDN. Oficialmente fundada a 7 de abril de 1945, este partido reuniu grupos antagônicos: as oligarquias destronadas com a ‘revolução de 30’; os antigos aliados de Getúlio Vargas marginalizados depois de 1930 ou em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; os grupos liberais com forte identificação regional e as esquerdas (LAUS,1985). O calor do momento não durou muito tempo, pois pouco a pouco foram ocorrendo dissidências, principalmente após o golpe contra Vargas, quando ‘o cimento que amalgamava as oposições deixou de existir’ (LAUS, 1985, p. 45). Logo,

com todas as gamas de interesses vindo à tona, a frente udenista vai mostrando aos poucos sua verdadeira face. A discordância com o pseudoliberalismo afasta os dissidentes da primeira leva enquanto que o apego ao poder ou a conscientização das mudanças que vão delineando a verdadeira forma do Partido, vão respectivamente motivar a segunda leva de dissidentes. A partir daí a UDN é um novo Partido. Não perdendo sua caracterização de frente, o discurso pela liberdade democrática que a caracterizou no período chamado da ‘redemocratização’ foi substituído pelo cada vez mais autoritário lema da ‘eterna vigilância’ [...] (LAUS, 1985, p. 46).

Em Santa Catarina,

[...] as forças marginalizadas politicamente pela ‘revolução de 30’ e mais especificamente pela máquina administrativa montada pelo Estado Novo e seus representantes [...] começam a se articular com vistas às mudanças cujos sinais começam a se espalhar pelo País.

<sup>44</sup> Intervenção do professor Armen Mamigonian, na qualidade de examinador, durante sessão de qualificação do projeto de pesquisa desta dissertação, em 28/05/2003.



Sob o manto do objetivo básico e primeiro, qual seja, o da derrubada de Vargas e do Estado Novo, identificado tanto no plano federal quanto, e principalmente, no plano estadual, como os causadores dos negros [sic] dias de ditadura dos quais a sociedade brasileira como um todo estava procurando emergir, as lideranças políticas [...], lançadas ao ostracismo pelo golpe de 37 [...] que leva Nereu Ramos a 8 anos de poder absoluto, se articulam. (LAUS, 1985, p. 48).

A eleição, na qual Irineu Bornhausen concorreu ao governo catarinense, estava colocada neste contexto, onde a UDN em Santa Catarina<sup>45</sup> se estruturava e pretendia imprimir uma “nova” direção política ao Estado. Uma particularidade importante no que tange à organização das forças de oposição ao Estado Novo e de organização da própria UDN é o fato de que

[as] lideranças políticas embora desativadas legalmente, permanecem em estado latente e têm como núcleo a Faculdade de Direito de Florianópolis onde Bayer Filho foi diretor e Fúlvio Aducci, Afonso Wanderley Junior, João José de Souza Cabral e outros ilustres opositores foram professores. Observe-se ainda que o interventor Nereu Ramos era professor da Faculdade de Direito. Partilhava, portanto, em suas atividades acadêmicas, o espaço ocupado pela oposição e, como administrador do Estado sempre que possível, atendia às reivindicações da direção daquela entidade (LAUS, 1985, p. 48).

A partir da instalação do Diretório Provisório<sup>46</sup> da UDN, na Capital, outros - distritais e regionais - foram organizados. O estruturado em Itajaí<sup>47</sup> originou “a oligarquia que se

<sup>45</sup> Não há registro escrito da fundação da UDN em Santa Catarina e a “única referência que se tem a respeito da fundação deste partido no Estado está numa citação feita por Silveira Lenzi de uma entrevista a ele concedida pelo político lageano Celso Ramos Branco onde diz que o ato de criação da União Democrática Nacional em Santa Catarina foi realizado na cidade de Ibirama em território neutro, na casa de Henrique Rupp Jr. Diz ainda, que a escolha deste território ‘neutro’ se deve as dissensões entre Adolfo Konder e Aristiliano Ramos e que à reunião estiveram presentes além do anfitrião, Aristiliano Ramos, Irineu Bornhausen (representando Adolfo Konder brigado com Aristiliano), Celso Ramos Branco, Max do Amaral, James Schneider e Mauro Nerbs. A data também não citada de tal reunião podemos aproximá-la para um período entre 7 de abril e 28 de junho [1945], quando é comunicada a organização, na Capital do Estado, do Diretório Provisório da UDN.” (LAUS, 1985, p. 58-59).

<sup>46</sup> Eram membros do Diretório, Fúlvio Coriolano Aducci (advogado e professor da Faculdade de Direito), João Bayer Filho (advogado e professor da Faculdade de Direito), Afonso Wanderley Júnior (oficial da Marinha de Guerra) e João José de Souza Cabral (advogado e professor da Faculdade de Direito). (LAUS, 1985, p. 58-59).

<sup>47</sup> “Berço dos Konder, Itajaí, teve em Irineu Bornhausen – casado [...] com Marieta Konder, irmã de Adolfo e Vitor [...] o articulador e principal líder da nova oligarquia Konder-Bornhausen, hegemônica em Santa Catarina de 50 a 60.” (LAUS, 1985, p. 63).

instalou no poder com a UDN” (LAUS, 1985, p. 63). A respeito da eleição de Irineu Bornhausen,

o afastamento de Aderbal Ramos<sup>48</sup>, por um longo período do Estado e o envolvimento de Nereu Ramos com a política nacional, articulando do Rio de Janeiro as ações do Partido em Santa Catarina, de um certo modo enfraqueceram o PSD sem que as lideranças se dessem conta. A certeza da vitória fez o partido lançar o nome inexpressivo de Udo Deeke, ex-Interventor Federal e ex-secretário de Obras do Governo, representante da região de Blumenau, mas que não possuía carisma pessoal. [...] a religião protestante professada pelo candidato fez também, com que a igreja católica tomasse partido de Irineu Bornhausen (LAUS, 1985, p. 184).

Além destas questões apontadas como “desestabilizantes do PSD”, Laus (1985) chama atenção para um outro fator fundamental para a vitória da UDN que foi a criação de uma frente partidária<sup>49</sup>, em que a grande polêmica foi à aliança com o PTB. A autora afirma que “do diretório municipal de Joinville partiu a indicação do apoio a o nome de Carlos Gomes de Oliveira ao senado pela UDN, em troca do apoio daquele partido [PTB] à candidatura de Irineu Bornhausen” (LAUS, 1985, p. 179). Tal articulação situava-se na contramão do quadro nacional, no qual o PTB e a UDN não indicavam perspectivas de alianças. Percebe-se então o papel articulador de Bornhausen para o fortalecimento do poder oligárquico e, desta forma, imprimir uma orientação política para Santa Catarina no período em questão.

A manutenção do poder sob hegemonia da UDN, na pessoa de Irineu Bornhausen, foi facilitada pela utilização da máquina financeira do Banco Indústria e Comércio de Santa

---

<sup>48</sup> Aderbal Ramos da Silva, filho do desembargador João Pedro da Silva e Raquel Ramos, foi o primeiro governador eleito após o período das Interventorias do Estado Novo. Sucessor de Udo Deek, último dos interventores, era sobrinho de Nereu Ramos, portanto, herdeiro político da oligarquia Ramos. Seu governo, pós-interventoria, representou em grande medida a continuidade política. Em sua gestão (1947-1951), conforme Laus (1985), não conseguiu consolidar-se como substituto de Nereu Ramos no Estado, principalmente, pelos longos afastamentos no período de sua gestão: “[...] o governador afastou-se do cargo de 20 de janeiro a 22 de fevereiro de 1948. A 3 de julho do mesmo ano, se afastou do cargo indo para a Suíça em tratamento médico. Em seu lugar ficou o presidente da Assembléia Legislativa do Estado [José Boabaid]. Em 31 de dezembro de 1949, Aderbal Ramos da Silva, já restabelecido, reassumiu o governo catarinense” (LAUS, 1985, p. 176).

<sup>49</sup> Apoiaram a candidatura o Partido da Representação Popular (PRP), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Democrata Cristã (PDC), o Partido Libertador (PL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). (LAUS, 1985, p. 177).

Catarina S/A (INCO)<sup>50</sup>. Ao longo da década de 1950, funcionaram treze bancos no Estado<sup>51</sup>, dos quais nenhum estava colocado como oficial. Esta função foi assumida pelo INCO de propriedade de Irineu Bornhausen. Através do banco, “grande parte do dinheiro do Estado circulou, no período de [Irineu Bornhausen]” (CARREIRÃO, 1990, p. 43-44), bem como promoveu “financiamentos econômicos para pequenas e médias indústrias naquela ocasião [1950]” (CARREIRÃO, 1990, p. 43), sendo utilizado, por ele, como “instrumento de compressão econômica e propaganda política e das filiais daquele estabelecimento de crédito, um verdadeiro balcão de consciências entregue ao mais escancarado aliciamento de votantes” (CARREIRÃO, 1990, p. 42). Não apenas para as eleições teve, o banco, papel de destaque, mas também para controle do próprio partido.

A utilização da máquina bancária, para manipulação dos depósitos do Tesouro, não foi um ato apenas da UDN em “1949 [...] surgiu, como depositário do Tesouro a Casa Bancária Carl Hoepcke, vinculada a qual estava Aderbal Ramos da Silva [do PSD], então governador do Estado. Em 1950, quase 20% do saldo do Tesouro do Estado estavam depositados nesta Casa [...]”<sup>52</sup>. Mesmo tendo este suporte político-econômico, a gestão de Irineu Bornhausen não estava correspondendo às exigências feitas pelo capital industrial (Informação verbal)<sup>53</sup>,

---

<sup>50</sup> “Em 1935, foi fundado pelas famílias Born hausen e Renaux o Banco Indústria e Comércio S/A, o INCO, com sede em Itajaí [...]. Em 1956, já eram 55 agências em Santa Catarina, 7 no Paraná e uma na Guanabara”. (GOULARTI FILHO, 2001, p. 138).

<sup>51</sup> Banco do Brasil S/A; Banco Nacional do Comércio S/A; Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A; Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A; Banco Sul do Brasil S/A; Banco Agrícola e Mercantil S/A; Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A; Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A; Banco Meridional do Paraná e Santa Catarina S/A; Banco Mercantil e Industrial do Paraná S/A; Casa Bancária Germano Stein S/A; Banco Mercantil de São Paulo S/A e Banco Mercantil e Industrial de Santa Catarina S/A. (SCHMITZ, 1991, p. 127).

<sup>52</sup> “Aderbal Ramos da Silva, no exercício do seu mandato [1947-1951], criou em 1948, a Casa Bancária Carl Hoepcke S/A. Esta Casa não sobreviveu até 1952, quando seu criador, então na oposição do Governo Irineu (1951-1956) inaugurou, em 07 de julho, o Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina S/A, com sede em Londrina, Estado do Paraná” (SCHMITZ, 1991, p. 127).

<sup>53</sup> Conforme o professor Armen Mamigonian, a UDN não apresentava uma postura industrializante. Esse autor considera que Getúlio Vargas e Nereu Ramos, por exemplo, foram mais apoiadores da industrialização do que os dirigentes ligados à UDN (informação dada na sessão de qualificação do Projeto de Pesquisa, 2003).

contraditoriamente, ao que havia se proposto na convenção dos dias 24 e 25 de novembro de 1946, em que,

em seu discurso aos convencionais Irineu Bornhausen apresentou sua plataforma de governo, na qual se comprometia em solucionar os problemas do Estado, dando prioridade aos da produção e a todos os problemas a ele interligados tais como a saúde, o aparelhamento técnico e o amparo financeiro do Estado, o qual prometeu que faria por um sistema de crédito a longo prazo (LAUS, 1985, p. 129).

Ainda sobre as propostas eleitorais de Irineu Bornhausen,

na Convenção Estadual de 2 de julho [de 1950], foi lançado o nome de Irineu Bornhausen ao Governo do Estado. Já em seu primeiro discurso, na Convenção, Irineu, que vinha trabalhando não só suas bases fixadas no Vale do Itajaí, mas também nas demais regiões do Estado, como presidente do partido, voltou aos temas que priorizava em 47. A abertura de novas estradas e a melhoria das já existentes como forma de estimular a produção de energia elétrica, o objetivo de criar a Universidade de Santa Catarina, bem como a agricultura, foram os temas básicos de seu discurso (CARREIRÃO, 1990, pp. 43-44).

Distanciando-se das promessas de campanha, a referida gestão, não investiu em infraestrutura, o que dificultava as transformações pelas quais passava a indústria catarinense com a diversificação produtiva liderada pelo setor metal-mecânico, papel e pasta, mecânico e cerâmico. É importante destacar que, de 1880 até 1945, o “padrão de crescimento da indústria [...] era baseado na pequena propriedade e nos setores tradicionais da economia”, ficando neste período “alterando apenas a quantidade produzida” (CARREIRÃO, 1990, p. 146). As transformações necessárias, a partir daí, exigiam mudanças que até 1955 não aconteciam a contento dos grupos industriais.

A sucessão ao governo do Estado teve grande influência de Irineu que, exercendo expressivo papel de articulador político, empenhou-se, para assegurar à UDN a continuidade da administração estadual. O papel de articulador político de Irineu Bornhausen vai se ampliar no quarto ano de sua gestão, por ser este um período eleitoral. Na Convenção de 11 e 12 de

Junho de 1954, é lançado para o governo do Estado Jorge Lacerda<sup>54</sup> e para vice-governador Heriberto Hülse. Com a vitória de Lacerda<sup>55</sup>, todo o período da década de 1950, para Santa Catarina, foi marcado pela hegemonia política dos Konder-Bornhausen. Porém, o quadro nacional, no período de Lacerda, caracterizou-se pela vitória da coligação PSD-PTB, de Juscelino Kubitschek de Oliveira, nas eleições presidenciais de 1955. Tanto no plano estadual como no federal os partidos de oposição questionavam o resultado do processo eleitoral. Em Santa Catarina, “os partidos derrotados ingressaram com representação judicial tentando impugnar a sua eleição” (PASOLD, 1998, p. 130); porém, em julho de 1956, por decisão do Tribunal Superior, a eleição e por consequência o seu mandato foram considerados dentro da legalidade. No âmbito nacional, a situação foi mais delicada, pois, para garantir a posse de Juscelino, o General Henrique Lott, ao saber da intenção de Carlos Luz em demiti-lo e então dificultar a posse do presidente eleito, mobilizou o Exército realizando assim um contragolpe. O estado de sítio foi decretado e Nereu Ramos<sup>56</sup>, Presidente do Senado, assumiu o governo

---

<sup>54</sup> Jorge Cominos Lacerda nasceu em Paranaguá (Paraná), no dia 20 de outubro de 1914. Descendente de gregos, veio para Florianópolis, após ter concluído o primário, onde foi encaminhado ao Ginásio Catarinense. Na continuidade de seus estudos, expressou desejo por duas áreas do conhecimento: a Medicina e o Direito, sendo esta última a que mais lhe atraía. Por desejo de sua mãe, cursou a Faculdade de Medicina de Curitiba, graduando-se aos 2 de dezembro de 1937, com 23 anos de idade. Durante o período em que era estudante de medicina, revelou-se militante político e demonstrou um extremado gosto pela literatura. Na década de 1940, por incentivo de sua esposa, realizou o curso de Direito na Faculdade de Niterói, onde colou grau em dezembro de 1949. Foi eleito deputado federal, por Santa Catarina, no ano de 1950, e reeleito em 1954 pela UDN. Em 1955, foi indicado para ser candidato à sucessão ao governo do Estado catarinense, pela chamada ‘Frente Democrática’, composta pela UDN, PDC, PRP, PSP e PL. Nas eleições de 3 de outubro de 1955, foi eleito Governador, tendo como Vice Heriberto Hülse. Jorge Lacerda morreu em 1958, vitimado por um acidente aéreo. No mesmo acidente, morreram Nereu Ramos e Leoberto Leal. Com a morte de Lacerda, Heriberto Hülse assumiu o governo (PASOLD, 1998).

<sup>55</sup> “Jorge Lacerda, [...] obteve 172.548 votos contra os 169.412 votos obtidos por Francisco Benjamim Gallotti [...]” (PASOLD, 1998, p. 128).

<sup>56</sup> Nereu Ramos nasceu em Lages no dia 3 de setembro de 1888. Seus primeiros estudos aconteceram em sua própria fazenda orientados por professores contratados. Formou-se em humanidades no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e em Ciências Jurídicas e Sociais realizados na Faculdade de Direito de São Paulo, no período entre 1904 e 1909, graduando-se bacharel. Sua vida política foi intensa e já em 1911 foi eleito pela primeira vez deputado. Em 1º de março de 1930, foi eleito deputado federal, perdendo o mandato com a ‘revolução de 30’ em função do fechamento do Congresso Nacional. Em 1932, participou da fundação da Faculdade de Direito, em Santa Catarina, lecionando Direito Constitucional. Em 1933, integrou o movimento de fundação da Secional Catarinense da Ordem dos Advogados, sendo eleito seu primeiro presidente. Foi eleito constituinte em 1934 e, em 1935, de forma indireta, Governador do Estado de Santa Catarina. Com o advento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi nomeado Interventor Federal. No pleito de 1945, elegeu-se deputado federal e senador, optando pelo Senado. No ano de 1945, com a participação de outros políticos, fundou o PSD catarinense. Em 1947, foi eleito presidente da Assembléia Nacional

até a posse de Juscelino.

Mesmo pertencendo a partidos rivais, o entendimento político entre Juscelino e Jorge Lacerda ocorreu sem maiores problemas, não constituindo empecilho aos planos políticos do governo estadual. Tanto Lacerda como Heriberto Hülse, porém, não promoveram alterações significativas na infra-estrutura catarinense; deste modo, o capital industrial ainda não via atendido sua premente necessidade de concretização das condições para sua expansão. Algumas atitudes isoladas, como o início da construção da Usina de Capivari, em Tubarão, onde a maior parte dos recursos era oriundo do Governo Federal, não constituíam mudanças estruturais profundas (GOULARTI FILHO, 2001).

Neste quadro de continuísmo político, germina as condições para que os intelectuais ligados à UDN, na esfera estadual, tornassem possível a concretização do projeto de criação das Faculdades de Filosofia, que, constituindo-se como uma ‘idéia nacional’, cristalizada no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, através da USP e da UDF, é transposta para outros Estados, num processo de cima para baixo. A UDN não poderia perder a oportunidade do momento, pois, como veremos no segundo capítulo, além da conjuntura favorável e com a necessidade de modernização do Estado catarinense, haviam intelectuais que assumiriam como seus este projeto nacional.

---

Constituinte. Em maio de 1949, como Presidente do Congresso, assume a Presidência da República durante 14 dias, em função do afastamento do general Dutra. Foi eleito, em 1950, deputado federal, presidente da Câmara e em 1954, senador. Em novembro de 1955, na qualidade de Vice-Presidente do Senado, foi chamado para exercer cargo de Presidente da República, até o momento da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Sobre a vida e obra de Nereu Ramos ver Jamundá (1968), Nereu Ramos (1969), Corrêa (1980) e Meirinho; Jamundá [19--].

## 2 PARA UM ESTADO QUE SE MODERNIZA: UMA FACULDADE DE FILOSOFIA

*A necessidade de uma Faculdade de Filosofia nesta Capital está manifesta no grande número de candidatos aos seus cursos, dos quais temos conhecimento. Além disso, é tal Faculdade imprescindível para preparar o professorado dos cursos secundário e superiores. Sem ela, estará incompleta a organização escolar catarinense. Sem ela, não se concretizará a almejada Universidade de Santa Catarina.*

*Henrique da Silva Fontes*

A partir de 1930, no Brasil, a idéia do “novo” associado à modernização indicava o desenvolvimento de um processo de ruptura com a antiga estrutura, constituída pelas oligarquias rurais, que deslocava, agora, para o meio urbano, o cenário de construção de um projeto civilizatório visando o progresso nacional. Neste cenário de “transformações” socioeconômicas, em que a influência internacional também estava presente com seus interesses de dominação, a educação foi chamada a exercer sua função mediadora, com vistas à execução das novas demandas, exigidas na reorientação que o espaço nacional passaria com relação ao seu desenvolvimento, sobretudo, econômico.

O movimento de criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF), como já vimos, estava inserido nesta conjuntura de preparação de uma outra “civilização”, sustentado na constituição de uma nova elite dirigente capaz de exercer direção aos rumos da nação. O ensino universitário brasileiro, agora com a criação das Faculdades de Filosofia, sintonizadas com a idéia de “preparação desinteressada”, opunha -se ao modelo vigente, em que a reunião, em Universidade, das Faculdades de Direito, de Engenharia e de Medicina tinha como objetivo a formação prática.

Assim é que vamos constatar, de forma pioneira, a criação de cursos superiores destinados ao desenvolvimento das chamadas Ciências Humanas, no interior das quais

encontramos o curso de Geografia. Num país em que seus dirigentes estavam propondo outras bases para o desenvolvimento nacional, a Geografia estaria também sendo chamada a colaborar para o avançar do conhecimento da realidade brasileira, em bases científicas, por professores, técnicos e por uma burocracia estatal sintonizada com os “novos” rumos. É a partir destas macroquestões que propomos, neste capítulo, a análise das condições em que se deu a efetivação da Faculdade de Filosofia no território catarinense, em meio às determinações político-partidárias vigentes e à idéia de construção de uma Universidade para Santa Catarina num contexto de modernização.

A propósito do entendimento em torno do conceito de modernização, Berman (1986, p.16) nos esclarece que esta concepção provém de um “turbilhão de fontes”, de um dinamismo social, resultado das relações político-econômicas num dado sistema e em dadas condições a partir de, por exemplo,

grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massas e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.

Estes geradores de modernização não são homogêneos, bem como não possuem a mesma intensidade entre os diferentes espaços geográficos. No Estado catarinense, o processo de modernização, sobretudo, o econômico, não



ocorreu no sentido da transformação da ordem político-social vigente, revolucionando-a de modo a adequá-la às necessidades da ordem competitiva, de seu aperfeiçoamento constante no sentido da melhoria da qualidade de vida do conjunto da população. [A modernização] não se fez acompanhar da modernização política, da democratização do poder, do acesso das maiorias à cidadania econômico-social [...] (AURAS, 1991, p. 198).

## 2.1 PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

O Estado de Santa Catarina, inserido que estava na década de 1950 no projeto desenvolvimentista e conseqüente modernização do país, necessitava situar-se na esfera econômica, acontecimento este que exigia ações que pudessem, neste caso, dar uma nova direção ao seu desenvolvimento, sobretudo o industrial. Uma destas ações aconteceu através da prática do planejamento, colocado como exigência das forças produtivas capitalistas.

O planejamento enquanto instrumento de política econômica, se deu a partir da Segunda Guerra Mundial. Desde então e principalmente no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, a idéia de planejamento e desenvolvimento passou a ser corrente não só no meio empresarial e técnico como também para a população em geral, quando a expressão passou a ser de uso comum, das ruas aos setores técnicos estatais (IANNI, 1996). Este período influenciado pela fase “ã” do quarto ciclo longo – 1948-1973 – (RANGEL, 1957), caracterizado por ser ascendente, possibilitou a entrada de capital estrangeiro no Brasil, aprofundando, desta forma, a divisão internacional do trabalho característica da relação centro-periferia.

A abertura econômica verificada a partir do governo Dutra (1946-1950) se colocaria na direção contrária ao governo anterior (Getúlio Vargas), não pretendendo um capitalismo do tipo nacional. Assim, a Comissão Abbink, constituída em 1948 pelos governos dos Estados Unidos e Brasil, com o objetivo de “conhecer, tão minuciosamente quanto possível, os

principais ‘pontos de estrangulamento’ da economia brasileira” (IANNI, 1996, p. 105), já se colocava como possibilidade de planejar, a começar pelo conhecimento das dificuldades no qual passava o território nacional, com vistas à perspectiva do desenvolvimento econômico, sobretudo, o industrial.

O governo de Vargas (1951-1954), no tocante à questão do planejamento, ampliou a discussão, promovendo políticas econômicas planejadas. Diante desta perspectiva, instituiu o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico (Plano Lafer)<sup>57</sup>, bem como a criação da Petrobrás, em 8 de dezembro de 1951, como setor estratégico econômico. Na percepção da equipe econômica da época, sua existência exprimia “preocupação dos governantes e de alguns setores políticos, econômicos e militares do Brasil, com relação ao planejamento” (IANNI, 1996, p. 138). Assim, ao longo da década, a idéia sobre planejamento foi tomando forma mais definida, indo encontrar no governo de Juscelino Kubitschek, “ho clima” de desenvolvimentismo, uma dimensão mais ampla e fortemente conectada com a presença do capital internacional, impondo novas diretrizes para a economia nacional. A influência da CEPAL e do Banco Mundial<sup>58</sup> estimulou concomitantemente o planejamento e a organização de bancos e de órgãos regionais e estaduais de desenvolvimento (SCHMITZ, 1991). Esta situação já estava sendo pensada

[...] desde 1948 [quando] a CEPAL desenvolvia o debate sobre *desarrollo hacia adentro*, substituição de importações, modernização político-administrativa, programação econômica (setorial, regional, global). [...] o Governo dos Estados Unidos, bem como alguns setores empresariais daquele país, haviam começado a aceitar a alternativa do planejamento governamental em países dependentes ou coloniais. Os governantes norte-americanos logo compreenderam que a participação ativa do Estado nas

<sup>57</sup> Horácio Lafer era Ministro da Fazenda no Governo Getúlio Vargas (IANNI, 1996, p. 121).

<sup>58</sup> “Apenas alguns anos depois do acordo de Bretton Woods [Conferência realizada em julho de 1944, nos Estados Unidos, reunindo 44 países aliados], a emergência da Guerra Fria trouxe para o centro das atenções a assistência econômica, política e militar aos países do Terceiro Mundo, em face da necessidade de rapidamente ‘integrar’ esse bloco de países independentes ao mundo ocidental, fortalecendo a aliança não-comunista. Ou seja, a bipolaridade passou a influenciar e a conformar políticas de desenvolvimento no âmbito internacional, e o Banco Mundial se envolveu progressivamente nesse processo de estabilização e expansão do sistema capitalista mundial, mediante programas de ajuda e concessão de empréstimos crescentes aos países do Sul a partir do início dos anos 50” (SOARES, 1998, p. 18).

decisões e realizações concernentes à economia era um mal menor, se comparado com o risco de agravamento das tensões sociais e políticas características das economias dependentes em luta pela industrialização. Além disso, as direções das empresas multinacionais e o próprio governo dos Estados Unidos já haviam compreendido que a participação governamental nas decisões e realizações ligadas à política de desenvolvimento era uma garantia política e econômica para as empresas estrangeiras (IANNI, 1996, p. 158).

Neste sentido, a primeira experiência com planejamento estatal em Santa Catarina vai se dar com o Programa de Obras e Equipamentos (POE)<sup>59</sup>, criado na gestão Irineu Bornhausen (1951-1956), previsto como um plano decenal. O POE “foi encaminhado à Assembléia Legislativa em 3 de março de 1955” (SILVA, 1996, p. 167), portanto, já no final da sua gestão, o que praticamente deslocou a efetiva implementação para o próximo governo. Em função da vitória de Jorge Lacerda (UDN), no pleito de 1955, o POE pôde ter continuidade, porém, com a eleição de Celso Ramos, em 1960, este projeto foi incorporado a um outro, o Plano de Metas do Governo (PLAMEG).

Em geral, o POE não conseguiu atingir todas as suas metas, mas constituiu um passo muito importante para outras iniciativas, desta ordem, no Estado e demonstrou uma alteração na mentalidade empresarial que se preocupava com as deficiências na infra-estrutura econômica de Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2001). Este período pode ser considerado como experimental, no que concerne a idéia de planejamento, no qual as dificuldades eram muitas, pois “não existiam elementos quaisquer que servissem de ponto de partida ao planejador, isto é, dados estatísticos, informações demográficas sintetizadas e analisadas” (SCHMITZ, 1991, p. 49). O POE, desta forma, representava

um exercício técnico muito ao gênero das metas do Plano SALTE que se constituía na reunião de vários programas setoriais, envolvendo

---

<sup>59</sup> Victor Antônio Peluso Júnior, presidia, no governo Jorge Lacerda/Heriberto Hülse, o Plano de Obras e Equipamentos – POE. Alguns aspectos mais abrangentes da biografia do professor Peluso Júnior encontram-se disponíveis no quarto capítulo desta dissertação.

especificamente saúde (S), alimentação (AL), transporte (T) e energia (E), posto em execução em 1949 no final do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) - (SCHMITZ, 1991, p. 49).

Neste período, no entanto, mesmo diante dos esforços em relação ao planejamento, Santa Catarina enfrentava obstáculos ao seu desenvolvimento, principalmente, no que se referia à indústria. Desde 1930, no Brasil, existia grande quantidade de casas de crédito, porém “sem capital suficiente para financiar os vultosos projetos de infra-estrutura exigidos pelas indústrias” (GOULARTI FILHO, 2001, p. 38). Em Santa Catarina, a situação não era diferente, visto que o financiamento era realizado pelas cooperativas de crédito agrícola, os chamados modelos Luzzatti e Raiffeisen<sup>60</sup>. O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança (atual Rio do Sul), por exemplo, no ano de 1928, foi um exemplo no sistema Luzzatti que foi incorporado pelo INCO em 1936, aliás, como aconteceu com todas as cooperativas de crédito no Estado.

A partir da fundação do banco INCO, um novo esquema de organização bancária começou a ser gestado. Constituindo-se num estabelecimento de crédito, “nascido em Itajaí, um dos portos mais importantes de Santa Catarina e onde floresciam indústrias antigas e sólidas” (SCHMITZ, 1991, p. 122), caracterizou-se como “pólo aglutinador de importantes setores da burguesia do Vale do Itajaí, que [necessitou] criar seus próprios mecanismos de financiamento” (CARREIRÃO, 1990, p. 105).

---

<sup>60</sup> Conforme Pinho apud Schmitz (1991, p. 67), “Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) era natural da Renânia. [...] Sua dedicação a agricultura levou-o a procurar a solução para os problemas do crédito agrícola, agravados durante o período 1847-1848. Fundou, então, em Flammersfed, com uns 60 habitantes do lugar, uma sociedade de auxílio-mútuo, destinada a agricultores necessitados. Em Heddersford, em 1854, organizou outras sociedades, transformando-as, depois em cooperativas de crédito [...]”. Ainda de acordo com o autor, “Luigi Luzzatti (1841-1927), autor de obras econômicas, pertencia a uma rica família israelita de Veneza. Em 1863 publicou o livro ‘A difusão do crédito e o banco popular’, no qual expôs suas idéias sobre as cooperativas de crédito: os cooperados, armados com sua potência individual, que a associação multiplica, são como, um exército de paz social, que se move na linha das grandes batalhas e obtém grandes vitórias; o Estado vem a ser o exército de reserva que, em determinadas circunstâncias coloca-se espontaneamente sem necessidade de ser chamado na primeira fila, para ganhar o combate social, retirando-se depois para seu posto de retarguada” (p. 96).

Mesmo assim, até a década de 1960, vão predominar os créditos em curto prazo, fato que começará a se alterar a partir de 1962, com a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A (BDE)<sup>61</sup>, o banco oficial do Estado. A criação do BDE, na realidade, estava ligada a uma estratégia desenvolvida por Celso Ramos<sup>62</sup>, candidato ao pleito eleitoral de 1960 e então presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC)<sup>63</sup>. Esta estratégia procurava, de um lado, garantir o governo do Estado para o PSD, que colocava a necessidade de um banco oficial, e, de outro lado, enfraquecer o banco INCO, que, em 1968, foi absorvido pelo Banco Brasileiro de Descontos S/A (Bradesco) - (SCHMITZ, 1991).

No ano de 1959, Celso Ramos participou de uma comissão, na qualidade de supervisor geral, proposta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o objetivo de fazer um levantamento sobre as condições socioeconômicas de Santa Catarina, “para efeito da geração de uma proposta e da tentativa de esboçar a formulação e difusão da ideologia desenvolvimentista” (SCHMITZ, 1991, p. 235), que se traduziu no então denominado “Seminário Sócio Econômico de Santa Catarina”. O Seminário em questão estava afinado com a política econômica de Juscelino Kubitschek, que se orientava “no sentido de congregar a iniciativa privada – acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeiros – com a intervenção contínua do Estado, como orientador dos investimentos através do planejamento [...]” (BENEVIDES, apud BRUM, 1993, p. 95). Para seus articuladores, o Seminário estava

---

<sup>61</sup> Em 1969, o BDE foi transformado no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), perdendo o seu caráter de fomento (SCHMITZ, 1991, p. 391).

<sup>62</sup> Celso Ramos nasceu em Lages em 18 de dezembro de 1897. Em sua cidade natal realizou os estudos primários, e em Florianópolis o secundário. O envolvimento de Celso Ramos com a política se dá a partir de 1933 como Vice-Presidente da seção lageana da Liga Eleitoral Católica. Em 1938, concorreu à prefeitura de Lages, sem, no entanto, obter vitória, perdendo para seu primo Henrique Ramos Júnior. Em Florianópolis, a partir de 1938, desenvolveu atividades no setor privado (Cia. Nacional de Navegação, Cia. Florestal de Santa Catarina, Sesi, Sesc, Senai e Fiesc). No ano de 1946, foi eleito Vice-Presidente do PSD, substituindo em muitos momentos seu irmão, Nereu Ramos, que exercia atividades políticas no Senado. Em 1958, candidatou-se ao Senado, perdendo para Irineu Bornhausen. Na eleição de 1960, foi eleito Governador do Estado (LENZI, 1977).

<sup>63</sup> A FIESC foi fundada em 1950 e Celso Ramos foi indicado como primeiro presidente, ficando, até a sua posse no governo do Estado. Celso foi escolhido em função de seu forte vínculo com a política estadual e nacional, que era arquitetada pelo seu irmão Nereu Ramos, e do apoio que recebeu de Evaldo Lodi, presidente nacional da CNI (Confederação Nacional da Indústria)”. (GOULARTI FILHO, 2001, p. 145).

colocado como uma possibilidade concreta de compreender as grandes questões socioeconômicas do Estado de Santa Catarina, numa clara oposição política à gestão de Irineu Bornhausen, e na perspectiva de apontar para uma nova direção na condução do Estado:

com o propósito de definir uma ideologia do desenvolvimento com a participação da população de Santa Catarina, o Seminário representou mais que um evento sócio-econômico. Representou uma estratégia política, que se configurou posteriormente em proposta de governo, pois o então presidente da FIESC, Celso Ramos, concorreu no ano da conclusão do Seminário (1960) ao Governo Estadual pelo PSD. (AMORIM, 1984, p. 38).

Já nas palavras de Celso Ramos, o Seminário Sócio-Econômico se caracterizou

como uma experiência inédita e original que [continha] num só tempo o levantamento das condições do Estado e a tentativa de esboçar a formulação e difusão da ideologia do desenvolvimento econômico e cultural que caracteriza o processo brasileiro (SANTA CATARINA, 1960, p. 3).

O resultado do Seminário foi assim se constituindo estrategicamente no programa de governo de Celso Ramos, que, após um período de encontros regionais, conseguiu reunir um importante conjunto de informações organizadas em documentos que versavam sobre: 1. educação; 2. transportes; 3. energia; 4. financiamento; 5. agricultura; 6. saúde pública; 7. valorização e recuperação da terra, colonização, fixação do homem à terra, indústria pesqueira; 8. problemas habitacionais; 9. recursos mineralógicos e aproveitamento do carvão; 10. comunicações; 11. turismo; 12. investimentos estrangeiros; 13. industrialização em geral; 14. problemas sociais, o trabalhador; 15. comércio internacional; 16. indústria madeireira; 17. indústria do mate; 18. integração do oeste no processo econômico de Santa Catarina, (SCHMITZ, 1991). Em consequência deste trabalho, Celso Ramos foi eleito governador do Estado para a gestão 1961-1965.

Em face dos estudos proporcionados pelo Seminário Sócio-Econômico e já eleito governador do Estado, Celso Ramos institucionaliza o PLAMEG, que

[...] inaugurou uma nova fase da economia catarinense. A partir desse momento, a presença dos grandes industriais na esfera política catarinense passa a ser mais decisiva. A indústria catarinense, que estava num acelerado processo de diversificação e ampliação, agora passa a ser pensada pelo Estado. No bojo do ideário desenvolvimentista e diante do crescimento da indústria dinâmica, o Estado passa a ser o verdadeiro ente na condução política do processo de integração e consolidação do capital industrial, fazendo investimentos em infra-estrutura e ofertando linhas de crédito de longo prazo. [...]. Esse movimento seguiu orientações federais e também pode ser presenciado em outros Estados da federação, onde a indústria se expandia (GOULARTI FILHO, 2001, p. 158).

O planejamento não atuou apenas diretamente sobre as atividades produtivas, também, o setor educacional, através do POE e do PLAMEG, nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente, recebeu este tratamento posto que a educação estava sendo pensada como condição para o alcance dos objetivos desenvolvimentistas do período em questão, evidenciando desta forma seu caráter mediato.

É oportuno ressaltar que este setor configurava-se como um dos itens do Seminário Sócio-Econômico, proposto por Celso Ramos, em virtude do crescimento populacional que provocou pressão sobre o referido sistema, exigindo sua ampliação, a fim de atender as demandas. Neste sentido:

A década de 50, em Santa Catarina, apresentou certa clareza para os planejadores da educação, quanto às orientações que deveriam ser seguidas para se ajustar o Sistema de Ensino às transformações que vinham se processando (SANTA CATARINA, 1980, p. 52).

O aumento populacional provocou a expansão do ensino primário que no decorrer dos anos foi exigindo também alterações no ensino secundário e no superior. Este quadro de ampliação de vagas e de estabelecimentos acabou por demandar mais professores para o quadro docente do Estado e dos municípios onde até então

o recrutamento de professores para o magistério primário se escudava numa tradição de processos práticos e de normas orientadoras. Encontrava no elemento feminino, como em toda parte, compatibilidade com o que

Bertrand Russell chamou de “ideal da grande dama”. O magistério primário se constituía, portanto, numa extensão desse ideal (SANTA CATARINA, 1980, p. 53).

E, ainda, segundo o Relatório citado:

O recrutamento dos professores para o ensino secundário tendeu a improvisações, dependendo de fontes de recursos humanos de ordens religiosas e das funções liberais: advogados, contadores, engenheiros, médicos, farmacêuticos, dentistas, enfim, profissionais de prestígio social e mais tradicionais supriam em grande parte, as necessidades de professores para o ensino secundário (SANTA CATARINA, 1980, p. 53).

Retomando os aspectos infra-estruturais, destacamos ainda, a insuficiência quanto à oferta de energia elétrica e do sistema de transportes, grandes problemas do Brasil e também de Santa Catarina, das décadas de 1940 e 1950, que vão contribuir, como veremos mais adiante, para engrossar a necessidade do planejamento, principalmente, a partir da gestão de Kubitschek na Presidência da República.

A produção de energia elétrica em Santa Catarina não avançou significativamente no governo de Irineu Bornhausen. Destaca-se a construção, já no final de sua gestão, das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)<sup>64</sup> e o início das obras da Sociedade Termelétrica de Capivari (SOTELCA)<sup>65</sup>, em Tubarão, no final do governo de Jorge Lacerda, como os grandes feitos no setor, especialmente, na década de 1950. Na realidade, o

sistema de geração e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, antes da criação da CELESC, em 1955, não se diferenciava de muitos Estados brasileiros, ou seja, um sistema fragmentado sendo alimentado por pequenas iniciativas privadas locais ou por multinacionais (GOULARTI FILHO, 2001, p. 132).

<sup>64</sup> A criação da CELESC “não foi uma atitude isolada do governo catarinense. Em função da falta de investimento, o sistema energético brasileiro não comportava mais o crescimento do parque industrial brasileiro, pois o sistema privado de geração e distribuição de energia era fragmentado e insuficiente para atender a demanda crescente.[...] Nos anos 50/60 foram criadas várias companhias estaduais de geração e distribuição de energia elétrica. As companhias estaduais nasceram a partir da incorporação de unidades isoladas controladas pelo capital local ou externo. Portanto a criação da Celesc faz parte do movimento geral da criação de companhias estaduais de energia com o intuito de atender o aumento da demanda, fazendo novos investimentos” (GOULARTI FILHO, 2001, p. 154-155).

<sup>65</sup> Atual Usina Jorge Lacerda, localizada no recém criado município de Capivari de Baixo, antigo distrito de Tubarão (MARCON, 2000).



A partir de 1955, em âmbito nacional, como já foi salientado, vive-se o período desenvolvimentista baseado no chamado Plano de Metas<sup>66</sup>, que acentuava a necessidade da industrialização. O Estado catarinense, porém, “não tinha condições locais de incorporar-se àquela política econômica brasileira” (SCHMITZ, 1991, p. 234). No início da década de 1950, Santa Catarina contava com um potencial elétrico que superava os 80.000 Kw e, em 1960, o potencial era da ordem de apenas 92.531Kw. O quadro era melancólico, as novas empresas não podiam instalar-se, as antigas tinham seus planos de expansão limitados em função da falta de energia e outras simplesmente se transferiam para diferentes Estados da União (SCHMITZ, 1991, p. 235). A problemática não atingia somente o setor produtivo, perpassava pela sociedade em geral, limitando a iluminação pública e residencial. Aliado a esta situação, estava o setor de transportes, desarticulado e carente de recursos, ampliando os entraves ao desenvolvimento industrial catarinense:

[...] o Estado carecia de transporte rodo-ferroviário que integrasse toda a economia. A zona agropecuária do Estado não se comunicava com a zona industrial. Essa falta de integração levava a subutilização das matérias-primas, ao não aproveitamento integral dos recursos e, principalmente, à exportação de matérias-primas, o que vale dizer, Santa Catarina exportava os benefícios da industrialização (SCHMITZ, 1991, p. 243).

De fato a realidade do sistema de transportes, em 1955, caracterizava-se como deficiente, uma vez que,

dos 458 quilômetros de rodovias federais em Santa Catarina apenas 22 quilômetros eram pavimentadas e dos 5.002 quilômetros de estaduais apenas 12 quilômetros eram pavimentadas. Em 1960, a situação se altera um pouco em relação à rodovia federal com a pavimentação da BR-2 [atual BR-116], passando para 330 quilômetros (num total de 769 quilômetros). Nas estaduais, pavimentou-se mais 61 quilômetros (num total de 5.042

---

<sup>66</sup> “Consistia no planejamento de 31 metas prioritárias distribuídas em seis grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação, construção de Brasília.” (BENEVIDES apud BRUM, 1993, p. 100). E complementando temos que o Plano de Metas constituiu o primeiro ‘grande plano de desenvolvimento posto em prática. [...] partiu da concepção de que o Estado deveria criar condições necessárias e suficientes para que as empresas privadas desenvolvessem as indústrias de transportes e os setores agrícola e pecuário” (SCHMITZ, 1991, p. 234).

quilômetros), somando-se 73 quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas (GOULARTI FILHO, 2001, p. 136).

Como vimos, não eram poucas as dificuldades apresentadas. Existia um movimento nacional e internacional que estimulava o debate sobre o desenvolvimento econômico, através do planejamento, como possibilidade de acelerar o processo de crescimento. Iniciado na década de 1950 e aperfeiçoando-se pelas exigências do modelo capitalista, o planejamento econômico nos governos subseqüentes<sup>67</sup> foi, conforme suas especificidades, produzindo uma feição socioeconômica para o Estado, promovendo os interesses políticos que cada governo representa, bem como modificações socioespaciais no território catarinense.

### 2.1.1 O Planejamento na Capital do Estado

Na esfera municipal, o planejamento com vistas à modernização também começava a ser pensado através do Plano Diretor de 1952<sup>68</sup>. Para seus idealizadores, esta seria uma possibilidade em que

a cidade poderia ser pensada em sua totalidade pela primeira vez. E o que era considerado o mais importante, seria definido o sistema viário da área urbana de Florianópolis. O Plano seria o instrumento utilizado para produzir normas, para antecipar, definir e para legitimar as ações no espaço urbano (SUGAI, 2002, p. 58).

---

<sup>67</sup> PLAMEG II (1966-1970) – Ivo Silveira (PSD); Projeto Catarinense de Desenvolvimento (1971-1975) – Colombo Machado Sales (ARENA); Governar é Encurtar Distâncias (1975-1979) – Antônio Carlos Konder Reis (ARENA/PDS); Plano de Ação (1979-1983) – Jorge Konder Bornhausen/Henrique Córdova (PDS); Carta dos Catarinenses (1983-1987) – Esperidião Amim (PDS); Rumo à Nova Sociedade Catarinense (1987-1991) – Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (PMDB); Plano Sim (1991-1994) – Vilson Kleinubing (PFL); Governo de Santa Catarina (1995-1998) – Paulo Afonso Vieira (PMDB).

<sup>68</sup> O município, em 1952, contratou o urbanista Edvaldo Pereira Paiva e os arquitetos Demétrio Ribeiro e Edgar A. Graeff para ‘Iniciarem os trabalhos de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis, que foi concluído em 1954 e aprovado em 1955, sofrendo reformulações até a aprovação do novo Plano Diretor na década de 1970’ (MARCON, 2000, p. 116).

Florianópolis estava sendo reorganizada, reafirmando assim o seu papel como Capital do Estado, visto que necessitava adequar-se ao novo momento de ampliação das funções do Estado (SUGAI, 2002), proposta pelo Plano de Obras e Equipamentos, que, somadas ao Plano Diretor, imprimiam uma nova configuração espacial para a cidade e repercutiam no contexto estadual.

Por conta do POE,

na Capital, em conseqüência da ampliação das funções do Estado, o poder público estadual investiu parte do seu orçamento na construção de edifícios para abrigar as Secretarias de Estado (em número de sete) e as Diretorias, bem como a construção do Palácio Residencial da Agrônômica, a restauração do Teatro Álvaro de Carvalho, e a construção da estrada de acesso às praias do norte da Ilha até Canasvieiras, SC-1 (atual SC-401) - (SUGAI, 2002, p. 122).

No período 1950-1960, intensifica-se o desenvolvimento de uma série de outras obras em Florianópolis, como a construção do acesso à pista de pouso da Base Aérea (bairro Carianos), a construção do Edifício das Diretorias (obra desenvolvida durante as três gestões udenistas e concluída em 1961), a construção dos atuais edifícios que abrigam o Instituto Estadual de Educação (inaugurado em 1964) e da Maternidade Carmela Dutra (inaugurada em 1956), bem como a instalação do 16º Distrito Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), em 1956, a inauguração das novas instalações da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1959) e da Escola de Aprendizes de Marinheiros (1950). Além das obras, propriamente ditas, funções e serviços são criados, tais como a Procuradoria Administrativa (1956), o Gabinete

Civil, o Gabinete Militar<sup>69</sup>, a Assessoria Técnico-Legislativa (1959), a Polícia Rodoviária Estadual (1960), o Arquivo Público Estadual (1960) e o 5º Distrito Naval, próximo ao Palácio da Agrônômica, com uma unidade hospitalar naval.

Além das transformações apontadas, consideramos importante destacar outras dimensões que se apresentavam no período e espaço em pauta, com o propósito de perceber como o lugar, geograficamente falando, onde a Faculdade Catarinense de Filosofia e o seu curso de Geografia se estruturavam, estava processando o seu próprio desenvolvimento.

Neste sentido, a concentração da população no espaço urbano florianopolitano, que em 1940 era da ordem de 29.764 habitantes, representando 63.6% do total populacional, passou, em 1950, para a casa dos 51.115 habitantes, correspondendo a 75.6% do total do município. Através do Quadro 3 podemos perceber este movimento, acompanhado também por outros municípios, num ritmo muito próximo ao de Florianópolis, sobretudo, aos que se destacavam em atividades urbanas, tais como as industriais e portuárias: Blumenau, Joinville e Itajaí. Nele, Florianópolis, na década de 1950 está posicionada, no âmbito do Estado, na terceira colocação<sup>70</sup>, no que tange a população total e, em primeiro lugar no que diz respeito a concentração no meio urbano. Estes municípios, colocavam-se na contramão do que acontecia em Santa Catarina, que apresentava no período em questão, uma população urbana de 21.5%,

---

<sup>69</sup> Posteriormente denominados de Casa Civil e Casa Militar. A Casa Civil tem a função de “assessorar o Governador e seu Gabinete em assuntos que dizem respeito à administração civil. Entre eles, cabe ao Secretário da Casa Civil estabelecer as relações com o Poder Legislativo no que diz respeito aos interesses do executivo na tramitação de seus projetos, bem como coordenar junto as Secretarias de Estado e demais órgãos administrativos o exame dos projetos de Lei a serem submetidos à sanção governamental [...]. Desta forma a Casa Civil exerce um papel político importante no controle e execução das ações do Governo no que diz respeito a questões de ordem tanto administrativas quanto políticas” já a Casa Militar tem a função de “manter a segurança do Governador e dos palácios oficiais. É também encarregado oficial das atividades de Cerimonial, do processo de comunicação, bem como a manutenção em perfeito estado de funcionamento do sistema de transportes” (SILVA, 1996).

<sup>70</sup> Na década de 1970, Florianópolis passou a ter a maior população absoluta do Estado, com 138.337 habitantes, seguida por Lages, com 128.728 habitantes, e Joinville com 125.058 habitantes (IBGE-Censo demográfico de 1970). Em 2002, a situação se modifica e Joinville conta com 453.766 habitantes, seguida de Florianópolis com 360.601 habitantes, de Blumenau com 272.283 habitantes, de São José com 181.400 habitantes e Criciúma com 175.491 habitantes (IBGE, estimativa em 01/07/2002). É interessante destacar que, atualmente, Florianópolis (SC) e Vitória (ES) são as únicas capitais, no Brasil, que não possuem a maior população absoluta em relação ao respectivo Estado.

em 1940 e de 23.2% em 1950. A urbanização na década de 1950 estaria, desta forma, refletindo o momento de transição econômica da fase recessiva do 3º ciclo longo, para a fase ascendente do 4º ciclo longo. Na fase ‘b’, já referida, com o processo de substituição industrial de importações, o meio urbano passou a atrair maior contingente populacional, elevando assim, em alguns casos de forma considerável, o percentual da população deste espaço.

Município	População Total		População Urbana		Urbanização (%)	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Blumenau	41.178	48.108	14.640	24.443	35.5	50.8
Chapecó	44.327	96.624	4.128	9.756	9.3	10.1
Concórdia	32.658	48.014	1.667	3.742	5.1	7.8
Criciúma	27.753	50.854	4.845	9.298	17.5	18.3
<b>Florianópolis</b>	<b>46.771</b>	<b>67.630</b>	<b>29.764</b>	<b>51.115</b>	<b>63.6</b>	<b>75.6</b>
Itajaí	44.204	52.057	16.285	23.969	36.8	46.0
Joaçaba	36.174	48.299	3.614	9.211	10.0	19.0
Joinville	45.590	43.334	17.569	21.390	38.5	49.36
Lages	53.697	77.234	9.279	17.337	17.3	22.4
Rio do Sul	49.548	57.152	4.931	8.650	9.9	15.1
Tubarão	53.717	67.045	9.036	14.614	16.8	21.8

Quadro 3: População dos Principais Municípios Catarinenses e Grau de Urbanização em 1950

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de Santa Catarina – 1950.

Ano	População Urbana	%	População Rural	%	População Total
1940	253.717	21,5	924.623	78,4	1.178.340
1950	362.717	23,2	1.197.785	76,8	1.560.502
1960	688.358	32,3	1.440.894	67,7	2.129.252
1970	1.246.043	42,9	1.655.691	57,1	2.901.734

Quadro 4: Evolução da População Urbana e Rural do Estado de Santa Catarina

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940, 1950 1960 e 1970.

As principais atividades do meio rural florianopolitano eram as tradicionais como agricultura e pesca. A agricultura, baseada principalmente no cultivo da mandioca e produção da farinha, já constituía prática dos indígenas, que foi incorporada pelos açorianos que chegaram na Ilha no século XVIII. Esta agricultura se constituiu como atividade de subsistência, aliada à pesca realizada principalmente nas proximidades da costa em função da falta de recursos para a compra de barcos maiores para a pesca de alto mar (PEREIRA, 1974).

No período em análise, dá-se também o início da “continentalização de Florianópolis”<sup>71</sup>, marcando uma fase de expansão física da Capital em função das mudanças que se operavam naquele período. Porém, este processo foi iniciado já em 1940, porquanto,

em 1943, o governo do Estado constituiu uma comissão para promover a revisão territorial de Santa Catarina, considerando alguns fatores como: – Inferioridade de Florianópolis com relação a outras capitais brasileiras pela sua má composição territorial; – A localização do distrito, colocado em frente à Capital, onde a ponte Hercílio Luz demanda ao continente, tem seu crescimento evidenciado em função do grande contingente de funcionários, empregados e operários que trabalham na Capital e ali residem; - A pouca assistência administrativa que a prefeitura de São José tem dedicado ao Estreito. Em seu parecer conclusivo, a comissão sugeriu que o Estreito passasse a pertencer ao perímetro urbano de Florianópolis (SOARES, 1990, p. 20).

A atividade portuária em franco declínio, conforme demonstra o Quadro 5, foi deixando de ter destaque na economia do município: “os portos de Itajaí e São Francisco receberam em 1950, 821 e 866 navios respectivamente, e movimentaram cada um o dobro de tonelagem que o porto da capital” (MARCON, 2000, p. 115). Tal situação se consolida na década de 1970 quando os navios deixaram de atracar no porto de Florianópolis, principalmente, em virtude do crescente investimento no transporte rodoviário.

---

<sup>71</sup> Expressão utilizada pelo geógrafo Paulo de Araújo Lago para “designar o processo de expansão da Capital do Estado para a parte continental” (MARCON, 2000, p. 113).

Ano	Número de navios	Tonelagem de registro (mil/t)
1949	536	194
1950	555	236
1951	596	251
1952	490	251
1953	396	235
1954	362	223
1955	311	165
1956	233	108
1957	193	91

Quadro 5: Movimento de Embarcações no Porto de Florianópolis – 1949 a 1957

Fonte: PEREIRA (1974, p. 58).

A ampliação da estrutura estatal, através das obras e serviços correspondentes, promoveu na Capital o fortalecimento de sua especificidade como cidade político-administrativa, sede do governo estadual. Neste processo modernizante, em que novas atividades e obras se desenvolviam, enfatizamos a fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia (1951) como uma resposta no âmbito educacional para o novo momento vivenciado pelo Estado de Santa Catarina. Como ápice das alterações, nesta esfera, destaca-se a concretização do projeto de criação da Universidade Federal de Santa Catarina na década de 1960.

## 2.2 NASCE A FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA: A ANTE-SALA DA UNIVERSIDADE?

Expressando importante aspecto das condições socioeconômicas, do início da década de 1950, realizou-se em Florianópolis, no dia 8 de setembro de 1951, no salão nobre da Faculdade de Direito de Santa Catarina e sob coordenação do professor Fontes, a reunião que

deu início à criação da Faculdade Catarinense de Filosofia<sup>72</sup>. Nesta sessão de fundação, o Professor Fontes destacou a necessidade da organização desta Faculdade, ressaltando os objetivos relacionados à formação de professores e que “à imediata instalação [...] não sofre dúvidas, porque para tanto, já há acomodações e o material preciso, posto à sua disposição pelo Colégio Catarinense” (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1951)<sup>73</sup>. Não apenas apresentava as condições físicas, como também indicava os aspectos filosóficos, norteadores dos trabalhos que seriam desenvolvidos pela nova instituição. Conforme Fontes,

[...] em face da exacerbada e universal divisão presente – espiritualista cristã, de um lado, e materialista, de outro –, adotamos, desde logo, decididamente, a primeira, que é a da formação e da tradição brasileira.[...] A Faculdade deverá, porém, estar aberta a todos os que, dentro da sua orientação, lhe queiram trazer colaboração eficiente (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1951).

A opção pela filosofia cristã, como norteadora da Faculdade, tem profunda ligação com a convicção religiosa do Professor Fontes, que, católico praticante, procurava coerência com seus princípios no desenvolvimento das novas atividades. Há de se considerar que a própria sociedade florianopolitana, no período em questão, tinha no catolicismo sua maior opção de fé, reforçando na direção da escolha realizada. A presença de padres do Colégio

---

<sup>72</sup> Conforme a Ata de fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia, estavam presentes no encontro os proponentes do convite, os Desembargadores Henrique da Silva Fontes, Urbano Müller Salles, Dr. Henrique Rupp Júnior e os convidados: Dr. Aníbal Nunes Pires, Químico industrial Nilson Paulo, Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, Desembargador Osmundo Wanderley da Nóbrega, Capitão Jaldyr Bhering Faustino da Silva, Desembargador Hercílio João da Silva Medeiros, Dr. João Batista Luft, Monsenhor Frederico Hobold, Desembargador Alcebíades Valério Silveira de Souza, Professor José Warken, Padre Alvino Bertholdo Braun S.J., Padre Ernesto Seidler S.J., Dr. Waldir Busch, Padre João Alfredo Rohr S.J., Dr. Pedro de Moura Ferro, Dr. Paulo de Tarso da Luz Fontes, Desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, Dr. Ernesto Giorno, Dr. Edmundo Acácio Moreira, Engenheiro Victor da Luz Fontes. (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1951).

<sup>73</sup> De acordo com a ata da fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia, de 8 de setembro de 1951.



Catarinense<sup>74</sup>, na reunião de fundação, expressa o estreitamento de relações com a Igreja Católica na definição dos princípios filosóficos, assim como sua participação no próprio corpo docente da futura instituição. A referida aproximação também é sentida com a concessão, sem ônus para a Faculdade, do uso das dependências do Colégio Catarinense para o funcionamento de parte das atividades do inaugural centro de ensino.

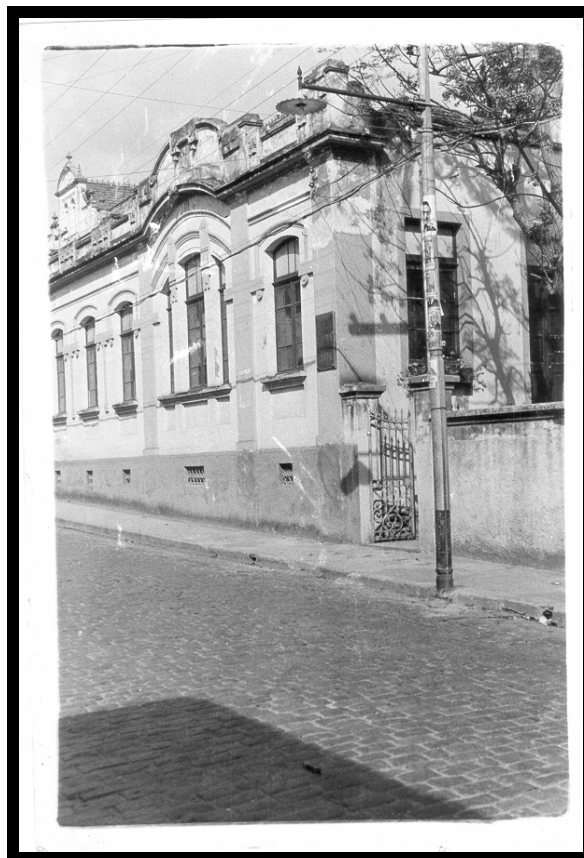


Figura 2: Prédio da Faculdade Catarinense de Filosofia, à rua Esteves Júnior, nº 179, 1960

Fonte: Biblioteca do Acervo do professor Henrique da Silva Fontes

<sup>74</sup> “A fundação do Ginásio Catarinense em Florianópolis, em 1905, dirigido pela Companhia de Jesus, fazia parte da articulação da Igreja Católica na conjunção da nascente República brasileira, no sentido de estabelecer institutos de ensino secundário nas capitais dos Estados e em grandes cidades. Naquele momento, a Igreja Católica tinha uma grande rede de escolas paroquiais estendida por quase todo o território catarinense, que havia sido criada pelo clero europeu e sistematizada por determinações episcopais, que, a partir de 1908, seriam ainda mais incrementadas com a criação da Diocese de Florianópolis, com jurisdição para o Estado de Santa Catarina. Além dos Jesuítas, várias congregações católicas européias, como as Irmãs da Divina Providência e os padres franciscanos, atuavam na disseminação e estruturação de escolas católicas.” (DALLABRIDA, 2001, p. 19 -20).

É imperioso também destacar, que na conjuntura internacional da Guerra Fria, caracterizada pela oposição entre o socialismo e o capitalismo, numa busca do domínio político-econômico mundial por parte das grandes potências da época, a idéia de materialismo foi difundida e/ou absorvida, principalmente, nas áreas de influência dos Estados Unidos, de forma acrítica, portanto, reducionista e sem a compreensão do seu significado histórico<sup>75</sup>. A influência dos Estados Unidos, na América Latina, contribuiu fortemente como já delineamos, no combate das idéias contrárias ao capitalismo, provocando horror em grande parte da população, das idéias consideradas “russas”, do “vermelho”, do comunismo e, por extensão, do materialismo.

A respeito da opção pela “filosofia cristã”, os entrevistados, Aurora Goulart<sup>76</sup>, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Armen Mamigonian<sup>77</sup>, são unânimes em afirmar que tal concepção não era sentida como algo que interferisse negativamente nos trabalhos pedagógicos. A consequência desta opção era traduzida pelo forte humanismo evidenciado nas atitudes do professor Fontes, no dia-a-dia, tais como as confraternizações com o propósito de integração entre os membros da comunidade acadêmica, bem como no tratamento ético com as pessoas e instituições. Importante é não se perder de vista que, mesmo sendo de orientação cristã, a Faculdade não se constituía como um estabelecimento de ensino confessional.

A conformação jurídica da Faculdade se apresentava de forma dual, pois, embora se constituindo como um projeto particular, recebia forte apoio do governo do Estado, tanto para

---

<sup>75</sup> Para os católicos, o “materialismo é o oposto do espiritualismo em sentido estrito, isto é, de espiritualismo religioso, incluindo-se no materialismo, portanto, todo o hegelianismo e a filosofia clássica alemã em geral, bem como o sensualismo e o iluminismo franceses. Assim, nos termos do senso comum, chama-se de materialismo tudo o que tende a encontrar na terra, e não no paraíso, a finalidade da vida” (GRAMSCI, 2001, p. 127).

<sup>76</sup> A professora Aurora Goulart exerceu atividades de Direção de Secretaria da Faculdade Catarinense de Filosofia. Também foi aluna do Curso de Letras Neolatinas da referida Faculdade. Entrevista concedida no dia 21/05/2003.

<sup>77</sup> Professores de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia. As entrevistas foram realizadas nos dias 30/05/2003 e 04/06/2003, respectivamente.

o pagamento dos aluguéis dos prédios, onde estava instalada a Faculdade, quanto dos próprios salários do pessoal administrativo e docente. Esta forma de organização denominada “Instituto Livre”, poderia receber apoio para a sua manutenção tanto de instituições públicas como privadas. O caráter particular colocava-se mais em relação à iniciativa, reflexo de um contexto em que a educação superior estava começando a ser colocada como necessidade ligada a uma política mais ampla de desenvolvimento nacional. A função de intelectuais, como no caso do professor Fontes, refletia o momento em que eles eram ouvidos quanto ao desenvolvimento de iniciativas desta ordem, conquanto contraditoriamente o Poder Público estadual reconhecia a necessidade de uma Faculdade de Filosofia porque a Constituição do Estado<sup>78</sup> determinava que se promovessem estudos para a criação da Universidade de Santa Catarina, sendo para essa criação imprescindível uma Faculdade desta ordem. A iniciativa coube àqueles que, possuindo uma visão mais ampla da realidade em que viviam, aceitaram o desafio. O projeto, de iniciativa particular, da nova instituição pode ser apreendido na carta-convite enviada a um seleto número de pessoas da sociedade florianopolitana evidenciando, assim, o interesse de determinados grupos na condução da questão do ensino superior:

Tendo nós, juntamente com a Diretoria do Colégio Catarinense, verificado a possibilidade da imediata instalação de uma Faculdade de Filosofia, pois que o mesmo Colégio, para início do funcionamento, fornecerá as necessárias acomodações e o material preciso, vimos convidar V.Exa., caso queira pertencer ao respectivo corpo docente, para uma reunião em que se tratará da fundação da mesma Faculdade e que se realizará no salão nobre da Faculdade de Direito, no dia 8 do corrente, às 20 horas (FONTES, 1960, p. 6).

Na já citada reunião de fundação, estava presente, – como representante do Governo do Estado –, o Secretário da Educação, Waldir Busch, que não demonstrou participação mais efetiva, por parte do Executivo estadual, em torno do processo de criação da nova instituição

---

<sup>78</sup> Conforme a Constituição do Estado de Santa Catarina, no seu artigo 24, das Disposições Constitucionais, Transitórias.

educacional. Porém, mesmo não sendo o agente direto de tal empreitada, o governo do Estado, inicialmente, na pessoa do governador Irineu Bornhausen e seguido pela de Jorge Lacerda, Heriberto Hülse e de Celso Ramos, sempre se colocou à disposição da direção da Faculdade com vistas ao atendimento de suas necessidades. Entre estes imperativos, havia o pagamento dos professores especializados, os quais eram colocados como exigência pelo Conselho Nacional de Educação, para o pleno funcionamento da Faculdade de Filosofia, assim como outras necessidades relacionadas a equipamentos e espaço físico<sup>79</sup>.

Das exigências arroladas pelo Conselho Nacional de Educação para autorizar<sup>80</sup> o funcionamento da Faculdade, o item “capacidade financeira” se colocou desde o início como o mais problemático, já que a instituição dispunha das taxas cobradas dos alunos, mas, que eram consideradas um rendimento aleatório e, portanto, não poderiam depender delas as despesas fixas e imprescindíveis (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1954)<sup>81</sup>.

A procura pela administração estatal, na tentativa de resolver a deficiência orçamentária, era tão intensa que o próprio professor Fontes sugeriu, em uma de suas comunicações ao governador Irineu Bornhausen, que melhor seria transformar a Faculdade num estabelecimento estadual. No entanto, é o próprio Professor Fontes, que, dirigindo-se ao governador, demove-o de tal aconselhamento, porque, para ele,

[...] tal solução não parece, porém, recomendável, no momento, por várias razões, dentre as quais se destacam as seguintes: As despesas com o

---

<sup>79</sup> A Lei nº 684, de 3 de julho de 1952, autoriza o Executivo a emitir cinco apólices do valor nominal de um milhão de cruzeiros a favor da Faculdade, inalienáveis, e vencendo o juro de 5% ao ano. Essas apólices lhe garantem, portanto, uma renda anual de duzentos e cinquenta mil cruzeiros; a Lei nº 948, de 23 de setembro de 1953, pela qual o Executivo Catarinense é autorizado a auxiliar a Faculdade no contrato de professores nacionais e estrangeiros, até cinquenta por cento do seu corpo docente à base de vencimentos correspondentes aos catedráticos da Universidade do Brasil, com a obrigação de consagrarem às suas funções a média de quatro horas diárias; a Lei nº 1.103, de 1 de julho de 1954, que eleva o patrimônio em apólices de Cr\$ 500.000,00 para Cr\$ 10.000.000,00 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, p. 213, 1954).

<sup>80</sup> As exigências para a efetivação da autorização de funcionamento eram possuir: entidade mantenedora; capacidade financeira, edifícios e instalações; aparelhamento administrativo; organização administrativa e didática; capacidade moral e técnica dos professores propostos; limite de matrícula; condições culturais da localidade e real necessidade dos cursos (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1954).

<sup>81</sup> De acordo com a 6ª ATA da Congregação, de 16 de julho de 1954.

estabelecimento oficial serão muito maiores, serão talvez dobradas; o instituto particular já dispõe de instalação e já tem o processo de autorização para funcionar em andamento; e o instituto particular tem probabilidade de obter subvenção federal, o que reduzirá as despesas que com ele estiver fazendo o Estado (FONTES, 1953)<sup>82</sup>.

Em virtude dos vínculos políticos existentes entre o Professor Fontes e a UDN e considerando que a administração estadual estava sob controle deste partido, com Irineu Bornhausen no poder, conclui-se que tal conjunção de fatos tenha contribuído para explicar o interesse do governo estadual no atendimento das necessidades apontadas. Há de se considerar também, neste aspecto, a função intelectual exercida pelo professor Fontes na organização de uma esfera do ensino que convinha aos projetos de hegemonia do aparelho governamental.

Entre a sessão de fundação em setembro de 1951 e o início do funcionamento dos cursos em março de 1955, quando ocorreu o período de organização da Faculdade, muitas foram as viagens do professor Fontes ao Rio de Janeiro para tratar das exigências para o funcionamento do novo estabelecimento de ensino. Somente em 1954, através do Parecer 463, de 10 de dezembro, que complementava o Parecer 135 de 17 de maio, ambos do Conselho Nacional de Educação, é que a Faculdade obteve confirmação legal para funcionamento. Assim, o executivo federal, através do Decreto 36.658, de 24 de dezembro de 1954, concluiu o processo de autorização para o funcionamento da Faculdade Catarinense de Filosofia.

### 2.2.1 Fundação Universidade de Santa Catarina: Primeira Forma de um Projeto Universitário

Não é nosso propósito o aprofundamento da discussão em torno do processo de constituição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre este aspecto já há uma

---

<sup>82</sup> Representação endereçada pelo Professor Fontes ao governador do Estado, em 08 de agosto de 1953.

produção significativa<sup>83</sup>. Porém, é imprescindível apreender a questão sob o ponto de vista do envolvimento que a Faculdade Catarinense de Filosofia apresentou nesta operação, bem como o curso de Geografia, que, através de seu corpo docente e discente, também acompanhou e contribuiu para o desenvolvimento dos passos com vistas à criação da referida Universidade.

A Lei nº 1.362, de 29 de outubro de 1955, em sua ementa “autoriza o Poder Executivo a promover a criação da Fundação Universidade de Santa Catarina”; no seu artigo segundo, define as finalidades da instituição:

- 1º- Custear as despesas da Reitoria e dos órgãos de administração da Universidade;
- 2º- auxiliar a manutenção e o desenvolvimento dos institutos de grau superior que se incorporarem na Universidade e dos que forem por esta criados;
- 3º- promover ou auxiliar a criação de novos institutos de grau superior e de instituições complementares;
- 4º- promover ou auxiliar a criação de institutos de outros graus e ramos de ensino que se enquadrem na Universidade;
- 5º promover ou auxiliar a realização e a divulgação de trabalhos dos docentes da Universidade e de pesquisadores por ela recomendados;
- 6º- contratar pesquisas científicas e técnicas com entidades ou particulares, nacionais ou estrangeiras;
- 7º- promover ou auxiliar o intercâmbio de professores e alunos;
- 8º- conceder bolsas de estudos;
- 9º- promover ou auxiliar quaisquer iniciativas que desenvolvam as atividades da Universidade e a solidariedade universitária;
- 10º- encarregar-se da execução do plano da Cidade Universitária.

E, no seu artigo oitavo, destaca que

serão incorporados no patrimônio da Fundação as terras que a Lei n. 1.170, de 26 de novembro de 1954, destinou a localização da futura Universidade de Santa Catarina, bem como os recursos que forem atribuídos à construção da Cidade Universitária.

A aprovação desta Lei, durante o governo udenista de Irineu Bornhausen, resultou das discussões que estavam ocorrendo no legislativo catarinense, conforme constatamos na

---

<sup>83</sup> Ver Barbosa (1982); Silva (2000); Universidade Federal de Santa Catarina (1992,); Lima (2000), dentre outros.

análise de um documento apresentado à Assembléia Legislativa do Estado, em 27 de janeiro de 1955, pelo deputado estadual Wilmar Dias<sup>84</sup> do PSD. No relatório, o deputado descreve uma viagem realizada aos Estados Unidos, em 1952, para participar do XVII Congresso Internacional de Geografia, integrando a delegação especial da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e também atendendo convite da União Geográfica Internacional (UGI), encaminhado ao Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia. O referido evento tinha como objetivo a comemoração dos cem anos da American Geographical Society, que reuniu especialistas geógrafos de várias partes do mundo.

A ida de Wilmar Dias ao Congresso, no entanto, não se limitou à participação das atividades propostas, mas também teve a finalidade de executar uma tarefa encomendada pela Assembléia Legislativa Estadual, que consistia em

observar as condições de existência e funcionamento das universidades americanas, de modo a trazer subsídios que úteis fôssem a esta Casa, no exame e discussão do problema do estabelecimento da Universidade de Santa Catarina, idéia que os constituintes de 1947 acolheram e incorporaram ao texto da lei maior dos catarinenses (DIAS, 1955).

Além das universidades visitadas<sup>85</sup>, segundo o relato, foi possível o contato com professores do México, de Cuba e do Canadá, que forneceram informações a respeito do funcionamento do ensino superior em seus países. No documento, exhibe contundente crítica a adoção, no Brasil, de um modelo padrão, referindo-se à Universidade do Brasil como

---

<sup>84</sup> Natural de Florianópolis, era bacharel em Direito e professor de Geografia do Instituto Estadual de Educação. Foi Deputado Estadual como suplente convocado por dois mandatos: na 2ª legislatura (1951-1954) e na 4ª legislatura (1959-1962). De acordo com a professora Marly Anna Fortes Bustamante Mira, antes de dedicar-se à atividade política, o deputado era funcionário do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, no qual exercia a função de cartógrafo (MIRA, Entrevista concedida, em 07/10/2003).

<sup>85</sup> De um total de 900 universidades existentes nos Estados Unidos, em 1952, 12 foram visitadas: 1 - Miami University (Flórida); 2 - Catholic University of América (Washington); 3 - Georgetown University (Washington); 4 - New York University (New York); Columbia University (New York); 6 - Yale University, (New Haven); 7 - Harvard University (Massachusetts); 8 - University of Chicago (Chicago); 9 - Northwestern University (Chicago); 10 - University of California (Berkeley); 11 - University of California (Los Angeles) e 12 - University of Southern California (Los Angeles) - (DIAS, 1955, p. 4).

exemplar para as universidades no território nacional. Tal posição já se baseava nas observações realizadas nos Estados Unidos, onde cada Estado detinha autonomia para a criação de universidades em sintonia com as condições de desenvolvimento locais. O deputado propõe uma certa rebeldia com relação ao controle federal ao citar a USP, que, apesar de manter algumas das diretrizes gerais da Universidade do Brasil, possuía relativa autonomia. No escrito oficial, cita também o caso da Universidade do Ceará, que não cumpriu a exigência de funcionamento de uma Faculdade de Filosofia.

O documento é curioso e revela aspectos que, posteriormente, foram adotados pelo governo estadual no processo de organização da Universidade. Ilustrando o caso da Universidade de Miami, que não pôde se expandir em função da venda de suas terras a particulares, o governo catarinense criou a lei de reserva de área, expressa pela Lei nº 1.170, de 26 de novembro de 1954, que destinou, para a criação da Universidade, as terras situadas no subdistrito da Trindade, área pertencente ao governo estadual, com mais de 3 milhões de metros quadrados. Sobre a localização das terras, seguiu o Governo o exemplo verificado nos Estados Unidos, pois

os conjuntos universitários são enormes fatores de valorização urbana que contribuem para apressar o desenvolvimento das áreas em que se localizam. [...] a conveniência de construir os conjuntos em áreas afastadas dos centros urbanos é a maior possível, não só para as facilidades do ensino, como para a própria cidade que ganha, assim um elemento novo de progresso (DIAS, 1955, p. 14).

Tal situação veio ao encontro da realidade da Capital catarinense, na década de 1950, pois, conforme já vimos, o processo de modernização promovia o desenvolvimento de obras e instituições, dentre outros aspectos, que dariam suporte ao governo quanto ao encaminhamento das questões socioeconômicas para Santa Catarina. A expansão para o subdistrito da Trindade estaria sendo vista também como possibilidade de ampliação do espaço urbano, já que a Universidade exerceria significativa função polarizadora naquela área.



O debate, na época, sobre o local no qual seria criada a Cidade Universitária, ocorre envolvendo dois arquitetos e um urbanista, da cidade de Porto Alegre, que propunham um Plano Diretor para Florianópolis, e o governo do Estado através de alguns de seus intelectuais. O Plano Diretor estudava a localização da sede de uma Cidade Universitária, que representasse um marco sinalizador de um desejo de mudança nas condições existentes<sup>86</sup>.

O projeto de criação de uma Cidade Universitária estava posto no centro de uma discussão sobre sua localização, pois

os autores do Plano defendiam a instalação [...] no aterro existente no centro da cidade, junto ao Morro da Cruz, devido à dimensão da área a ser ocupada, a possibilidade de expansão da área inicial, através de aterro sobre o mar, de sua proximidade com o centro da cidade e a sua boa acessibilidade. Essas idéias entravam em discordância com alguns setores da elite local que pretendiam a implantação do futuro campus universitário na área da Fazenda Estadual Modelo Assis Brasil, localizada em antigas terras comunais da Trindade (MARCON 2000, p. 119).

Na justificativa dos profissionais responsáveis pelo projeto:

[...] abandonamos a sugestão feita de um local para a implantação desse núcleo nas proximidades do subúrbio chamado Trindade, situado [...] a oito quilômetros do centro atual. Nessa zona o poder público dispõe de áreas extensas, nas quais já se projeta a construção de quartéis, polígonos de tiro, etc. Tratando-se de localizar a Universidade em maior união com a cidade [...] este terreno (da Trindade) é completamente inadequado [...] pelas seguintes razões: relativa grande distância do centro atual; isolamento, devido à existência de um maciço montanhoso separador, e por sua posição geográfica, fora, completamente, da direção real do crescimento urbano (a cidade cresce na direção do continente e esse processo será acelerado pela construção do Porto. A idéia de um possível crescimento na direção da Trindade não tem nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação ) (PAIVA, 1952, p. 17 apud SUGAI, 1994, p. 67).

Tal encaminhamento estava colocado em direção contrária ao que trazia o deputado Wilmar Dias, dos Estados Unidos. Era necessário haver consenso para encaminhar a proposta de localização no subdistrito da Trindade e para tanto esclareceu o parlamentar:

---

<sup>86</sup> As condições existentes referem-se ao fato de que “a mentalidade rural ainda predomina na maioria dos habitantes de Florianópolis” (PEREIRA, 1974, p. 63).

[...] tomei contato com a Presidência desta Casa [Deputado Oswaldo Rodrigues Cabral] e com o Governo do Estado, este através do devotamento do meu velho Professor e amigo, Desembargador Henrique da Silva Fontes, Diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia e Catedrático da Faculdade de Direito, que, com o apóio do Exmo.Sr. Governador e para gáudio de todos nós, aceitou a espinhosa missão de mobilizar as classes intelectuais desta Capital para o debate público do problema (DIAS, 1955, p. 15).

Tendo a adesão do professor Fontes e com apoio do governo do Estado, a proposta da criação da Cidade Universitária, na, então, Fazenda de Demonstração Assis Brasil, foi aceita, cabendo então à Fundação a viabilização da construção da Universidade. Desta forma é que o professor Fontes tomou a frente, encarregado pelo governo do Estado, dos estudos da criação da pretendida instituição universitária<sup>87</sup>.

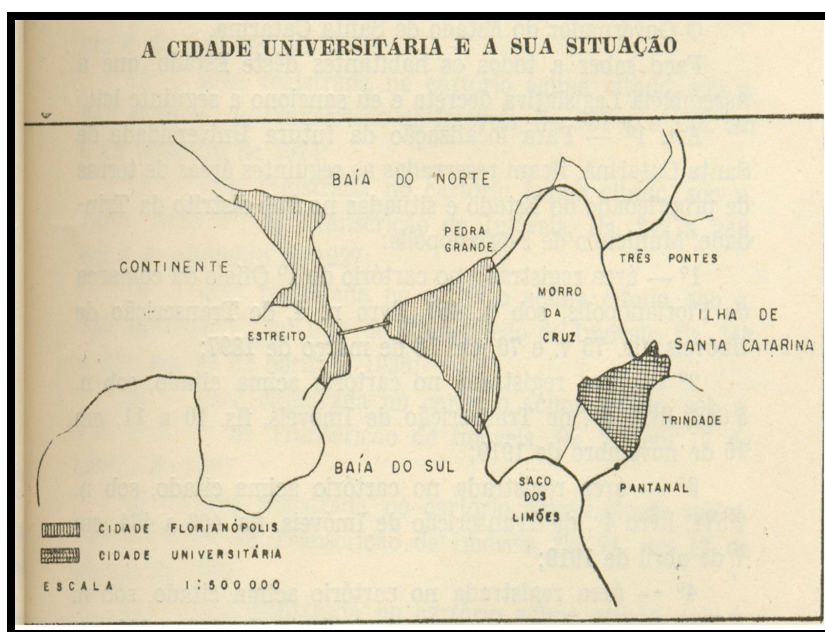


Figura 3: Localização Geográfica da Cidade Universitária

Fonte: Fontes (1962).

Na posição de diretor da Faculdade, encontrava o professor Fontes condições para

<sup>87</sup> As atividades previstas, no artigo 9º, da Lei 1.362/55, foram exercidas pelo diretor da Faculdade de Filosofia, sem ônus financeiro para o Estado, desde 20 de novembro de 1955, até a extinção da Fundação em 1961.

levar em frente o projeto da Universidade. Nos debates com a Congregação e com os dirigentes estaduais, defendia veementemente a Faculdade de Filosofia como indispensável à construção da Universidade, convicção esta proveniente do seu empenho pessoal, amparado pela legislação educacional vigente. Um fato que merece registro e reforça como estava atrelada à Faculdade de Filosofia a idéia de construção da Universidade, foi quando no primeiro exame de habilitação dos candidatos para as vagas dos cursos oferecidos pela Faculdade Catarinense de Filosofia, em 1955, na prova de Língua Portuguesa, estava posto como exigência para o item “redação” a produção de uma carta com o tema “Necessidade da criação da Universidade de Santa Catarina” e para a prova de Francês, a tradução do texto: “L’université de Paris”. A Faculdade de Filosofia, como “intelectual coletivo”, estaria possibilitando aos candidatos de seus cursos um primeiro pensar sobre tal questão e, de certa forma, buscava em determinada parcela da população elementos para ampliar o tema universitário. Em 1957, o professor Fontes apresenta, na reunião da Congregação<sup>88</sup>, um livro com detalhes do plano da Cidade Universitária, chamando à atenção para o espaço de 14 mil metros quadrados onde caberia a Faculdade. Assim, tratou de instituir uma comissão que foi composta pelos professores da casa, Oswaldo Cabral, Manoelito de Ornellas e Jaldyr Faustino da Silva, para tratar do estudo da localização da Faculdade<sup>89</sup>. Um fato político, ao nosso ver, decisivo para a edificação da Universidade estava criado.

---

<sup>88</sup> Estamos nos referindo à 20ª Reunião da Congregação da Faculdade Catarinense de Filosofia, de 10 de maio de 1957.

<sup>89</sup> Em 11 de fevereiro de 1960, “dera início a concretagem do prédio da Faculdade Catarinense de Filosofia dentro da Cidade Universitária [...]” (Ata da 38ª Reunião da Congregação da Faculdade Catarinense de Filosofia, de 11 de fevereiro de 1960). Em 10 de agosto de 1960, realizou-se um almoço festivo “em comemoração ao levantamento da cumeeira do primeiro bloco da Faculdade de Filosofia dentro do plano da Cidade Universitária” (Ata da 40ª Reunião da Congregação da Faculdade Catarinense de Filosofia, de 31 de agosto de 1960). Assim, “[...] a Cidade Universitária já tem seu primeiro edifício a que a nossa Faculdade foi solenemente entregue pelo Sr. Governador Heriberto Hülse a 30 de janeiro de 1961; e nele já está confortavelmente instalado o gabinete da Diretoria; nele, se Deus quiser, iniciando os trabalhos escolares de 1961, na próxima semana, faremos os exames vestibulares; e nele proximamente terão os estudantes amplas instalações para a sua vida universitária” (Ata da 50ª Reunião da Congregação da Faculdade Catarinense de Filosofia, de 8 de fevereiro de 1961). Em 1º de março de 1961, foi a Faculdade incorporada à Universidade, fato que pensamos marca, juridicamente, a extinção da Faculdade Catarinense de Filosofia, embora nenhum documento analisado trate especificamente desta questão. Neste contexto se destaca uma outra forma de extinção da Faculdade, de característica afetiva, que foi a

A idéia de uma estrutura universitária, encaminhada pela Fundação e com apoio do governo do Estado, estava sendo pensada juridicamente como um Instituto Livre, pois assim, eram as faculdades de então. Constituíam-se em um trabalho no qual intelectuais ligados à UDN exerceriam função diretiva na condução do projeto. Em 1959, através da Lei nº 2.093, de 21 de setembro, a Fundação sofreu alteração em suas atribuições, sendo transferido “para o Governo do Estado a manutenção da Reitoria e dos órgãos universitários bem como a execução do Plano da Cidade Universitária” (FONTES, 1962, p. 57). Esta mudança na condução da Fundação foi proposta pelo próprio Professor Fontes, que, resgatando o projeto inicial, no qual a Universidade seria composta pela reunião de Faculdades mantidas por particulares – os denominados Institutos Livres, ou seja, Direito, Farmácia, Odontologia, Ciências Econômicas e Filosofia –, via o desiderato prejudicado pela federalização da Faculdade de Direito, ocorrida em 1956<sup>90</sup>. De acordo com a legislação vigente, “não inclui o caso de agregação de Faculdade Federal em Universidade Livre, prevendo, entretanto, o de Universidade Federal que, mediante acordo, reúna escolas federais, estaduais e particulares” (FONTES, 1962, p. 57).

Frente a estas condições, a via “Universidade Federal” foi definida como solução, seguindo o determinado no Estatuto das Universidades Brasileiras. Com a criação da Universidade de Santa Catarina (USC)<sup>91</sup>, através da Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, tornou-se desnecessária a continuidade da referida Fundação. Tal situação é reafirmada pela Lei estadual nº 2.264, de 20 de janeiro de 1961, que, no seu artigo primeiro, autoriza a

---

declaração do professor Fontes, na 54ª Reunião da Faculdade de Filosofia de 14/09/1961, de não poder continuar no cargo de Diretor em função de ter “atingido o limite de idade”, pondo fim a exatos dez anos (8/09/51 a 14/09/61) na direção da instituição. As eleições para a nova Diretoria aconteceram em solenidade especial na Faculdade de Direito, tendo sido eleitos os professores Oswaldo Rodrigues Cabral, para o cargo de Diretor, e o professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva, para o de Vice-Diretor, na oportunidade foi o professor do curso de Geografia, Paulo Fernando de Araújo Lago, eleito representante da Congregação no Conselho Universitário.

<sup>90</sup> O processo de federalização da Faculdade de Direito aconteceu quando Nereu Ramos, do PSD, estava na Presidência da República.

<sup>91</sup> A Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, acrescenta o termo “federal” às universidades ligadas a esta esfera de ensino (CUNHA, 1988).

transferência ao governo federal “para incorporação no patrimônio da Universidade de Santa Catarina as terras situadas no subdistrito da Trindade, município de Florianópolis”. A referida transposição marcou definitivamente o fim da idéia em reunir, as faculdades, em torno de uma instituição estruturada como instituto livre. Ainda, conforme a Lei em questão, em seu artigo segundo:

Ficam compreendidas na doação constante do artigo primeiro e seu parágrafo as edificações e benfeitorias existentes nas ditas áreas, inclusive o edifício em construção destinado à Faculdade Catarinense de Filosofia (decreto n. 46.266, de 26 de junho de 1959, e decreto n. 47.672, de 19 de janeiro de 1960).

No artigo quarto, expressa que uma vez “consumada a doação, fica extinta a Fundação Universidade de Santa Catarina, criada pela Lei n. 1.362, de 21 de setembro de 1955 e modificada pela Lei n. 2.093, de 21 de setembro de 1959”.

Além da injunção de ordem legal, assinalada no que tange aos rumos tomados no processo de organização da Universidade, chamamos atenção para a questão político-partidária existente no período que, ao nosso ver, influenciou a tomada de decisão final sobre tal questão. O professor Fontes, que, como já vimos, ligava-se politicamente à UDN, tinha, oposição do diretor da Faculdade de Direito, o professor João David Ferreira Lima, que vinculado ao PSD defendia a idéia de Universidade Federal, ficando evidente o interesse que os dois grupos tinham na condução de situação de tal envergadura. Uma vez consumada a problemática em torno de ser “federal” ou “instituto livre”, as diferenças políticas ainda promoveram algumas discussões tais como a da localização da Universidade, culminando vitoriosa a proposta do bairro Trindade<sup>92</sup>, encaminhada pelo professor Fontes, e a substituição da denominação “Cidade Universitária” (proposta pelo professor Fontes) por “Conjunto

---

<sup>92</sup> Na 15ª reunião do Conselho Universitário, de 27 de novembro de 1962, foi decidido pela construção do Conjunto Universitário na Trindade.

Universitário” (sustentada pelo professor Ferreira Lima), sendo a primeira a que se consolidou. Em meio às discussões dos intelectuais ligados aos dois grupos, com relação a estas questões, evidenciou-se o recrudescimento das lutas na disputa pela direção do ensino superior universitário em Santa Catarina<sup>93</sup>.

Frente ao embate político, diante das diferentes visões apresentadas, um sentimento estava presente para o grupo que tinha consolidado a Faculdade de Filosofia na Trindade:

Fomos pioneiros mesmos, porque aquela estrada que desce ali da Igreja até o trevo em frente à Reitoria, era de barro puro, então a gente vinha com dois pares de sapatos, um embrulhadinho no papel e outro no pé. Chegava lá estava que era só barro. Primeiro lavava na torneira e botava o sapato limpo, na hora de sair o outro já estava seco (Informação verbal)<sup>94</sup>.

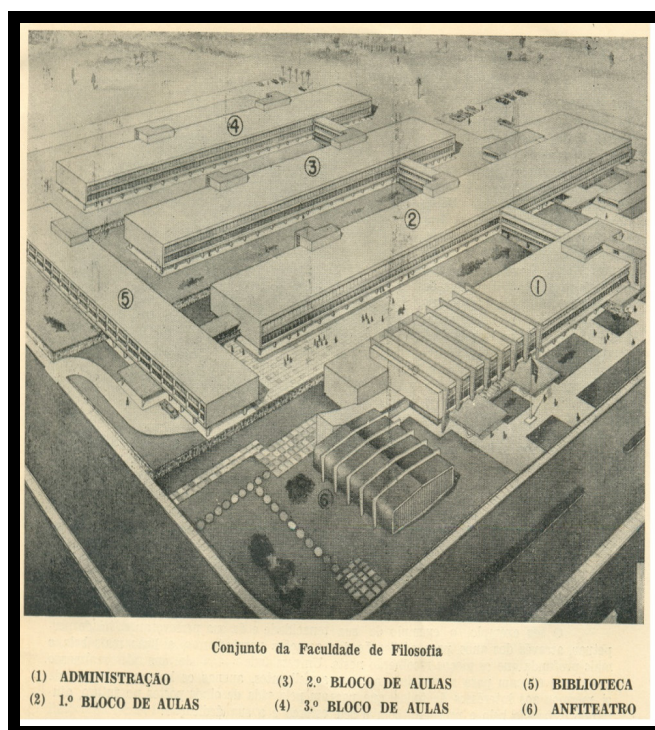


Figura 4: Projeto do Conjunto da Faculdade de Filosofia na Cidade Universitária

Fonte: Fontes (1962).

<sup>93</sup> Não é propósito deste estudo o aprofundarmos do debate em torno destas questões, no entanto, sugerimos a leitura da obra: *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*, UFSC (2000), de autoria da professora Elizabete Farias da Silva, em que a autora, no trato com as fontes primárias (Jornais e Atas principalmente), evidencia a problemática. Ver, sobretudo, no segundo capítulo, os itens: 2.1 Universidade: Para Quem e em que Lugar (p. 65-71); 2.2 O lugar da Universidade de Santa Catarina e as Falas dos Entrevistados (p. 71-80) e 2.3 A Definição do lugar da Universidade Federal de Santa Catarina (pp. 81-87).

<sup>94</sup> Aurora Goularti. Entrevista concedida em 21 de maio de 2003.



Figura 5: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Cidade Universitária - 1961

Fonte: Biblioteca do Acervo do professor Henrique da Silva Fontes

Considerando às discussões levantadas até o momento, identificamos o curso de Geografia, através de seus professores e alunos, envolvido, como os demais cursos, nos debates apontados. Paralelamente, porém, estruturavam um trabalho relacionado especificamente à Geografia, em sintonia com as questões mais relevantes daquele momento histórico, cujo conteúdo apresentamos mais detidamente no último capítulo desta pesquisa. Antes, procuraremos responder, no capítulo que segue, algumas interrogações com vistas à compreensão das características da população acadêmica: quem eram os docentes e discentes deste curso? Como se caracterizou esta população acadêmica? Quais seus anseios e projetos? Afinal qual era o lugar da Geografia na Faculdade de Filosofia?

### 3 O LUGAR DA GEOGRAFIA NA FACULDADE DE FILOSOFIA

*A casa era de residência familiar e logo no início mostrou que não comportava [todos os cursos]. Então havia um casarão que foi alugado e a Geografia se transferiu para lá, que durou até pouco, na rua Esteves Júnior que desemboca numa pracinha. Tinha um pequeno trapiche, porque o mar nessa época chegava ali, era denominada de Praia de Fora no período de evolução da cidade. Eram fundos de quintais. Na praça tinha a família Katcips que sempre estava costurando as redes ali [...]. Desta casa da Esteves Júnior para este anexo da pracinha, depois então ela já foi para constituição do prédio no Campus Universitário.*

*Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro*

*Eu me lembro que a Ingeborg falava ‘vocês tem de estudar, se dedicar muito, porque vocês vão ser os futuros professores da Faculdade’, e aquilo me soou como uma coisa tão impossível,... Eu, professora da Faculdade, para mim aquilo estava muito longe [...]. Depois praticamente toda aquela turma veio a ministrar aulas na Universidade.*

*Arlene Maria Maykot Prates*

Uma vez organizada a Faculdade Catarinense de Filosofia, situamos no seu interior o curso de Geografia com o propósito de caracterizar as condições de sua implantação, evidenciando questões relacionadas aos objetivos da formação profissional que a ele cabia, bem como a composição dos quadros docente e discente. Neste capítulo, portanto, discutiremos estas questões no intento de compreender como se deu o arranjo dos referidos quadros, que, com determinados interesses pessoais e profissionais, estavam participando ativamente no processo de gênese do ensino superior de Geografia em Santa Catarina em meio a um contexto determinado e determinante.

Embora num primeiro momento não houvesse, concretamente, por parte dos organizadores da nova instituição educacional, o entendimento mais avançado do significado de implantação de um curso de Geografia, consideramos que o empenho em trazer



profissionais da área contratados de São Paulo e do Rio de Janeiro, foi decisivo para demarcar a ação do curso, seja na preparação profissional, seja para atuar no processo de elevação cultural proposto pela Faculdade através de seus dirigentes.

Com o interesse mais imediato pela formação de bacharéis, abriu a Faculdade as portas para aqueles interessados neste campo da ciência. Iniciava-se o processo de formação de uma geração de profissionais que, em um primeiro momento, comporiam os novos quadros em substituição à primeira geração de professores. Neste processo, teve importante papel o curso de Didática, como primeira proposta catarinense, em nível superior, de formação pedagógica do futuro professor, habilitando-o, desta forma, para o exercício do magistério. Embora todo o revés na estruturação da licenciatura, esta permitiu que os novos intelectuais atuassem na formação e desenvolvimento da Universidade de Santa Catarina e conseqüentemente na preparação de muitas outras gerações de profissionais da Geografia.

### 3.1 BACHARELADO OU LICENCIATURA: OS CURSOS DA FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA

Na fase de organização institucional da Faculdade, que compreende o período de 1951 a 1955, estava posto como necessidade do meio local, o funcionamento dos cursos de Filosofia, Matemática, Ciências Sociais, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia (FONTES, 1952)<sup>95</sup>. Era de interesse da Faculdade aproveitar os profissionais já existentes em Florianópolis para atuar no corpo docente, porém, as exigências legais, colocadas pelo Conselho de Ensino Superior do Ministério da Educação, não consideraram suficientes, no tocante a Geografia tais indicações. Iniciava-se, uma busca por professores de “fora do meio local” e com títulos suficientes para

---

<sup>95</sup> De acordo com correspondência remetida ao Diretor de Ensino Superior, datada de 30 de outubro de 1952.

o que se pretendia. Conforme o Conselho Nacional de Educação, baseado nas normas do Parecer nº 450/51, da lista de professores apresentados para efeito de autorização, foram aceitos os citados no Quadro 6.

Professores	Disciplinas
Pe. Ernesto Seidl	Filosofia
Monsenhor Frederico Hobold	História da Filosofia
Biase Agnesino Faraco	Biologia Geral
Oswaldo Rodrigues Cabral	História da Antiguidade e da Idade Média
João Baptista Luft	Língua e Literatura Alemã
Henrique da Silva Fontes	Língua Portuguesa
Lydio Martinho Callado	Psicologia
Edmundo Acácio Moreira	Sociologia
Aujor Ávila da Luz	História da América
Pe. Alvim Bertholdo Braun	Antropologia e Etnografia
Cônego Antônio Waterkemper	Língua e Literatura Latina
Pe. Francisco de Sales Bianchini	Língua e Literatura Italiana
Pe. Werner José Soell	Língua e Literatura Anglo-Americana

Quadro 6: Professores do Meio Local com Currículo Vitae Aprovado para Ministrarem Aulas na Faculdade Catarinense de Filosofia – 1954

Fonte: Pareceres nº 135 e 463 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1954).

Os seis primeiros professores apresentados no quadro acima foram referendados de acordo com o Parecer 135/54, do CNE, porém, diante da necessidade de complemento curricular, dos sete restantes, e não tendo a Faculdade apresentado aqueles que seriam contratados fora de Florianópolis, o referido Conselho recomendou que a instituição requerente completasse os dados faltantes, para que fosse possível um pronunciamento definitivo daquele órgão com vistas à autorização para o funcionamento pleiteado. Sendo atendidas as exigências e uma vez de retorno do Conselho, constava no processo a inclusão de mais sete nomes (Quadro 6), que tinham completado seus dados curriculares, somando, então, 13 docentes de Florianópolis, mais os nomes dos professores de fora do meio local, a saber:

Professor (a)	Disciplina	Origem
Margarida Ingeborg Heer	Geografia Humana	São Paulo
João Dias da Silveira	Geografia Física	São Paulo
Luiz de Melo Rodrigues	Geografia Física	São Paulo
Eudoro de Sousa*	Língua e Literatura Grega	São Paulo
George Agostinho Baptista da Silva*	Literatura Portuguesa	São Paulo
Consuelo Romero Pintos**	Língua e Literatura Espanhola	Niterói

Quadro 7: Professores Contratados Fora do Meio Local – 1955

Fonte: Parecer 463 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1954).

\* nacionalidade portuguesa

\*\* nacionalidade espanhola

Não havendo professores para todas as áreas, a autorização de funcionamento foi dada pelo Parecer 463/54, do Conselho Nacional de Educação, aos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas, ficando as demais como um projeto protelado para um outro momento. Destacamos que dos cursos autorizados, o de Geografia e História possuiu maior quantidade de contratação externa à Florianópolis, sendo que destas, todas foram para a área de Geografia. Estes docentes estariam sob a coordenação do professor João Dias da Silveira, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que veio à disposição da Faculdade Catarinense de Filosofia, comissionado pelo governo do Estado de São Paulo.

Vemos, assim, que coube aos organizadores culturais, cumprindo as determinações do Conselho Nacional de Educação, promoverem ações que indicavam à “ampliação do mundo cultural” local, no caso, a contratação de professores “de fora”. A vinda do professor Silveira e dos demais, que seriam posteriormente contratados, inseria-se neste momento do “novo”, pois seriam eles que estariam pensando e articulando as ações para a formação dos futuros professores. Exerciam, como já nos referimos, a “função que é diretiva e organizativa, isto é educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2000, p. 25).

### 3.1.1 O Começo: o Efêmero Curso de Geografia e História

Quando da proposta de criação da Faculdade, foi estabelecida a necessidade do curso de Geografia e História<sup>96</sup>, seguindo a organização didática preconizada pela Faculdade Nacional de Filosofia. Nele, identificamos a primeira manifestação, em nível superior, do ensino de Geografia em Santa Catarina, mesmo que, naquele momento, conjugado à História. Estruturado desta forma desde a fundação da USP (1934) e da UDF (1935), o curso estava fortemente inspirado pelo pensamento francês que, como já demonstramos, muito contribuiu para a organização das citadas universidades.

O programa era o mesmo desenvolvido na Faculdade Nacional de Filosofia, que procurava dosar cadeiras das duas áreas para possibilitar a formação do bacharel e/ou professor (Quadro 8 e Anexo A). Apenas no 2º ano é que se observou sensível diferença neste programa: na Faculdade Nacional aparecem as cadeiras de História Moderna e Etnografia, e na Catarinense História Medieval e Antropologia Cultural.

Ano	Cadeira	Professor(a)
1955	História da Antiguidade e Idade Média	Eudoro de Sousa
	Geografia Física	João Dias da Silveira
	Geografia Humana	Margarida Ingeborg Heer
	Antropologia Física	Pe. Alvino Bertholdo Braun S.J.
1956	Geografia Física	Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro
	Geografia Humana	Maria Cecília França
	História do Brasil	Jaldyr Behring Faustino da Silva
	História Medieval	Aujor Ávila da Luz
1957	Antropologia Cultural	Oswaldo Rodrigues Cabral
	Geografia do Brasil	Maria Cecília França*
	Etnografia do Brasil	Jaldyr Behring Faustino da Silva
	História Contemporânea	Aujor Ávila da Luz
	História da América	Aujor Ávila da Luz
	História do Brasil	Jaldyr Behring Faustino da Silva

Quadro 8: Cadeiras do Curso de Geografia e História – 1955 a 1957

Fonte: Livro de Relatório IV – 1955 a 1957

\* assinado pelo professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, na qualidade de “substituto eventual”.

<sup>96</sup> Parecer 463/54, do Conselho Nacional de Educação.

Observando o rol das cadeiras oferecidas (Quadro 8), evidencia-se uma maior atenção aos conteúdos de História, uma vez que, enquanto a parte da Geografia contava basicamente com três grandes itens: Geografia do Brasil, Geografia Física e Geografia Humana, a da História se apresentava mais ampla com cinco grandes itens: História Antiga, História Medieval, História do Brasil, História Contemporânea e História da América. Além destes aspectos, as cadeiras de Antropologia Física, Antropologia Cultural e Etnografia do Brasil aproximavam-se mais da História, como podemos observar com a disciplina ministrada pelo professor Oswaldo Rodrigues Cabral – Antropologia Cultural –, que possuía uma maior incursão pela História do que pela Geografia.

Particularizando mais a questão, verificamos a desproporção entre Geografia do Brasil e História do Brasil, pois, enquanto a primeira só aparece no terceiro ano, dividindo espaço com três cadeiras da História, a disciplina História do Brasil aparece no segundo e terceiro anos. Se observarmos a distribuição por ano, veremos que a maior quantidade de cadeiras de Geografia concentra-se no primeiro ano, ou seja, duas, somadas a uma especificamente da História e outra de Antropologia Física; já, no segundo ano, temos uma cadeira da Geografia, duas de História e uma de Antropologia Cultural e, no terceiro ano, uma de Geografia, três da História e uma de Etnografia.

Ao cruzarmos estas informações com as escolhas feitas pelos alunos, no curso de especialização (Quadro 9), verificamos que tal arranjo programático contribuiu para um desequilíbrio frente as opções realizadas : dezenove cadeiras relativas à História, contra seis da Geografia. Embora a questão não seja meramente quantitativa, observa-se na organização curricular do curso uma ênfase maior na formação do historiador.

Aluno (a )	Especialização
Alba Maria da Silveira	História do Brasil, Geografia Física e História de Santa Catarina.
José Warken Filho	História do Brasil, Geografia do Brasil e História de Santa Catarina.
Marly Anna Fortes Bustamante	História Moderna e Contemporânea, Geografia Humana e História de Santa Catarina.
Olga Cruz	Geografia do Brasil, Geografia Física e História de Santa Catarina.
Oswaldo José Fraga	História Moderna e Contemporânea e História de Santa Catarina.
Oswaldina Cabral Gomes	História da Arte, Arqueologia e História de Santa Catarina.
Walter Fernando Piazza	Antropologia Cultural, Geografia Humana e História de Santa Catarina.
Dinah Fernandes Brognoli	História da Arte, Arqueologia e História de Santa Catarina.

Quadro 9: Alunos do Curso de Geografia e História e Respectivas Opções no Curso de Especialização – 1958.

Fonte: Livro de Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, nº 1 - 1955 a 1968.

O curso de Geografia e História teve curta duração em Santa Catarina, pois, no ano em que iniciou suas atividades, sofreu um processo de desmembramento, em âmbito nacional por determinação legal que, em consequência para os anos subsequentes, alterou a estrutura curricular da Faculdade Catarinense de Filosofia, que passou a contar com duas novas opções na grade curricular: a Geografia e a História. Os alunos da turma de 1955 continuaram com a opção original até 1957, quando sua primeira e derradeira turma se formou, sendo o mesmo extinto. Sobre este aspecto, a professora Marly Mira, aluna na época, elucida-nos que, quando ocorreu a separação, foi dada a opção aos alunos de continuarem, ou não com o curso. Apenas duas alunas resolveram mudar<sup>97</sup>.

O professor Peluso Jr, a respeito da desvinculação, esclarece ter

participado da Assembléia do CNG em que foi sugerida, ao Ministério da Educação, a separação entre os cursos de Geografia e História. Seu defensor foi o professor Jorge Zarur, que voltando dos Estados Unidos, onde tal separação existe, propôs e defendeu, ardorosamente, a autonomia do Curso de Geografia. Seu argumento principal repousava na necessidade de preparar o geógrafo para seu trabalho em planejamento regional. Os mestres franceses

<sup>97</sup> As alunas do curso de Geografia e História, Oswaldina Cabral Gomes e Dinah Fernandes Brognoli, com a nova situação, optaram pelo curso de História.

que nessa época se encontravam no Brasil manifestaram-se contrários à medida (Informação verbal).<sup>98</sup>

Esta questão foi tomando maiores proporções até que, na Assembléia Geral, do Conselho Nacional de Geografia, foi aprovada a resolução nº 390, de 29 de outubro de 1952, que no seu preâmbulo formulava ‘hovo apelo a respeito da separação dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia’. Conforme o documento, já tinha sido aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei nº 101, do mesmo ano, que indicava a tão pretendida separação, tendo a resolução o objetivo de solicitar rapidez no trâmite de tal proposta.

Na realidade, a polêmica da desvinculação dos cursos, já estava em contenda à, pelo menos, uma década, quando localizamos seu debate, durante a realização do IX Congresso Brasileiro de Geografia em Florianópolis, no ano de 1940. Naquele evento, uma moção assim foi expressa:

Considerando o grande desenvolvimento da ciência geográfica e a sua relevante posição na educação moderna;  
 Considerando que o acúmulo de matérias que as duas disciplinas reunidas acarretam prejudicam a inclusão de estudos básicos, quer para a Geografia, quer para a História (Geologia, Cartografia, Toponímia, Paleontologia, Arqueologia, etc.);  
 Considerando que no ensino secundário a Geografia é ensinada separadamente da História. Propomos:  
 [...] Que o IX Congresso Brasileiro de Geografia encareça ao Ministério da Educação e Saúde a separação do curso de Geografia do de História nas Faculdades de Filosofia do Brasil [...] (CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1940, p. 130).

A proposição da moção foi ponderada pelo professor Pierre Monbeig, evidenciando a posição dos professores franceses a esse respeito:

[...] parece-me que uma das moções apresentadas pela comissão e sobre a qual já tive oportunidade de fazer algumas críticas, resolve, com excessiva pressa, uma coisa bastante importante, a ligação entre o ensino de Geografia e História num curso de ensino superior do Brasil. Desejaria, apenas chamar

<sup>98</sup> Entrevista concedida à Revista Geosul, nº 1, 1986, p. 100.

atenção do Congresso para esse fato, que envolve assunto, sobre o qual, creio, não se deve deliberar com precipitação (CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1940, p. 130).

Ao menos, naquele evento, o controvertido tema não teve desfecho favorável à separação. Após muita discussão, envolvendo forte oposição do professor Zarur às idéias do professor francês, houve consenso da Assembléia que a proposição merecia ser reexaminada.

A inquietação apontada no CNG, pelo professor Zarur, assinalava a preocupação com a formação do bacharel que se apresentava, em sua visão, insuficiente naquela estrutura então oferecida pelo curso de Geografia e História. Esta problemática nos impele a demonstrar que não era, ao menos nas mesmas proporções, a preocupação dominante com a formação do professor de Geografia, situação que fazia da licenciatura um complemento, decorrente do curso de bacharelado. De fato, a separação dos cursos se deu por força da Lei federal nº 2.594, de 8 de setembro de 1955, que: ‘Dispõe sobre desdobramento dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia’.

Na Faculdade Catarinense de Filosofia, a separação se deu sem maiores problemas, os entrevistados não manifestaram a ocorrência de resistência, ou mesmo contrariedade com tal medida, a qual foi incorporada na rotina acadêmica. No entanto, esta situação causou, de um lado, acréscimo nas despesas, uma vez que mais professores teriam que ser contratados, em função da nova organização didática dos cursos recém-criados, bem como da necessidade de novas instalações e materiais. Por outro lado, porém, a Faculdade foi intelectualmente acrescida na composição do quadro docente e de seus cursos. Através do Quadro 10 e do Anexo B, verificamos que a Geografia, agora institucionalmente desvinculada da História, passa a se constituir, de fato, como campo específico do saber e com uma organização curricular voltada para a formação do geógrafo e do professor.



Ano	Cadeiras	H/a sem.	Professor(a)
1º	Geografia Física	4	Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro
	Geografia Humana	4	Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro
	Elementos de Geologia	4	Francisco Kasuhiko Takeda
	Complemento de Cartografia e Estatística	4	*
	História Moderna	2	Aujor Ávila da Luz
	Antropologia Física	2	Pe. Alvino Bertholdo Braun S.J.
2º	Geografia Física	4	Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro
	Geografia Humana	4	Margarida Ingeborg Heer
	Geografia do Brasil	4	Maria Cecília França
	História Contemporânea	2	Aujor Ávila da Luz
	Etnologia	2	*
	Geografia Regional	4	Maria Cecília França, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Margarida Ingeborg Heer
3º	Geografia Física	3	Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro
	Geografia Humana	3	Armen Mamigonian
	Geografia do Brasil	4	Paulo Fernando de Araújo Lago
	História do Brasil	3	Jaldyr Behring Faustino da Silva
	Etnografia do Brasil	2	Jaldyr Behring Faustino da Silva
	Ecologia Vegetal	2	*
	Complemento de Ciências Sociais	3	*

Quadro 10: Cadeiras do Curso de Geografia - 1956 a 1961

\*Não encontramos registro do docente responsável pela cadeira

As cadeiras expostas no quadro acima constituem uma primeira versão do novo perfil curricular. No decorrer dos anos algumas modificações foram ocorrendo, sem no entanto, constituírem substancial alteração no apresentado. Conforme o novo currículo, as mesmas foram organizadas em quatro categorias, a saber: 1- Básicas (Geografia Física, Geografia Humana e Geografia do Brasil); 2- Complementares (História Moderna, História Contemporânea, História do Brasil, Antropologia Física, Etnologia e Etnografia do Brasil); 3- Auxiliares (Complementos de Geologia, Complemento de Cartografia e Estatística e Complemento de Ciências Sociais) e 4- Cursos (Geografia Regional e Ecologia Vegetal). As cadeiras denominadas “auxiliares” subordinavam-se às “básicas”, evidenciando uma hierarquização entre elas. Desta forma, as disciplinas Complemento de Geologia e de Ecologia Vegetal ligavam-se à Geografia Física, a de Complementos de Ciências Sociais vinculava-se à Geografia Humana e Cartografia e Estatística, ligava-se tanto a uma como a outra.

O quadro anteriormente referido evidencia também, o movimento do pessoal docente ao passar dos anos, que como veremos em seguida, sofreu renovação já nos primeiros tempos de estruturação do curso.

### 3.2 A ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA SOB DIREÇÃO DOS ‘PROFESSORES DE FORA’

O curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia pode ser compreendido em dois momentos específicos de sua constituição. O primeiro correspondeu ao ano de 1955, caracterizado pela atuação intelectual do professor João Dias da Silveira, e pela existência do curso de Geografia e História. O segundo, de 1956 a 1960, objeto de análise no quarto capítulo, foi marcado pela orientação do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro<sup>99</sup>,

---

<sup>99</sup> Nascido a 23 de março de 1927, na cidade de Teresina (PI), onde realizou o curso primário e secundário. Em 1945, com 18 anos, vem para o Rio de Janeiro, onde até 1946 apenas trabalhou. Ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, em 1947, para o curso de Geografia e História. No mesmo ano de ingresso no curso, participou de pesquisas de campo no Planalto Central, com equipe de geógrafos do IBGE, que era complementada por estudantes, fato que lhe possibilitou indicação para ali trabalhar como “auxiliar de geógrafo” a partir de 1948. Em 1951, foi à França com bolsa de estudos patrocinada pelo Conselho Nacional de Geografia (IBGE). O período de dois anos que passou na França foi de intensa atividade intelectual, assim, expresso em suas próprias palavras: “Passei o primeiro ano no Instituto de Geografia de Sorbonne, onde assisti cursos selecionados: Cholley, Pierre George, Dresh. Trabalhava como estagiário no laboratório de Geomorfologia dirigido por Ruellan na EPHE [École Pratique des Hautes Études, de Paris]. No verão de 1952 fiz um estágio no Laboratório de Sedimentologia da Ecole Supérieure d’Agriculture de l’Université de Rennes, na Bretanha e um trabalho de campo no estuário da Rance, sob a orientação de LEOPOLDO BERTHOLS. No segundo ano, em vez de aprofundar a pesquisa de campo na Bretanha preferi dedicar-me na Faculté de Sciences de Sorbonne a obter um ‘certificado’ [de estudo superior] em Geografia Física e Geologia Dinâmica. Isto me possibilitou o acesso a ensinamentos em Geologia, Climatologia, Oceanografia e Mineralogia. Tive acesso a mostruários de rochas, microscópios, aparelhos meteorológicos além de estagiar na estação oceanográfica de La Rochelle [...] e uma proveitosa excursão à PROVENÇA, dirigida pelo famoso geólogo LEON LUTAUD [...]. Prestei exames escritos, práticos e orais e fiquei entre poucos aprovados de um grande número de candidatos”. Ao retornar da França, em 1953, diante da “má fase” da pesquisa no CNG, procurou desen volver outras atividades. Em 1955, recebe convite para substituir o professor João Dias da Silveira, que coordenava o curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia em Florianópolis (SC). Como havia nesta cidade um Diretório Estadual de Geografia, do CNG, foi orientado para colocar seu cargo à disposição deste órgão. Assim feito, a partir de 1955, no período matutino, exercia funções de geógrafo no Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC) e, no período vespertino e noturno, desempenhava função docente no curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia. Sua permanência no curso e na Faculdade se deu até 1960. “Quando daqui saí, atendendo o convite do Silveira para ir para Rio Claro, São Paulo, era para prosseguir minha carreira, ficar mais próximo de São Paulo onde pretendia fazer meu doutoramento.” Assim continuou sua trajetória profissional em Rio Claro (1960-1964); no IBGE, no Rio de Janeiro (1965-1966); Universidade de Brasília (1967) e USP (1968-1987), encerrando sua carreira como Professor Titular. Em plena atividade intelectual, o professor Carlos Augusto vem desenvolvendo a alguns anos reflexões que aproximam Geografia e Literatura, abrindo desta forma novas possibilidades de estudos. Sobre sua biografia consultar: Revista Geosul, 1987, p. 99-127.

e pela separação do curso de Geografia e História, quando as duas ciências passaram a compor cursos distintos na estrutura curricular da Faculdade.

Já havíamos mencionado que o curso de Geografia tinha sido, na sua totalidade, exclusivamente composto por professores vindos de São Paulo e do Rio de Janeiro. O primeiro contato, realizado pelo professor Fontes, na tentativa de compor o quadro docente se deu durante o Simpósio das Faculdades de Filosofia, em julho de 1953, em São Paulo. Neste evento, pôde o diretor da Faculdade colocar, em conversa com o reitor da USP, professor Ernesto de Moraes Leme, e o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela Universidade, algumas questões acerca das dificuldades enfrentadas para contratação de professores (FONTES, 1953)<sup>100</sup>. Em 1954, através de um colega da USP, é comunicado que havia por parte do professor, João Dias da Silveira, interesse em colaborar com a Faculdade de Filosofia, desde que “fosse obtido do governo de São Paulo o seu comissionamento” (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1955)<sup>101</sup>.

Assim, através do governador Irineu Bornhausen, obtém o professor Fontes uma carta de apresentação na qual foi solicitado apoio do governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. Em novembro de 1954, após ter aguardado por dezesseis dias pelo professor Silveira, que se encontrava em viagem à Recife e havendo entendimento tratou, então, de obter autorização do governador. Uma vez autorizado, comprometeu-se o professor uspiano a indicar dois outros colegas para o auxiliarem no desenvolvimento das cadeiras de Geografia Humana e de Geografia Física (Quadro 11), como pode ser observado nas transcrições que seguem:

---

<sup>100</sup> De acordo com a representação endereçada pelo professor Fontes ao governador Irineu Bornhausen, 8 de setembro de 1953. Arquivo Central da UFSC. Livro de Atas.

<sup>101</sup> De acordo com a 7ª Ata da reunião da Congregação, de 16/01/55.

[...] O governador Garcez já lavrou ato me colocando a disposição do Governo de seu Estado. Espero, em consequência ir à Santa Catarina no próximo dia 20 para verificar as condições de trabalho e tudo que se pode fazer. A professora de Geografia Humana [Margarida Ingeborg Heer] também irá (SILVEIRA, 1955a).

[...] O professor Luiz de Melo Rodrigues não poderá ir este ano para Florianópolis. Sua mãe teve um derrame cerebral e encontra-se em tratamento prolongado e ele, único filho solteiro, é também o único apoio da família. Em vista disso tomei logo imediatas providências para encontrar um substituto e fui feliz porque encontrei na pessoa do professor Rafael Sansevero<sup>102</sup>. Trata-se do mesmo professor que eu já havia indicado como o melhor elemento, mas que não pudemos encontrar na ocasião em que o senhor aqui esteve, por se encontrar ele em Caçapava. Creia meu caro Desembargador dos que lhe levaremos uns dos nossos mais distintos discípulos (SILVEIRA, 1955b).

Professor	Origem	Contratação/ Disposição	Cadeira
João Dias da Silveira	São Paulo	1955	Geografia Física/Coordenação
Luiz de Melo Rodrigues	São Paulo	-	Geografia Física
Margarida Ingeborg Heer	São Paulo	1955	Geografia Humana

Quadro 11: Quadro Docente em 1955

Fonte: Parecer nº 463 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1954).

O professor João Dias possuía longa trajetória como docente na Universidade de São Paulo. Em 1939, quando a Cátedra de Geografia, sob orientação de Pierre Monbeig (desde 1935), foi desdobrada em Geografia Física e Geografia Humana, coube a ele a condução da primeira<sup>103</sup>. Além da atividade docente, também exercia o cargo de Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP apresentando, portanto, considerável perfil que atendia as necessidades da Faculdade Catarinense de Filosofia.

A vinda do professor Silveira, dos docentes que o acompanharam e dos que vieram posteriormente, fazia parte de um momento nacional em que alguns intelectuais eram chamados a “colaborar” para o processo de expansão e desenvolvimento cultural e científico

<sup>102</sup> Não encontramos registro de sua contratação.

<sup>103</sup> Mais informações no endereço eletrônico: [www.geografia.ffcl.usp.br/frameprinc/fpapresentacao.htm](http://www.geografia.ffcl.usp.br/frameprinc/fpapresentacao.htm).

que o País estava exigindo. Tendo a USP e a UDF como centros irradiadores, muitas faculdades buscavam nestas universidades o apoio necessário para a criação dos seus cursos. À medida que o meio local foi formando seu próprio quadro especializado e com a criação das universidades, a dependência dos grandes centros foi diminuindo.

Uma deferência ao professor Silveira é evidenciada quando identificamos ter ele recebido a incumbência de ministrar a aula inaugural da Faculdade Catarinense de Filosofia, no dia 25 de março de 1955, nas dependências do Colégio Catarinense, desenvolvendo o tema ‘Conceito e valor da Geografia’. A partir daí, coube -lhe a tarefa de organizar o curso de Geografia, trabalho que não durou um ano haja vista que o período de seu comissionamento assim tinha sido determinado. Seu papel de organizador não ficou restrito a este tempo, por diversas vezes, retornou a Florianópolis para ministrar cursos, bem como indicou vários professores que passaram a compor o quadro da Faculdade:

[...] a Ingeborg Heer, que tinha vindo trazida pelo Silveira que dava aula de Geografia Humana. Naquele princípio era Geografia Física, Geografia Humana e Cartografia que estavam sem professores, [...]. O Silveira começou a convidar alguns colegas pra vir para cá, veio a Cecília França para dar Geografia Humana, no lugar da Ingeborg Heer, que ia voltar, depois ele indicou mais tarde o Armen Mamigonian que ficou um grande amigo, um colega, uma amizade desde então. [...] depois viria também o Francisco Takeda, que foi o Silveira quem indicou, colega da Geologia que dava aula , também foi um dos que se radicou aqui, faleceu de um infarto há não muito tempo (Informação verbal)<sup>104</sup>.

Pela premência da necessidade do seu retorno para São Paulo, havia urgência em substituí-lo. A situação foi resolvida com a vinda do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, geógrafo do IBGE, que, como já vimos, tinha retornado recentemente da França após dois anos de bolsa de estudos.

---

<sup>104</sup> Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Entrevista concedida no dia 30 de maio de 2003.

No momento a instituição [IBGE] estava atravessando uma situação meio difícil, não havia viaturas para fazer trabalho de campo, estava uma coisa meio marasmo e a gente fazendo aquele serviço de encomenda, fazendo mapas, essa coisa institucional que nem sempre você é solicitado a fazer o que você gostaria de fazer. Então eu estava meio aborrecido, e disse não, acho que vou mudar, vou fazer outra coisa, estava numa dúvida muito grande. Tinha havido uma reunião, eu não me lembro bem de que, um congresso da Sociedade Brasileira de Geografia, [...] que houve aqui no Sul e eu tinha uma grande amiga que era a professora Maria da Conceição Vicente de Carvalho [...], então ela disse, 'olha, você não está gostando muito daqui, eu me encontrei com o João Dias da Silveira, professor de Geografia Física da USP que foi posto a disposição pelo governo Garcez a colaborar com a instalação de um Departamento de Geografia numa Faculdade de Filosofia lá em Florianópolis. É uma Faculdade de iniciativa particular, mas que é subvencionada pelo governo [...] e o Silveira foi para lá para instalar o Departamento de Geografia. Agora, acontece que mudou o governo [Jânio Quadros], e não estava mais admitindo a disponibilidade de professores e funcionários da Universidade de São Paulo, então ele vai ter de voltar, para reassumir o cargo na USP. Justamente a dificuldade é a carência de professor de Geografia Física, e eu falei para ele que você chegou agora da França, talvez estivesse interessado'. Eu disse, acho que estou interessado. Aproveitei o momento, não sei se eram férias, comprei uma passagem, vim para Florianópolis e fiz uma entrevista com o professor Silveira. Então ele me apresentou o desembargador Fontes, ele estava instalando o Departamento. Ele desenhava os móveis, as mesas, as aparelhagens necessárias, os mapas, estava naquela fase, ainda, de instalar o Departamento de Geografia. A primeira turma já estava funcionando, estava bem interessada e eu me simpatizei muito e fiquei atraído com a personalidade do desembargador [...]. Eu vi o trabalho do Silveira, simpatizei com os alunos e o desembargador Fontes me acenou com possibilidade. Voltei para o Rio [onde foi orientado a colocar o seu cargo à disposição do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia de Santa Catarina]. Assim vim para cá, cheguei em outubro de 1955. Como eu tinha vindo da França, já tinha um pouco de titulação, então o desembargador me confiou a direção do Departamento de Geografia. (Informação verbal)<sup>105</sup>.

Desta forma, o professor Carlos Augusto dava início a um novo momento na estruturação do curso. Neste período, novos professores foram chamados ao trabalho na Faculdade (Quadro 12) e a Geografia assumia outras características em função do desligamento regimental com a História, e da relação com o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, que trataremos mais especificamente ao longo do último capítulo.

---

<sup>105</sup> Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Entrevista concedida no dia 30 de maio de 2003.

Professor	Origem	Contratação/Disposição	Cadeira
Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro	Rio de Janeiro	1/12/1955	Geografia Física
Francisco Kasuhiko Takeda	São Paulo	13/3/1956	Geologia
Maria Cecília França	São Paulo	9/10/1956*	Geografia Humana
Paulo Fernando de Araújo Lago	Rio de Janeiro	24/2/1958*	Geografia
Armen Mamigonian	São Paulo	12/8/1958	Geografia Humana

Quadro 12: Ampliação do Quadro Docente – 1956 a 1962

Fonte: Livro Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, nº 1, 1955-1968.

\* Data em que foi apresentado (a) à Congregação.

### 3.1.2 A Constituição do Corpo Docente

A composição do quadro docente possuía certas particularidades que lhe conferia um perfil com relativa homogeneidade. O primeiro deles refere-se à procedência dos profissionais, ou seja, constituía – a Geografia, única área composta exclusivamente por professores vindos de outros Estados. Não estamos considerando, obviamente, os professores de História e Antropologia que também lecionavam no curso. Desta forma, dos sete professores de Geografia que exerceram o magistério na Faculdade, no período em estudo, 71,4% deslocaram-se da cidade de São Paulo/SP e 28,6 % eram provenientes do Rio de Janeiro/RJ, (Quadros 11 e 12), portanto, dos dois grandes núcleos culturais da época.

No que tange a experiência profissional, à exceção do professor João Dias da Silveira, os demais estavam na condição de recém-graduados, tendo concluído o curso de Geografia e História, no Brasil, entre os anos de 1954 e 1956. Eram, por conseguinte, jovens profissionais, com idade média de 25 anos e com formação acadêmica orientada, marcadamente, para o desenvolvimento da pesquisa. Dentre eles, apenas o professor Carlos Augusto, num primeiro

momento, se diferenciava por possuir curso de aperfeiçoamento que, como já vimos, foi realizado na França na época em que trabalhava no IBGE.

A forma de recrutamento para o quadro docente da Faculdade realizava-se por indicação. Este processo foi vivenciado por todos os professores, o que confere o terceiro aspecto do que estamos denominando de características homogeneizantes. Havia uma relação de confiança, sendo que o intelectual que acompanhava, ou conhecia o trabalho dos que estavam despontando, chamava-os para o exercício de certas funções, no caso o da docência (MAMIGONIAN, 2003)<sup>106</sup>. Nesta forma de construção do quadro profissional, “houve muito de feudal, tanto em relação aos professores da casa, como aos professores de fora” (Informação verbal)<sup>107</sup>, evidenciando, deste modo, que sob este aspecto não havia diferenças entre os professores de Florianópolis e os de outros Estados. O professor João Dias da Silveira sugeriu a contratação da maior parte dos profissionais. Foram por ele recomendados, a saber: Margarida Ingeborg Heer, Maria Cecília França, Francisco Kasuhiko Takeda, Armen Mamigonian e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, ressaltando, como já vimos, que este foi indicado ao professor João Dias pela professora Maria da Conceição Vicente de Carvalho. Quanto aos professores Luiz de Melo Rodrigues e Rafael Sansevero, embora apontados pelo professor Silveira, não tiveram suas contratações efetivadas. Por sua vez, o professor Carlos Augusto apontou o professor Paulo Fernando de Araújo Lago. Com esta estratégia, na constituição deste grupo intelectual, evidenciamos a preocupação na criação de um perfil

---

<sup>106</sup> Na sessão de qualificação do projeto de pesquisa desta dissertação, 2003.

<sup>107</sup> Informação repassada durante a sessão de qualificação do projeto de pesquisa, 2003. O Termo “feudal” empregado pelo professor Armen Mamigonian decorre de sua compreensão em torno da formação social brasileira a partir do paradigma da “dualidade básica” de Ignácio Rangel. O entendimento de que “[...] todas as nossas instituições, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional – são mistos, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistas do interior ou do exterior, respectivamente” (RANGEL, 1957, p.15), é a tese central da proposta do referido autor, na qual entende que [a] “pressão do comércio capitalista, como consequência da revolução industrial, não provocou, entre nós, o aparecimento do capitalismo no interior da fazenda de escravos, mas o aparecimento de uma ordem feudal [...]” (RANGEL, 1957, p. 32). Sobre a teoria da dualidade básica, ver Rangel (1957, 1981); Mamigonian (1987); Pereira, (1997) e Deus (1992).



profissional voltado para o entendimento da Geografia como ciência e do caráter de pesquisa inerente a ela, porquanto “[...] era impensável um professor universitário de Geografia que não fosse bom pesquisador: pesquisa e magistério eram indissolúveis, no modelo desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP” (MAMIGONIAN, 1987)<sup>108</sup>. Sobre este aspecto,

eu acho que o que nós trouxemos foram excelentes e dedicados [professores]. Às vezes eu fazia serão na secretaria para passar as notas, tudo manuscrito, em livro e os professores estavam lá estudando. Eram professores que realmente estudavam, Takeda, Armen, Carlos Augusto, Paulo Lago. E levavam os alunos em muitas excursões. Tinham estrutura para fazer trabalhos e pesquisar. Era muito real o trabalho (Informação verbal)<sup>109</sup>.

Como observamos no Quadro 7, acompanhando o professor João Dias da Silveira, no ano de 1955, veio a professora Margarida Ingeborg Heer<sup>110</sup>. Os dois permaneceram em Florianópolis até 1955 e 1956, respectivamente, como precursores na organização do curso e foram responsáveis pelos primeiros momentos da instalação do mesmo. A professora Ingeborg, como costumava ser chamada, destacou, em entrevista, a precariedade das instalações e o trabalho em preparar o curso, ressaltando que nos primeiros tempos organizavam, inclusive, a biblioteca, cumprindo, desta forma várias tarefas com vistas a dar condições para que inicialmente a História e a Geografia pudessem funcionar. A vinda para Florianópolis se deu, por um lado, pela dificuldade de colocação no ensino superior em São Paulo, por outro, pelo significado de ser indicada por professores com tamanho prestígio,

<sup>108</sup> Armen Mamigonian. Entrevista concedida à Revista Geosul, nº 3, Ano II – Primeiro semestre de 1987.

<sup>109</sup> Aurora Goularti. Entrevista realizada em 21/05/2003.

<sup>110</sup> Nasceu em São Paulo a 3 de dezembro de 1930, realizou o curso de Geografia e História na Faculdade Católica Sedes Sapientiae. Após seu retorno para São Paulo trabalhou durante vinte anos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de lá saindo por perseguição do regime militar. Atualmente reside na cidade de São Paulo (Margarida Ingeborg Heer, entrevista por telefone, 15/10/2003).

como era o caso de João Dias e Aroldo de Azevedo. Uma vez atuando na Faculdade Catarinense de Filosofia, coube à professora Ingeborg as cadeiras de Geografia do Brasil e Geografia Humana.

A mobilidade dos professores a partir de 1956 decorreu principalmente da separação do curso de Geografia e História, que exigiu um maior número de profissionais para a nova estrutura curricular. Com as novas cadeiras que passaram a integrar o curso de Geografia e a necessidade de espaço físico<sup>111</sup>, uma outra configuração foi sendo dada ao trabalho que até então estava sendo desenvolvido. Neste contexto de separação dos cursos, verificamos o retorno de Ingeborg para São Paulo<sup>112</sup> e a sua substituição pela professora Maria Cecília França<sup>113</sup>. Ainda, no ano de 1956, ocorreu a contratação do professor Francisco Kasuhiko Takeda<sup>114</sup> para cadeira de Geologia. Em 1958, dois novos nomes compuseram o quadro

---

<sup>111</sup> A partir de 1956, o curso de Geografia foi transferido da sede da Faculdade, na rua Esteves Júnior, nº 177, para um outro prédio alugado localizado à beira-mar, na praça Lauro Müller, ao final da mesma rua.

<sup>112</sup> Em 2 de março de 1956, foi registrado na 10ª Ata da Congregação uma solicitação de afastamento por um ano a pedido da professora, o que foi aprovado. Somente em 1958, é que a docente se desligou oficialmente da Faculdade (Ata 29ª da Congregação, de 12/6/1958). Conforme a professora, o retorno se deu em função de saudades da família. Aqui em Florianópolis, a professora residiu na Congregação da Divina Providência, mantenedora do Colégio Coração de Jesus. Para pagar sua moradia, lecionava neste estabelecimento. Nos registros de pessoal, desta instituição verificamos que o início de suas atividades no Colégio se deu a 8 de março de 1955, encerrando-se em 4 de dezembro de 1955 (COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, 1955).

<sup>113</sup> Paulistana, nascida em 1928, graduou-se em Geografia e História pela Universidade de São Paulo (USP). Foi indicada para exercer as funções de professora de Geografia Humana, no curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, pelo professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Assim como o professor Carlos Augusto, tinha sido bolsista na França, antes de assumir, em 1956, as atividades de docente da Faculdade catarinense. A permanência da professora em Florianópolis se deu até 1958, quando retornou para São Paulo, principalmente, em função da excessiva carga horária, pois, segundo seu depoimento, existiam poucos professores na época, situação que a levou, além da cadeira de Geografia Humana, a assumir a de Geografia do Brasil. Uma vez em São Paulo, foi trabalhar em Rio Claro a convite do professor João Dias da Silveira, que tinha organizado a UNESP. Após Rio Claro, lecionou na Université Laval, em Quebec, no Canadá, retornando ao Brasil em 1962. Em 1963, passou a compor o quadro docente da USP, e concluiu seu Doutorado em 1972, com a tese 'Pequenos centros paulistas de função religiosa', na própria universidade. Já aposentada, exerceu atividade de orientação de Pós-Graduação até 2003. Hoje, aos 76 anos de idade, mora em São Paulo (SP). (Maria Cecília França. Entrevista, por telefone, 15/01/2004).

<sup>114</sup> Nasceu a 26 de dezembro de 1929 em Santos (SP). Obteve o título de bacharel e licenciado em História Natural, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1954, especializando-se em Geologia em 1958 pela mesma instituição. Em Florianópolis, a partir de 1956, foi contratado para ministrar Geologia para o curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, atividade continuada com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina na década de 1960. Em 1957, também passou a exercer as funções de Geólogo do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. No desenvolvimento de sua trajetória profissional, identificamos sua participação em vários encontros e estudos de natureza científica, destacamos um curso de pós-graduação em Geologia e Paleontologia em 1967, e a realização do Mestrado em Sensoriamento Remoto, no INPE, em São José dos Campos (SP), em 1978. Permaneceu como professor da Universidade Federal de Santa Catarina até sua aposentadoria em 1994.

docente, foi o caso do professor Paulo Fernando de Araújo Lago<sup>115</sup>, que, com a professora Maria Cecília, ministrou Geografia Humana e o professor Armem Mamigonian<sup>116</sup>, que veio em substituição à citada professora.

<sup>115</sup> Nasceu em Valença, Rio de Janeiro, no mês de janeiro de 1931. Graduiu-se em 1956 no curso de Geografia e História, pela Faculdade Nacional de Filosofia. Exerceu, entre 1956 e 1957, o magistério do ensino secundário em sua terra natal. Sua chegada em Florianópolis se deu em fevereiro de 1958, atuando como docente da cadeira de Geografia Humana da Faculdade Catarinense de Filosofia (quando da instalação do curso de Didática ficou como responsável pela cadeira de Didática Especial de Geografia, que tinha o propósito de preparar o futuro professor), colaborou junto ao Departamento Estadual de Geografia e Cartografia na produção do Atlas de Santa Catarina, sob supervisão do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. De acordo com o próprio professor Paulo Lago: ‘O lado mais acadêmico foi abrindo espaço para o sentido aplicativo, em virtude de oportunidades surgidas, quando era muito escasso o quadro de pessoal técnico no Estado’ (REVISTA GEOSUL, 1993). Com isto foi chamado a colaborar em pesquisas, como membro do Grupo de Desenvolvimento da Pesca (1968-1970), o que possibilitou a implantação da ACARPESCA; foi coordenador de convênios da Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul (1969-1973); coordenador de convênios da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – UFSC (1976-1980); membro do Conselho Estadual de Tecnologia do Meio Ambiente (1979-1982); delegado do Instituto Brasileiro de Planejamento de Santa Catarina (1979-1980). Em âmbito internacional, atuou junto ao governo de Trinidad e Tobago no sentido de ‘orientar a organização pesqueira e examinar possibilidades de implantação de experiências aquícolas’ (REVISTA GEOSUL, 1993), bem como, estudou a maricultura japonesa por iniciativa daquele governo. Colaborou com a implantação do curso de especialização em Recursos Naturais (coordenador no período 1980-1981), uma das bases para o curso de Mestrado em Geografia. O professor Paulo Lago também foi professor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC), membro do Conselho Estadual de Cultura (1975-1984), coordenador do Diagnóstico da Educação em Santa Catarina e da proposta do Plano Estadual de Educação (1995-2005), membro da Academia Catarinense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, dentre outros. Faleceu em 28 de maio de 2002, em Florianópolis, quando se comemorava o dia do Geógrafo. Deixou muitas contribuições no campo da Geografia, das quais destacamos: **Brusque e as paisagens naturais** (monografia -1960); **Pesca Litorânea**, CNG, 1960; **Zona de mineração do carvão**, Fundação Catarinense de Cultura (A Imprensa Universitária foi inaugurada com esta obra); **Gente da Terra Catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Sobre a biografia do professor Paulo Lago ver Revista Geosul, n. 16, 2º semestre 1993 e Memórias de um parlamento: Honrarias concedidas pela Câmara Municipal de Florianópolis, 2002.

<sup>116</sup> Nasceu em São Paulo no ano de 1935. Em Campo Grande-MS, realizou os estudos primário, ginásio e parte do científico. Em 1951, por motivo de mudança da família para São Paulo, continuou o curso científico e conheceu o curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, no qual veio a graduar-se em 1956. Em 1957, começou o curso de especialização, na USP, única pós-graduação existente no período. Em função da abertura de vaga para Geografia Humana, na Faculdade Catarinense de Filosofia, por indicação do professor João Dias da Silveira, veio para Florianópolis. O professor Armen, desde os primeiros tempos, além da atividade docente, atuou em pesquisas sobre Geografia de Santa Catarina. Embora sem vínculos, colaborou com o Departamento de Geografia e Cartografia, que, sob a orientação do professor Carlos Augusto, estava produzindo o Atlas Geográfico de Santa Catarina. Destaca-se, neste período, as pesquisas sobre a cidade de Brusque, patrocinadas pela Sociedade de Amigos de Brusque. No período letivo de 1960-1961, através de bolsa do governo francês, esteve na França, na Universidade de Estrasburgo, aprimorando estudos em Geografia Industrial. Sua liberação da Faculdade foi sem vencimento até o dia 1º de agosto de 1961 (46ª Ata da Congregação, de 1º de dezembro de 1960). Por estímulo do professor Milton Santos, que também estava em Estrasburgo, preparou o doutorado e no retorno à França, em 1962, redigiu e defendeu ‘Estudo geográfico das indústrias em Blumenau’. Com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina, o professor Armen continuou como docente do departamento de Geografia até 1965, quando se deslocou para Presidente Prudente (SP) para lecionar na Faculdade de Filosofia. De 1975 a 1976, com a criação da UNESP, que reuniu institutos de ensino superior estaduais como Botucatu, Araraquara, São José dos Campos, Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, Assis, etc., numa estrutura universitária considerada autoritária, o professor Armen atuou na resistência a tal criação e acabou ficando, em suas próprias palavras, ‘marcado’, o que contribuiu para sua saída de Presidente Prudente e o seu retorno para a UFSC, onde lecionou até a sua aposentadoria. Em seqüência, prestou concurso na USP, onde foi aprovado. É possível identificar a contribuição intelectual do professor Mamigonian

Os professores Carlos Augusto, Armen Mamigonian, Paulo Lago e Francisco Takeda compuseram um grupo que criou raízes em Florianópolis. Fixando residência e/ou constituindo família, cada um a seu modo, mesmo com a criação da Universidade, mantiveram forte vínculo afetivo e profissional com esta terra. Quanto ao professor Carlos Augusto, embora tenha deixado Florianópolis em 1960, destaca que viveu

aqui [por] cinco anos. Foram os anos mais queridos de minha vida. Eu completei meus trinta anos aqui, era moço, estava profissionalmente me encontrando, pessoalmente também. Florianópolis naquela época era pequena, mas era paradisíaca: uma cidade gostosa, a beleza da ilha, a simpatia dos catarinenses. Foram os cinco anos mais felizes da minha vida. Quando nós chegamos no limiar dos anos 60 e eu tinha cumprido a minha missão, aí então apareceu uma oportunidade. O professor Silveira tinha sido convidado já no governo Jânio Quadros, naquela transição para Carvalho Pinto, [num momento em que] o Estado de São Paulo resolveu fazer Institutos Isolados de Ensino Superior, então havia assim uma Faculdade com cursos de Geografia, Matemática, Física, Pedagogia e Letras em Rio Claro; em Assis havia uma Faculdade de Filosofia, também fazendo ênfase nas Letras, depois tinha Araraquara, Ciências Sociais; Franca, etc., e ele me convidou para Rio Claro que estava organizando. Ele ia dar muita importância ao curso de Geografia. Então eu, apesar de estar muito feliz aqui, raciocinei da seguinte maneira: - se eu for para Rio Claro, fico mais próximo de São Paulo e aí posso fazer meu doutorado lá na Universidade. Aqui a perspectiva era boa, porque naquele momento já se sabia que havia a possibilidade iminente da implantação da Universidade.[...]. Nesse momento em que tudo estava mostrando que ia ser criada a Universidade Federal, todo mundo dizia: - mas agora que vai federalizar você vai embora? Eu disse, - a gente deve variar um pouco, sinto a minha missão cumprida, e com a federalização o desembargador Fontes vai ter que sair, porque ele já tem mais de 70 anos (compulsória), e eu me dei tão bem com ele que não sei se vou me sentir bem com a outra direção que não sei quem é que vai ser. O Departamento estava ampliando, estavam chegando outros professores; resolvi ir para Rio Claro, também vou começar da estaca zero, o Departamento está começando a organizar e eu vou para lá e fico em contato

---

através dos muitos artigos publicados, bem como pela participação como expositor/debatedor em inúmeras mesas-redondas, ‘Semanas da Geografia’, colóquios, encontros da AGB, etc. Destacamos dentre outras: ‘Habitat urbano e rural’, Atlas Geográfico de Santa Catarina, 1958; ‘Brusque: Estudo de Geografia urbana’, ed. Sociedade Amigos de Brusque, 1959; ‘A indústria em Brusque-SC e suas conseqüências sobre a vida urbana’, Boletim Carioca de Geografia, 1960; ‘Estudos geográficos das indústrias de Blumenau’, Revista Brasileira de Geografia, 1965; ‘Notas sobre o processo de industrialização no Brasil’, Boletim do Departamento de Geografia, Presidente Prudente, 1969; ‘O processo de industrialização em São Paulo’, Boletim Paulista de Geografia, 1976; ‘Novos rumos da Geografia brasileira’, 1982; ‘Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista’, Revista das Ciências Humanas, UFSC, 1987; ‘Inserção do Mato Grosso ao mercado nacional e Gênese de Corumbá’, Revista Geosul, 1988; ‘A industrialização da América Latina: o caso brasileiro’, Fundamentos para o ensino de Geografia, seleção de textos, 1988; ‘Industrialização brasileira’, mimeo, 1989; ‘A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos’, Terra Livre, 1991; ‘Gênese e objeto da Geografia: passado e presente’, 1º Simpósio Internacional de História e Ciência, 1991. Sobre a trajetória intelectual do professor Mamigonian ver Revista Geosul, nº 3, ano II, 1º sem. 1987.

mais próximo de São Paulo. Todo mundo estranhou. Vou guardar na redoma de minha memória estes cinco melhores anos de minha vida que naquela época eu achava que era, e ainda continua sendo. Fui e me dediquei a Rio Claro. [...] Passei 17 anos sem vir a Florianópolis, sabia que as coisas estavam mudando e eu queria guardar aquela lembrança. A partir daí eu voltei a freqüentar, a passear e quando eu me aposentei vim colaborar aqui na Pós-Graduação. Comprei apartamento e me instalei. (Informação verbal)<sup>117</sup>.

### 3.3 OS ALUNOS DA FACULDADE: A PRIMEIRA GERAÇÃO DE GEÓGRAFOS E PROFESSORES

Embora levando o nome de Faculdade Catarinense, a abrangência territorial não chegava a tanto e mesmo diante dos esforços de levar ao interior do Estado as notícias e o significado de sua existência, a maioria dos aprovados para os cursos oferecidos era oriunda de Florianópolis, ou já estavam realizando, na Capital, o curso secundário. Poucos eram os que vinham diretamente de outro município ou Estado.

No que concerne ao curso de Geografia, constatamos que, dos 71 alunos aprovados (incluindo o curso de Geografia e História) para freqüentar as aulas no período 1955-1962, 40,8 % eram naturais de Florianópolis e os demais estavam distribuídos por 20 municípios catarinenses, sendo 4 alunos de outros Estados, conforme pode ser observado no Quadro 13.

O fato de a Faculdade estar localizada em Florianópolis contribuiu para que o maior fluxo de candidatos ao curso procedesse deste lugar. Além da questão da localização geográfica atraindo a população local, tem-se que muitos dos candidatos, nascidos em outras localidades, realizaram seus cursos do ensino secundário na Capital, portanto já viviam em Florianópolis na época da inscrição. Tais aspectos explicam a maior participação de Florianópolis na composição dos pretendentes ao curso de Geografia da Faculdade. Assim temos que, dos 71 alunos, 73,2 % (Quadro 14) já moravam em Florianópolis, ou tinham realizado o secundário na cidade, demonstrando que de fato a maior parte dos alunos do curso

---

<sup>117</sup> Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Entrevista concedida em 30 de maio de 2003.

procediam de Florianópolis (Gráfico 1) e que o grau de abrangência da Faculdade, ao menos em relação ao ensino de Geografia, era mais municipal do que estadual.

Local de Nascimento	Estado	1955*	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	Total
Araranguá	SC				1					1
Assu	RN		1							1
Belo Horizonte	MG								1	1
Biguaçu	SC								1	1
Bom Retiro	SC	1			2					3
Campos Novos	SC		1							1
Curitiba	SC				1					1
<b>Florianópolis</b>	<b>SC</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>		<b>6</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>29</b>
Gravatá	SC	1								1
Imaruí	SC	1								1
Itajaí	SC				1					1
Ituporanga	SC							4	1	5
Joaçaba	SC	1								1
Lages	SC		1					1		2
Laguna	SC	1			1					2
Montenegro	RS	1								1
Nova Trento	SC	1		1						2
Rio do Sul	SC					1				1
Rodeio	SC						1			1
Santa Maria	RS			1						1
Santo Amaro	SC	1	1							2
São Francisco do Sul	SC		1		1					2
São João	SC	1								1
São José	SC	1								1
Tijucas	SC	1	1		1					3
Tubarão	SC				1	1	1		1	4
Urussanga	SC								1	1
<b>Total</b>		<b>15</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>71</b>

Quadro 13: Naturalidade dos Candidatos Aprovados para o Curso de Geografia – 1955 a 1962

\* Corresponde ao curso de Geografia História

Fonte: Livro de Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, n ° 1, 1955-1962.

Origem	Estado	1955 *	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	Total
Blumenau	SC								1	1
<b>Florianópolis</b>	<b>SC</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>52</b>
Lages	SC							2		2
Laguna	SC				1					1
Porto União	SC	1								1
Tubarão					1					1
Outros Estados	PR				1					1
	RJ	2								2
	RS		1	2						3
	SP						1			1
Sem informação		5	1							6
<b>Total</b>		<b>15</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>71</b>

Quadro 14: Local de Realização do Ensino Secundário ou Superior dos aprovados para o Curso de Geografia por município e por ano

\* Corresponde ao curso de Geografia e História

Fonte: Livro de Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, nº 1, 1955 a 1962.

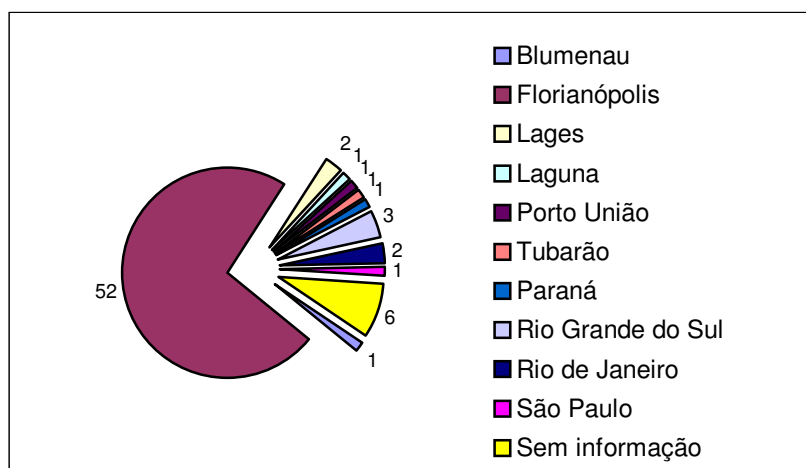


Gráfico 1: Local da Realização do Ensino Secundário ou Superior dos aprovados para o Curso de Geografia por município em números absolutos no período 1955 - 1962

Fonte: Livro de Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, nº 1, 1955 a 1962

Os professores, através de seus órgãos deliberativos, refletiam sobre estratégias para ampliar o raio de ação da Faculdade, com o propósito de aumentar o aproveitamento, por parte da população catarinense, dos cursos que por ela eram oferecidos. As iniciativas iam desde o oferecimento de palestras sobre a instituição aos colégios e entidades interessadas,

bem como a oferta de cursos no interior do Estado (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1956)<sup>118</sup>. Apesar de todo o esforço de divulgação, vê-se que isso não bastava. Há de se levar em conta o que significava para os habitantes dos diversos municípios catarinenses a formação em nível superior e as condições objetivas de deslocamento e sobrevivência numa outra cidade. De fato, este novo momento na estrutura educacional estadual, estaria pioneiramente, criando as condições para a ampliação do universo cultural, através da educação superior, que seria significativamente reforçado com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Além das atividades de ensino, os alunos participavam de uma organização, que poderíamos denominar de cultural e recreativa, em torno do “Centro Acadêmico VIII de Setembro”<sup>119</sup>, denominação referente ao dia e mês de fundação da Faculdade, semelhante a que existia na Faculdade de Direito - o Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF). Tendo como principal objetivo o desenvolvimento de atividades culturais e de conagração, a sua existência não se deu por iniciativa dos estudantes, mas por força de determinação do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 – Estatuto das Universidades Brasileiras –, que estabelecia em seu artigo 93, no item ‘h’, ser de direito e dever fundamental “constituir associação de classe para a defesa de interesses gerais e para tornar agradável e educativa a vida da coletividade”. Somente em 1957<sup>120</sup>, por solicitação dos alunos, obteve o Centro Acadêmico (CA) uma autorização para participar de reunião do Conselho Técnico-administrativo, amparado pelo Decreto 37.613, de 19 de julho de 1955, no qual em seu artigo 12º orientava a participação dos interessados nos seguintes termos: “[...] quando se tratar de reforma regimental interessando diretamente ao corpo discente ou quando convocado pela direção”. Vemos, assim, a construção de uma formatação legal na organização estudantil, resultado de uma

---

<sup>118</sup> Na Ata 14ª do Conselho Técnico-Administrativo, de 22 de fevereiro de 1956.

<sup>119</sup> Fundado em 30 de março de 1955.

<sup>120</sup> Ata da 22ª Reunião da Congregação da Faculdade Catarinense de Filosofia, de 25 de agosto de 1957.



centralização governamental que colocou sob controle direto do Estado as ações do grupo discente, ao menos no espaço das instituições de ensino. Este controle é também exposto no artigo 105º, do Estatuto:

Com o fim de **estimular as atividades** das associações de estudantes, **quer em obras de assistência material ou espiritual, quer em comemorações e iniciativas de caráter social**, reservará o Conselho Técnico-Administrativo do respectivo instituto, ao elaborar o orçamento anual, uma subvenção que não deverá exceder a importância das taxas de admissão no 1º ano dos cursos no ano letivo anterior (grifos nossos).

De acordo com a legislação, o envolvimento dos discentes na condução institucional se dava de forma limitada, não cabendo a eles uma atuação política de maior magnitude, salvo fosse de interesse da Direção. Desta forma é que, além da organização de festas e participação na coordenação de eventos, vê-se o envolvimento do CA em atividades de ensino, a exemplo também do que faziam os alunos da Faculdade de Direito. Referimo-nos ao curso de preparação para o vestibular, no qual, os acadêmicos se responsabilizavam pelo oferecimento, aos interessados pelos cursos da Faculdade Catarinense de Filosofia, de aulas gratuitas, atendendo o exposto no artigo supra citado.

O vestibular, ou exame de admissão, era específico para cada área, sendo assim os alunos se viam em condições de exercer esta tarefa de preparação dos futuros candidatos:

Me preparei para o vestibular fazendo um cursinho, que era feito todos os anos pelos alunos do curso de Geografia. Era gratuito, o Centro Acadêmico que organizava [...]. Lembro da Olga Cruz e da Marly Mira dando aula para nós. (Informação verbal)<sup>121</sup>.

Na medida em que os novos alunos iam sendo admitidos nos cursos, este trabalho de preparação ia sendo renovado. Sobre a necessidade de tal preparo, em parte se dava pelo grau de exigência feito pelos professores que compunham as bancas examinadoras. Para admissão,

---

<sup>121</sup> Neide Oliveira de Almeida. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2003.

os candidatos eram submetidos a duas formas de avaliação: a primeira, escrita, avaliava o conhecimento do aluno, sua capacidade de escrever e articulação das idéias; a segunda, de forma oral, procurava, além do conhecimento propriamente dito, analisar a desenvoltura e o raciocínio na elaboração das respostas.

[Para] a prova oral nós entrávamos na Faculdade às duas horas da tarde e não podíamos sair do recinto, antes de fazer a prova. Eu entrei na banca para fazer a minha prova era meia-noite e dez minutos... Naquela tensão toda [...]. Não era [apenas] uma prova, passávamos pelo professor de Geografia Geral, Geografia Física Geral, Geografia Humana Geral, [...]. Existia sintonia com o programa do ensino secundário, mas a maneira de formular as perguntas não era aquela que os nossos professores da época faziam [do científico ou normal] (Informação verbal)<sup>122</sup>.

No tocante a questão de gênero percebemos que, diferentemente das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas e de Odontologia e Farmácia (Gráfico 2), a composição por

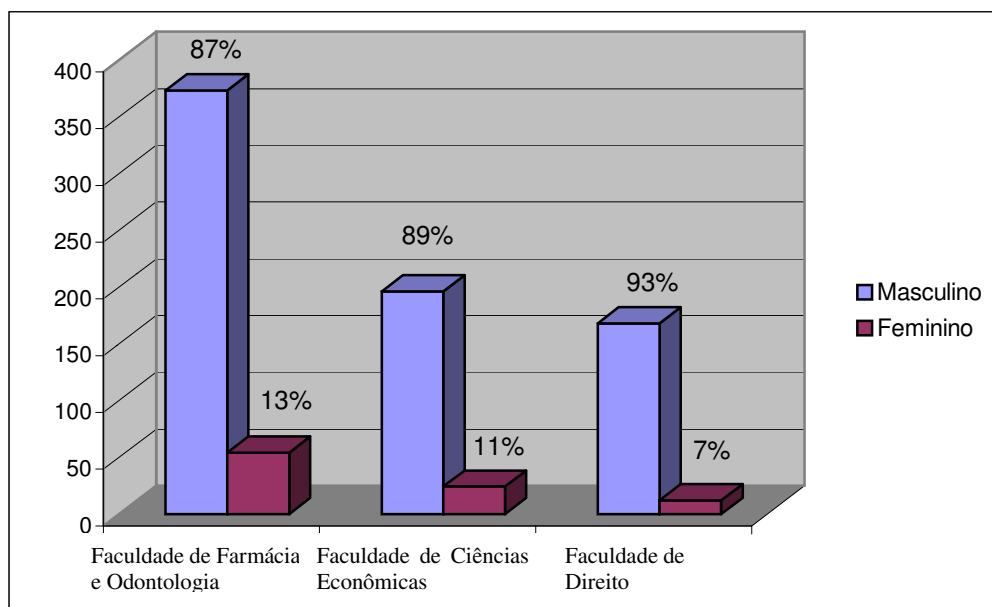


Gráfico 2: Composição do Quadro Discente das Faculdades Catarinenses por Gênero – 1948 a 1955

Fontes: 1- Livros de Registros de Matrículas das Faculdades de Farmácia e Odontologia e de Ciências Econômicas; 2 - Bacharéis em Direito (BARBOSA, 1982).

<sup>122</sup> Neide Oliveira de Almeida. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2003.

sexo, apresentada na Faculdade de Filosofia, se deu com uma maior participação da população feminina. Evidenciamos, desta maneira, no ambiente cultural da época, a criação de um espaço “mais feminino” mesmo que, em alguns casos, como “no curso de Geografia [houvessem] mais alunos do sexo masculino” (Informação verbal)<sup>123</sup>.

De acordo com o que nos é apresentado pelo Quadro 15<sup>124</sup> pode-se inferir que a forte ligação existente entre a Faculdade de Filosofia e a sua atuação na formação para o magistério tenha sido responsável pela maior presença de mulheres no seu quadro discente.

Curso	Homens	%	Mulheres	%	Total
Filosofia	35	52,2	32	47,8	67
Geografia e História	9	60,0	6	40,0	15
Geografia	32	57,1	24	42,9	56
História	42	43,7	54	56,3	96
Letras Anglo-Germânicas	12	38,7	19	61,3	31
Letras Clássicas	23	63,9	13	36,1	36
Letras Neolatinas	19	25,3	56	74,7	75
Pedagogia	03	13,6	19	86,4	22
TOTAL	175	44,0	223	56,0	398

Quadro 15: Matriculados nos Cursos da Faculdade Catarinense de Filosofia, por Gênero – 1955 a 1962

Fonte: Livro de Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, nº 1, 1955-1968.

<sup>123</sup> Neide Oliveira de Almeida. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2003.

<sup>124</sup> Aluno(a)s matriculado(a)s no curso de Geografia: **1955** (Geografia e História): Alba Maria da Silveira, Antenor Luz, Dinah Fernando Brognoli, Jairo Lisboa, Joe Puerta Kerten, José Hilário Pereira, José Warken Filho, Maria José Bonatelli, Marly Anna Fortes Bustamente, Moacyr Pereira, Olga Cruz, Oswaldina Cabral Gomes, Oswaldo José Fraga, Walter Fernando Piazza, Hélio Abreu. **1956**: Abel Siqueira Furtado, Aloysio Affonso Durieux, Carlos Büchele Júnior, Daniel Barreto, Hugo Nicolau, Victor Antonio Peluso Júnior, Zanzibar Lima, Zulmira Margarida Maria Schaefer. **1957**: Augusto José Alvetti, Arlene Maria Maykot, João Wanat, Lúcia Maria Corrêa Freyeleben. **1958**: Adi Emília Acorde, Alceu Pencar, Alcides dos Santos Aguiar, Arnaldo Tavares, Braz Francisco de Assis Moreira, Gleusa Hoffman Philippi, Ivone Alves de Oliveira, Lourivarte Assunção Goya, Milton Digiácomo, Neide Oliveira de Almeida, Selma Goedert, Zelandra Isabel Werner. **1959**: Mariléia Cabral Pereira Oliveira, Marília Luiza Peluso. **1960**: Ayrton Acácio da Silveira, Edite Barreto, Éster Tomelin, Jair Francisco Hamms, José Manoel de Medeiros, Maria de Lourdes Schmidt, Norma Stael d’Câmpora, Odair Gercino da Silva. **1961**: Albio Boing, Álvaro Fernando Luz, Gerson Neves, Hélio Cardoso, Ivete Vieira Dutra, Mafalda Pereira Boing, Neusa Teresinha Campos, Nilson José Boing, Nilson Augusto Boing, Paulo Gonçalves da Silva, Telmo Luiz Luz, Valdira Sousa Lima, Álvaro Leonel da Cunha. **1962**: Anna Maria Borges, Edgar Della Justina, Gerusa Maria Duarte, Henrique Gabriel Botelho Berenhauser, José Afonso de Amorim, Judite Irene Manzolli, Luiz Alberto Vieira, Luiz Felipe Bazadona Dutra, Stela Maris Passerino. (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA. Livro de Assentamento de Registro, nº 1, 1955-1968).

A identificação da mulher com o papel de mãe e mestra reforça a sua função na sociedade, a partir de um ideário que traça o seu perfil feminino e profissional. Em solenidade de formatura do Curso Normal do Colégio Coração de Jesus, de Florianópolis, em 1953, esta ‘missão’ foi assim expressa por uma das formandas:

Compartilhemos da alegria intensa de ter alcançado um ideal [...]. A mulher **não se pode esquivar de uma tarefa** que, exigindo o máximo de amor e dedicação, é essencialmente sua, porque é a **mais adequada à sua natureza afetiva e delicada**. Eis porque nós, na diversidade de nossos caminhos, teremos uma única missão a cumprir. Como mãe ou como professoras, no lar ou na escola, seremos as construtoras do mundo do amanhã [...].(grifos nossos) (CUNHA, 2002, p. 83-84).

Independentemente da questão de gênero, a procura pela Geografia e pelos cursos em geral provinha de parcela da população que, em sua maioria, já exercia alguma atividade profissional. O fato de os cursos serem ministrados no período noturno<sup>125</sup>, somado a fatores de ordem particular, favorecia a vinda deste perfil de estudante aos seus quadros. Como podemos constatar:

Eu, quando estava no científico, fiz um concurso para telegrafista do Correio, então, antes de formada eu já estava empregada (Informação verbal)<sup>126</sup>.

Naquela época eu estava trabalhando no Departamento Estadual de Geografia e Cartografia - DEGC. Era aluna do professor Carlos Augusto, na Faculdade, e era uma espécie de auxiliar de pesquisa no Departamento. [...] A maioria [dos alunos] trabalhavam, com uma vida profissional já formada. [O] Piazza já era professor no Instituto Estadual de Educação, [a] Olga era funcionária do INSS, tinha um capitão do Exército e outros. Em outras áreas existiam funcionários do Comércio, do Tribunal Regional Eleitoral (Informação verbal)<sup>127</sup>.

<sup>125</sup> Conforme correspondência expedida pela Secretaria da Faculdade datada de 23 de janeiro de 1961, constatamos que as Faculdades existentes em Florianópolis, excetuando-se a de Filosofia, possuíam em geral, atividades em dois períodos: práticas pela manhã e teóricas à noite. A Faculdade de Ciências Econômicas, por sua vez, concentrava a maior parte de suas aulas no período matutino. (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1961).

<sup>126</sup> Arlene Maria Maykot Prates. Entrevista concedida em 4/9/2003.

<sup>127</sup> Marly Anna Fortes Bustamante Mira. Entrevista concedida em 7/10/2003.

[Após concluir o Curso Normal e ter realizado concurso], assumi como inspetora escolar e já fui trabalhar [...]. Nós fomos para onde funcionava o Museu de Arte Moderna de Florianópolis [atual prédio da Biblioteca Pública do Estado]. [...] Passei no vestibular, estudava a noite e durante o dia eu trabalhava (Informação verbal)<sup>128</sup>.

O momento histórico que proporcionava condições ao surgimento dos novos cursos em Santa Catarina, especialmente o de Geografia, indicava, aos seus pretendentes, de forma mais imediata, o exercício do magistério como possibilidade da prática profissional. Outras “aplicações”, advindas da conclusão do curso, representavam, no imaginário de cada um campo fértil para investir em seus objetivos pessoais. Esta situação, por um lado, constituiu elemento de atração e, de outro, promoveu, por uma provável falta de identificação com os propósitos do novo curso, o abandono ao longo dos anos<sup>129</sup>. Observando o Quadro 16, podemos acompanhar o movimento admissão-conclusão realizado no período.

Dos 71 alunos que ingressaram entre os anos de 1955 a 1962, 28 concluíram o Bacharelado<sup>130</sup>, correspondendo a 39,4%, do total. Neste período, conseqüentemente, 60,6% interromperam os estudos. Dos alunos que concluíram o Bacharelado, 24 (85,7%) matricularam-se para obter a formação pedagógica (Didática), sendo que destes, 22 (91,7%) concluíram o curso, obtendo, portanto, o título de licenciado em Geografia, ou em Geografia e História. Desta forma, constatamos um movimento de evasão em dois momentos, a saber: o primeiro, ao longo do Bacharelado, em função em grande medida das questões levantadas

<sup>128</sup> Neide Oliveira de Almeida. Entrevista concedida em 7/10/2003.

<sup>129</sup> A este respeito, conforme questionário aplicado, Odair Gercino da Silva, na época aluno do curso de Geografia, esclarece que “o principal fator responsável pela desistência dos alunos era a restrição do campo de trabalho – o magistério era o principal campo de trabalho para o geógrafo até meados da década de 70. A criação dos órgãos ligados à questão ambiental, a partir de 1975, ampliou o campo de trabalho dos geógrafos” (QUESTIONÁRIO, 2004).

<sup>130</sup> Alunos formados em **Geografia e História**, 11/1 1958: Alba Maria da Silveira, Antenor Luz, José Warken Filho, Marly Anna Fortes Bustamante, Olga Cruz, Walter Fernando Piazza. **Geografia**, 16/12/58: Carlos Büchele Júnior, Victor Antônio Peluso Júnior. 1959: Arlene Maria Maikot, Lúcia Maria Corrêa Freyesleben, Oswaldo José Fraga (26/9/59), 1960: Ivone Alves de Oliveira, Neide Oliveira de Almeida. 1961: Mariléia Cabral Pereira Oliveira, Marília Luiza Peluso, Milton Digiácomo\*. 1962: Odair Gercino da Silva. 1963: Albio Boing, Ester Tomelin, Mafalda Pereira Boing, Norma Stael\*, Estér Tomelin\*. 1964: Gerusa Maria Duarte, José Afonso de Amorim, Judite Irene Manzolli, Luiz Alberto Vieira, Stela Maris Passerino. 1965: Telmo Luiz Luz.

\* Não se formaram com a turma original.

anteriormente e o segundo momento, com a conclusão do Bacharelado, pois, além de questões pessoais, não tendo o magistério como aspiração profissional, os alunos encerravam seus estudos, ou buscavam outras áreas do saber.

Ingresso		Habilitação			
		Bacharelado		Didática (Licenciatura)	
Ano de ingresso	Número de matrículas <sup>(1)</sup>	Formatura	Número de Alunos formados	Formatura	Número <sup>(3)</sup> de Alunos formados
1955 (1ª turma)	15	11/01/58 <sup>(2)</sup> 26/09/59 11/12/61	6 1 1	08/09/61 <sup>(2)</sup>	5
1956 (2ª turma)	08	16/12/58 <sup>(2)</sup>	2	08/09/61 <sup>(2)</sup>	2
1957 (3ª turma)	04	22/12/59 <sup>(2)</sup>	2	08/09/61 <sup>(2)</sup> 11/12/62	1 1
1958 (4ª turma)	12	13/12/60 <sup>(2)</sup> 09/10/61	2 1	11/12/61 <sup>(2)</sup> 06/02/64	2 1
1959 (5ª turma)	2	06/12/61 <sup>(2)</sup>	2	11/12/62 <sup>(2)</sup>	2
1960 (6ª turma)	8	13/12/62 <sup>(2)</sup> 02/04/63 17/12/63	1 1 1	11/12/63 <sup>(2)</sup>	2
1961 (7ª turma)	13	17/12/63 <sup>(2)</sup> 28/05/65	2 1	15/12/64 <sup>(2)</sup> 15/12/65	0 1
1962 (8ª turma)	9	17/12/64 <sup>(2)</sup>	5	15/12/65 <sup>(2)</sup> 24/2/66 17/12/66	3 1 1
Total	71	14	28	11	22

Quadro 16: Evolução das Matrículas e Conclusão do Curso por Turma e Habilitação – 1955 a 1962

Fonte: Livro de Termos de Colação de Grau da Faculdade Catarinense de Filosofia, nº 1, 1955-1968.

(1) - Estamos considerando apenas os alunos aprovados no vestibular. Estão excluídos aqueles que repetiram determinadas cadeiras; (2) - Data da formatura dos que completaram o curso no tempo normal; (3) - Remetemos ao item 3.3.1 - A tão esperada formação pedagógica: O curso de Didática, para conferir os nomes dos alunos matriculados e que concluíram o referido curso.

### 3.1.3 A tão Esperada Formação Pedagógica: o Curso de Didática

A formação de professores para atuação na “Escola Normal” – voltada para formar o professor primário – então responsabilidade da Pedagogia, não aconteceu de imediato em função das dificuldades em contratar mestres para lecionar neste campo. Também as demais graduações, que tinham por objetivo a formação do professor secundário, não formaram estes profissionais de imediato, posto que a habilitação inicial era o bacharelado e que apenas após a conclusão deste é que os discentes, se quisessem, realizariam um curso de Didática com duração de um ano, tornando-se assim licenciados. Era o esquema denominado de “três mais um”, ou seja, três anos de cadeiras específicas e um ano de pedagógicas.

A finalidade de graduar professores para atuação nos níveis secundário e superior, de início, em função da própria forma de organização da Faculdade, não estava colocada como uma questão central, embora, contraditoriamente tivesse sido este tipo de instituição pensada para a formação docente. Isto é evidenciado através, do referido esquema “três mais um”, adotado por todas as Faculdades de Filosofia, que colocavam somente para o quarto ano a responsabilidade da formação pedagógica deste profissional. Durante toda a formação, o estudante estava sendo preparado para ser pesquisador, visto que o enfoque dos cursos preparava o futuro bacharel - a possibilidade de ser professor estava colocada por último. Somente ao término da década de 1950 é que a Congregação da Faculdade conseguiu contratar os profissionais que teriam a incumbência de ministrar o curso de Didática, para os bacharéis já formados e para a criação do curso de Pedagogia.

Embora, como já afirmamos, a demora em constituir os cursos de Didática e Pedagogia estivesse associada às dificuldades de contratação de professores habilitados para tal tarefa, ressaltamos que em virtude da Didática não ser, naquele momento, uma necessidade imediata, pois seu funcionamento só seria exigido quando as primeiras turmas completassem os três anos do bacharelado, este tempo de espera, perante tantas questões mais emergentes

enfrentadas pela Faculdade, acabou por contribuir para adiar o projeto das cadeiras pedagógicas. Tal situação interferiu, inclusive, na formação do curso de Pedagogia, pois enquanto o curso de Didática não estivesse constituído aquele não teria condições objetivas de realização.

Esta situação, referente ao atraso e dependência, na qual estava inserido o curso de Pedagogia, é percebida quando o professor Fontes chamou atenção para a necessidade de acelerar o seu processo de institucionalização:

[...] à vista de já estar a Faculdade no terceiro ano de funcionamento, sendo que conviria, ao mesmo tempo, promover a criação do curso de Pedagogia, já porque êste curso não deve faltar em uma Faculdade bem orientada, já porque os cursos de Didática e Pedagogia têm professores em comuns (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1957)<sup>131</sup>.

Apesar do aval da Congregação e do Conselho Técnico-administrativo da Faculdade em garantir o funcionamento dos referidos cursos, chegado 1958, quando as primeiras turmas de bacharéis se formam, a 11 de janeiro, não se tinha ainda estruturado o curso de Didática para possibilitar a conclusão da formação do professor. A dificuldade na contratação de docentes atrapalhava o processo, já que conforme a direção da Faculdade:

[...] ainda não foi possível requerer autorização para o funcionamento do curso de Didática porque, apesar de todas as diligências feitas, não conseguiu a Diretoria professores para Didática Geral e Psicologia Aplicada à Educação (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1957).

Ainda, nesta mesma reunião, “[...] declarou o Senhor Diretor haver o número de 25 alunos com o curso de bacharelado terminado e que já haviam requerido a inscrição no quarto ano e também declarado as matérias para suas especializações”. (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1957).<sup>132</sup>

<sup>131</sup> Na Ata da 20ª reunião da Congregação, realizada em 10 de maio de 1957.

<sup>132</sup> Na Ata da 20ª reunião da Congregação, realizada em 10 de maio de 1957.



Dois caminhos foram apontados para este impasse. Ou seriam os alunos admitidos nas matérias de especializações, como alunos avulsos do bacharelado, no regime de quatro anos ou, sugeria a Congregação, que os alunos aguardassem a autorização para o pleno funcionamento do curso pretendido. A primeira opção foi a escolhida. Assim, o curso de três anos passou para quatro anos, sendo o último considerado de especialização (Quadro 17).

Curso de Origem	Número de Alunos
Filosofia	10
Geografia e História	8
Línguas Neolatinas	7

Quadro 17: Alunos Matriculados no Curso de Especialização – 1958

Fonte: Livro de Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, nº 1, 1955-1968.

A instalação do curso de Didática encontrava obstáculo também pelo posicionamento de alguns professores da Faculdade, que, na tentativa de conferir fim a caso tão complicado, questionavam se a Faculdade era obrigada a possuir o curso de Didática (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1959)<sup>133</sup>. A não obrigatoriedade sendo esclarecida, mudou-se a pauta, da citada reunião, e a questão não mais retornou, evidenciando não ser este o desejo da direção, mesmo ante tantas dificuldades; porém, o mal-estar estava colocado. Seria de fato interessante prosseguir com o projeto das Licenciaturas?

Tendo o Professor Fontes estado no Rio de Janeiro para tratar do reconhecimento e autorização para o funcionamento da área pedagógica, percebeu que a demora neste reconhecimento se devia ao fato de a Congregação ter optado pelo regime de quatro anos para a duração dos cursos e que, com a Didática, eles passariam para cinco anos. Como esta alteração demandaria mais estudos por parte do Conselho Nacional de Educação, foi o Diretor

<sup>133</sup> Na Ata da 35ª reunião da Congregação, realizada em 19 de fevereiro de 1959. O questionamento partiu do professor George Agostinho dos Santos.

aconselhado a desistir do regime de quatro anos. Nesta situação existiam, no ano de 1959, apenas quatro faculdades: a da Universidade do Brasil, da Universidade de São Paulo e duas outras na Bahia (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1959)<sup>134</sup>. Deste modo, num universo de 61 instituições, a questão mereceria estudo acurado. Assim feito, o parecer foi aprovado em 22 de maio de 1959 e, com estas medidas, via-se retomado o projeto da formação em nível superior, em Santa Catarina, dos professores para o magistério secundário e superior e suspendia-se o regime de quatro anos adotado em 1958.

Uma vez concluído o bacharelado, os acadêmicos das turmas de 1955 e 1956, que se formaram em 1958 (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1958)<sup>135</sup>, somente obtiveram acesso à Didática em 28 de março de 1960, quando começou seu funcionamento. Eram 48 alunos matriculados nos diferentes cursos (Quadro 18). Uma nova etapa na história da Faculdade e da formação do professor iniciava em Santa Catarina, quando, então, no período de um ano, os graduados bacharéis dos seis cursos existentes teriam a chamada formação pedagógica (Fig. 6).

Cursos	1960	1961	1962	1963	1964	1965	Total Didática Especial
Filosofia	10	4	2	8	6	5	35
Geografia e História	5	-	-	-	-	-	5
Geografia	4	3	2	2	-	8	19
História	12	5	4	11	11	9	52
Línguas Clássicas	1	*	3	2	1	2	9
Línguas Neolatinas	13	*	9	3	6	3	34
Línguas Anglo-Germânicas	3	*	1	1	3	2	10
Total Didática Geral	48	12	21	27	27	29	164 + 3** = 167

Quadro 18: Inscrições no Curso de Didática Geral e Especial – 1960 a 1965.

Fonte: Livro de Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, n° 1, 1955-1968.

\* Neste ano encontramos o registro de três alunos para o curso de Letras, não sendo possível distinguir a qual especialidade se referia.

\*\* Refere-se aos alunos não especificados no curso de Letras.

<sup>134</sup> Na Ata 36<sup>a</sup> da reunião da Congregação, de 11 de junho de 1959.

<sup>135</sup> A turma de 1955 colou grau em 11 de janeiro de 1958 e a turma de 1956 em 16 de dezembro de 1958. (Livro de Termos de Colação de Grau da Faculdade Catarinense de Filosofia, n° 1, 1955-1968).



Figura 6: Primeira Turma de Licenciatura da Faculdade Catarinense de Filosofia - 1961

Fonte: Biblioteca do Acervo do professor Henrique da Silva Fontes

1-Célia Vieira Bucchi (Filosofia), 2- Ondina Doin Vieira (História), 3- Irene Bernadete de Souza (História), 4- Myrtô Ferreira Linhares (Letras Neolatinas), 5- Anna Maria Therezinha Sanford Lins (Letras Neolatinas), 6- Dilza Délia Dutra (Letras Neolatinas), 7- Theresinha de Jesus da Luz Fontes (Letras Neolatinas), 8- Henrique da Silva Fontes (Diretor), 9- Dinah Fernandes Brognoli (História), 10- Hadar Corrêa (Letras Neolatinas), 11- Alba Maria da Silveira (Geografia e História), 12- Zulmira Margarida Maria Ramos Schaefer (História), 13- Terezinha de Jesus Sachet (Filosofia), 14- Marly Anna Fortes Bustamante (Geografia e História), 15- José Warken Filho (Geografia e História), 16- Alberto Luiz da Costa (Filosofia), 17- Aurora Goulart (Letras Neolatinas), 18- Doloris Ruth Simões de Almeida (Letras Anglo-Germânica), 19- Jocélia Marília Pereira (Letras Neolatinas), 20- Ana Maria São Thiago (História), 21- Oswaldo José Fraga (Geografia e História), 22- Marilda Maria Dias Kowalski (História), 23- Zanzibar da Silva Fernandes (Filosofia), 24- Helena Anna Souza (Filosofia), 25- Arlene Maria Maykot (Geografia), 26- Carlos Büchele Júnior (Geografia), 27- Walter Fernando Piazza (Geografia e História), 28- Victor Antônio Peluso Júnior (Geografia), 29- Celestino Tambosi (Letras Clássicas), 30- Augusto Bernardino Coelho (Letras Neolatinas).

Cadeira	Professor(a)	Origem
Fundamentos Sociológicos da Educação	Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva	Florianópolis
Fundamentos Biológicos da Educação	Biase Agnesino Faraco	Florianópolis
Psicologia Educacional Aplicada	Maria Leonor da Cunha Gayotto	Florianópolis
Administração Escolar e Educação Comparada	Lydia Semenow	Curitiba
Didática Geral	Imídeo Giuseppe Nérici (1960) Manoel Ferraz de Abreu <sup>136</sup> Jamil El-Jaick (1961)	São Paulo São Paulo Paraná
Didática Especial de Geografia e História	Paulo Fernando de Araújo Lago	Rio de Janeiro
Didática Especial de Letras	Maria Alice Farias	São Paulo
Didática Especial de Filosofia	Lydio Martinho Callado Júnior	São Paulo

Quadro 19: Cadeiras do Curso de Didática e Respetivos Professores.

Fonte: Livro – Relatórios dos Professores – 1956 a 1960.

A Didática oferecia cadeiras que eram comuns aos alunos oriundos dos diferentes cursos de bacharelado, independente da origem, todos tinham aulas na mesma turma (Quadros 19 e 20). A separação se dava com a cadeira de Didática Especial, em que eram discutidas as questões pedagógicas específicas das respectivas áreas:

Para a turma de Didática, contrataram outros professores. Eram professores de fora. O local do curso era outro, [...] na rua Nereu Ramos, onde tem uma escola alemã, tinha uma Igrejinha, do lado funcionava um Grupo Escolar [...]. Ali aconteceu o curso de Didática. A turma era bem grande, porque reuniam todos os [alunos]. O professor Paulo Lago é quem deu a Didática Especial de Geografia, a gente fez um estágio, [...] no Instituto Estadual de Educação que era ali no prédio velho aonde veio funcionar a Faculdade de Educação da UDESC.[...] (Informação verbal)<sup>137</sup>.

<sup>136</sup> Por não ter a graduação em Pedagogia, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Católica de Campinas, como tinha declarado, o professor foi demitido, conforme consta na Ata 43ª da Congregação em 24 de outubro de 1960.

<sup>137</sup> Arlene Maria Maykot Prates. Entrevista concedida em 4/9/2003.

Ingresso	Curso de Origem	Matriculados e Conclusão
1960	Geografia e História	Alba Maria da Silveira; José Warken Filho, Marly Anna Fortes Bustamante, Oswaldo José Fraga e Walter Fernando Piazza. <sup>(1)</sup>
	Geografia	Arlene Maria Maykot, Carlos Büchele Júnior, Lúcia Maria Corrêa Freyesleben, Victor Antônio Peluso Júnior. <sup>(1)</sup>
1961	Geografia	Ivone Alves de Oliveira, Lucia Maria Corrêa Freyesleben, Milton Digiácomo, Neide de Oliveira. <sup>(2)</sup>
1962	Geografia	Lúcia Maria Corrêa Freyesleben, Mariléia Cabral Pereira Oliveira, Marília Luiza Peluso. <sup>(3)</sup>
1963	Geografia	Norma Stael D'Âmpora, Odair Gercino da Silva. <sup>(4)</sup>
1965	Geografia	Albio Boing, Ester Tomelin, Gerusa Maria Duarte, José Afonso de Amorim, Judite Irene Manzolli, Mafalda Pereira Boing, Stella Maris Passerino, Telmo Luiz Luz. <sup>(5)</sup>

Quadro 20: Bacharéis do Curso de Geografia e Geografia e História que Compunham as Turmas de Didática – 1960 a 1965.

Fonte: Livro de Assentamento de Matrículas e Inscrição de Exame da Faculdade Catarinense de Filosofia, n° 1, 1955-1968.

Colaram Grau em: (1) 8/9/1961 - Alba Maria da Silveira, José Warken Filho, Marly Anna Forte Bustamante, Oswaldo José Fraga, Walter Fernando Piazza, Arlene Maria Maykot, Carlos Büchele Júnior, Victor Antônio Peluso Júnior e Lúcia Maria Corrêa Freyesleben\*; (2) 11/12/61 - Ivone Alves de Oliveira, Neide Almeida de Oliveira, Milton Digiácomo\*; (3) 11/12/62 - Mariléia Cabral Pereira Oliveira, Marília Luiza Peluso; (4) 11/12/63 - Norma Stael D'Âmpora, Odair Gercino da Silva; (5) 11/12/65 - Ester Tomelin, Gerusa Maria Duarte, Judite Irene Manzolli, Mafalda Pereira Boing\*, Stela Maris Passerino, Telmo Luiz Luz\*.

\* Alunos que não se formaram com a turma de origem.

A criação dos cursos de Didática e de Pedagogia possibilitou a discussão sobre o local de realização das aulas práticas que seriam ministradas pelos acadêmicos. Desde 1957, esta preocupação já se fazia sentir por parte da Direção da Faculdade, tanto que foi autorizada pelo governo do Estado, através do Decreto 515-A, de 2 de dezembro do referido ano, a utilização pelos alunos, dos respectivos cursos, das instalações do Grupo Escolar Dias Velho.

A necessidade de um lugar específico para ministrar aulas era decorrente de legislação federal que, por determinação do Decreto-Lei n° 9.053, de 12 de março de 1946, responsabilizava as Faculdades de Filosofia pela criação de local específico para a atuação prática dos alunos do curso de Didática, espaço este denominado, por força de legislação, de

Ginásio de Aplicação<sup>138</sup>. Embora vigente desde 1946, somente com a institucionalização dos cursos de Didática e Pedagogia, em 1960, é que se viu a Faculdade obrigada efetivamente a cumprir este determinante legal<sup>139</sup>.

Ao situarmos os atores sociais na dinâmica da Faculdade e especificamente na do próprio curso, procuramos dar destaques a aspectos centrais relativos ao lugar deste grupo no contexto em questão. Incorporar, na discussão tais elementos, oportunizou condições para podermos avançar, no capítulo que segue, na compreensão sobre as pesquisas realizadas pelo pessoal docente e discente e o relacionamento com a esfera governamental.

---

<sup>138</sup> Sobre o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, sugerimos a leitura das dissertações de SILVA (1989) e SENA (1987).

<sup>139</sup> O Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março 1946, através do seu artigo 12º, define que: ‘Nas Faculdades de Filosofia que venham a criar a partir da data da expedição do presente Decreto-Lei, os ginásios de aplicação deverão começar a funcionar a partir do ano em que haja alunos matriculados no curso de Didática’.

#### 4 UM “DIVISOR DE ÁGUAS” PARA A PESQUISA GEOGRÁFICA EM SANTA CATARINA

*Cada cidadão é “funcionário” se é ativo na vida social na direção traçada pelo Estado-governo, e torna-se muito mais “funcionário” na medida em que mais adere ao programa estatal e elabora-o inteligentemente.*

*Gramsci*

*Ora, não é possível pensar-se em administrar eficientemente um país cujo quadro territorial é tão defeitosamente estruturado e cujas condições físicas e políticas se mantém incógnitas. E nem mesmo a estatística nacional pode atingir a um satisfatório desenvolvimento enquanto a divisão territorial se mantiver nessa situação de obscuridade, incerteza e falta de racionalidade.<sup>140</sup>*

A inserção em âmbito estadual do ensino superior de Geografia representou de fato um elemento novo. A atuação de seu grupo intelectual na formação de bacharéis e licenciados, no desenvolvimento de pesquisas, bem como na oferta de cursos e eventos abertos à população em geral, constituiu ações fundamentais para a ampliação do conhecimento concernente ao espaço geográfico catarinense na sua dimensão física e humana. Quando nos referimos ao aspecto de ampliação deste conhecimento, estamos inferindo que antes da implantação do curso superior de Geografia, já haviam estudos que se preocupavam em caracterizar a potencialidade natural e humana do espaço geográfico catarinense (MIRA, 2000)<sup>141</sup>, porém, sem o devido tratamento científico, inerente a uma unidade de ensino superior, desenvolvido, por exemplo, pelos professores na Faculdade.

<sup>140</sup> Excerto da exposição dirigida a Getúlio Vargas, então Presidente da República, pelo presidente do IBGE em 15/12/37 (BRASIL, 1937).

<sup>141</sup> A autora chama atenção para o interesse, em torno do território catarinense – dos aspectos físicos e humanos – por parte dos viajantes europeus que por estas terras passaram ao longo do século XVI. Destaca, ainda, os relatórios administrativos e especializados, bem como os ensaios naturalistas com o intuito de sistematizar informações sobre as potencialidades do território. No século XIX, ressalta o papel do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), criado em 7/9/1896 (74º aniversário da Independência do Brasil), atrelado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que, como intelectual coletivo organicamente

Neste movimento crescente por uma Geografia científica, vinculada ao desenvolvimento de pesquisas, no âmbito estadual, temos em 1951 a criação da Faculdade Catarinense de Filosofia. É na Faculdade, com o seu curso de Geografia, que vamos ter a possibilidade de, ao reunir profissionais com formação específica e com interesse pelo desenvolvimento de pesquisas - com forte empatia relativa ao povo e ao território catarinense - processar estudos sistemáticos de caráter científico, em torno da(s) realidade(s) catarinense(s).

Já nos referimos, no capítulo anterior, a respeito do processo de composição dos profissionais que constituíram o primeiro instante do desenvolvimento da Geografia em nível superior em Santa Catarina. Destacamos a primeira fase deste processo com a coordenação do professor João Dias da Silveira e a existência do curso de Geografia e História. Com a vinda do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, em função do retorno do professor Silveira para São Paulo, num novo contexto em que a Geografia e a História constituíam-se em campos específicos do saber, iniciou-se a segunda fase do processo de organização do curso de Geografia, marcado pelo desenvolvimento de pesquisas por parte do corpo docente, numa aproximação com o aparelho de administração estadual e com a inserção do quadro discente em projetos desta natureza. Além das atividades de ensino e dos trabalhos de campo, que estimulavam nos alunos o desenvolvimento de uma postura de pesquisador, os docentes ultrapassaram os muros da Faculdade e colocaram seus conhecimentos na investigação e no tratamento científico em torno dos múltiplos aspectos da realidade catarinense.

Partindo destas questões, neste capítulo, discutiremos sobre a atuação do corpo docente na dinâmica modernizadora por qual passava o Estado de Santa Catarina. Atuando no desenvolvimento de pesquisas sobre a realidade catarinense, com ênfase no trabalho

---

ligado à interesses de Estado, propunha-se viabilizar “o desenvolvimento e conhecimento da geografia catarinense e, em outras áreas” (MIRA, 2000, p. 76-77)



organizado no Departamento Estadual de Geografia e Cartografia e na criação da seção local da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), estavam os docentes do curso em questão sendo chamados a contribuir no projeto modernizante que se apresentava no período em análise.

#### 4.1 A ARTICULAÇÃO COM O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA: CONHECENDO AS POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO CATARINENSE

O nacional-desenvolvimentismo enquanto política econômica governamental, viabilizada por Getúlio Vargas, propiciou condições para a criação de uma estrutura administrativa interessada em obter, ao máximo, o conhecimento a respeito da realidade socioeconômica brasileira, começando por uma detalhada compreensão acerca dos aspectos físicos e humanos do território nacional. Já nos referimos a esta questão, quando ao citarmos Ianni (1989), constatamos a criação de uma série de instituições, quase todas com a designação de “nacional” ou “brasileiro”, evidenciando assim o interesse no fortalecimento de uma nova identidade nacional, em oposição àquela vinculada à estrutura agrário-exportadora anterior a 1930.

A criação do Conselho Brasileiro de Geografia, posteriormente alterado para Conselho Nacional de Geografia, em 1937<sup>142</sup>, se deu para atuar sob duplo aspecto: “capacitar o Brasil para integrar a União Geográfica Internacional e ao mesmo tempo, coordenar as atividades geográficas nacionais” (DÉCIMO, 1947, p.141)<sup>143</sup>. Inicialmente, o CNG foi incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e, em 1938, ambos são organizados numa nova estrutura, o

---

<sup>142</sup> Criado pelo Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937.

<sup>143</sup> Artigo da Revista Brasileira de Geografia, intitulado “Décimo Aniversário do Conselho Nacional de Geografia”, 1947.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estavam lançadas desta forma medidas institucionais voltadas para garantir uma identidade nacional. A idéia do Brasil arquipélago (PEREIRA, 1997)<sup>144</sup> não constituía interesse do novo grupo hegemônico.

Conforme vimos no primeiro capítulo, a economia brasileira encontrava-se, na década de 1930 sob influência depressiva do “terceiro Kondratieff”, restando, desta forma, o incremento de ações que garantissem o desenvolvimento nacional a partir do investimento em seu dinamismo interno, já que o mercado internacional recessivo não oferecia possibilidades de crescimento para as economias periféricas. Conforme Pereira (1997, p. 259), à “recessão mundial o Brasil responde agora com uma substituição industrial de importações que para se desenvolver e consolidar necessita de medidas que impulsionem a unificação, rompendo as barreiras regionais”. Assim, conhecer o território brasileiro identificando suas potencialidades, para nele, poder criar ações com vistas a reordenação econômica, constituía tarefa de amor à pátria, cabendo, portanto, aos Estados da Federação o esforço nesta direção.

O CNG estimulou a criação, nos Estados, de serviços geográficos com o propósito de realizar levantamento das realidades locais através da elaboração de mapas, estudos de Geografia regional, demarcação de limites intermunicipais, bem como a publicação de trabalhos de natureza científica e pedagógica sobre seus respectivos territórios. Os objetivos dos departamentos estaduais variavam conforme as especificidades locais, no entanto, o que os unificava era um programa de trabalho voltado a fornecer informações ao Conselho Nacional, de um Brasil, que necessitava conhecer-se e teria na Geografia amplas bases para tal tarefa. Vale lembrar que as Faculdades de Filosofia até então existentes trabalhavam para a

---

<sup>144</sup> A autora destaca que a economia brasileira apresentou, até a década de 1930, aspectos de arquipélago em função da sua fragmentação pelos espaços regionais. Segundo a autora: “Diante da fragilidade das ligações internas, os mercados regionais detinham uma importância muito maior que o embrionário mercado nacional” (p.199). Em outra passagem afirma que a “configuração de ‘arquipélago’, que prevalece até os anos 30, expressa o papel de destaque das atividades agroexportadoras no contexto brasileiro [...]” (p. 253).

formação do profissional da Geografia, o que conferia aos trabalhos propostos maior rigor científico.

No Estado de Santa Catarina, a criação do serviço geográfico, seguindo orientação nacional, tem sua primeira forma em 1940, quando da realização do IX Congresso Brasileiro de Geografia, em Florianópolis, no período de 7 a 16 de setembro<sup>145</sup>. Contando com a presença de autoridades civis e militares, bem como de estudiosos especialmente ligados à Geografia, foi assinado pelo então Interventor Federal, Nereu Ramos, o Decreto nº 476, de 16 de setembro de 1940, definindo no seu artigo 1º a criação do “Serviço Geográfico na Diretoria de Terras e Colonização”<sup>146</sup>, que passará a denominar-se – Diretoria de Geografia e Terras, [e] instalar-se-á a 1º de janeiro de 1941”.(CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1940, p. 181).

Nascia, desta forma, o serviço geográfico catarinense sob os desígnios nacionalistas do Estado Novo, tendo como berço o Congresso Brasileiro de Geografia, igualmente, caracterizado por forte nacionalismo. Tal atributo pode ser compreendido através de duas ações colocadas em prática pelos organizadores do acontecimento: uma relacionada a escolha

---

<sup>145</sup>De acordo com Evangelista (2002, 2003), os Congressos Brasileiros de Geografia representaram iniciativa da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, fundada a 25 de fevereiro de 1833. Constituída por “distintos senhores do Império”, tinha esta Sociedade como objetivos, “o estudo, discurso, investigação e exploração científica da Geographia nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressões e aplicação; e como especialidade o estudo e conhecimento dos factos e documentos concernentes á Geographia do Brazilo”. O surgimento desta sociedade foi impulsionado por um “surto de nacionalismo”, que colocava a tarefa do conhecimento sobre o espaço brasileiro, a partir de uma perspectiva geográfica, diferentemente do IHGB. Importante é destacar que os primeiros participantes não eram geógrafos, mas compunham membros de uma elite nacional, representados por fazendeiros, militares, dentre outros. Hoje, esta organização é denominada de Sociedade Brasileira de Geografia. Ainda sobre os Congressos, destacamos que a partir da década de 1940, coube ao IBGE a tarefa de realizá-los. O primeiro deles, de acordo com os Anais do IX Congresso (1940), aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1909, seguido por São Paulo (1910); Curitiba (1911); Recife (1915); Salvador (1916); Belo Horizonte (1919); Paraíba (1922), Vitória (1926) e Florianópolis (1940).

<sup>146</sup>A discussão em torno de onde seria organizado o serviço geográfico, já vinha acontecendo antes da realização do Congresso. A Diretoria de Terras e Colonização, em função da diminuição dos serviços de terras no Estado, sua maior finalidade, e por possuir corpo técnico habilitado, instrumentos e dotação orçamentária, foi o órgão indicado, para num processo de alteração de função administrativa, assumir os trabalhos geográficos. Aspectos desta discussão aparecem em carta enviada pelo governo do Estado, em 31/05/1939, ao presidente do CREA. Conforme Resolução 232, de 21/7/41, da 4ª sessão da Assembléia Geral do CNG, em 1941, ano definido para o início das atividades geográficas do CNG em Santa Catarina, existiam serviços geográficos nos Estados do Acre, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como no Distrito Federal. As demais unidades da federação apresentavam apenas departamentos de estatística.

do presidente de honra do evento, Getúlio Dornelles Vargas; outra, uma frase que colocada na porta do Instituto de Educação, principal local de realização do Congresso, assim expressava: ‘Felizes os que trabalham pela pátria’, mostrando os propósitos da sua realização na Capital catarinense.

Embora anunciada para ser instalada em 1941, a Diretoria de Geografia e Terras só o foi em 31 de outubro de 1945, com a designação de Departamento Estadual de Geografia e Geologia (DEGG)<sup>147</sup>. Em 1946, através do Decreto-Lei 240, de 14 de outubro, o Interventor Federal, Udo Deeck, reorganiza o DEGG, que passou a denominar-se Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC). Uma vez constituído, o referido setor passou a integrar o Diretório Regional, órgão do Conselho Nacional de Geografia, que possuía o objetivo de dirigir a coordenação dos serviços geográficos. No Estado de Santa Catarina, o referido Diretório foi criado pelo Decreto nº 2, de 23 de setembro de 1937, compondo-se, conforme o artigo 3º, do Decreto nº 29, de 11 de setembro de 1956, da seguinte forma:

- a) O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, que será o seu Presidente nato; b) O Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, que será o secretário nato e substituto legal do Presidente; c) Os chefes de seção do D.E.G.C; d) Os representantes dos órgãos estaduais que mantiverem íntima relação com os trabalhos geográficos, estatuída em decreto especial do poder executivo; e) Os representantes dos Estados Maiores da Região Militar, do Distrito Nacional, da Zona Aérea e da Polícia Militar do Estado; f) Os representantes dos órgãos do sistema regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anote-se que o DEGC, representava engrenagem fundamental em toda a máquina burocrática do CNG, já que tinha a responsabilidade de execução, na esfera estadual, dos trabalhos de campo e decorrentes desdobramentos, com vistas ao conhecimento do território catarinense.

---

<sup>147</sup> Decreto-Lei nº 941, de 31/10/45.

Desde sua instalação definitiva até 1953, o DEGC teve como diretor o, então, engenheiro-geógrafo, Victor Antônio Peluso Júnior<sup>148</sup>. A partir daí o cargo foi assumido pelo também engenheiro-geógrafo, Carlos Büchele Júnior, em virtude de Peluso Júnior ser chamado pelo governador Irineu Bornhausen para atuar na Secretaria da Agricultura e na coordenação do Plano de Obras e Equipamentos.

Embora afinado com os interesses da administração estadual o DEGC, no período em que foi coordenado por Peluso Júnior, preocupava-se não somente com as questões da máquina burocrática. Estava o citado Departamento também disposto a divulgar as pesquisas para quem se interessasse em acompanhar os trabalhos. Assim, é que edita o ‘DEGC - Boletim Geográfico’<sup>149</sup>, que surge para ‘vulgarizar os relatórios da secção de estudos geográficos do [DEGC], evitando que essas peças da rotina de um serviço técnico fiquem

---

<sup>148</sup> “[...] Nasceu em Florianópolis em 1909. Em Florianópolis [estudou no] Instituto Politécnico onde diplomou-se Engenheiro-geógrafo. Ingressando no serviço público estadual, em 1933 foi Inspetor de Terras e Colonização do Estado, o que lhe proporcionou grande vivência das características geográficas de Santa Catarina, pois teve que percorrer praticamente todo o território catarinense. No ano seguinte, durante a administração do interventor Aristiliano Ramos (1933-1935), foi nomeado Diretor da mesma repartição. Em 1940 foi nomeado Engenheiro do Conselho Nacional de Geografia, com sede no Rio de Janeiro, para a Campanha de Coordenadas Geográficas, da qual participou até 1946, quando foi nomeado Geógrafo do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Dirigiu este órgão de 1946 a 1953. Durante a administração do Governador Irineu Bornhausen (1951 a 1956), Victor Peluso foi Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura (nomeado em 1953), e respondeu, interinamente, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (1954). No governo de Heriberto Hülse (1958 a 1961), ocupou as Secretarias de Educação e Fazenda. Foi, ainda, Presidente da Comissão de Energia Elétrica (1955) e Secretário Geral do Plano de Obras e Equipamentos do Estado, equivalente a Secretário de Estado (1957). Victor Peluso foi representante de Santa Catarina na Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai, de 1951 a 1960, e representante do Estado no 1º Congresso Florestal Brasileiro (1953). Em 1949 partiu para os Estados Unidos onde participou do Curso de Especialização em Geodésia, no Coast and Geodetic Survey, em Washington, D.C. Com a instalação da Faculdade Catarinense de Filosofia [...] em Florianópolis, na década de 50, Peluso ingressou no Curso de Geografia [1956-1958], licenciando-se nesta ciência em 1961. No magistério, Peluso dedicou-o exclusivamente ao ensino de Geografia, na Faculdade Catarinense de Filosofia e na Faculdade de Serviço Social, ambas depois integrantes da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim chegou a professor Titular em 1968, Livre Docente em Ciências Humanas em 1976, Doutor em Ciências Humanas no mesmo ano e Professor Emérito da Universidade Federal de Santa Catarina em 1983. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que presidiu durante muitos anos, Peluso [...] foi presidente da [Associação dos Geógrafos Brasileiros] de 1965 a 1966, e da União Geográfica Internacional [...] no período de 1956 a 1966, quando [participou da comissão organizadora do] XIX Congresso Internacional de Geografia, reunido em Estocolmo, Suécia (1960)” (CURRICULUM VITAE, 1909-1994). Peluso Júnior teve intensa vida intelectual onde publicou muitas obras e artigos em periódicos. Faleceu em Florianópolis em 1994.

<sup>149</sup> Estão disponíveis na biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina os seguintes volumes: 1947 (ano 1, nº 1 e 2); 1948 (ano 2, nº 3 e 4); 1949 (ano 3, nº 5 e 6) e dois números especiais.

esquecidas em arquivos” (APRESENTAÇÃO, 1947a)<sup>150</sup>. Refletindo sobre a questão das publicações periódicas, Gramsci destaca que,

Individualmente, ninguém pode acompanhar toda a literatura publicada sobre um grupo de assuntos e nem mesmo sobre um só assunto. O serviço de informação crítica, para um público [...] que se inicia na vida cultural, sobre todas as publicações a respeito do grupo de assuntos que mais possa interessá-lo, é um serviço obrigatório. Assim como os governantes têm uma secretaria ou uma assessoria de imprensa, que periódica ou cotidianamente os mantêm informados sobre tudo o que se publica e que lhes é indispensável conhecer, assim também deve proceder a revista para com o seu público. Fixará sua tarefa, estabelecerá seus limites, mas esta será sua tarefa; isto requer, porém, que se dê um corpo orgânico e completo de informações: limitado, mas orgânico e completo. [...] o importante é que seja um estímulo para todos [...] (GRAMSCI, 2000, pp. 241-242).

O intelectual interessado em socializar ao maior número de pessoas o resultado das novas descobertas, na verdade, estabelece novos nexos de relações que, em geral, sem ter clara consciência do processo, aponta elementos que podem contribuir para a construção de uma outra lógica social. Ao entender o “Boletim Geográfico” como instrumento eficiente de difusão cultural, estava o professor Peluso indicando esta possibilidade. Observe-se ainda que o mesmo se reporta ao trabalho editorial em questão como um “programa de socialização da geografia” (APRESENTAÇÃO, 1947b), ou seja, num período em que a grande maioria dos professores se caracterizavam por serem autodidatas, não possuindo, portanto, a formação específica, a presença de uma publicação como esta indicava uma certa direção qualitativa sobre o ensino de Geografia. A bem da verdade este material provavelmente não possuía abrangência suficiente para garantir o acesso a todos, porém, constituía possibilidade de ação transformadora.

O Departamento Estadual de Geografia e Cartografia e o curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, desde 1955, criaram vínculos de forte organicidade que se estenderam até meados da década de 1970, quando da extinção do órgão estadual. A vinda

---

<sup>150</sup> Na Apresentação do primeiro número do “DEGC – Boletim Geográfico”, 1947.

do professor Carlos Augusto estabeleceu as primeiras condições para esta vinculação. O principal elemento que deu o amálgama necessário entre o DEGC e o curso de Geografia foi a parceria no desenvolvimento das pesquisas, que os aproximava em seus objetivos. Assim é que, por exemplo, como veremos no próximo item deste capítulo, houve a parceria na produção do segundo Atlas Geográfico de Santa Catarina, aliando-se o pessoal técnico ao conhecimento científico dos professores-geógrafos da Faculdade, bem como ao dos seus alunos.

A aproximação de objetivos ampliou-se de tal forma que, em 1960, houve a tentativa de anexar o DEGC ao curso de Geografia da Faculdade (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1960)<sup>151</sup>, que, segundo Mira, “não se consumou por entraves burocráticos e administrativos. Acho eu que eles queriam transferir apenas o pessoal técnico e não o administrativo. Não houve entendimento. A parte administrativa teria que ser absorvida por outro órgão do Estado”<sup>152</sup> (Informação verbal). Porém, lembra Silva (2004)<sup>153</sup>, que,

[...] no início da década de 60, quando o prof. Cabral assumiu a Direção da Faculdade [...], teve a intenção de incorporar o DEGC ao curso de Geografia com os seguintes propósitos: 1) dotar o Curso de Geografia de um suporte técnico (pessoal especializado, equipamento apropriado e acervos cartográfico, aerofotogramétrico e bibliográfico) fundamental à melhoria do nível de qualidade do curso de Geografia; 2) garantir o pleno acesso, por parte dos professores e alunos dos cursos de Geografia e História, aos acervos geográficos e históricos do DEGC. [Destaca ainda que] o professor Oswaldo Cabral conseguiu transferir para a UFSC (setor de documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) quatro cartógrafos (Waldir Fausto Gil, Hélio Amaral Lang, Célio Medeiros e Osmar Manoel Coelho) e um impressor em of-Set (José Geraldino do Espírito Santo).

Ainda que não acontecesse formalmente a fusão, evidenciou-se um intenso trânsito de profissionais e estudantes entre uma instituição e outra. Ao longo do período 1950-1960, os

<sup>151</sup> Na Ata 46<sup>a</sup> da Congregação da Faculdade Catarinense de Filosofia, 1/12/60.

<sup>152</sup> Marly Anna Fortes Bustamante Mira. Entrevista concedida em 7/10/2003.

<sup>153</sup> No questionário aplicado em janeiro de 2004.

professores de Geografia, da Faculdade de Filosofia, passaram a exercer funções, ou, colocaram-se como colaboradores no DEGC, sem, no entanto, desligarem-se da Faculdade. Este foi o caso, no tocante a criação de vínculos funcionais, do professor Takeda, que, como já salientamos, tornou-se geólogo daquela instituição em 1956 e do professor Paulo Lago, na função de geógrafo; sem contar o professor Carlos Augusto, que já participava do órgão estadual por estar à disposição. Quanto aos discentes, era comum a participação nas pesquisas de campo do DEGC,

pois uma boa parte dos técnicos do DEGC, entre geógrafos e geólogos, pertencia ao quadro de professores do curso de Geografia e estes tinham interesse que os alunos participassem das pesquisas [...]. Uns eram funcionários do DEGC (eu, César de Melo Cardoso, João Batista Matos) e também participavam das pesquisas diversos alunos que mantinham maior frequência ao DEGC, a exemplo de Neide Oliveira de Almeida, Milton Digiácomo, Marília Peluso e outros (SILVA, 2004).<sup>154</sup>

Apesar das modificações de ordem institucional, ocorridas a partir de 1960, em que a Faculdade Catarinense de Filosofia foi incorporada à nascente Universidade de Santa Catarina e do desligamento do professor Carlos Augusto do corpo docente da Faculdade, a ligação DEGC-Curso de Geografia se manteve. A vinculação, quase molecular, estava construída. De um lado, alguns professores pertenciam ao quadro técnico do Departamento, e, de outro lado, dispunha o órgão estadual de material cartográfico, aerofotogramétrico e de equipamentos técnicos indispensáveis ao pleno desenvolvimento do curso.

Esta forte aproximação institucional, mediatizada por interesses oficiais e profissionais (considerando assim o envolvimento dos docentes e discentes do curso), promoveu intenso trabalho que colocou em outro patamar os estudos de Geografia no Estado, sobretudo, como veremos a seguir, com a produção do Atlas de Santa Catarina em 1958.

---

<sup>154</sup> No questionário aplicado em janeiro de 2004.



#### 4.1.1 O Atlas Geográfico de Santa Catarina

Com a vinda do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e sua vinculação com o serviço geográfico estadual, do CNG, novo horizonte se apresentava para a recente estrutura do curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia. O professor Monteiro, interessado que estava em exercer o magistério superior em Florianópolis, tratou de pedir exoneração do IBGE, do qual fazia parte do quadro de geógrafos. Foi, no entanto, orientado para, ao invés da exoneração, solicitar que seu cargo ficasse à disposição do

Departamento de Geografia e Cartografia que funciona muito bem, [e que] foi dirigido pelo Victor Antônio Peluso Júnior que já era um geógrafo que tinha renome no Rio de Janeiro [...], uma pessoa extremamente simpática e naquele momento estava como secretário do governo Bornhausen (Informação verbal)<sup>155</sup>.

Assim sendo, em outubro de 1955, inicia o professor Carlos Augusto, concomitantemente, as atividades de docente na Faculdade e as de geógrafo no DEGC, que, como já nos referimos, era dirigido pelo engenheiro-geógrafo Carlos Büchele Júnior<sup>156</sup>. O Departamento era, nas palavras do professor Carlos Augusto,

bem instalado, funcionando exatamente, no local onde hoje é o Floph Hotel. Era uma residência de família, [...] tinha uma biblioteca excelente, coisas que o Peluso fez quando esteve nos Estados Unidos, fazendo estágio [...]. Tinha uma boa biblioteca, com alguns clássicos da Geografia que o pessoal trabalhava (Informação verbal)<sup>157</sup>.

<sup>155</sup> Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Entrevista concedida em 30/05/2003.

<sup>156</sup> Neste período, o diretor do DEGC, não era geógrafo de formação. Quando da criação do DEGC, a composição do pessoal técnico era essencialmente de engenheiros-geógrafos, formados pelo Instituto Politécnico de Florianópolis, num total de sete profissionais. Com a criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, Carlos Büchele Júnior e Victor Antônio Peluso Júnior, mesmo já sendo reconhecidos pela notoriedade de seus trabalhos na área da Geografia, que conferiam a eles respeito acadêmico, foram aprovados no vestibular e realizaram o curso de Geografia e de Didática.

<sup>157</sup> Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Entrevista concedida em 30/05/2003.

Em função da sua formação em Geografia, foi convidado a coordenar a execução do programa de elaboração de um novo Atlas do Estado de Santa Catarina. Já em 1955, o DEGC publicava o ‘Pequeno Atlas de Santa Catarina’, com siderado, pelos próprios editores um caderno muito elementar. O projeto de compor um trabalho mais amplo teve condições para ser viabilizado com a presença do professor Monteiro, naquele momento, em Florianópolis.

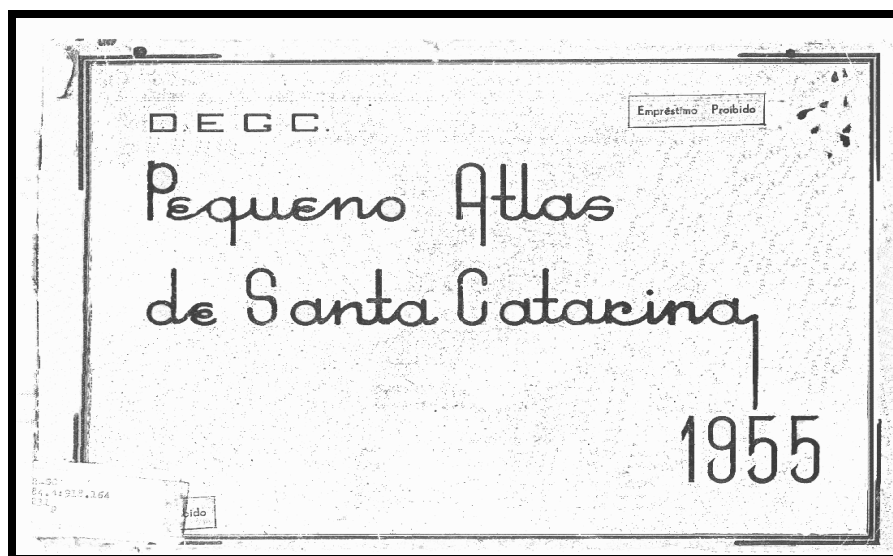


Figura 7: Atlas Geográfico de Santa Catarina - 1955

Fonte: ATLAS de Santa Catarina. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1955.

Note-se que um outro quadro nacional se desenhava, o desenvolvimentismo agora estava mais aberto ao capital internacional, principalmente, como já vimos no primeiro capítulo, dos Estados Unidos. Esta maior vinculação com o centro dinâmico da economia mundial não se deu por obra do acaso, antes, foi resultado das condições apresentadas na fase ‘a’, do 4º Kondratieff, na qual os países centrais estavam vivendo um período de expansão econômica. Em pleno vigor da Guerra Fria, os Estados Unidos intensificam ações no sentido de ampliar sua hegemonia sobre o mundo, especialmente, na América Latina. O ‘auxílio’ econômico às nações periféricas decorria do desenvolvimento de estratégias por parte destes países, da prática do planejamento que, como vimos, foi a partir do governo

Bornhausen estimulado com o Plano de Obras e Equipamentos (POE), bem como com a criação da Secretaria da Fazenda e da Bolsa de Valores, que assegurariam o investimento seguro do capital estrangeiro.

Afinal, qual a relação entre as questões anteriormente levantadas com as ações do curso de Geografia e o DEGC no levantamento da realidade física e humana de Santa Catarina? Bem, obviamente, o DEGC não constituía um órgão de planejamento, ao menos naqueles moldes do POE. Representava, no entanto, importante centro de informações acerca da realidade catarinense, que interessava sobremaneira aos administradores estaduais na implementação de seus projetos. Planejar em quais bases? Por onde começar? O DEGC e a aproximação com o curso de Geografia estavam dando elementos para o aparelho governamental refletir sobre as condições de desenvolvimento nas quais vivia Santa Catarina.

O DEGC, gerado no Estado Novo, sob o olhar de Nereu Ramos, sobrevive ao fim das interventorias, encontra, na gestão de Aderbal Ramos da Silva, condições muito próximas do período anterior e, com o governo Bornhausen - o "outro lado da moeda" do domínio oligárquico no Estado -, vê asseguradas as condições de trabalho. Como explicar esta sobrevivência?<sup>158</sup> A resposta está, possivelmente, na necessidade que cada governante possui de conhecer a realidade do espaço geográfico que vai administrar e, desta forma, viabilizar um determinado plano de ação para o seu mandato, como podemos destacar da Mensagem

---

<sup>158</sup> O Departamento Estadual de Geografia e Cartografia foi extinto em 1977 na gestão de Antonio Carlos Konder Reis. Antes da sua extinção, o Decreto/N-GGE-06-0675/nº 411, no seu artigo 4º, vinculou à Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA). Através da Lei nº 5.295, de 19 de abril de 1977, que "Altera a Lei nº 5.089, de 30 de novembro de 1975, dá outras providências", no seu artigo 3º: "Ficam extintos os seguintes órgãos autônomos: I-[...]; II - Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, passando suas atribuições à competência da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio-Ambiente." Questionado sobre a extinção do órgão, Peluso Júnior relata não conhecer as razões de tal ato e explica que "[...] na mesma ocasião desapareceu o Departamento Estadual de Estatística. Qualquer que tenha sido a causa, no fundo, ela é fruto do desaparecimento do entusiasmo que elevou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística à brilhante situação dos primeiros anos de sua existência. A mudança na Filosofia do IBGE, atualmente Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, teve reflexo na falta de apoio aos órgãos estaduais de Geografia e Estatística, muitos dos quais fecharam, como em Santa Catarina" Ver PELUSO JÚNIOR Revista Geosul, nº 1, 1986, p.10. Para Odair Gercino da Silva (Questionário, 2004), então, Diretor do DEGC quando da sua extinção, esta ocorreu "para atender um programa de compactação administrativa por questões de contenção de recursos financeiros. Além

enviada à Assembléia Legislativa por Irineu Bornhausen, que aponta o DEGC e o Departamento Estadual de Estatística (DEE) como “órgãos de real importância para a economia do Estado: [...]. Ambos serão objetos de melhor atenção do Governo, que procurará organizar seus serviços de modo que, cada vez melhor, atendam suas finalidades” (SANTA CATARINA, 1951).

Além da importância institucional-estratégica apontada, destacamos o interesse na manutenção de determinados intelectuais em áreas da administração estadual, determinada pelo aparelho de Estado, como uma questão fundamental. Neste aspecto, referimo-nos ao engenheiro-geógrafo Peluso Júnior, que, atuando na direção do DEGC desde sua criação, foi chamado a exercer função de coordenação do POE principalmente por apresentar características que interessavam à “nova” estrutura de poder. Com uma produção intelectual considerável sobre Santa Catarina, é “natural” que, continuasse ligado às atividades na esfera burocrático-administrativa, mesmo diante da “nova” configuração política dada pela UDN na administração estadual. Segundo o próprio Peluso Júnior:

Era Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia quando, na eleição de 1950, o Partido Social Democrático (PSD) perdeu a eleição para a União Democrática Nacional (UDN). Subiu ao Governo o Sr. Irineu Bornhausen. Conhecedor de administração, o novo Governador sabia que mudança repentina de toda a equipe que se encontrava nos postos do segundo escalão para baixo criaria grave perturbação no serviço público. Dessa forma conservou os diretores e chefes de seção que encontrara. Entre eles estava o diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, filiado ao PSD. [...] Minha posição no governo, se inicialmente provocou reações contrárias, foi depois normal, porque a classe política estava habituada a ver em mim, apenas, um homem dedicado ao trabalho, sem qualquer pretensão política. Naturalmente todos sabiam que era filiado ao PSD, mas isso nada representava porque nunca tomara atitude política. Mais tarde ingressei na UDN, de que fui Secretário Geral, porém nenhum político temeu que lhe disputasse o espaço eleitoral.<sup>159</sup>

---

do DEGC, foram extintos outros órgãos técnicos como o Departamento de Estatística, Diretoria de Caça e Pesca e outros”.

<sup>159</sup> Victor Antônio Peluso Júnior. Entrevista concedida à Revista Geosul, nº 1, 1986, p. 97-98.

A manutenção da estrutura do DEGC, neste contexto político, deu condições para, além dos trabalhos rotineiros do Departamento, a publicação em 1955 do já citado primeiro Atlas de Santa Catarina. Diante das dificuldades técnicas e da obtenção de dados concernentes ao período, na apresentação feita do Atlas pelo então diretor, Carlos Büchele Júnior, foram destacadas as lacunas existentes, principalmente, em relação à Geografia humana e econômica, e que acolheria aquele Departamento “toda e qualquer cooperação, especialmente de geógrafos, a fim de apresentar, no futuro, uma visão geral ainda mais próxima da realidade geográfica catarinense”. A aspiração de uma nova publicação, aconteceu com o envolvimento do quadro docente e discente do curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia a partir de 1956. É neste sentido que, na Mensagem de 1957, o governador Jorge Lacerda, ao apresentar o plano de trabalho traçado pelo Departamento, enfatiza que

os técnicos do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, em conjunto com os alunos do curso de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, segundo êsse plano estabelecido, vêm desenvolvendo pesquisas de campo com o objetivo de ampliar os conhecimentos geográficos do território catarinense para a organização de um novo “pequeno Atlas” [...] (SANTA CATARINA, 1957).



Figura 8: Atlas Geográfico de Santa Catarina - 1958

Fonte: ATLAS de Santa Catarina. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1958.

Também na citada Mensagem, verificamos que a produção dos Atlas, sobretudo, o de 1958, constituiu na verdade um trabalho de conhecimento sobre a Geografia de Santa Catarina, ainda não realizado com esta dinâmica e participação de profissionais geógrafos. Observemos outros aspectos abordados pelo documento governamental:

Sob direção do geólogo Francisco K. Takeda estão sendo realizados estudos geológicos do território catarinense. Iniciou-se [a] coleta de amostras de rochas, bem como determinação de estruturas litológicas na Ilha de Santa Catarina; estas amostras deverão servir para a instalação de um pequeno museu geológico, petrológico e mineralógico.

[Realização de] estudos populacionais para elaboração do novo Atlas de Santa Catarina: - Marcha do povoamento: Crescimento. Distribuições geográficas. Densidade; - Estudos de Geografia agrícola e agrária: mapeamentos. Mapa do uso da terra. Mapa de propriedades rurais. Sistemas agrícolas; - Estudos de Geografia econômica: Delimitações das regiões geoeconômicas do Estado. Representação cartográfica e gráfico dos produtos básicos da economia do Estado.

[...] Esta grande ilha que constitui a maior parte do município da Capital, a despeito de oferecer temas interessantes à pesquisa geográfica, apresenta ainda uma grande pobreza bibliográfica. Neste mister e com a colaboração dos alunos [do curso de Geografia] da Faculdade Catarinense de Filosofia realizaram excursões de estudo na sua parte meridional. Graças a observação direta, inquéritos, coleta de documentário fotográfico, etc., reuniu-se boa documentação que, auxiliada pela análise de fotografias aéreas existentes do Departamento, permitiu o esboço de um mapa do uso da terra naquela região.

[...] Ainda com a colaboração de alunos [do curso de Geografia] da Faculdade Catarinense de Filosofia realizou-se uma excursão de observação geográfica linear [ao município de Laguna], cujos resultados foram bastante favoráveis [...]

O trabalho do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia foi apresentado na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia de 1958, por Carlos Büchele Júnior, assim manifestado na imprensa local:

[...] A participação do representante catarinense no Conselho Nacional foi de grande destaque, merecendo por parte dos representantes dos demais Estados uma homenagem tãda especial pois é o Estado de Santa Catarina o único da União que possui um Atlas Geográfico completo do Estado. Este Atlas que é bem mais completo e atualizado do que o primeiro lançado em 1955 pelo

DEGC, encontra-se em fase final de impressão e está sendo elaborado pelo Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, sob a direção de competentes geógrafos e mais a colaboração de professores da Faculdade Catarinense de Filosofia, setor geográfico, bem como uma equipe capacitada de topógrafos, cartógrafos e desenhistas do referido Departamento (SANTA CATARINA, 1958)<sup>160</sup>.

Evidenciado como “um dos maiores lançamentos geográficos em todo o Brasil” (O ATLAS, 1958)<sup>161</sup>, o trabalho desenvolvido em terras catarinenses serviu de incentivo ao IBGE, que “adotou a política de estimular para que os Estados tivessem Atlas também. Mas esse pioneirismo cabe a Santa Catarina, depois disso é que começaram a fazer, o Atlas do Ceará, e outros” (Informação verbal)<sup>162</sup>.

Estariam assim os docentes e discentes colaborando com uma dada concepção de desenvolvimento, na qual o conhecimento das especificidades regionais tornaria possível a compreensão do todo num esforço de busca e afirmação da unidade nacional. Ao mesmo tempo em que estes profissionais e seus alunos atuavam no âmbito estadual para dotar a estrutura governamental de instrumentos com vistas à realização de seus projetos, estariam também trabalhando para a ampliação do acesso dessas informações para a população em geral. Tanto o curso superior de Geografia como os outros níveis de ensino, através dos seus professores e alunos, também se instrumentalizavam com vistas à transformação social, mesmo que não fosse este o objetivo e interesse do Estado naquele momento histórico, porquanto

[...] a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade (SAVIANI, 1985, p. 68).

---

<sup>160</sup> No Jornal O Estado, 7/8/58, p. 8.

<sup>161</sup> No Jornal O Estado, 7/8/58, p. 8.

<sup>162</sup> Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Entrevista concedida em 30/05/2003.

A este respeito, por exemplo, ressaltamos a atuação dos professores da Faculdade e especialmente os de Geografia, no programa da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, instituída em 1953, no âmbito do recém criado Ministério da Educação e Cultura. Os professores, oriundos do interior do Estado, se dirigiam à Florianópolis com vistas a participação nos cursos oferecidos pelos docentes da Faculdade, para então realizar o chamado exame de suficiência, condição para continuarem lecionando no magistério catarinense. A massificação da formação em serviço dos professores leigos, articulada pela CADES, não impediu a reflexão crítica, sobre o significado da Geografia e o contato destes, com o que existisse de novo neste campo. O significado desta questão é assim interpretada:

Enquanto alunas do Curso Normal, nós começamos a assistir provas de didática das pessoas que faziam curso de aperfeiçoamento do ensino secundário com os professores da Faculdade, e aí o nível de exigência [...] era muito grande. Os nossos professores eram sabatinados na nossa frente. Era um nível de exigência que os deixava [...] em situação bem difícil perante os alunos, que éramos nós. Isso repercutiu muito na qualidade [de suas aulas], pois eles passaram a ter que estudar mais, para fazer esta prova. Quando os professores não chegavam ao mínimo que [a] banca exigia eles não faziam a prova final e eram recomendados a fazer mais um curso para depois então fazer as provas e tirar o registro definitivo, neste caso, ganhavam um registro provisório. Muitos professores ficaram só no registro provisório [...]. Era uma nova exigência do Ministério à formação, que como não existiam Faculdades de Filosofia suficientes, então faziam os chamados cursos da CADES. O curso de Geografia [influenciava] na formação dos alunos da Faculdade, e dos professores [em serviço]. Vinham docentes do Estado inteiro, as vezes reuniam mais de 200 [...]. Isto significava quase um ensino universitário, porque eles vinham fazer o curso, e se não indicados para a prova final, faziam outro curso. As vezes passavam por três cursos, ora, logicamente que na terceira vez, se ele queria realmente se dedicar à Geografia ele acabava estudando durante o ano inteiro para vir fazer este curso e depois fazer a prova, já com uma bibliografia que os professores tinham dado para ele.[...].<sup>163</sup>

Evidentemente que as transformações sociais não acontecem imediatamente. Os primeiros trabalhos de constituição do curso de Geografia em nível superior e as conseqüentes

---

<sup>163</sup> Neide Oliveira de Almeida. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2003.



pesquisas, muitas das quais decorrentes da produção do Atlas de 1958, são as bases de um movimento maior de organização da Universidade e consequente ampliação do conhecimento. Mesmo estruturados para atender as demandas do próprio capitalismo, contraditoriamente a esta lógica, possibilitaram emergir elementos para a transformação crítica das consciências, e “as consciências são os sujeitos que atuam na prática social. E será o conjunto da prática social que gerará a transformação da sociedade” (OLIVEIRA, 1994, p. 118). O próprio Atlas de 1958, que não era considerado do tipo escolar, foi colocado à disposição das escolas secundárias, para subsidiar o trabalho dos professores, evidenciando uma preocupação qualitativa em relação às carências deste nível de ensino.

Através do Quadro 21, fica evidente como foi fundamental a participação dos docentes na organização de pesquisas para a execução do Atlas de 1958.

Organizado em cinco eixos temáticos – “o meio”, “o homem”, “o habitat”, “a economia” e “a circulação e comércio” –, com uma introdução abrangendo aspectos relacionados à posição geográfica, divisão territorial, divisão regional e apresentando um mapa geral do Estado, o Atlas aponta determinados interesses teóricos de cada profissional, que constatamos se manteve, em geral, ao longo de suas trajetórias acadêmico-profissionais. Como pode ser observado, alguns professores realizaram incursões temáticas mais amplas, abrangendo vários eixos temáticos, como foi o caso do professor Monteiro, explicável, em grande medida, por ser ele o coordenador do projeto.

Eixo Temático	Organização	Representação Cartográfica
I- O MEIO -Esboço Hipsométrico  -Esboço geológico de Santa Catarina  -Hidrografia, esboço geomorfológico, circulação atmosférica e os tipos de tempo, análise dos elementos do clima, tipos climáticos e esboço da vegetação original	Carlos Augusto Figueiredo Monteiro  Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e Francisco Kasuhiko Takeda  Carlos Augusto Figueiredo Monteiro	Odair Silva  Waldir Mira Odair Silva e Waldir Mira  Célio Medeiros, Osmar Coelho e Odair Silva
II- O HOMEM -Distribuição geográfica da população, análise qualitativa da população, crescimento da população, população urbana e suburbana, população rural, povoamento (séculos XVII e XVIII), colonização (século XIX - Alemã) Colonização Italiana  -Endemias rurais -Distribuição dos estabelecimentos de ensino	Valdir Fausto Gil (assistente) e Carlos Augusto Figueiredo Monteiro  Walter Fernando Piazza  Paulo Fernando de Araújo Lago Marly Anna Fortes Bustamante	Osmar Coelho Odair Silva  Osmar Coelho  Waldir Mira Odair Silva
III- O HABITAT -Introdução, Florianópolis, <i>habitat</i> rural açoriano, Blumenau, Joinville, Tubarão, Lages, Joaçaba, Herval D'Oeste, Chapecó e Canoinhas	Armen Mamigonian	Osmar Coelho, Odair Silva e Waldir Mira
IV- A ECONOMIA -Milho  -Trigo  -Mandioca, feijão, arroz, fumo, batata inglesa, batata doce, principais culturas permanentes (vinha, banana, café, laranja) -Armazenamento e ensilagem  -Pecuária (bovinos e suínos)  -Energia elétrica  -Indústrias extrativas minerais, indústrias extrativas vegetais, indústrias de transformação, pesca (fundamentos físicos)  -Pesca (população pesqueira e indústria do pescado), instrumentos e calendário de pesca e exportação de pescado	Carlos Augusto Figueiredo Monteiro  Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e Marly Anna Fortes Bustamante  Marly Anna Fortes Bustamante  Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e Marly Anna Fortes Bustamante  Paulo Fernando de Araújo Lago  Carlos Augusto Figueiredo Monteiro  Paulo Fernando de Araújo Lago	Moacyr Coelho  Moacyr Coelho e Odair Silva  Odair Silva  Odair Silva  Odair Silva  Osmar Coelho e Odair Silva  Odair Silva, Waldir Mira
V- A CIRCULAÇÃO E O COMÉRCIO -Rodovias, circulação ferroviária e fluvial, navegação marítima e aérea, movimento portuário, comércio exterior	Paulo Fernando de Araújo Lago	Waldir Mira

Quadro 21: Participação dos Professores de Geografia na Construção do Atlas de Santa Catarina – 1958

Fonte: ATLAS de Santa Catarina. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1958.

Acompanhando a trajetória profissional dos geógrafos-docentes da Faculdade, vimos como muitos se mantiveram no campo de estudo assinalado no Atlas, em muitos casos, saindo do âmbito local. O professor Carlos Augusto destacou-se, como expressão nacional e internacional da Geografia brasileira, com ênfase no campo da Climatologia; o professor Takeda continuou estudos no campo da Geologia; o professor Paulo Lago publicou vários livros sobre Geografia de Santa Catarina, discutindo e aprofundando muitas das questões por ele organizadas no Atlas, tendo inclusive assumido, dentre outras atividades, na administração estadual, funções relacionadas à pesca e o professor Armen direcionou suas pesquisas para a questão da industrialização, trabalhando em seu doutoramento, o ‘Estudo geográfico das indústrias em Blumenau’, sendo, na atualidade, em âmbito nacional, referência obrigatória em estudos desta natureza. Evidentemente que os professores já possuíam interesses de pesquisas antes do Atlas. Estamos assinalando, no entanto, que a sistematização de um trabalho daquela envergadura contribuiu para reafirmar o interesse por determinados campos da pesquisa geográfica por parte daqueles profissionais.

Dando continuidade ao propósito de compreensão das questões mais relevantes contidas no processo de gênese do curso de Geografia, destacamos, no item que segue, a criação do Núcleo municipal da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Proposto pelos professores e alunos do curso, estava a construção do referido Núcleo - com direção cultural independente - expressando a necessidade, daquele grupo, em sintonizar com as questões locais e nacionais relativas à Geografia.

#### 4.2 TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS NA FACULDADE DE FILOSOFIA: A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE FLORIANÓPOLIS DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

Desde a sua fundação, a Faculdade Catarinense de Filosofia, na concepção de seu mentor intelectual, o professor Fontes, não era entendida ‘simplesmente [como] uma escola

de transmissão de conhecimentos, mas um centro ativo de pesquisas que contribuísse para o avanço das ciências” (NA FACULDADE, 1955)<sup>164</sup>. Em função disto, propiciou a criação de espaços culturais ligados à Faculdade, que, ao seu ver, davam mais sentido e coerência a uma escola de ensino superior que se apresentava como um esboço de universidade, ou como ele próprio afirmava uma universidade em ponto pequeno.

Assim é que vemos, ao longo da década de 1950, a criação do Centro de Estudos Filológicos (que abrigava o Colégio de Estudos Clássicos e o Instituto de Cultura Germânica), da seção catarinense do Instituto Brasileiro de Filosofia, da Associação de Cultura Franco-Brasileira, do Instituto Brasil-Estados Unidos e do Instituto de Cultura Italiana, para ficarmos apenas nestes exemplos. Dirigidos pelos professores da Faculdade, tais espaços objetivavam a ampliação das condições culturais catarinenses a partir da promoção de eventos<sup>165</sup>. A criação do Núcleo de Florianópolis, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, é expressão deste momento.

Colocado como necessidade pelos professores de Geografia e contando com o apoio do professor João Dias da Silveira, foi – o Núcleo municipal da AGB – fundado em 16 de

<sup>164</sup> No Jornal Diário da Tarde, 3/5/55, p. 2.

<sup>165</sup> Destacamos algumas notas divulgadas pela imprensa florianopolitana acerca das atividades promovidas: ‘Recentemente criado pela nossa Faculdade de Filosofia, e sob direção do professor Eudoro de Souza, com a colaboração dos professores Cônego Antônio Waterkemper e George Agostinho da Silva, vai o Colégio de Estudos Clássicos, a par de suas atividades, junto ao ensino da Faculdade e quanto à pesquisa de alta cultura, abrir dois cursos de iniciação, um Língua e Cultura grega e outro de Língua e Cultura latina’ (O ESTADO, 12/4/1956, p. 1). ‘De 2 a 14 do próximo mês de julho deve realizar -se nas salas da nossa Faculdade de Filosofia um Seminário de Estudos ingleses de que será professor o adido cultural adjunto da embaixada americana Sr. John J. Ewing [...]’ (O ESTADO, 26/6/1956, p. 5). ‘Curso do professor Manoelito de Ornellas sobre arte árabe e sua influência em Portugal e no Brasil: O ilustre professor Manoelito de Ornellas, professor da Faculdade de Filosofia de Pôrto Alegre é um dos mais notáveis conhecedores das tradições árabes peninsulares na formação da cultura brasileira [...]’ (O ESTADO, 7/8/1956, p. 1). ‘Na sala que a Faculdade de Filosofia ced e ao Círculo de Debates sobre Assuntos Catarinenses, promoveu o Instituto Brasileiro de Filosofia, seção de Santa Catarina, sob a presidência do Pe. Evaldo Pauli uma palestra do professor Oswaldo Rodrigues Cabral sobre os ‘Açorianos em Santa Catarina’, [...], entrada franca’ (O ESTADO, 21/9/1956, p. 8). ‘A Faculdade Catarinense de Filosofia pelo seu Centro de Estudos Filológicos, fundou o Instituto de Cultura Germânica, com instalação e biblioteca próprias. O Instituto [...] divide-se em três secções: a) Estudo da Língua e Literatura Alemã; b) Estudo da Língua e Literatura Holandesa; Estudo da Língua e Literatura Escandinava. [...] O Instituto será dirigido pelo professor de Língua e Literatura Alemã da Faculdade Catarinense de Filosofia, professor João Baptista Luft [...]’ (O ESTADO, 3/3/57, p. 4).

março de 1957, durante a realização do curso “Geografia das Regiões Tropicais”, ministrado pelo referido catedrático. Apontado como evento cultural relevante,

[esse] centro de cultura geográfica, ao instalar-se elegeu a sua primeira Diretoria, que ficou assim constituída: Diretor: Victor A. Peluso Júnior, Secretário: Walter F. Piazza e Tesoureira: Marly A. F. Bustamante. À reunião de instalação compareceram e deram o seu apoio à iniciativa os Srs. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Francisco K. Takeda, respectivamente professores de Geografia Física e Geologia da nossa Faculdade de Filosofia, bem como as Srtas. Maria Cecília França e Ingeborg Heer, professoras de Geografia do Brasil e Geografia Humana naquela Faculdade e mais os Srs. José Carlos de Mattos Horta Barbosa, Osni de Medeiros Régis, Antenor Luz, José Warken, Carlos Büchele Júnior, George Agostinho Baptista da Silva, Giovanni P. Faraco e a Srta. Olga Cruz. Podemos, desde já [...] prognosticar uma nova e brilhante fase nos estudos geográficos catarinenses (IMPORTANTES ATIVIDADES)<sup>166</sup>.

A organização do Núcleo agebeano em Florianópolis foi capítulo da história desta instituição em âmbito nacional: “Quando, naquele já remoto mês de setembro do ano de 1934, em sua residência à avenida Angélica, na capital paulista, o eminente professor Pierre Deffontaines reuniu um reduzido, mas bem escolhido grupo de intelectuais para fundar a Associação dos Geógrafos Brasileiros”(APRESENTAÇÃO,1941)<sup>167</sup>, já previa que tal sociedade de estudos não se limitaria à cidade de São Paulo<sup>168</sup>. A Associação dos Geógrafos constituiu-se como entidade voltada para a construção de uma Geografia científica, justamente no momento em que esta ciência se organizava como tal em território nacional<sup>169</sup>. Nascida no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP, estruturou-se como

<sup>166</sup> No Jornal A Gazeta, 27/3/57, p. [--].

<sup>167</sup> Na Apresentação da 1ª edição do Boletim da A.G.B, na Revista Brasileira de Geografia do IBGE, 1941.

<sup>168</sup> “Embora o nome fosse nacional, a Associação ficou restrita a São Paulo até 1945 quando [foi] reestruturada, e organizada em bases mais sólidas, prevendo-se a formação de seções regionais e de Núcleos municipais e mantendo-se a sede em São Paulo”. A partir de 1945 aconteceram as Assembléias Gerais Anuais com o propósito de escolher a nova diretoria e discutir questões ligadas à Geografia. Até fins da década de 1950, foram realizadas 14 Assembléias, a saber: 1- São Paulo (SP) – 1945; 2 - Lorena (SP) – 1946; 3 - Rio de Janeiro (DF) – 1947; 4 - Goiânia (GO) – 1948; 5 - Belo Horizonte (MG) – 1950; 6 - Nova Friburgo (RJ) – 1951; 7- Campina Grande e João Pessoa (PA) - 1952; 8 - Cuiabá (MT) –1953; 9- Ribeirão Preto (SP) – 1954; 10 - Garanhuns (PE) – 1955; 11 - Rio de Janeiro (DF) – 1956; 12 - Colatina (ES) – 1957; 13 - Santa Maria (RS) – 1958; 14 - Viçosa (MG) – 1959 (BOLETIM GEOGRÁFICO - CNG, IBGE, nº 157, 1960, p. 718-719).

<sup>169</sup> De acordo com Monteiro (1980), o período 1934-1948 foi o de implantação da Geografia científica no Brasil.

entidade autônoma, não oficial, diferentemente, por exemplo, do IHGB e da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, que, como já vimos, também produziam Geografia, porém em outra perspectiva e sem o compromisso de discussões exclusivamente no âmbito da Geografia<sup>170</sup>.

A criação do Núcleo de Florianópolis inseriu-se no contexto de difusão desta Associação pelo território nacional. A existência de dois “ingredientes” básicos, ou seja, uma Faculdade de Filosofia e, no seu interior, um curso de Geografia, possibilitou sua instalação. Seus primeiros momentos foram de intensa atividade, procurando ampliar a participação da população em geral.

[...] Conforme fora anunciado a palestra do dia foi proferida pela professora Maria Cecília França, ocupante da Cadeira de Geografia do Brasil, na nossa Faculdade de Filosofia, abordando o tema “Linhares e a zona do cacau do Baixo Rio Doce”, fruto de suas observações durante as excursões de estudos da Assembléia Anual da AGB, efetuada em julho próximo passado, na cidade espiiritusantense de Colatina.

Além de onze membros do Núcleo a palestra contou com a comparecência do professor dr. Henrique da Silva Fontes, Diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia.

[...] é pensamento da atual Direção do Núcleo, [...] dar publicidade à um órgão, onde sejam estampados os estudos de seus associados.

Vê-se assim que os Geógrafos Catarinenses, pertencentes ao Núcleo, procuram realizar uma obra duradoura e que exalte o ambiente cultural de Santa Catarina (NOVA REUNIÃO, 1957, p. 13)<sup>171</sup>.

Observe-se que as atividades locais estavam em sintonia com as determinações em âmbito nacional, dadas pelas reuniões anuais, o que exigia dos sócios o envolvimento necessário para tanto. Através dos encontros anuais e das conseqüentes reuniões locais, realizava-se fecundo exercício de discussões em torno de temas geográficos, sobretudo,

<sup>170</sup> Artigo 1º do Estatuto da AGB: “A Associação dos Geógrafos Brasileiros, sociedade civil, fundada na cidade de São Paulo, em 7 de setembro de 1934, tem por objetivo pesquisar e divulgar assuntos geográficos, principalmente brasileiros” (ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS -1945-1946, São Paulo, 1949.).

<sup>171</sup> No Jornal O Estado, 30/10/57, p. 13.

relacionados ao Brasil. Este aspecto é evidenciado pela professora Maria Cecília França, que atribui à produção da AGB, importante contribuição no tocante à Geografia do Brasil<sup>172</sup>. Afirmo a docente que, num período em que não se tinha ampla oferta no mercado editorial, as pesquisas e publicações da AGB forneciam substancial apoio para a preparação de suas aulas na Faculdade.

A indicação da necessidade de publicação dos debates realizados no Núcleo, evidenciava a preocupação de tornar acessível as discussões no campo da Geografia. A propósito, convém ressaltar que a presença de Peluso Júnior no corpo diretivo da entidade explica o interesse, da mesma, em desenvolver um instrumento de divulgação, pois, como já vimos, quando dirigia o DEGC, mantinha ele o ‘Boletim Geográfico’, periódico que divulgava os trabalhos de pesquisa daquele Departamento. Desta forma, evidenciava a compreensão da importância desta ação no trabalho de divulgação científica para além de um restrito público. Interpretamos o esforço daqueles intelectuais como um mobilizar de forças para, de um lado, divulgar a Geografia enquanto saber científico e, por outro lado, ampliar as condições de capacitação dos profissionais ligados a esta ciência.

O Núcleo de Florianópolis da AGB também estava colocado dentre as ações pioneiras desenvolvidas pelos professores do curso de Geografia, visto que na época da sua criação existia apenas o Núcleo de Salvador, e o de Porto Alegre estava em fase de organização. Os encontros de estudos propiciavam, em sintonia com as decisões nacionais, o desenvolvimento de discussões geográficas. Novas pesquisas foram realizadas, dando mais dinamicidade à Faculdade, considerando seus objetivos, ao mesmo tempo em que cresciam elementos fundamentais para a compreensão da Geografia catarinense e brasileira:

O Núcleo de Florianópolis, da AGB, tem ultimamente, procurado suscitar a discussão dos problemas geográficos da bacia do Itajaí. Assim, no dia 19 de

---

<sup>172</sup> Maria Cecília França. Entrevista realizada em 15/01/2004.

abril último [1958], no Departamento de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, iniciando a análise dessa região catarinense, o professor Victor Antônio Peluso Júnior, diretor do referido Núcleo da AGB, examinou os problemas geomorfológicos da região em apreço, de maneira incisiva e com os seus abalizados conhecimentos.

Na reunião seguinte, a professora Ingeborg Heer, da Cadeira de Geografia Humana, da Faculdade Catarinense de Filosofia, estudou os problemas da região atinentes à sua especialidade. Assim o Núcleo de Florianópolis da Associação dos Geógrafos Brasileiros em vésperas do seu primeiro aniversário, pôde apresentar-nos importante acervo de trabalhos, valiosos subsídios ao estudo da geografia (NÚCLEO, 1958)<sup>173</sup>.

E ainda,

Reunido no Departamento de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, o Núcleo da AGB realizou, a 23 de agosto pp. [1958] mais uma sessão de estudos, ocasião em que o professor Paulo Fernando Lago, catedrático daquela unidade universitária, focalizou o tema ‘ Observações de uma Excursão ao Rio Grande do Sul` (SANTA CATARINA, 1958)<sup>174</sup>.

O Núcleo de Florianópolis da AGB, situado não como um braço da administração estadual, mas como uma entidade de congregação de profissionais, com objetivos voltados para o desenvolvimento da pesquisa aliada ao estudo criterioso da ciência geográfica, colocava-se como uma exigência intelectual destes profissionais em se aperfeiçoar e dar à Geografia um papel mais ativo na análise e interpretação da realidade. Este interesse advém da necessidade que cada atividade intelectual tem em “criar círculos próprios de cultura, que assumem a função de instituições pós-escolares especializadas em organizar as condições nas quais seja possível manter-se informado dos progressos que ocorrem no ramo científico próprio” (GRAMSCI, 2000, p. 34). O caráter apontado por Gramsci, de “círculos próprios de cultura”, não exclui a possibilidade de socialização dos estudos e descobertas. Neste sentido, o Núcleo procurava ampliar, como já vimos, suas ações, seja possibilitando a participação da população em geral, em palestras e cursos por ele promovidos, seja pelo desenvolvimento de

<sup>173</sup> De acordo com o artigo intitulado “Núcleo de Florianópolis da AGB” (Boletim Geográfico, nº 145, p. 564-565, 1958).

<sup>174</sup> De acordo com o artigo intitulado “Santa Catarina – Associação dos Geógrafos Brasileiros – (Núcleo de Florianópolis)”, Boletim Geográfico, n. 146, p. 666, 1958.



pesquisa de real interesse para a Geografia, como a que ocorreu por solicitação da Sociedade Amigos de Brusque:

Atendendo solicitação da Sociedade Amigos de Brusque vários membros do Núcleo de Florianópolis da A.G.B. passaram a realizar estudos daquela importante comuna catarinense. Assim, Carlos Büchele Júnior: Geografia Econômica do município; Francisco K. Takeda: Geologia; Armen Mamigonian: Geografia Urbana; Paulo Fernando de Araújo Lago: Geografia Agrária e Walter Piazza: Folclore de Brusque (GEÓGRAFOS, 1960)<sup>175</sup>.

Na continuidade do artigo, o jornal “O Estado” veiculou que o Departamento de Geografia da Faculdade Catarinense de Filosofia, após a conclusão das pesquisas, havia realizado no dia 23 de abril uma apresentação prévia de três estudos. Vejamos:

O geólogo Francisco Takeda, professor de Geologia da Faculdade Catarinense de Filosofia e da equipe do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, analisou de modo sucinto a região de Brusque, sob os aspectos geológicos, mostrando cartograficamente os estudos realizados. Após umas ligeiras indagações dos presentes sobre os fatos ligados à Geologia de Brusque, o professor Paulo Fernando de Araújo Lago, professor de Geografia Regional da nossa Faculdade Catarinense de Filosofia, discorreu sobre problemas de Geografia Agrária daquela área, focalizando aspectos preponderantes na sua estrutura. Por fim o professor Armen Mamigonian, professor de Geografia Humana da Faculdade Catarinense de Filosofia e atual presidente do Núcleo, salientou a interação rural-urbana, focalizou o processo de industrialização da área urbana, evidenciando a visão do Cônsul Carlos Renaux naquele processo de desenvolvimento e, ao final mostrou aspectos negativos e positivos do processo de industrialização operado em Brusque (GEÓGRAFOS, 1960)<sup>176</sup>.

As questões levantadas até o presente momento não tiveram a intenção de esgotar os aspectos referentes a evolução da AGB local<sup>177</sup>, procuramos sim, trazer elementos que pudessem situar esta entidade no proceso de gênese do curso de Geografia em Santa Catarina.

<sup>175</sup> De acordo com o Jornal O Estado, 26/04/60.

<sup>176</sup> De acordo com o Jornal O Estado, 26/04/60.

<sup>177</sup> A denominação de “Núcleo” se deu até 19 79, por mudança nos Estatutos em âmbito nacional: “As Seções Regionais e os Núcleos Locais atuais passarão a denominar-se Seções e deverão reformular seus regulamentos, a fim de atender às disposições do presente Estatuto, num prazo máximo de noventa dias, a partir da impressão do mesmo” (ESTATUTO, in JORNAL AGB, 1979).

Por fim considerando o objetivo deste capítulo, qual seja o de evidenciar as ações relacionadas à pesquisa e ao ensino promovidas pelo curso de Geografia no seu momento de institucionalização, o destaque dado ao vínculo com o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, à produção do Atlas e à criação da AGB municipal, vem ao encontro da idéia defendida por nós, de que a institucionalização do curso de fato se caracterizou como um “divisor de águas” para o desenvolvimento deste campo científico em Santa Catarina. Reafirmamos, no entanto, que este momento de articulação e de afirmação da identidade do curso não se deu sem contradições.

Se por um lado, conforme já expomos, estava explícito o interesse estatal, por outro, havia o interesse de dar uma nova orientação para a Geografia, aliando o saber acadêmico e o conhecimento da realidade. Não poderíamos deixar de enfatizar que o período em análise também foi marcado por diferenças teóricas e de encaminhamentos entre seus profissionais. A reunião daquele grupo de professores não impôs um pensar único sobre a Geografia, bem como dos vários aspectos da realidade, fato este que garantia a riqueza do debate.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “idéia nacional” de criação das Faculdades de Filosofia chegou a Santa Catarina, no início da década de 1950, momento em que se iniciava a gestão do governador udenista, Irineu Bornhausen, representante da oligarquia dos Konder Bornhausen. Em geral, as forças hegemônicas atuantes nos partidos políticos inseridas na lógica do desenvolvimento capitalista exerceram papel fundamental na organização do ensino superior em Santa Catarina, vendo este movimento de 1950 como a grande possibilidade para viabilizar o projeto de construção da Universidade, interesse dos grupos oligárquicos dominantes, através da atuação de seus intelectuais.

A criação da Faculdade Catarinense de Filosofia seu deu com o propósito de promover as condições necessárias para dotar o Estado de uma Universidade. Com este objetivo é que Irineu Bornhausen, o primeiro dos três governantes udenistas, que se sucederam no cenário político em toda a década, designou o professor Henrique da Silva Fontes para realizar estudos relacionados à implantação da Universidade de Santa Catarina, iniciando-se, concomitantemente, o processo de organização destas duas instituições na esfera da Educação Superior.

Com a Faculdade de Filosofia, inaugura-se, através da implementação do curso de Geografia e História, posteriormente, desmembrados em dois cursos distintos, o estudo das Ciências Humanas no âmbito do ensino superior, fato que representou para a população novas possibilidades de encaminhamento profissional até então restrito às Ciências Jurídicas, Econômicas e da Saúde. As seções da Faculdade de Filosofia – Filosofia, Letras, Geografia e História – criaram um diferencial frente as demais áreas existentes, principalmente por estarem relacionadas ao magistério secundário, tão carente de profissionais habilitados.

A nova instituição, idealizada pelo professor Fontes, estava colocada como um centro de ensino, que deveria voltar-se aos “estudos desinteressados”, para a alta pesquisa, ou seja, não imediatamente voltado para a formação profissional. A idéia existente era de reunir na Faculdade um determinado saber que auxiliasse as demais ciências em seus encaminhamentos teóricos, fazendo com que, uma vez criada a Universidade, tivesse a Faculdade de Filosofia o papel de congregação, tornando-se indispensável como centro irradiador de cultura no seio da estrutura universitária.

Na prática, o que se verificou, foi que a formação profissional prevaleceu em detrimento dos “estudos desinteressados”. A quase totalidade dos alunos que freqüentavam os cursos da Faculdade de Filosofia era constituída por trabalhadores que, aproveitando a possibilidade do ensino noturno, viam condições para o crescimento profissional nas funções que desenvolviam, principalmente em órgãos públicos, ou abriam-se para o exercício do magistério, denotando que o interesse estava, em grande medida, por parte do grupo discente, voltado à profissionalização. Não queremos dizer com isso que não houvesse preocupação com a pesquisa, ao contrário, existia forte estímulo para a sua realização, ao menos no que se refere ao curso de Geografia, porém isto não se efetivava na perspectiva dos já citados “estudos desinteressados”.

O pioneirismo das Ciências Humanas, no ensino superior catarinense, deu-se pelo esforço dos professores João Dias da Silveira e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que no curso de Geografia se empenharam em dotar a Faculdade do que havia de mais avançado neste campo, tanto pelos profissionais que recrutaram como pelo ensino e pesquisa desenvolvidos. Sobre este aspecto, ressaltamos a contribuição do professor Monteiro que, então recém chegado da França onde realizou estudos com uma bolsa patrocinada pelo IBGE, trazia para a Faculdade novas discussões e uma experiência que certamente lhe ajudaram a imprimir um rumo ao curso de Geografia, a partir de 1956.

É inegável a atuação intelectual dos professores citados, bem como dos demais que compuseram o quadro docente ao longo do período em análise, no que tange à organização do curso de Geografia. Porém, quanto à institucionalização, que abarca desde *o pensar sobre* até o fatigante compromisso em viajar, selecionar os profissionais e percorrer os trâmites legais para a contratação do corpo docente, destaca-se o mérito histórico do professor Fontes. Se àqueles coube a organização e solidificação, a este coube a implantação efetiva do curso de Geografia na Faculdade Catarinense de Filosofia.

A obstinação em manter, inicialmente, uma seção de Geografia e História vinculava-se mais ao interesse evidenciado pelo professor Fontes por estes campos da ciência do que pelas exigências legais impostas pelo Conselho Nacional de Educação. Na prática, a legislação definia a existência de ao menos um “setor” para o funcionamento de uma Faculdade de Filosofia, situação plenamente atendida com as seções de Filosofia e Letras, que possuíam docentes quase todos provenientes do meio local. Porém, insistiu na manutenção do curso de Geografia e História, cujo corpo docente, relativo à Geografia, necessitou ser constituído por profissionais de outros Estados, fato este que onerava os poucos recursos orçamentários da Faculdade. Tal situação pode ser entendida a partir da trajetória intelectual do professor Fontes, que nos oferece importantes elementos para entendermos o seu interesse na existência desta seção na Faculdade.

Atento a questão popular, na perspectiva do acesso ao ensino de forma mais ampla pela população em geral, atuou desde o ensino primário, no qual, foi autor das “Cartilhas Fontes” destinada a alfabetização, até o ensino superior. Certamente vislumbrou na seção de Geografia e História a possibilidade de ampliação do conhecimento da realidade catarinense, no âmbito destas ciências, dando ênfase, é claro, ao propósito da formação de professores. Além destes aspectos, ressaltamos a participação deste intelectual como membro do Instituto

Histórico e Geográfico de Santa Catarina, do qual chegou a ser presidente, evidenciando que de fato às Ciências Humanas caberia espaço dentro da Faculdade de Filosofia.

Retomando o processo de estruturação do curso de Geografia, consideramos a vinda do professor Monteiro para a execução de dupla tarefa, ou seja, a de exercício do magistério na Faculdade de Filosofia e a de geógrafo, à disposição do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, questão central no que toca aos destinos do curso nos anos que sucederam a sua chegada. O vínculo criado entre as duas instituições, tendo como foco o curso de Geografia, possibilitou o surgimento de novos campos de pesquisa, resultando na produção do segundo Atlas de Santa Catarina. A utilização dos meios técnicos do DEGC, as viagens de estudos e a formação superior dos funcionários deste Departamento estadual, proporcionaram situações que auxiliaram na criação e solidificação da identidade do curso que reflete até nossos dias. Em meio a este movimento, estava a necessidade colocada pelo governo estadual, diante das determinações nacionalistas, de ampliar o conhecimento em torno da realidade geográfica catarinense, fato que colaborou para o estreitamento das relações institucionais.

A Geografia vista desta forma, colaborava com os projetos do Estado autoritário, pós-1930, que, pretendendo dar unidade ao território nacional, com vistas a atender às novas determinações de ordem político-econômica, conjecturava viabilizar o projeto de hegemonia das forças no poder. Aliás, teve a Geografia, desde a sua gênese moderna na Alemanha do século XIX, estreito relacionamento com o processo de constituição do Estado nacional, pois este, para sua afirmação, necessitava conhecer o seu espaço-território para melhor organizar-se e definir seus limites e possibilidades. Como ciência que responde sobre a relação natureza-sociedade na interpretação da realidade, sempre foi vista, principalmente pelos interesses burocrático-estatais, como auxiliar para a compreensão das potencialidades de uma unidade territorial, seja ela em escala internacional, nacional ou local.

O período da hegemonia política udenista é marcado pelo momento de expansão econômica no centro do sistema capitalista, que, por sua vez, impeliu o Brasil e, conseqüentemente, o Estado catarinense a uma intensificação da divisão internacional do trabalho, no plano internacional. Neste contexto, o aparelho de governo procurava atrair para a sua órbita determinados intelectuais com o propósito de auxiliar no fortalecimento do projeto de supremacia do qual era mandatário. A tarefa dada ao professor Fontes, de articular forças com vistas à construção da Universidade catarinense, tão necessária ao desenvolvimento capitalista, estava colocada nesta direção.

A Universidade tornou-se necessária em virtude do momento econômico vivido pela nação e, por conseguinte, pelo Estado de Santa Catarina, bem como para o projeto de fortalecimento das forças políticas no poder. Tendo o professor Fontes uma estreita ligação com a Educação, desde as já citadas “cartilhas Fontes” até o ensino superior, com um trânsito político e cultural em geral, sua assimilação intelectual representava credibilidade aos “novos” projetos de consolidação da hegemonia política. Esta agregação dos intelectuais se dava mediante a necessidade do aparelho de Estado em dar respostas às novas demandas derivadas daquele momento histórico. Obviamente, não apenas no ensino este movimento aconteceu. Evidenciamos o chamado feito por Irineu Bornhausen a Victor Antônio Peluso Júnior que, tendo atuado no governo de Aderbal Ramos da Silva, representante da oligarquia dos Ramos (PSD), passa a ocupar, na nova gestão estadual, importantes cargos inclusive de Secretário de Estado, chegando mesmo a filiar-se à UDN.

No interior do curso de Geografia, verificamos, através do vínculo orgânico criado com DEGC, condições propícias para a contratação de professores com vistas a atuar no citado serviço estadual de Geografia. Tal assimilação dos intelectuais, por parte do aparelho governamental, seu deu com os professores Takeda e Paulo Lago, que, além das aulas na Faculdade passaram a exercer, também, funções no âmbito da administração estadual. O

professor Armen Mamigonian, por outro lado esteve sempre mais vinculado ao curso de Geografia, embora participasse das pesquisas realizadas, sem contudo, exercer funções na esfera governamental. Tal constatação auxilia-nos a confirmar a hipótese que colocamos para este trabalho de que, no processo de gênese do curso de Geografia, associado às funções de ensino, esteve o corpo docente diretamente envolvido, em meados da década de 1950, na dinâmica de modernização vivida pelo Estado. Este envolvimento, em alguns casos por dentro da estrutura de poder, em outros com características mais independentes, marca o processo de organização e solidificação do curso de Geografia na esfera superior do ensino catarinense.

Considerando o caráter contraditório da realidade, em que não há pura reprodução ou pura transformação, situamos a gênese do ensino superior de Geografia numa dinâmica de engajamento de seus intelectuais na tarefa de ampliar o conhecimento sobre a realidade geográfica catarinense. O cotidiano das pesquisas, das aulas e dos estudos do Núcleo municipal da Associação dos Geógrafos Brasileiros, proporcionaram condições para este acúmulo teórico que representou a base para um posterior desenvolvimento do curso já no interior da Universidade de Santa Catarina.

A ação intelectual dos primeiros geógrafos-professores, ao longo das distintas fases de evolução do referido curso, somada a presença de outros profissionais, pôde ser sentida efetivamente, como por exemplo, no momento da organização, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado), da “Semana da Geografia” e da Revista Geosul, marcos reveladores do dinamismo dos pioneiros do ensino de Geografia no Estado: estes docentes mostraram-se atentos para com os problemas socioeconômicos desta terra, sintonizados com a formação de professores e com o desenvolvimento de relevantes estudos no campo da Geografia.

Ao encerrarmos este texto, consideramos necessário o registro a respeito da riqueza documental que encontramos em torno da dimensão histórica da Geografia em nosso Estado,



que representa fecundo material a ser devidamente considerado em pesquisas desta natureza. Destacamos que a proposição de investigação em torno da ação intelectual de determinados geógrafos, bem como do papel de instituições e de projetos governamentais, constitui interessante modo de estarmos resgatando a história do pensamento geográfico e, assim, contribuindo para a memória desta ciência. Diante dos limites colocados para esta pesquisa, não avançamos na análise comparativa com os cursos de Geografia criados em outros Estados, neste sentido, pensamos ser esta uma possibilidade para futuros estudos em torno deste eixo temático. Nesta direção apontamos, também, a necessidade de pesquisas que situem o curso de Geografia a partir da criação da Universidade de Santa Catarina.

Finalizando este trabalho, situando-o como uma contribuição ao estudo da Geografia no campo da história da educação, buscamos apoio na lucidez intelectual de Gramsci (2001) que, referindo-se ao ato de pesquisar, instiga o cientista a “declarar que se trata de posições provisórias que poderão ser retomadas e desenvolvidas [...]”, portanto, a espera de novas sínteses superadoras.

## REFERÊNCIAS

### 1 Livros, teses, dissertações, anais, dicionários e artigos

AMORIM, Maria das Dores. **Plano estadual de educação** – concretização das orientações políticas da educação. 1984. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984. Acesso: BCUFSC.

APRESENTAÇÃO. Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros. In. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano III, n. 1, jan./mar. 1941. Acesso: BCUFSC.

\_\_\_\_\_. **DEGC – Boletim Geográfico**. Florianópolis, ano 1, n. 1, 1947a. Acesso: BIHGSC.

\_\_\_\_\_. **DEGC – Boletim Geográfico**. Florianópolis, ano 1, n. 2, 1947b. Acesso: BIHGSC.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**. Informação e documentação: citações em documentos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**. Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**. Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS 1945-1946. **Anais ... v. I**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1949. Acesso: BCUFSC

\_\_\_\_\_. **Boletim Geográfico – CNG/IBGE**. Rio de Janeiro, n. 157, p. 718-719, jul./ago.1960. Acesso: BCUFSC.

ATLAS Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: **Departamento Estadual de Geografia e Cartografia**, 1955, 1 atlas. Escalas variam. Acesso: BCUFSC.

ATLAS Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: **Departamento Estadual de Geografia e Cartografia**, 1958, 1 atlas. Escalas variam. BCCJ.

AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”**. 1991. Tese (doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991. Acesso: BCUFSC.

AZEVEDO, Fernando de. **Obras completas de Fernando de Azevedo**. São Paulo: Melhoramentos, vol. VIII, tomo II, [195-].

BARBOSA, Renato. **Cofre aberto...reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1982. Acesso: BCUFSC.

BUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto e imagem e som. Tradução de Pedrinho A. Guapeschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Acesso: BCUFSC.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Acesso: BCUFSC.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. Acesso: BCUFSC.

BONTEMPI Jr. et al. Historiografia da educação brasileira: no rastro das fontes secundárias. **Revista Perspectiva**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, ano 11, n. 20, ago./dez. 1993. Acesso: BSCEDUFSC

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Anais...** Rio de Janeiro, 1954. Acesso: BSCEDUFSC.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. Acesso: BCUFSC.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: UFSC, 1990. Acesso: BCUFSC.

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. Disponibiliza informações sobre o **professor Henrique da Silva Fontes**. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~marcilio/fontes/informa/informa.html>>. Acesso em: 14 mar.2003.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. IX, Florianópolis, 1940. **Anais...**Florianópolis, 1940. Acesso: BPUESC.

CORRÊA, Carlos Humberto (org.) et al. **Nereu Ramos**. Florianópolis: Associação Portobello de Cultura, 1980. Acesso: BCCJ.

COUTINHO, Nelson. Gramsci e as Ciências Sociais. **Serviço Social & Sociedade**, nº 34, ano XI, dez. 1990. São Paulo: Cortez . Acesso: BCUFSC.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Acesso: BCUFSC.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Centelhas de idealismo - o ser professora nos discursos de formatura do curso normal: a voz das oradoras. Florianópolis, (SC) 1945-1960. In SCHEIBE, Leda, DAROS, Maria das Dores (orgs.). **A formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. Acesso: BSCEDUFSC.

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação escolar das elites**: o ginásio catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DÉCIMO Aniversário do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**: Rio de Janeiro, ano IX, n. 2, p. 297, abr./jun. 1947. BCUFSC.

DEUS, Graciana Espellet de. **Formação social brasileira: reflexões sobre um debate interrompido**. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso: BCUFSC.

DIAS, Wilmar. **Relatório sobre o funcionamento e criação das universidades americanas**. Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1955 (mimeo). Acesso: CMALESC.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista Geo-paisagem (on line)**, ano 1, n. 1, 2002. Disponível em <[http://www.feth.ggf.br/socgeorio-thm#\\_ftn31](http://www.feth.ggf.br/socgeorio-thm#_ftn31)>, acesso em 16/01/2004.

\_\_\_\_\_. Congressos Brasileiros de Geografia. **Revista Geo-paisagem (on line)**, ano 2, n. 3, 2003. Disponível em <<http://www.feth.ggf.br/congresso.htm>>. Acesso em 16/01/2004.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS-USP. Disponibiliza informações sobre o histórico do curso de Geografia. Disponível em [www.geografia.ffcl.br/frame\\_princ/fp\\_apresentacao.htm](http://www.geografia.ffcl.br/frame_princ/fp_apresentacao.htm). Acesso em: 3 set.2003

FAVERO, Maria de Lourdes de A. **Faculdade Nacional de Filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989, v. 1. Acesso: BSCEDUFSC.

FONTES, Henrique da Silva Fontes. **Pensamentos, palavras e obras**: primeiro caderno da Faculdade de Filosofia. Florianópolis: Edição do autor, 1960.

\_\_\_\_\_. **Pensamentos, palavras e obras**: segundo caderno – da cidade universitária. Florianópolis: Edição do autor, 1962.

GOMES, Manoel. **Memória Barriga-Verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2001. Acesso: BCUFSC.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Acesso: BSCEDUFSC.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Acesso: BCUFSC.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. Acesso: BCUFSC.

\_\_\_\_\_. **A formação do estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989. Acesso: BCUFSC.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nereu Ramos** – o da hora da reconstrução nacional. Florianópolis: Ed. do autor, 1968. Acesso: BCCJ.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1995. Acesso: BCUFSC.

LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985. Acesso: BCUFSC.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1996. Acesso: BSCEDUFSC.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **O Poder político e mudança social**. 1977, Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977. Acesso: BCUFSC.

LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. Florianópolis: UFSC, 2000. Acesso: BCUFSC.

LIMA, Sílvia Leni Auras de. **Sociologia: grande orquestração doutrinária de como pensar e do que pensar sobre o social**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Acesso: BCUFSC.

LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, IDESP, Finep, v. I, p.111-187, 1989. Acesso: BSCFCHUFSC.

LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Acesso: BCUFSC.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, n. 3, ano II, 1º sem. 1987. Acesso: Acesso: BSCFCHUFSC.

\_\_\_\_\_. (org.). **Simpósio Nacional sobre o pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: UFSC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teorias sobre industrialização**. Florianópolis: Imprensa Universitária, n. 2, mai. 2000 (Cadernos Geográficos).

MAPA da cidade de Florianópolis. **Departamento Estadual de Geografia e Cartografia**, 1950.

MARCON, Maria Terezinha de Rosenes. **A metropolização de Florianópolis: o papel do estado**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Acesso: BCUFSC.

MASSI, Fernanda. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras – 1930-1960. In: MICELI, Sergio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice. Finep, IDESP, v. I, 1989. Acesso: BSCFCHUFSC.

MEIRINHO, Jali. ; JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina**. Florianópolis: Edene, [19--] Acesso: BCCJ.

MENDONÇA, Waleska P.C. A Universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação – Anped**, São Paulo, n. 14, p. 131-150, mai./jun./jul./ago. 2000. Acesso: BSCEDUFSC.

MIRA, Marly Anna Fortes Bustamante. A geografia em Santa Catarina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis: Insular, 2002.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934-1977):** Avaliação e tendências. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

NEREU RAMOS. **Homenagem a um estadista:** discursos e artigos. Florianópolis: Associação Portobello de Cultura, 1969. Acesso: BCCJ.

NÚCLEO de Florianópolis da AGB. **Boletim Geográfico – CNG**, Rio de Janeiro, n. 145, jul./ago.1958. Acesso: BCUFSC.

OLIVEIRA, Betty A. de. Fundamentação marxista do pensamento de Dermeval Saviani. In: SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da (org.). **Dermeval Saviani e a educação brasileira: o simpósio de Marília**. São Paulo: Cortez, 1994. Acesso: BSCEDUFSC.

PASOLD, César Luiz. **Jorge Lacerda:** uma vida muito especial. Florianópolis: OAB/SC, 1998.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização em Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli, 1974. Acesso: BCUFSC.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **A geografia e as bases da formação nacional:** uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel. 1997. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 30: um marco do passado, uma referência para o presente. **Alcance**. Itajaí: UNIVALI, ano VIII, n. 4, ago. 2001.

RANGEL, Ignácio Mourão. **A dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: MEC-ISEB, 1957.

\_\_\_\_\_. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**. n. 4, v. 1, São Paulo, out./dez. 1981.

\_\_\_\_\_. Dualidade e ciclo longo. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, n. 3, ano II., 1º sem. 1987.

SANTA CATARINA – Associação dos Geógrafos Brasileiros (Núcleo de Florianópolis). **Boletim Geográfico – CNG**, Rio de Janeiro, n. 146, p. 666, set./out.1958. Acesso: BCUFSC.

SANTA CATARINA (Estado). Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina In: SEMINÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO - **Documento Básico**. Florianópolis, 1960. Acesso: BFIESC.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Relatório**. Florianópolis, 1980. Acesso: SECSC.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Cultura Esporte e Turismo. **Aspectos da vida e obra de Henrique da Silva Fontes**. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1985. Acesso: BCCJ.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina: Memórias dos 110 anos**. Edição comemorativa 1891-2001. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001. Acesso: BCCJ.

SANTOS, Heloisa Occhiuze dos. Ideário pedagógico municipalista de Anísio Teixeira. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, n. 110, 2000. Acesso: BSCEDUFSC.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão** – lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950). 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Acesso: BCUFSC.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985. Acesso: BSCEDUFSC.

\_\_\_\_\_. Personal home page. Disponibiliza informações biográficas sobre o **professor Dermeval Saviani**, disponível em: < <http://www.fae.unicamp.br/dermeval/index2.html>. Acesso em 16 mar. 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação brasileira: estrutura e sistemas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996a. Acesso: BSCEDUFSC.

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996b. Acesso: BSCEDUFSC.

SCHMITZ, Sérgio. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina: A trajetória do BDE**. (Contribuição à história bancária catarinense). 1991. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Acesso: BCUFSC.

SENA, Guiomar Osário de. **O Colégio de Aplicação no contexto das universidades brasileiras**. 1987. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987. Acesso: BCUFSC.

SILVA, Carmen Aidê Hermes. **Análise da prática docente: um estudo da dinâmica de modernização pedagógica**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). 1989, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989. Acesso: BSCEDUFSC.

SILVA, Elizabeth Farias da. **Ontogenia de uma universidade/ A Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso: BCUFSC.

SILVA, Valdir Alvim. **Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina** – uma história de dominação de classe. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) - Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996. Acesso: BCUFSC.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. Florianópolis:UFSC; São Paulo: Cortês, 1999.

SOARES, Iaponam (org.). **Estreito, vida e memória de um bairro**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990. Acesso: BCUFSC.

SOARES, Maria Clara Couto. O banco mundial e as políticas educacionais. In TOMMASI, Livia de; WARD, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez. PUSC-SP, 1998.

SOBIERAJSKI, José Luiz. **Faculdade de Direito de Santa Catarina** – apontamentos históricos, 1997. Mimeo.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis**. São Paulo: USP, 2002. Acesso: BCUFSC.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos e descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, maio 1984. Acesso: BSCEDUFSC.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Universidade Federal de Santa Catarina 30 Anos de História**. Florianópolis: UFSC, 1992. Acesso: BCUFSC.

VIEIRA, Amazile de Hollanda. **O Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis**. 1979. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979. Acesso: BCUFSC.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILLELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Acesso: BSCEDUFSC.



## 2 Jornais

CURSO do professor Manoelito de Ornellas sobre a arte árabe e sua influência em Portugal e no Brasil. **O Estado**, Florianópolis, p. 1, 7 ago. 1956. Acesso: BPESC.

FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA. Colégio de estudos Clássicos. **O Estado**, Florianópolis, p. 1, 12 abr. 1956. Acesso: BPESC.

ESTATUTO da Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Jornal da AGB**, São Paulo, ano 1, nº 2, set. 1979. Acesso: Departamento de Geociências da UFSC.

GEÓGRAFOS realizam estudos em Brusque. **O Estado**, Florianópolis, p. 8, 26 abr. 1960. Acesso: BPESC.

IMPORTANTES ATIVIDADES geográficas na Faculdade de Filosofia. **A Gazeta**, Florianópolis, p [...], 27 mar. 1955. Acesso: BPESC.

INSTITUTO BRASILEIRO de filosofia – Palestra do professor Oswaldo Rodrigues Cabral. **O Estado**, Florianópolis, p. 8, 21 set. 1956. Acesso: BPESC.

INSTITUTO DE CULTURA Germânica. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 3 mar. 1957. Acesso: BPESC.

KLAPPOTH, Leatrice Moellmann. A nossa Faculdade de medicina. **O Estado**, Florianópolis, p. 8, 23 ago. 1951. Acesso: BPESC.

LUFT, João B. Instituto de Cultura Germânica. **O Estado**, Florianópolis, p. 4, 3 mar. 1957. Acesso: BPESC.

NA FACULDADE DE FILOSOFIA: Centro de Estudos Filológicos. **Diário da Tarde**, Florianópolis, p. 2, 3 maio 1955. Acesso: BPESC.

NOVA REUNIÃO dos geógrafos catarinenses. **O Estado**, Florianópolis, p. 13, 30 out. 1957. Acesso: BPESC.

O ATLAS geográfico de Santa Catarina. **O Estado**, Florianópolis, p. 8, 7 ago. 1958. Acesso: BPESC.

SANTA CATARINA participou do CNG. **O Estado**, Florianópolis, p. 8, 7 ago. 1958. Acesso: BPES.

SEMINÁRIO de Estudos de Língua Inglesa. **O Estado**, Florianópolis, p. 5, 26 jun. 1956. Acesso: BPESC.

### 3 Atas e documentos diversos

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. **Exposição dirigida ao Presidente Getúlio Vargas, 15 dez. de 1937**. Acesso: APESC.

COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS. **Ficha de pessoal, 1955**. Acesso: DRHCCJ.

FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA. **Ata da 1ª reunião da Congregação realizada no dia 8 de setembro de 1951**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 6ª reunião da Congregação, de 16 de julho de 1954**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 10ª reunião da Congregação, de 2 de março de 1956** livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 20ª reunião da Congregação, de 10 de maio de 1957**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 22ª reunião da Congregação, de 25 de agosto de 1957**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 25ª reunião da Congregação, de 8 de dezembro de 1958**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 28ª reunião da Congregação, de 29 de março de 1959**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 29ª reunião da Congregação, de 12 de junho de 1958**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 35ª reunião da Congregação, de 19 de fevereiro de 1959**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 36ª reunião da Congregação, de 11 de junho de 1959**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 38ª reunião da Congregação, de 11 de fevereiro de 1960** livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 40ª reunião da Congregação, de 31 de agosto de 1960**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 46ª reunião da Congregação, de 1 de dezembro de 1960** livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 50ª reunião da Congregação, de 8 de fevereiro de 1961**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 54ª reunião da Congregação, de 14 de setembro de 1961**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Ata da 15ª reunião do Conselho Técnico-Administrativo de 22 de fevereiro de 1956**, livro 1. Acesso: Coordenadoria do curso de Pedagogia – UFSC.

\_\_\_\_\_. **Correspondência, de 30 de outubro de 1952**. Acesso: ACUFSC.

\_\_\_\_\_. **Correspondência, de 23 de janeiro de 1961**. Acesso: ACUFSC.

\_\_\_\_\_. **Livro de termos de colação de grau da Faculdade Catarinense de Filosofia**, n. 1, 1955-1968. Acesso: ACUFSC.

\_\_\_\_\_. **Livro de assentamento de matrículas e inscrição de exame da Faculdade Catarinense de Filosofia**, n. 1, 1955-1968. Acesso: ACUFSC.

\_\_\_\_\_. **Livro de relatórios dos professores, 1956-1960**. Acesso: ACUFSC.

\_\_\_\_\_. **Livro de Relatório IV (Concernente a verificação para efeito de reconhecimento da Faculdade) – 1955 a 1957**. Acesso: ACUFSC.

\_\_\_\_\_. **Ofício nº 13, de 28 de abril de 1955**. Acesso: ACUFSC.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SANTA CATARINA. **Livro de registros de matrículas**, n. 1, 1948-1955. Acesso: ACUFSC.

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Livro de registros de matrículas**, n. 1, 1948-1955. Acesso: ACUFSC.

FONTES, Henrique da Silva. **Correspondência remetida ao Diretor do Ensino Superior, em 30/10/1952**. Acesso: ACUFSC.

FONTES, Henrique da Silva. **Representação ao governo do Estado, em 8/8/1953**. Acesso: BPESC.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (1909-1994). **Manuscrito datilografado**. BIHGSC.

SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 15 abr. 1951, pelo Governador Irineu Bornhausen**. Acesso: APESC.

SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 15 abr. 1957, pelo Governador Jorge Lacerda**. Acesso: APESC.

SILVEIRA, João Dias da. **Carta endereçada ao professor Henrique da Silva Fontes em 4 de janeiro de 1955a**. Acesso: ACUFSC.

SILVEIRA, João Dias da. **Carta endereçada ao professor Henrique da Silva Fontes em 13 de janeiro de 1955b**. Acesso: ACUFSC.

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. **15ª Ata da reunião da Conselho Universitário, de 27 de novembro de 1962**. Acesso: Sala de Conselhos – Reitoria/UFSC.

\_\_\_\_\_. Francisco Kasuiko Takeda. **Departamento de recursos humanos**. Microfilme. 2004

#### 4 Legislação

BRASIL. Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia. Acesso: **Lex**: Coletânea de Jurisprudência: edição federal, São Paulo, 1946. Acesso: BPESC

\_\_\_\_\_. Lei 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. **Lex**: Coletânea de Jurisprudência: edição federal, São Paulo, p, 353, 1950. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 37.613, de 19 de julho de 1955. Regulamenta a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos Institutos de Ensino Superior. **Lex**: Coletânea de Jurisprudência: edição federal, São Paulo, p. 253, 1955. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955. Dispõe sobre o desdobramento dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. Acesso: **Lex**: Coletânea de Jurisprudência: edição federal, São Paulo, 1955. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 46.266, de 8 de julho de 1959. Concede reconhecimento aos cursos que indica. **Lex**: Coletânea de Jurisprudência: edição federal, São Paulo, p. 910, 1959. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 47.672, de 19 de janeiro de 1960. Concede autorização para o funcionamento dos cursos de Pedagogia e Didática da Faculdade Catarinense de Filosofia, situada em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. **Lex**: Coletânea de Jurisprudência: edição federal, São Paulo, p. 81, 1960. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. **Lex**: Coletânea de Jurisprudência: edição federal, São Paulo, p, 121, 1960. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas. **Lex**: Coletânea de Jurisprudência: edição federal, São Paulo, 3º trimestre, p. 1160, 1965. Acesso: BPESC.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 684, de 3 de julho de 1952. Autoriza o Poder Executivo a emitir apólices inalienáveis da dívida pública em favor da Faculdade Catarinense de Filosofia. **Lex**: Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, 1952. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Lei nº 948, de 23 de março de 1953. Autoriza a auxiliar a Faculdade Catarinense de Filosofia, para o contrato de professores especializados. **Lex:** Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, 1953. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.103, de 1º de julho de 1954. Eleva para dez as apólices de dívida pública a que se refere a Lei nº 684, de 3 julho de 1952. **Lex:** Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, 1954. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.170, de 26 de novembro de 1954. Destina a localização da futura Universidade de Santa Catarina. Assembléia Legislativa de Santa Catarina. **Lex:** Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, 1954. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1362, de 29 de outubro de 1955. Autoriza o Poder Executivo a promover a criação da Fundação Universidade de Santa Catarina. **Lex:** Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, 1955. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 515-A, de 2 de dezembro de 1957. Fica a Faculdade Catarinense de Filosofia autorizada a utilizar-se do prédio em que funciona o Grupo Escolar Modelo Dias Velho, para nele instalar o curso de Pedagogia e o Ginásio de Aplicação. **Diário Oficial do Estado**, nº 5.992, p. 1, Florianópolis, 1957.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.093, de 21 de setembro de 1959. Modifica a Lei 1.362, de 29 de outubro de 1955, nas obrigações e recursos que atribui à Fundação Universidade de Santa Catarina. **Lex:** Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, 1959. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.264, de 20 de janeiro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a fazer doação, para incorporação ao patrimônio da Universidade de Santa Catarina. **Lex:** Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, 1961. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 411, de 6 de junho de 1975. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Secretaria de Tecnologia e Meio-Ambiente. **Lex:** Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, 1975. Acesso: BPESC.

\_\_\_\_\_. Lei 5.295, de 19 de abril de 1977. Altera a Lei nº 5.089, de 14 de maio de 1975, e dá outras providências. **Lex:** Coletânea de Jurisprudência, Florianópolis, p. 46, 1977. Acesso: BPESC. Acesso: BCUFSC.

## 5 Entrevistas:

ALMEIDA, Neide Oliveira. Florianópolis, 7 out. 2003, 1 cassete (90 min). Entrevista concedida a José Carlos da Silveira.

FRANÇA, Maria Cecília. São Paulo, 5 jan. 2004, por telefone. Entrevista concedida a José Carlos da Silveira.

GOULARTI, Aurora. Florianópolis, 21 maio 2003, 1 cassete (90 min). Entrevista concedida a José Carlos da Silveira.

HEER, Margarida Ingeborg. São Paulo, 15 out. 2003, por telefone. Entrevista concedida a José Carlos da Silveira.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. **Geosul**, Florianópolis, n. 16, 1993.

MAMIGONIAN, Armen. **Geosul**, Florianópolis, n. 3, ano II, 1987.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 4 jun. 2003. Entrevista concedida a José Carlos da Silveira.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. **Geosul**, nº 4, ano II, 1987. Florianópolis: Editora da UFSC.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 30 maio 2003, 1 cassete (90 min.). Entrevista concedida a José Carlos da Silveira.

MIRA, Marly Anna Fortes Bustamante. Florianópolis, 7 out. 2003, 1 cassete (90 min.). Entrevista concedida a José Carlos da Silveira.

PELUSO JÚNIOR. Victor Antônio. **Geosul**, Florianópolis, n. 1, 1986.

PRATES, Arlene Maria Maykot. Florianópolis, 4 set. 2003, 1 cassete (90 min.). Entrevista Concedida a José Carlos da Silveira.

RANGEL, Ignácio de Mourão. **Geosul**, Florianópolis, n. 5, 1988.

SANTOS, Milton. **Geosul**, Florianópolis, n. 7, 1989.

SILVA, Odair Gercino da. **Questionário**. Florianópolis, jan. 2004.

**ANEXOS**

**ANEXO A**

Programa das cadeiras de Geografia do Curso de Geografia e História:  
1955-1957



Programa - 1º ano- 1955	
Geografia Física	<p><b>Geomorfologia:</b> 1. Introdução. Fontes: Atualidade dos estudos; 2. Noção de relevo. Classificação das topografias; 3. Erosão fluvial: leis e formas. Ciclo de erosão. Noção de peneplano. Relevo policíclico; 4. Influência das Rochas na topografia; 5. Influência do clima na topografia; 6. Os desertos. Noção e distribuição no globo: mecanismos de evolução e tipos de deserto; 7.Noção de relevo vulcânico: principais formas; 8. Nivação e glaciação: formas nivais e tipos de glaciação. Aparelhos e topografia glaciais; 9. O relevo litorâneo: mecanismo. Ciclo dos litorais e tipos de costa; 10. Tipos de estruturas e topografia estruturais; 11. Formas tabular e cuestas; 12. Blocos falhados e sua evolução; 13. Dobramentos e formas derivadas.</p>
	<p><b>Biogeografia:</b> 1. A biogeografia: limites, composição e densidade; 2. As espécies: aparecimento e extinção; 3. Disseminação: indigenação e adaptação das espécies; 4. Áreas e barreiras em biogeografia; 5. Associação biológica: tipo, evolução e perturbações; 6. Os vegetais e os elementos climáticos; 7. Os vegetais e o solo; 8. Os vegetais em relação com os elementos topográficos e biológicos; 9. O homem e a vegetação espontânea; 10. Paisagens vegetais no globo.</p>
	<p><b>Climatologia e Hidrografia:</b> 1.Atmosfera; 2. Noção de clima: seus fatores; 3. Radiação solar e outros fatores cósmicos; 4. Fatores locais: climas oceânicos e continentais; 5. A temperatura do ar; 6. Pressão atmosférica: ventos; 7. Umidade do ar. Precipitações; 8. Noção sobre massas de ar e tipos de tempo; 9. Bases para classificação de climas; 10. Principais tipos de clima; 11.Hidrosfera; 12. Oceanos: relevo submarino; 13. A água do mar: composição, propriedades e movimentos. 14. Os lagos: gênese e regimes; 15. Os rios: nomenclatura e regimes fluviais.</p>
Geografia Humana	<p><b>Curso Geral:</b> 1. Introdução – bibliografia e fontes; 2. Conceito e relações com os demais ramos das ciências geográficas; 3. Os elementos humanos na paisagem: orientação de Jean Brunhes; 4. Ecúmeno: conceituação e limites; 5.População do Globo. Áreas de densidades; 6. Movimentos verticais de população. Estudo de pirâmides demográficas. 7. Movimentos migratórios. Regiões de imigração e emigração; 8. As grandes correntes migratórias e suas conseqüências geográficas; 9. O Habitat: relações com o meio físico e com as atividades humanas; 10. O habitat rural: relações com os demais elementos da paisagem. Evolução do habitat Rural.</p> <p><b>Geografia Econômica:</b> 1. A civilização moderna e o uso de energia; 2. Estudo comparativo sobre fontes de energia; 3. O uso doméstico e industrial do carvão; 4. Origem do carvão mineral; 5.Distribuição das jazidas carboníferas no Globo; 6. Distribuição geográfica da exploração do carvão mineral.; 7. Os grandes centros da produção carbonífera; 8. Mercados consumidores de carvão mineral. O comércio Internacional; 9. Paisagem carbonífera; 10. O carvão na economia mundial; 11. Origem do petróleo e distribuição da geografia do Petróleo; 12.Utilização do petróleo; 13. Sub-produtos do petróleo; 14. Produção e comércio mundiais do petróleo; 15. O problema do capital e a concorrência com as outras fontes de energia. 16. A produção e utilização da energia elétrica; 17. A indústria hidroelétrica e os fatores geográficos; 18. A hulha na Eurásia (hulha branca na); 19. A hulha na América (hulha branca na); 20. A hulha branca na África e Oceania.</p> <p><b>Gênero de Vida:</b> 1. Conceito e fatores de gêneros de vida; 2. Gênero de vida baseado na exploração em áreas tropicais; 3. Agricultura de subsistência em áreas tropicais; 4.Agricultura comercial nas áreas tropicais: “plantations”; 5. Gêneros de vida das áreas áridas e semi-áridas; 6. Regiões temperadas:agricultura e pastoreio; 7. Regiões boreais: caçadores e pescadores; 8. Gênero de vida montanhês</p>

Fonte: Livro Relatório IV, Faculdade Catarinense de Filosofia –1955 a 1957

Programa - 2º ano - 1956	
Geografia Humana	<p><b>Curso A - Gênero de Vida:</b> Gêneros de vida das Regiões Árticas: 1. Delimitação e características gerais das Regiões Árticas e sua ocupação humana; 2. O meio físico: características de solo e de clima. Elementos, fatores e tipos climáticos; 3. O meio biológico: A “tundra”. A fauna e sua importância para o homem; 4. O homem: Reação e adaptação ao meio. Ilustração antropológica e etnográfica. Distribuição Geográfica; 5. Os gêneros de vida: Caça e pesca. A rena e sua criação. O nomadismo polar e suas diferentes formas; 6. Características gerais da ocupação humana da montanha; 7. A distribuição geográfica das montanhas. Diferenciações geográficas e de gêneros de vida; 8. Gêneros de vida nas montanhas de tipo alpestre: A transumância mediterrânea. A vida pastoril tipo Helvética. Outros tipos; 9. Gêneros de vida nas montanhas: Nórdicas, do extremo Oriente e África; 10. Gêneros de vida nas montanhas americanas.</p> <p><b>Curso B – Geografia da Circulação:</b> 11. O homem e a circulação. A circulação e o meio natural; 12. Evolução dos meios de transportes; 13. A circulação e suas conseqüências geográficas. Influências nos gêneros de vida; 14. Circulação rodoviária; 15. Circulação ferroviária; 16. O aproveitamento das vias fluviais, lacustres e as obras de canalização; 17. Circulação marítima. Aspectos gerais; 18. A circulação no Atlântico; 19. A circulação aérea; 20. As relações e articulações das diversas redes de transportes.</p> <p><b>Curso C – Geografia Agrária e Agrícola:</b> 21. As formas primitivas da exploração agrícola. A coleta; 22. Os sistemas agrícolas. As culturas itinerantes; 23. As culturas sedentárias. Rotação de culturas e suas formas; 24. As culturas intensificadas pelo acúmulo de trabalho humano; 25. As culturas intensificadas por rotação. Agricultura científica e mecanizada; 26. As culturas básicas e alimentares. Da produção familiar à produção comercial; 27. Estudo geográfico do trigo; 28. Estudo geográfico do Arroz; 29. Estudo geográfico da Vinha; 30. As culturas para a criação. Estudo geográfico do milho; 31. As culturas de produtos especializados. Hortaliças e frutas; 32. A agricultura dos produtos industriais e têxteis; 33. Estudo geográfico do algodão; 34. Estudo geográfico das culturas açucareiras; 35. Do extrativismo ao cultivo sistemático. A borracha.</p>
Geografia Física	<p><b>Curso A – Morfologia</b></p> <p><b>a) A Influência das rochas no modelado:</b> 1. Propriedades físicas e químicas das rochas. Conceito de dureza, permeabilidade e solubilidade; 2. A meteorização. Os agentes de desagregação mecânica e decomposição química das rochas; 3. A erosão diferencial.</p> <p><b>b) As influências estruturais e tectônicas na evolução do relevo:</b> 4. Tectônica: Estudo das principais figuras; 5. As estruturas horizontais e a evolução do relevo: Plataformas estruturais e depressões periféricas; 6. As estruturas monoclinais e a evolução do relevo: “Cuestas”. “Hog Back”, estruturas em domo e em bacia; 7. As estruturas dobradas e a evolução do relevo: - Relevo Jurássico – Relevo Alpino. 8. As estruturas falhadas e a evolução do relevo: Evolução dos blocos falhados.</p> <p><b>c) Os movimentos de conjunto na evolução do relevo:</b> 9. Eustatismo e Epirogenismo; 10. O “ciclo geológico” e o “ciclo de erosão”. Ciclos de erosão sucessivos; 11. Epigenias. Evolução do relevo Apalacheano.</p> <p><b>d) Morfologia Especial (Curso de seminários):</b> 12. O modelado das regiões graníticas, calcáreas e vulcânicas; 13. Morfologia das regiões desérticas, semi-desérticas, semi-áridas e tropicais; 15. Morfologia dos litorais.</p> <p><b>Curso B – Climatologia (curso em seminários)</b></p> <p>16. Os principais tipos de clima. A carta climática do globo e suas relações com a distribuição das paisagens geográficas; 17. Os climas quentes: Características gerais e estudo de uma região típica; 18. Climas sub-tropicais. O clima mediterrâneo;</p>

Fonte: Livro Relatório IV, Faculdade Catarinense de Filosofia –1955 a 1957

Programa - 3º ano- 1957	
Geografia do Brasil	<p><b>Curso I – Geografia Física do Brasil</b> 1. Geologia física e histórica; 2. Classificação das formas de relevo; 3. O Atlântico Sul e as ilhas oceânicas; 4. Morfologia do litoral; 5. Características gerais do clima; 6. A vegetação e as regiões botânicas; 7. Regiões climato-botânicas; 8. Os problemas da classificação regional do Brasil.</p> <p><b>Curso II – População brasileira</b> 9. As formas de povoamento; 10. Distribuição e crescimento e movimentos da população; 11. A composição étnica da população; 12. As relações do homem com o meio; 13. A vida agrícola: importância e problemas; 14. O habitat rural; 15. O habitat urbano; 16. Os grandes centros urbanos.</p> <p><b>Curso III – A Economia brasileira</b> 17. Os ciclos econômicos e suas conseqüências geográficas; 18. Produtos agrícolas; 19. Problemas da agricultura; 20. Produção das diversas áreas; 21. A indústria e seus problemas; 22. A siderurgia; 23. Os transportes e o meio natural; 24. Transportes terrestres, marítimos, fluviais e aéreos; 25. O comércio interno; 26. O comércio externo; 27. Regiões geo-econômicas.</p> <p><b>Curso IV – A região Sul do Brasil</b> 28. Introdução ao estudo da região sul; 29. Aspectos geológicos; 30. Traços do relevo; 31. Regiões morfológicas; 32. Os elementos do clima; 33. Zonas climáticas; 34. Paisagens vegetais; 35. Regiões naturais; 36. Formas de povoamento; 37. Distribuição da população; 38. Aspectos da vida rural e urbana; 39. Aspectos econômicos; 40. Santa Catarina e suas regiões.</p>

Fonte: Livro Relatório IV, Faculdade Catarinense de Filosofia –1955 a 1957

## **ANEXO B**

Programa das cadeiras de Geografia: 1956-1961<sup>178</sup>.

---

<sup>178</sup> Não encontramos nos registros da Faculdade o programa concernente ao 3º ano. Os programas que seguem podem ser encontrados no Livro Relatório IV, Faculdade Catarinense de Filosofia -1955-1957

Programa - 1º ano	
Geografia Física	<p><b>Curso A: Introdução ao estudo do Relevo Terrestre</b>            1- Noção do relevo. Classificação geral das formas topográficas; 2- as deformações da crosta terrestre. Ação dos agentes internos; 3- tectonismo; 4- vulcanismo; 5- sismos; 6- os tipos de estruturas e as topografias estruturais; 7- discordâncias estruturais. Epigenia; 8- a erosão: o processo erosivo e seu mecanismo; 9- a influência das rochas na topografia. A erosão diferencial; 10- a influência do clima na topografia. Os agentes erosivos; 11- a erosão fluvial: suas leis e formas; 12- o ciclo de erosão; 13- noção do peneplano; 14- relevo policíclico; 15- a erosão eólica e seu mecanismo; 16- os desertos e sua topografia característica; 17- a erosão glacial - bivação e glaciação; 18- aparelhos e topografias glaciais; 19- a abrasão marinha e seu mecanismo; 20- o "ciclo dos litorais" e seu mecanismo. Tipos de costas;</p>
	<p><b>Curso B: Introdução ao Estudo do Clima</b>            21- noção de clima. Climatologia e Meteorologia; 22- a atmosfera: divisões, composição e propriedades físicas; 23- os fatores geográficos do clima; 24- os elementos meteorológicos do clima. A temperatura do ar; 25- a pressão atmosférica. Os ventos; 26- a umidade do ar. As precipitações atmosféricas; 27- as chuvas: formação, tipos e regimes; 28- a circulação geral da atmosfera. Noção de "massa de ar". Noção de "tempo"; 29- as classificações do clima e suas bases;</p>
	<p><b>Curso C: Introdução ao Estudo da Hidrosfera</b>            30- a hidrosfera e suas divisões; 31- oceanos e mares: distribuição geográfica. Classificação dos mares; 32- a água do mar: composição química e propriedades físicas; 33- movimento ondulatório das águas do mar; 34- maré; 35- correntes marítimas; 36- os rios. escoamento superficial e drenagem. Regimes. Mecanismos de evolução; 37- lagos e geleiras: condições de formação. Regimes. Mecanismos de evolução;</p>
Elementos de Geologia	<p>- Definição e divisão da Geologia. Ligeiro histórico do desenvolvimento da Geologia, especialmente no Brasil; 2- estrutura da Terra: atmosfera, hidrosfera, litosfera, barisfera; 3- métodos usados na Geologia. Uniformatismo. Tempos geológicos; 4- constituição da litosfera; minerais e rochas; 5- caracteres físicos e químicos dos minerais (composição química, clivagem, fratura, cor, brilho, dureza, densidade); 6- minerais mais comuns nas rochas, suas propriedades físicas mais características; 7- composição mais aproximada: limonita, calcita, dolomita, quartzo, granada, ortoclásio, plagioclásio, muscovita, biotita, piroxênio e anfibólio; 8- rochas. Principais caracteres empregados para a sua identificação: estrutura, textura, dureza, fratura, composição, etc.; 9- classificação geral das rochas; 10- rochas ígneas: noções sobre seu modo de origem; intrusivas e efusivas; textura e composição; 11- classificação genética das famílias de rochas ígneas e seus característicos principais: granitos, dioritos, gabros, rolitos, basalto, obsidiana, diabásio, sienito, fonolito; 12- rochas sedimentares: breve noção sobre sua origem (eólica, fluvial, glacial); 13- principais tipos de rochas sedimentares e seus característicos principais (conglomerado, brecha, arenito, siltito, folhelho, tilito, calcário, dolomito). Exemplos do Brasil; 14- rochas metamórficas: breve noção sobre sua origem; 15- Principais tipos de rochas metamórficas e seus característicos mais importantes (gnaiss, xisto, filito, ardósia, mármore, quartzito); 16- intemperismo. Agentes mecânicos e químicos do intemperismo (temperatura, ação do gelo, das plantas, oxidação, hidratação, dissolução); 17- desintegração e decomposição; 18- principais fatores que influenciam o intemperismo: tipos de rocha (composição e estrutura) condições climáticas; influência da topografia; presença ou ausência da vegetação; 19- formas erosivas; 20- formação do solo e solos de Santa Catarina; deslocamento e suas causas: depósitos de talus; solifluxão e outra modalidade de deslocamento do manto; 22- diastrofismo. Fratura e falhas: tipos, nomenclatura; 23- dobras: tipos e nomenclaturas. Inclinação e direção dos estratos; 24- orogênese. Diferentes tipos de montanhas e sua origem; 25- geosinclinais. Evolução de um geosinclinal; 26- especulação sobre a causa dos movimentos crustais. Noção sumária sobre epirogênese; 27- vulcanismo. Fases da atividade vulcânica; fenômenos de explosão; projéteis e tufo vulcânicos; fases; lavas; 28- cones piroclásticos; vulcões escudos, estrato vulcões, trapp brasileiro; 29- distribuição geográfica dos vulcões. Considerações sobre as prováveis causas do vulcanismo; 30- fenômenos eruptivos profundos: diques, silis, lacolito, necks, batolitos; 31- critérios estratigráficos e paleontológico de determinação da idade de uma camada. Fósseis índices; 32- noções de eras, períodos: sistemas, séries: Coluna cronogeológica; 33- sumário da evolução geológica do Brasil. Pré-paleozóico; 34- Paleozóico brasileiro; 35- mesozóico brasileiro; 36- Cenozóico brasileiro; 37- noções sobre a geologia do estado. Formações pré-devonianas (arqueano e série Brusque). Série Itajaí; 38- Sistema de Santa Catarina (carbonífero - triássico). Quaternário e terciário.</p>

Geografia Humana	<p><b>Curso A: Introdução a Geografia</b></p> <p>1- A Geografia na antiguidade e idade média. Sua evolução da renascença até a primeira metade do século XVIII; 2- as ciências naturais e a Geografia na segunda metade do século XVIII. Humboldt, Ritter e a sistematização da Geografia. A expansão geográfica no século XIX; 3- a evolução da Geografia no século XIX; Darwin e o materialismo. Ratzel e a Antropogeografia e Geografia Política. O "determinismo" geográfico, Vidal de la Blache e o "possibilismo". Importância da obra de la Blache; 4- definições e conceitos modernos da Geografia. O "domínio" da Geografia; 5- o "objeto" da Geografia. O "fato geográfico" e as "combinações"; 6- conceito de "paisagem" em Geografia; paisagem natural e paisagem cultural ou humanizada; 7- as "divisões" da Geografia. Conceito de Geografia "sistemática" e "Regional". O caráter unitário da Geografia; 8- os princípios fundamentais da metodologia geográfica; 9- a Geografia e as ciências e disciplinas correlatas. A Geografia e a História. A Geografia e a Geologia; 10- as tendências modernas da Geografia (atuais): apreciação das diferentes "escolas" de Geografia; 11- papel e valor da Geografia no ensino e sua pesquisa. A Geografia e o planejamento regional; 12- significado e objeto da Geografia Humana; 13- o homem e o meio. Noção de "ecologia humana". Ação direta e indireta do meio sobre o homem e sua capacidade de reação; 13- ação do homem sobre o meio. O homem "fator geográfico".</p> <p><b>Curso B: Introdução a Geografia da População e do Povoamento</b></p> <p>15- O estudo da "população" em Geografia. A população mundial: valores numéricos e distribuição geográfica: Noção de "ecúmene": variabilidade e anomalias; 16- os valores numéricos da população: recenseamento. A distribuição geográfica da população. Processos gráficos de representação; 17- noção de povoamento. Utilidade da pesquisa histórica no estudo da sua evolução; 18- densidade da população: conceito, tipos e crítica de sua importância geográfica; 19- movimentos da população: intrínsecos e extrínsecos. Crescimento da população. A "pirâmide de idade": construção e interpretação; 20- introdução à análise das populações. Análises quantitativas e qualitativas;</p> <p><b>Curso C: Introdução ao estudo dos estabelecimentos humanos:</b></p> <p>21- O conceito geográfico de "gêneros de vida" e sua importância para o estudo dos estabelecimentos humanos; 22- o conceito de "habitat" em Geografia humana. Fatores de diversificação do habitat; 23- o habitat rural. Conceitos e tipos. Causas de dispersão ou agrupamento; 24- o habitat disperso e seus tipos. Estudos comparativos nas diferentes regiões do globo; 25- o habitat agrupado e seus tipos. Estudos comparativos nas diferentes regiões do globo; 26- a evolução do habitat rural; 27- o estudo geográfico da habitação rural; 28- o desenvolvimento das cidades. Geografia urbana; 29- sítio e situação urbana. Funções urbanas; 30- O desenvolvimento hodierno das cidades. Problemas urbanos;</p> <p><b>Curso D: Estudo geográfico das fontes de Energia (Geografia Econômica):</b></p> <p>31- o aproveitamento das fontes de energia. Evolução histórica. Estudo comparativo das fontes de energia. Possibilidades futuras; 32- o carvão mineral: origem e condições de jazimento. Distribuição geográfica; 33- a exploração do carvão mineral. Distribuição geográfica. Estudo comparativo das paisagens carboníferas do globo; 34- o cavão na economia mundial. Os grandes centros produtores e consumidores. O comércio internacional; 35- o petróleo: origem e condições de jazimento. Distribuição geográfica; 36- aplicações do petróleo e sub-produtos. A exploração do petróleo. O problema dos capitais e a concorrência com as outras fontes de energia; 37- os grandes centros produtores e consumidores do petróleo. O comércio internacional. O petróleo na economia mundial; 38- a energia hidráulica e seu aproveitamento. Fatores geográficos. Utilização e produção de energia hidráulica.</p>
------------------	---

Programa - 2º ano	
Geografia Geral do Brasil	<p><b>Curso I: Geografia Física do Brasil</b> 1- Aspectos da geologia física; 2- aspectos de geologia histórica; 3- classificação das formas de relevo; 4- planaltos cristalinos e sedimentares; 5- as planícies; 6- o Atlântico Sul e as linhas oceânicas; 7- morfologia do litoral; 8- características gerais do clima; 9- tipos de clima; 10- a distribuição da vegetação; 11- regiões climato-botânicas; 12- problemas de classificação regional; 13- a divisão regional do Brasil.</p>
	<p><b>Curso II: A População Brasileira</b> 14- As formas de povoamento; 15- a distribuição da população; 16- o crescimento da população; 17- movimentos migratórios; 18- a composição étnica da população; 19- relações do homem com o clima; 20- o homem das regiões florestais; 21- o homem das regiões campestres; 22- o homem do litoral; 23- a vida agrícola: importância e problemas; 24- o habitat rural; 25- o habitat urbano; 26- os grandes centros urbanos.</p>
	<p><b>Curso III: A economia Brasileira</b> 27- Os ciclos econômicos; 28- conseqüências geográficas dos ciclos econômicos; 29- produtos agrícolas; 30- problemas da agricultura; 31- a produção agrícola nas diversas áreas; 32- o desenvolvimento das indústrias; 33- a indústria siderúrgica; 34- o meio físico e os problemas do transporte; 35- o transporte terrestre; 36- transportes marítimos e fluviais; 37- transporte aéreo; 38- o comércio interno; 39- o comércio externo; 40- regiões ge-econômicas.</p>
Geografia Física	<p><b>Curso A: Geomorfologia (As influências estruturais no modelado)</b> 1- Os tipos de estrutura da crosta terrestre. Ação dos agentes internos. A tectônica e a Geomorfologia; 2- as estruturas concordantes; 3- evolução morfológica das estruturas concordantes horizontais; 4- o relevo de “cuestas”; 5 - evolução morfológica das estruturas em domo e em bacia; 6- as estruturas deslocadas; 7- dobramentos. Principais figuras e sistemas de dobras; 8- evolução morfológica das estruturas em sistemas de dobras simples; 9- evolução morfológica dos sistemas de dobras mais complexas: Lençóis de arrastamento; 10- falhamentos. Principais figuras e sistemas de falhas; 11- evolução morfológica dos blocos falhados; 12- os movimentos de conjunto na evolução do relevo; 13- os movimentos eustáticos e suas conseqüências geomorfológicas; 14- os movimentos epirogênicos; 15- o “ciclo geológico” de Haug e o “ciclo de erosão” de Davies; 16- as estruturas discordantes. Epigenias; 17- depressões periféricas e peneplanos fósseis; 18- relevos policíclicos. Conceito de geomorfogênese; 19- o relevo apalacheano; 20- as estruturas vulcânicas e sua complexidade morfológica.</p>
	<p><b>Curso B: Climatologia (O estudo dinâmico do Clima: Massas de Ar)</b> 21- Conceito de massa de ar e importância do seu estudo em Climatologia; 22- condições de formação e propriedades das massas de ar; 23- os deslocamentos das massas de ar e a transformação de suas propriedades. Estabilidade e instabilidade; 24- os mecanismos de desenvolvimento frontal; 25- caracteres específicos das frentes quentes e das frentes frias; 26- o desenvolvimento das depressões nas superfícies frontais; 27- a evolução das depressões; teoria dos ciclones. Oclusões. 28- Climatologia regional; as massas de ar aplicadas ao estudo do clima de algumas regiões; 29- massas de ar na América do Sul; 30- O problema das classificações climáticas e sua aplicabilidade em estudos regionais; 31- discussão e aplicação das principais classificações climáticas.</p>
	<p><b>Curso C: Oceanografia (A Geografia do fundo dos mares)</b> 32- Características do relevo submarino. Classificação das formas do relevo submarino; 33- a margem continental. Conceitos e divisões; 34- a plataforma continental. Importância do seu estudo e problema de sua gênese; 35- morfologia da plataforma continental; 36- os “cañons” submarinos; 37 - o rebordo continental; 38- estudo comparativo da morfologia dos oceanos; 39- estudo especial do oceano Atlântico; 40- estudo especial do oceano Pacífico</p>

Geografia Regional	<p><b>Curso A:</b> Introdução a Geografia 1- a evolução dos conhecimentos geográficos; 2- as bases da moderna Geografia; 3- o meio geográfico; 4- o fato geográfico e suas características; 5- o campo geográfico e o histórico; 6- as paisagens climato-botânicas da Terra;</p>
	<p><b>Curso B:</b> Os gêneros de vida nas regiões de altas e médias latitudes 7- introdução ao estudo geográfico dos gêneros de vida nas paisagens climato-botânicas; 8- os gêneros de vida das regiões árticas; 9- os gêneros de vida das florestas boreais; 10- a pluralidade dos gêneros de vida nas regiões temperadas; 12- estudo comparativo das diferentes paisagens das regiões temperadas; 13- Geografia comparada da Europa Oriental, Europa Ocidental e América do Norte;</p>
	<p><b>Curso C:</b> Os gêneros de vida nas regiões mediterrâneas 14- áreas geográficas e definição física da área; 15- o homem e a região mediterrânea; 16- agricultura mediterrânea irrigada; 17- agricultura mediterrânea não irrigada; 18- criação: a transumância;</p>
	<p><b>Curso D:</b> Os gêneros de vida nas regiões áridas 19- conceito de deserto. Distribuição dos desertos no globo; 20- o homem e o deserto; 21- o homem nos oásis; 22- as atividades econômicas nos oásis; 23- a agricultura nos oásis; 24- nomadismo pastoril: origem e organização; 25- a organização social nos desertos; 26- elementos materiais da cultura nos desertos. Declínio do nomadismo pastoril;</p>
	<p><b>CursoE:</b> Os gêneros de vida nas regiões tropicais 27- o meio tropical; 28- variedades regionais em meio tropical; 29- a economia primitiva nas áreas tropicais de florestas; 30- a economia nas áreas de savana; 31- a influência européia nas áreas tropicais; 32- a agricultura na Ásia das monções; 33- perspectivas nas áreas tropicais;</p>
	<p><b>Curso F:</b> Conceito de montanha. Distribuição geográfica dos sistemas de montanha; 35- as características físicas específicas da montanha; 36- o homem e a montanha; 37- tentativa de classificação das montanhas segundo os gêneros de vida; 38- análise comparativa dos gêneros de vida nas montanhas do tipo alpestre; 39- análise dos gêneros de vida nas montanhas fora do tipo alpestre; 40- problemas gerais e caracteres específicos da ocupação humana e economia da montanha. Conclusões.</p>